



ANDRÉ SPURI GARCIA

**ESFERAS PÚBLICAS COMO UMA
CATEGORIA FUNDANTE DA GESTÃO SOCIAL**

**LAVRAS - MG
2016**

ANDRÉ SPURI GARCIA

**ESFERAS PÚBLICAS COMO UMA CATEGORIA FUNDANTE DA
GESTÃO SOCIAL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Organizações, Gestão e Sociedade.

Orientador
Dr. José Roberto Pereira

**LAVRAS - MG
2016**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Garcia, André Spuri.

Esferas públicas como uma categoria fundante da gestão social
/ André Spuri Garcia. – Lavras : UFLA, 2016.
274 p.

Dissertação (mestrado acadêmico)–Universidade Federal de
Lavras, 2016.

Orientador(a): José Roberto Pereira.

Bibliografia.

1. Gestão Social. 2. Esferas Públicas. 3. Reconstrução. I.
Universidade Federal de Lavras. II. Título.

ANDRÉ SPURI GARCIA

**ESFERAS PÚBLICAS COMO UMA CATEGORIA FUNDANTE DA
GESTÃO SOCIAL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do programa de Pós-graduação em Administração, área de concentração em Organizações, Gestão e Sociedade.

APROVADA em 4 de abril de 2016

Dr. Airton Cardoso Cançado	UFT
Dra. Ana Alice Vilas Boas	UFLA
Dra. Nathalia Joaquim	UFLA

Dr. José Roberto Pereira
Orientador

**LAVRAS - MG
2016**

*Aos grandes amigos do Departamento de Economia e Administração da
Universidade Federal de Lavras*

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, fonte de toda força necessária para alcançar este objetivo. A toda minha família, especialmente meus pais. João e Maria jamais tiveram a chance de ingressar em uma faculdade, mas me ensinaram desde cedo que o caminho era esse. Sem saber ao certo o que é e quais as funções de um mestrado, jamais hesitaram em confiar na minha escolha. Obrigado pelo apoio incondicional, até mesmo nos momentos em que nem eu sabia onde estava indo.

Gostaria de agradecer também aos queridos amigos que ajudaram nessa jornada. Aos queridos irmãos José Willer e Valderí, pela companhia, parceria e pelos cafés da tarde. Sem vocês o mestrado seria menos engraçado e mais difícil. Amigos para a vida toda. Professores para gerações futuras. Aos companheiros de casa André Paiva, Marcelo Cunha e Luiz Fernando, pelas risadas que adentravam a madrugada e pelos diversos conselhos acadêmicos. Desejo muito sucesso a vocês. Aos companheiros do NEAPGES, em especial Elaine e Jéssica, companheiras para todas as horas.

Agradecer também ao meu orientador, José Roberto Pereira, por toda ajuda e compreensão durante este percurso. Ademais, agradecer a cada funcionário do Departamento de Administração e Economia da UFLA, em especial a Deila, por propiciarem as condições adequadas de estudo e por serem sempre solícitos comigo.

Aqueles que sabem que fizeram parte e que por um descuido de memória não apareceram aqui, sintam-se agradecidos e abraçados.

Obrigado!

Ninguém se esforçou tanto quanto Habermas para que o debate reencontrasse o seu lugar na cena teórica alemã. Ele o conduz com explícito interesse por aquilo que nele se produz, e com uma energia sem igual – a mesma que se mostrou na construção de sua obra e que a fez, com justiça, atrair um interesse generalizado sobre si. Ninguém, nem mesmo Habermas, pode ter idéias e pensamentos, capazes de reestruturar a problemática, que sirvam perfeitamente a todos. Necessitamos da concorrência, em que cada um chega até seus limites e o pensamento avança, cada vez mais desimpedido.

Dieter Henrich, *O que é metafísica? – o que é modernidade.*

RESUMO

Diante do diagnóstico da importância da categoria esfera pública para o campo da gestão social e da sua ‘apropriação’ ser ainda limitada, apresentamos, neste texto, uma reconstrução do conceito mediante ampla literatura que acompanha as discussões sobre ela dentro do escopo habermasiano. Para tanto, buscamos compreender as transformações, críticas e reformulações da categoria esfera pública nas obras de Habermas (1962, 1981, 1992). Nesse processo, revelamos que a esfera pública passou por transformações e que as concepções mais atuais abrangem diversos temas e uma pluralidade de públicos, bem como dimensões conflitivas – por meio das diversas críticas e modificações foram ampliados os potenciais analíticos, descritivos e críticos da esfera pública para uma diversidade de sociedades em diferentes tempos históricos. Antes disso, foi desenvolvida uma ampla revisão teórica sobre o campo da gestão social com destaque para os diversos conceitos, as origens, sua importância, as várias abordagens e os debates e críticas acerca dos conceitos. Na relação entre gestão social e esfera pública, destacamos limitações no que tange a existirem poucos debates com os críticos do conceito habermasiano e sobre esferas públicas subalternas, contra-hegemônicas e não se problematiza sua pluralidade; existe também foco apenas na obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, na qual o autor fez sua primeira e mais contestada sistematização; os estudos não discutem nem mesmo a reformulação do conceito de esfera pública e ainda existe pouca consideração sobre a formação sociocultural, econômica e política brasileira. Por fim, reconstruímos as esferas públicas como uma categoria empírico-descritiva e normativa da gestão social. Argumentamos que se considerarmos a esfera pública (esferas públicas) como *locus* da gestão social (normativo e empírico), é importante tratar das especificidades do contexto brasileiro para o fortalecimento da própria gestão social. Nesse sentido, as reconstruções aqui empreendidas não tratam o Brasil como país ‘atrasado’ democraticamente e que ainda não atingiu a modernidade e, portanto, não pode se apropriar dos ideais habermasianos. Pelo contrário, busca as potencialidades de Habermas para ‘pensar o Brasil’ e as formas de gestão. Assim, buscamos argumentar que a reconstrução demonstra o potencial descritivo, normativo e crítico da ideia de esfera pública, especialmente se o pluralizamos e exploramos seu desenvolvimento a partir de Habermas, de seus comentadores e críticos – abrindo caminhos para o desenvolvimento teórico, prático e metodológico da gestão social, a partir do qual podem tensionar as práticas de gestão e seus potenciais emancipatórios e patológico-repressivos (em suas diversas configurações).

Palavras-chave: Gestão Social; Esferas Públicas; Reconstrução; Categoria Empírico-Descritiva e Normativa.

ABSTRACT

Once the diagnosis of the importance of the public sphere category to the field of social management and its 'ownership' are still limited, we present in this paper, a reconstruction of the concept through extensive literature accompanying discussions on it the habermasian scope. Therefore, we seek to understand the changes, criticism and reformulations of the public sphere category in the works of Habermas (1962, 1981, 1992). In this process, we reveal that the public sphere has changed and that the most current concepts cover various topics and a plurality of public and conflictive dimensions - through various criticisms and modifications have been expanded analytical potential, descriptive and critical of the public sphere for a variety of companies in different historical times. Before that, a comprehensive literature review was developed on the field of social management with emphasis on the various concepts, origins, its importance, the various approaches and the debates and criticisms about the concepts. In the relationship between social management and public sphere, we highlight limitations when it comes to there are few discussions with critics of Habermas' concept and on subaltern public spheres, counter-hegemonic and not problematize its plurality; there is also focus only on work *Structural Transformation of the Public Sphere*, in which the author made his first and most contested systematize; the studies do not discuss even the reformulation of the public sphere concept and there is little consideration about the socio-cultural, economic and brazilian politics.. Finally, we reconstruct the public sphere as an empirical-descriptive and normative category of social management. We argue that if we consider the public sphere (public spheres) as a locus of social management (normative and empirical), it is important to address the specifics of the brazilian context to strengthen their own social management. In this sense, the reconstructions undertaken here do not treat Brazil as 'delayed' democratically and has not yet reached modernity and therefore cannot appropriate the ideal habermasian. On the contrary, the search capabilities of Habermas to 'think Brazil' and forms of management. Thus, we seek to argue that the reconstruction shows the descriptive, normative and critical potential of the public sphere idea, especially if the expanded and explored its development from Habermas, its reviewers and critics - opening avenues for the theoretical, practical and methodological development of social management, from which can tighten the management practices and their potential emancipatory and pathological-enforcement (in its various configurations).

Keywords: Social Management; Public Spheres; Reconstruction; Empirical-Descriptive and Normative Category.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Frequência de citações das obras.....	175
Gráfico 2: Número de artigos por ano.	179
Gráfico 3: Número de publicações por periódico.	180
Gráfico 4: Frequência de citação das obras	187

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Relação entre gestão social e esfera pública encontrada na literatura.	27
Figura 2: Polaridades centrais da reconstrução (hipótese de trabalho)	30
Figura 3: Relações teóricas entre as abordagens da Gestão Social	50
Figura 4: Interorganizações e desenvolvimento territorial	63
Figura 5: Mundo-da-vida e sistema - esfera pública e colonização	104
Figura 6: Relações entre sistema político e mundo da vida	109
Figura 7: Habermas e seus críticos – um exemplo ilustrativo	116
Figura 8: Número de publicações por ano.	129
Figura 9: Periódicos mais citados pelos 801 artigos	149
Figura 10: Categorias da <i>Web Of Science – time zone</i>	165
Figura 11: Rede entre países – com base no país do primeiro autor do artigo	168
Figura 12: Rede de autores citados	171
Figura 13: Rede de palavras-chave – citadas nos 801 artigos	177
Figura 14: Representação do desenvolvimento da dissertação	237

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Lacunas de pesquisas exploradas neste trabalho	25
Quadro 2: Organização da dissertação (textos centrais)	31
Quadro 3: Categorias teóricas de análise dos textos sobre Gestão Social, apresentadas nos ENAPEGS de 2007 a 2010	43
Quadro 4: Diversidade de conceitos de gestão social	68
Quadro 5: Mudança de paradigma em Habermas	101
Quadro 6: Etapas da revisão	125
Quadro 7: Obras mais referenciadas pelos 801 artigos	173
Quadro 8: A esfera pública e a gestão social	190
Quadro 9: Resultados da relação gestão social e esfera pública	200
Quadro 10: Argumentos para a reconstrução de esferas públicas	204

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Temas e subtemas de pesquisa ao longo do tempo.....	42
Tabela 2: Resumo geral das categorias analíticas.....	46
Tabela 3: Vinte artigos mais citados (Web of Science).....	131
Tabela 4: Periódicos que mais publicaram	146
Tabela 5: Artigos brasileiros na Web of Science.....	151
Tabela 6: Autores que publicaram quatro ou mais artigos.....	158
Tabela 7: Artigos categorias (management; business; public administration)..	161

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Problema de Pesquisa	22
1.2 Objetivos.....	22
1.2.2 Objetivos específicos	22
1.3 Justificativa e Relevância.....	23
1.4 Organização da dissertação.....	30
2 O CAMPO DE TEORIAS E PRÁTICAS DA GESTÃO SOCIAL.....	34
2.1 Críticas ao conceito de gestão social	69
3 A CATEGORIA ESFERA PÚBLICA EM HABERMAS: UMA TRAJETÓRIA CONCEITUAL.....	82
3.1 Esfera pública na sociologia e teoria política contemporânea	82
3.2 Esfera pública em Habermas	83
3.2.1 Mudança Estrutural da Esfera Pública- 1962.....	84
3.2.2 Teoria do Agir Comunicativo – 1981	96
3.2.3 Direito e Democracia – 1992	106
3.3 Críticas, Modificações e Avanços da esfera pública em Habermas.....	111
4 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	119
4.1 Dissertação teórica.....	119
4.2 Revisão de literatura	121
4.3 Tipo e natureza da pesquisa	122
4.4 Operacionalização da pesquisa na <i>Web of Science</i>	124
4.4.1 Procedimentos de busca na <i>Web of Science</i>	125
4.4.2 Procedimento de seleção e análise de resultados na <i>Web of Science</i> ..	125
4.4.3 Quadro síntese das etapas de revisão na <i>Web of Science</i>	125
4.5 Operacionalização da pesquisa no SciELO e na SPELL	126

5 O CAMPO DE PESQUISAS EM ESFERA PÚBLICA: ELEMENTOS CENTRAIS, TENDÊNCIAS E POSSIBILIDADES	128
5.1 Esfera pública na produção científica internacional: Uma Revisão Sociométrica e Bibliométrica.....	128
5.2 Esfera Pública no Brasil.....	178
6 ESFERAS PÚBLICAS COMO CATEGORIA DA GESTÃO SOCIAL	189
6.1 Esfera Pública e Gestão Social: mapeando posições	189
6.2 Reconstruindo a Categoria ‘Esferas Públicas’ para a Gestão Social	202
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	232
7.1 Principais contribuições	232
7.2 Limitações da pesquisa	238
7.3 Agenda de pesquisas futuras.....	239
REFERÊNCIAS.....	241

É certo que o pensamento insistente não é suficiente. Porém, sem ele, as coisas andam menos ainda. [...] Eu sabia que nós, apesar de tudo, tínhamos que continuar a viver com medo de regressões e, mesmo assim, tentar ir para a frente. Desde esta época eu estou esgaravatando, um pouco aqui, um pouco acolá, à procura dos vestígios de uma razão que reconduza, sem apagar as distâncias, que una, sem reduzir o que é distinto ao mesmo denominador, que entre estranhos torne reconhecível o que é comum, mas deixe ao outro a sua alteridade.

Jürgen Habermas, *Passado como futuro*.

1 INTRODUÇÃO

O referencial habermasiano nos oferece possibilidade para pensar temas controversos no Brasil? Uma passagem em que o autor cita (deixaremos claro em outro contexto) a questão das ‘cotas’ relacionada ao reconhecimento e ao acesso a esfera pública pode ser elucidativa:

As lutas pelo reconhecimento no estado de direito democrático só possuem força legitimamente na medida em que todos os grupos tenham acesso à esfera pública política, tenham voz ativa e possam articular suas necessidades, e ninguém seja marginalizado ou excluído. Já deste ponto de vista da representação e da ‘qualificação cívica’ é importante assegurar as premissas efetivas para o gozo em igualdade de chances dos direitos formalmente iguais. Tal não se aplica apenas aos direitos de participação política, mas também aos de participação social e aos direitos individuais, pois ninguém pode agir politicamente de forma autônoma se as condições de emergência de sua autonomia privada não estiverem asseguradas. Neste contexto, sou também favorável ao estabelecimento de cotas; por exemplo, por uma política de *preferred hiring* em todos os setores de formação e de ocupação nos quais apenas por esta via possa ser assegurado o ‘justo valor’ dos direitos iguais para grupos estrutural e historicamente desfavorecidos (HABERMAS, 1997, p. 97c).

Essa questão mencionada por Habermas pode municiar argumentos para o debate nacional, argumentos estes que já foram e são usados em tais debates (não é nosso foco aqui). É visível que muitos debates atuais sobre temas controversos são problematizados por sociólogos, filósofos e gestores que oferecem argumentos e ideais aos diversos públicos e atores envolvidos. Em Habermas, fica visível o papel do teórico no âmbito das esferas públicas mediatizadas, amplamente acessíveis, no sentido de favorecer e direcionar debates na *práxis* comunicativa cotidiana. Habermas (2001) ressalta que as contribuições dos filósofos podem reviver discussões importantes – eles não são

‘mestres’ da nação, mas podem contribuir com o debate público, acredita o ‘herdeiro’ da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt (REESE-SCHÄFER, 2010).

Os filósofos podem, em primeiro lugar, contribuir para o discurso sobre a modernidade, à luz do qual as sociedades complexas alcançam uma compreensão melhor de sua situação no passado e no presente. Em segundo lugar, dado que a filosofia tem estreita relação tanto com a ciência quanto com o senso comum, os filósofos têm condições de efetuar uma crítica das patologias sociais, quais sejam, por exemplo, os sofrimentos mais ou menos ocultos que advêm dos processos de comercialização, burocratização, legalização e cientificação. [...] analisar as questões de injustiça política e, em particular, dessas “chagas ocultas” que são a marginalização social e a exclusão cultural. A filosofia e a democracia não só partilham as mesmas origens históricas como também, de certo modo, dependem uma da outra (HABERMAS, 2007, p. 68-69).

Portanto, como destaca o autor em vários momentos, o papel mais importante do pesquisador e intelectual é buscar e diagnosticar em meios as patologias sociais os potenciais de emancipação presentes, no intuito de fornecer a esses potenciais novas ‘energias utópicas’, discursos e ações. **No campo das ciências sociais aplicadas, a Gestão Social pode cumprir com este papel?**

Diversos pesquisadores no Brasil vêm respondendo positivamente a essa questão. Na visão de Tenório (1998, 2005), a gestão social é fruto de um descontentamento com o *status quo* da Administração que pauta-se na eficiência e no desempenho, por meio da racionalização do trabalho e orienta-se apenas para a maximização do interesse próprio (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011). É fruto também do descontentamento com a incorporação desses pressupostos pela gestão pública (PAES DE PAULA, 2005) e sua expansão por todas as esferas da ‘vida humana associada’ (RAMOS, 1981). Dessa forma, diversas teorias administrativas vigentes não estimulam a participação, distanciando os sujeitos do norte da cidadania e da emancipação (TENÓRIO, 1998).

Recentemente, Cançado, Pereira e Tenório (2013, p. 187, grifo nosso) definiram a gestão social como “[...] um processo dialético de organização social próprio da **esfera pública**, fundado no interesse bem compreendido, e que tem por finalidade a emancipação”. É no trabalho desses autores que aparece uma das categorias mais referenciadas da gestão social, a saber: **esfera pública** (especialmente na perspectiva de Habermas). Com ela, Cançado, Pereira e Tenório (2015, p. 145) defendem que “a gestão social se desenvolve à medida que se desenvolve a esfera pública [...]”. E ainda, a esfera pública aparece como uma das três grandes categorias da gestão social ao lado de interesse público e emancipação, pois, “[...] constitui o *locus* e condição essencial” do seu desenvolvimento (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015, p. 136).

Além destes, outros autores em variadas perspectivas fazem referências à esfera pública na gestão social – Alcântara et al. (2015), Alcântara, Pereira e Silva (2014), Oliveira, Cançado e Pereira (2010) e Tenório (2005),– e de forma crítica a sua apropriação: Araújo e Boullosa (2013), Persson e Moretto Neto (2015) e Pinho e Santos (2015a) e outros. Defendendo a importância da categoria esfera pública e seu amplo potencial para o campo da gestão social, Alcântara et al. (2015) argumentam que a sua ‘apropriação’ pela gestão social ainda é limitada. Mediante revisão de vários textos e das indicações de Alcântara et al. (2015) indicamos que a esfera pública na perspectiva de Habermas é tratada com várias limitações no campo da gestão social: (i) a maioria dos textos se prende à primeira concepção habermasiana; (ii) não acompanha as transformações realizadas por Habermas; (iii) não dialoga com os críticos e (iv) não busca as potencialidades do conceito para o estudo e crítica da sociedade brasileira. Portanto, a categoria poderia ser mais bem explorada por diversos autores do campo da gestão social – motivo (um deles pelo menos) que a torna ‘alvo’ das críticas como as recentes realizadas por Persson e Moretto Neto (2015) e Pinho e Santos (2015a).

Nisso, esta dissertação busca contribuir ao apresentar novas possibilidades ainda a partir do conceito de esfera pública e de sua reconstrução¹ (pluralização, especialmente) no âmbito da gestão social, portanto, constitui-se do primeiro diálogo com as críticas de Persson e Moretto Neto (2015) e Pinho e Santos (2015a).

Dessa forma, seguimos a chamada de Alcântara et al. (2015) que faz o convite para que as **obras de Habermas** (e seu conceito de esfera pública) sejam exploradas de forma mais ampla, considerando suas reformulações, contradições e críticas; e unimos a isso a chamada de Caçado, Pereira e Tenório (2015) para o **aprofundamento das categorias teóricas da gestão social**; o chamado de Pinho e Santos (2015a, 2015b) para pensar a gestão social e sua associação à **esfera pública no contexto brasileiro**, e a crítica de Persson e Moretto Neto (2015) sobre ela ser fraca para promover o **compartilhamento de poder decisório proposto pela gestão social**. Diante disso, argumentamos que um avanço é possível com a ampliação (reconstrução no sentido de Habermas) da categoria de ‘esfera pública’ para ‘esferas públicas’ (no plural).

Deveras, essa ampliação ocorreu parcialmente na própria obra de Habermas da década de 1960 à década de 1990, em especial, em decorrência das contribuições críticas de Fraser (1990) e outras (ELEY, 1992; NEGT; KLUGE,

¹ É interessante destacar que a palavra ‘reconstrução’ está sendo usada nesta dissertação no sentido conferido por Habermas (1983) que consiste em organizar criticamente elementos teóricos e empíricos no intuito de atingir de forma mais ‘coerente’ o objetivo que a própria teoria inicialmente tinha determinado – o que ele pretendeu em *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*. Portanto, não utilizamos os sentidos do termo ‘reconstrução’ adotados posteriormente e que se referem a reconstrução das competências entre sujeitos (HABERMAS, 1970), das suas condições de entendimento e da validade dos atos de fala (HABERMAS, 1989, 2012a), bem como dos padrões de consciência moral e do direito (HABERMAS, 1989, 1997a). Assim, utilizamos mais no sentido recentemente considerado por Paes de Paula (2015) e conforme Voirol (2012, p. 93) se refere a abordagem de Habermas: “[...] a reconstrução esta enraizada em um pluralismo metodológico e teórico”. Para conferir a centralidade da categoria ‘reconstrução’ nas obras de Habermas ver Nobre e Repa (2012).

1993). Essas transformações já foram discutidas no Brasil por Avritzer e Costa (2004), Losekann (2009), Lubenow (2012b), Melo (2015) e Perlatto (2015). Longe de qualquer ‘panaceia’ essa pluralização (tanto da expressão quanto das suas concepções) permite alguns avanços que serão desenvolvidos ao longo do texto.

Buscamos, nesta dissertação, destacar também os avanços necessários nas relações Estado-sociedade-mercado, a partir de uma reconstrução por meio das ‘esferas públicas’ e da separação mundo-da-vida e sistema que caminha com e para além de Habermas permitindo tratar de forma mais ampla as questões das relações e tensões conforme recentemente defendido por Alcântara e Pereira (2016). Assim, em uma visão reconstruída as esferas públicas aparecem como uma categoria fundamental. Na verdade, sem elas a reconstrução das relações entre mundo-da-vida e sistema² carece de ‘liga’, isto é, de elementos de interação e tensão. Adiante, em decorrência disso defendemos adotar, também, as ‘esferas públicas’ como uma categoria (nucleante) empírico-descritiva e normativa da gestão social.

Por **categoria normativa** entendemos os pressupostos que a gestão social busca, sendo, portanto, no nível do ‘dever ser’ – nesse caso, como os

² “Sistema e mundo da vida são duas categorias utilizadas por Habermas para compreender a sociedade moderna racionalizada.” (LUBENOW, 2004, p. 51). Habermas trabalha, portanto, com uma perspectiva dual de sociedade: “Os componentes estruturais do mundo da vida são: a cultura (conhecimento), a sociedade (ordem legítima) e a personalidade (identidade individual)” (TENÓRIO, 1998, p. 11). O sistema seria formado por dois subsistemas: subsistema administrativo e econômico. Sistema e mundo da vida possuem diferentes racionalidades e meios de coordenar as ações (KELLY, 2004). Enquanto no mundo da vida opera a racionalidade comunicativa e as ações são coordenadas pela solidariedade, no sistema opera a racionalidade instrumental e as ações são coordenadas pelo poder (subsistema político) e dinheiro (subsistema econômico). Posteriores interpretações, especialmente de Cohen e Arato (1992) associaram o mundo-da-vida à sociedade civil (sua dimensão institucional). Recentemente, Alcântara e Pereira (2016) buscaram ultrapassar as visões polarizantes destes conceitos considerando para tantos as críticas recebidas por Habermas de autores como Nancy Fraser e Axel Honneth, dentre outros.

ideais habermasianos de esfera pública embasam, legitimam e conferem validade ao conceito de gestão social – nas palavras de Melo (2015) é no sentido de ‘ponto de chegada’.

Por sua vez, por **categoria³ empírico-descritiva** entendemos que as esferas públicas podem existir (se formar, transformar, decair) enquanto fenômeno social e que devem ser estudadas pela gestão social, isto é, o campo pode buscar mostrar como as esferas públicas são. Assim, buscamos romper com uma dicotomia dos estudos em esfera pública, qual seja, o polo do normativismo *versus* descritivismo, conforme elucidam Ferre et al. (2002) e Koçan (2008).

A própria definição de teoria crítica no sentido dado por Marcos Nobre nos ajuda também a esclarecer isso. Para ele, o sentido tradicional da teoria é que: “[...] se fazemos teoria para demonstrar como as coisas devem ser, não conseguimos mostrar como de fato são; se dizemos que as coisas devem ser como de fato são, eliminamos a possibilidade de que possam ser outra coisa que não o que são” (NOBRE, 2011, p. 8-9). Portanto, elimina os sentidos das relações teoria↔prática. Assim, do ponto de vista crítico não se pode separar rigidamente ‘como as coisas são’ de ‘como devem ser’ ou ‘podem ser’. Existe um duplo momento: aquele de entender/compreender/interpretar/explicar como ‘é’ e de discutir, debater, instigar o ‘como poderia ou deveria ser’ – sem jamais deixar que os pressupostos conceituais apaguem a vida social-histórica, e nem em contrapartida que a ‘realidade concreta’ esvazie as esperanças de mudanças e críticas.

³ O conceito de categoria se refere a “qualquer noção que sirva como regra para a investigação ou para a sua expressão linguística em qualquer campo” (ABBAGNANO, 1998 apud ZWICK, 2015, p. 111). A autora complementa: “um primeiro significado atribuído às categorias é o realista, em que elas são consideradas determinações da realidade. Já um segundo modo de vê-las é como noções que servem para indagar e para compreender a própria realidade” (ZWICK, 2015, p. 111). Nossa proposta enquanto categoria normativa e empírico-descritiva é considerar os dois significados.

Portanto, devemos também compreender como elas são formadas, transformadas e seu poder de influência – como elas são (KOÇAN, 2008; MELO, 2015; PERLATTO, 2015) e, ao mesmo tempo, como fundamento teórico da gestão social enquanto ‘dever ser’ ou ‘ideal’ (CANÇADO; PERERA; TENÓRIO, 2015) a partir do qual podemos construir outros elementos de análise (MELO, 2015).

1.1 Problema de Pesquisa

Como a esfera pública conceituada por Habermas e sua ampla recepção crítica pode ser considerada uma categoria fundante da Gestão Social?

1.2 Objetivos

O objetivo geral desta dissertação é repensar e reconstruir as esferas públicas como uma categoria fundante da Gestão Social.

1.2.2 Objetivos específicos

Para alcançar o objetivo geral foram delineados três objetivos específicos.

- a) Compreender as transformações, críticas e reformulações da categoria esfera pública nas obras de Habermas (1962, 1981, 1992);
- b) Sistematizar as discussões teóricas e as pesquisas empíricas em torno da categoria esfera pública;
- c) Delimitar as discussões e críticas sobre as aproximações entre esfera pública e gestão social, no sentido de reconstruir as esferas públicas como uma categoria nucleante da gestão social.

1.3 Justificativa e Relevância

Esta dissertação se fundamenta em quatro argumentos centrais: (1) o necessário aprofundamento teórico-metodológico da gestão social; (2) a compreensão das discussões e críticas sobre as aproximações entre esfera pública e gestão social; (3) a importância de sistematizar as discussões teóricas e as pesquisas empíricas em torno do tema esfera pública, e (4) os avanços possíveis por meio da reconstrução das esferas públicas como uma categoria nucleante da gestão social.

(1) sobre o necessário **aprofundamento teórico-metodológico da gestão social** é importantes destacar que ela é um tema bastante estudado e discutido por diversos autores, porém, não há um consenso em relação ao conceito pela comunidade científica. Nesse sentido, ainda existem possíveis poros para contribuições (ALCÂNTARA et al., 2015; CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013; FRANÇA FILHO, 2003; PERES JUNIOR; PEREIRA, 2014; TENÓRIO, 2005). Segundo Freitas, Freitas e Ferreira (2014, p. 1) “ainda há grande imprecisão conceitual em relação à noção de gestão social”. Nesse sentido, o termo carece de precisão conceitual e seus paradigmas ainda não estão definidos (ALCÂNTARA et al., 2015; FRANÇA FILHO, 2003; IIZUKA; JUNQUEIRA, 2013; PERES JUNIOR; PEREIRA, 2014).

A gestão social tem se implantado e processado mesmo sem ter um consenso sobre esse conceito. A gestão social tem se afirmado na prática mesmo sem ter se gerado um consenso sobre o que representa. Poderíamos dizer que tem se desenvolvido ao arrepio, à revelia de um consenso acadêmico (PINHO, 2010, p. 26).

Esta demasiada atenção ao termo tem como possível explicação o esgotamento das teorias organizacionais tradicionais, o *mainstream* da administração, anunciado por Guerreiro Ramos, Tragtenberg entre outros autores que estavam incomodados com a instrumentalização da administração

(CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2011). Na análise de Campos (1981, p. 106), “Segundo Guerreiro Ramos, a teoria administrativa é falha pela sua incapacidade de confrontar problemas que envolvam tensão entre a racionalidade substantiva e a racionalidade instrumental”. Em busca de uma justificativa prática, diferente da justificativa acadêmica, é importante ressaltar que a ‘gestão estratégica’, pautada na racionalidade instrumental, tem sido criticada (GAULEJAC, 2007; RAMOS, 1981; TENÓRIO, 1998) por seus impactos nos indivíduos e na sociedade.

A teoria da organização, tal como tem prevalecido, é ingênua. Assume este caráter porque se baseia na racionalidade instrumental, inerente à ciência social dominante no Ocidente. Na realidade, até agora essa ingenuidade tem sido o fator fundamental de seu sucesso prático. Todavia cumpre reconhecer agora que este sucesso tem sido unidimensional e [...] exerce um impacto desfigurador sobre a vida humana associada (RAMOS, 1981, p. 1).

Segundo Moraes (2012, p. 288)

hoje, a gestão é um modo de relação com o mundo e consigo mesmo que busca racionalizar e otimizar o tempo, o corpo, a mente, a subjetividade, as relações, de modo a tornar a vida mais rentável, mais útil e competitiva na perspectiva de empregabilidade”.

Nesse sentido, acredita-se que a existência humana possa ser traduzida em cálculos. Criam-se indicadores de desempenho e metas cada vez mais estratosféricas. Alcançar essas metas é sinônimo de sucesso, um cargo mais alto (com metas mais altas) e realização profissional (GAULEJAC, 2007).

Adiante, Cançado (2011, p. 276) salienta que “o aprofundamento das Categorias Teóricas da Gestão Social” é importante para a delimitação do campo. O autor ainda faz um apelo direto para que se trabalhem as categorias centrais, dentre elas a categoria esfera pública. Além disso, Cançado (2011, p. 277) sugere ainda a “elaboração de metodologias para o desenvolvimento da

Gestão Social em determinada esfera pública”. Cançado, Pereira e Tenório (2015), na segunda edição do livro “Gestão Social: epistemologia de um paradigma” admitem que avanços foram realizados no intervalo entre a edição de 2013 e a de 2015. Entretanto, propõem uma agenda de pesquisa para se avançar mais.

Cançado, Pereira e Tenório (2015, p. 194) salientam que “por se constituir em um campo ainda em construção, a Gestão Social necessita de mais aportes teóricos e metodológicos para sua construção”. Nesse sentido, eles sugerem pesquisas que abordem em profundidade os fundamentos teóricos da Gestão Social. Ademais, este trabalho, ao focalizar a esfera pública, tem como pretensão enfrentar o desafio da escalaridade da gestão social: “Esse tipo de gestão está confinada a gestão local, ou, em outras palavras, à escala local?” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015, p. 185) e “a Gestão Social estaria confinada ao nível ‘micro’ ou tem a capacidade para se tornar a forma de gestão de espaços maiores?” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015, p. 194). Nesse sentido, o arcabouço teórico de esfera pública pode ajudar a responder tais questionamentos.

Ainda, ao tratar de esfera pública habermasiana, neste trabalho, pretende-se enfrentar o desafio proposto por Alcântara et al. (2015), o qual sugere aprofundar as contribuições de Habermas à gestão social, e dialogar com autores que fazem críticas a apropriação teórica de Habermas pela gestão social.

Quadro 1: Lacunas de pesquisas exploradas neste trabalho

Justificativas	Autores
Conceito não definido, mas com grande potencial.	Cançado, Pereira, Tenório (2015), França Filho (2003), Peres Junior e Pereira (2014) e Pinho (2010).
Aprofundamento das categorias e fundamentos teóricos da Gestão Social	Cançado (2011) e Cançado, Pereira e Tenório (2015)
Aprofundamento metodológico da Gestão Social	Cançado (2011) e Cançado, Pereira e Tenório (2015)
Enfrentar o problema da escalaridade da Gestão Social	Cançado, Pereira e Tenório (2015)

Quadro1, conclusão

Aprofundar as contribuições de Habermas à Gestão Social	Alcântara et al. (2015) e Alcântara e Pereira (2016)
Críticas a ‘apropriação’ do conceito de esfera pública pela Gestão Social	Persson e Moretto Neto (2015) e Pinho e Santos (2015a)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto à **(2) a compreensão das discussões e críticas sobre as aproximações entre esfera pública e gestão social** argumentamos que é importante verificar como a esfera pública tem sido tratada no campo da gestão social. Nesse sentido, as revisões de Alcântara et al. (2015) e Cançado, Pereira e Tenório (2013) apresentam alguns textos da gestão social que trabalham ou ao menos citam a categoria esfera pública. Analisar esses textos contribui para identificar as lacunas possíveis e verificar as possibilidades de desenvolvimento do campo da gestão social por meio dessa categoria.

Inicialmente, consideramos a proposta construída por meio dos textos de Alcântara et al. (2015) e Cançado, Pereira e Tenório (2013).

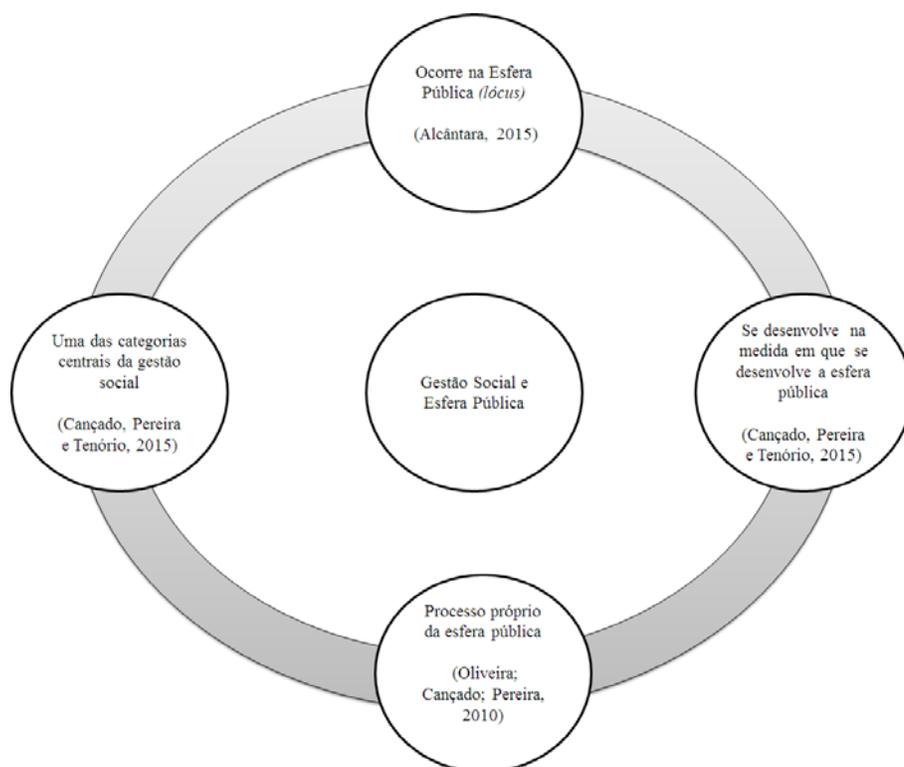


Figura 1: Relação entre gestão social e esfera pública encontrada na literatura
 Fonte: Elaborado pelo autor.

Essa questão nos leva diretamente à **(3) importância de sistematizar as discussões teóricas e as pesquisas empíricas em torno do tema esfera pública**. Estudos sobre esfera pública existem há bastante tempo e o conceito tem sido utilizado por diversos autores, em diversos países e por diversas áreas do conhecimento (BOHMAN, 1998; CALHOUN, 2002; DAHLBERG, 2005; DOWNEY; FENTON, 2003; FERRE et al., 2002; FRASER, 2007; KOÇAN, 2008; LUBENOW, 2014; MELO, 2015; PAPACHARISSI, 2002; SILVA, 2001; SOMERS, 1995). Entretanto, não foi encontrada na literatura nenhuma revisão sistemática ou bibliométrica sobre a produção acadêmica, nacional ou internacional, em torno deste conceito. Existem, entretanto, diversos estudos que buscam discutir o conceito de esfera pública de diversos autores como Hannah

Arendt, Habermas, Taylor e outros. Esses estudos buscam reconstruir, criticar e ampliar o conceito desses autores (FERRE et al., 2002; KOÇAN, 2008). Nesta dissertação, focamos na categoria esfera pública na concepção de Habermas, seus 'leitores' e críticos.

Nesse sentido, uma bibliometria pode ajudar a mapear tendências centrais, críticas e identificar lacunas para o desenvolvimento e aprofundamento do conceito e, principalmente, seu uso em estudos brasileiros. Ademais, sendo a esfera pública uma categoria central para a gestão social, as críticas feitas ao conceito de esfera pública devem ser analisadas pelos estudos de gestão social (JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2014; PERSSON; MORETTO NETO, 2015).

Por fim, justificamos essa dissertação com **(4) os avanços possíveis por meio da reconstrução das esferas públicas como uma categoria nucleante da gestão social**. Pretendemos mostrar como essa reconstrução pode auxiliar na construção da gestão social, avançando um pouco mais em relação aos últimos anos. Além disso, pretendemos apresentar uma perspectiva mais plural no que tange as polaridades com as quais o tema é tratado na literatura (normativo x descritivo; consenso x conflito; micro x macro; singular x plural). Essas polaridades segundo os autores Ferre et al. (2002) e Koçan (2008) marcam de forma negativa o conceito, acarretando que se perca os potenciais ampliados do seu desenvolvimento. A relação entre os níveis micro e macro se ligam diretamente com a problemática da escalaridade destacada por Cançado, Pereira e Tenório (2015). A questão das dimensões 'singular e plural' foi destacada especialmente por Fraser (1990, 2007). As polaridades 'consenso x conflito' e 'normativo x descritivo' fazem parte dos debates sobre esferas públicas em Habermas e Hannah Arendt (especialmente quando suas versões são contrapostas), além de diversos críticos das propostas destes (FERRE et al., 2002; KOÇAN, 2008).

Recentemente, Melo (2015) indica que a esfera pública deve ser considerada um conceito aberto (pelo qual se disputam significados), normativo e que deve também ser reconstruído por pesquisas teórico-empíricas. Assim,

O fato é que podemos compreender melhor as mais diversas tentativas de cobrir os déficits históricos, empíricos ou normativos do conceito de esfera pública, as quais têm sido levadas a cabo na teoria social e política contemporânea, quando estamos cientes do desenvolvimento e das dificuldades que a própria teoria habermasiana apresentou ao longo das últimas décadas. (MELO, 2015, p. 12).

Portanto, é importante superar as polaridades apresentadas e avançar na leitura de Habermas e também dos seus críticos. Por fim, na Figura 2, ilustram-se as polaridades a serem reconstruídas a partir de Habermas e sua recepção crítica. Na Figura 2, a espiral indica que o desenvolvimento teórico e empírico não pode ‘parar’ em uma polaridade, mas deve se ‘nutrir’ em termos de potenciais cognitivos (práticos e teóricos) das múltiplas possibilidades que se encontram inseridas nesses espaços – a figura deve ser vista como formada por múltiplas dimensões.

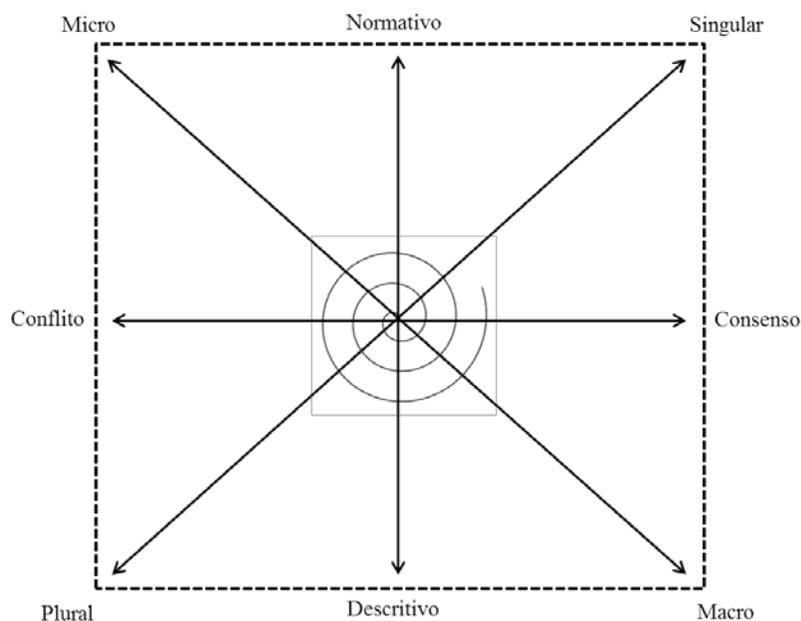


Figura 2: Polaridades centrais da reconstrução (hipótese de trabalho)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Por fim, esperamos mostrar como essa reconstrução pode auxiliar em futuras pesquisas empíricas e chamar para o desenvolvimento de métodos de pesquisas teórico-empíricas no âmbito da gestão social – a partir do entendimento das esferas públicas como categoria empírico-descritiva e normativa.

1.4 Organização da dissertação

A dissertação está dividida, além desta introdução, em sete seções e suas respectivas subseções. Na seção 2, é apresentada a diversidade de conceitos e abordagens da gestão social, suas críticas e transformações. Na seção 3, é apresentada a esfera pública habermasiana em seus três principais momentos, por meio do qual atingimos o primeiro objetivo específico desta dissertação (além disso, exploramos as lacunas e críticas da abordagem de Habermas). Na

seção 4, trata-se dos aspectos metodológicos da dissertação. Seguindo, a seção 5 complementa o resultado das revisões sistemáticas e bibliométricas realizadas sobre esfera pública (objetivo 2). Na seção 6, procuramos apresentar a categoria esfera pública (esferas públicas) e sua aproximação conceitual com a gestão social (objetivo 3 e 4). Por fim, na seção 7, trata-se das considerações finais.

Para facilitar a apresentação, construímos o quadro 2 com a organização da dissertação, baseado na ideia de Eco (2007) do índice como hipótese de trabalho, destacando que as subdivisões não significam necessariamente subseções, mas ideias centrais de cada seção.

Quadro 2: Organização da dissertação (textos centrais)

INTRODUÇÃO	
Contextualização e problema de pesquisa	Alcântara et al. (2015), Avritzer e Costa (2004), Cançado, Pereira e Tenório (2013, 2015), Ferre et al. (2002), Habermas (2001, 2007), Koçan (2008), Losekann (2009), Lubenow (2012b), Melo (2015), Perlatto (2015) e Tenório (1998, 2005)
Justificativa e Relevância	Alcântara et al. (2015), Avritzer e Costa (2004), Cançado (2011), Cançado, Pereira e Tenório (2013, 2015), Ferre et al. (2002), Fraser (1990, 2007), Gaulejac (2007), Koçan (2008), Lubenow (2007, 2012b, 2013, 2014), Melo (2015), Perlatto (2015), Persson e Moretto Neto (2015), Pinho (2010) e Ramos (1981).
O CAMPO DE TEORIAS E PRÁTICAS DA GESTÃO SOCIAL	
O campo da gestão social	Alcântara et al. (2015), Cançado (2011), Cançado, Pereira e Tenório (2013, 2015), França Filho (2003) e Tenório (1990, 1998, 2005).
Abordagens da gestão social	Alcântara et al. (2015), Cabral (2011), Cançado (2011), Cançado, Pereira e Tenório (2013, 2015), Fischer (2012), França Filho (2003), Paes de Paula (2005), Peres Junio e Pereira (2014) e Tenório (1990, 1998, 2005).
Críticas ao conceito de gestão social	Morrow (2013), Persson e Moretto Neto (2015), Pinho (2010), Pinho e Santos (2015a) e Souza (2008).
A CATEGORIA ESFERA PÚBLICA EM HABERMAS	
Esfera pública contemporânea	Avritzer e Costa (2004), Koçan (2008), Losekan (2009), Pereira (2012), Lubenow (2007, 2010, 2012b), Ottman (2004), Ribeiro (2012) e Silva (2001).

Quadro 2, conclusão

Esfera pública em Habermas em três momentos	Avritzer e Costa (2004), Blotta (2012), Bohman (2004), Flynn (2014), Habermas (1997b, 2003, 2012), Lavallo (2002), Losekann (2009), Lubenow (2010, 2012b), Marques (2008), Ottman (2004), Papacharissi (2002), Perlatto (2015), Silva (2008) e Voirol (2008).
Críticas, modificações e avanços da esfera pública em Habermas	Dahlberg (2005), Flynn (2014), Fontana (2014), Fraser (1992), Habermas (1997b, 2003, 2012), Melo (2015), Perlatto (2015), Losekann (2009), Ottman (2004), Silva (2001) e White e Farr (2012).
METODOLOGIA DE PESQUISA	
Dissertação teórica	Alencar (2007), Caçado (2011), Caçado, Pereira e Tenório (2013, 2015), Eco (2007) e Nobre (2011).
Revisão de literatura	Alcântara et al. (2015), Araújo (2006), Caçado (2011), Noronha e Ferreira (2000), Peres Junior e Pereira (2014), Prado et al. (2015) e Steward (2004).
O CAMPO DE PESQUISAS EM ESFERA PÚBLICA: ELEMENTOS ESTRUTURANTES, TENDÊNCIAS E POSSIBILIDADES	
Esfera pública na produção científica internacional	Calhoun (2002), Castells (2008), DeLuca e Peeples (2002), Downey e Fenton (2003), Fraser (2007), Goodman (1992), Habermas (2006), Huang (1993), Koopmans (2004), Mah (2000), Oliver e Myers (1999), Papacharissi (2002), Shirky (2011), Somers (1995) e Wakeman (1993).
Esfera pública na produção científica nacional	Bezerra (2008), Cademartori e Menezes Neto (2013), Costa (1997), Dantas (2003), Leite (2011), Martino (2014), Martins e Carrion (2013), Marzochi (2015), Oliveira, Caçado e Pereira (2010), Portilho (2005) e Rothberg (2008).
ESFERAS PÚBLICAS COMO CATEGORIA DA GESTÃO SOCIAL	
Esfera pública e gestão social: mapeando posições	Alcântara et al. (2015), Alcântara e Pereira (2016), Araújo (2012), Araújo e Boullosa (2013), Caçado, Pereira e Tenório (2013, 2015), Persson e Moretto Neto (2015), Pimentel e Pimentel (2010), Pinho (2010) e Pinho e Santos (2015a).
Reconstruindo a categoria 'Esferas Públicas' para a Gestão Social	Alcântara et al. (2015), Avritzer e Costa (2004), Blotta (2012), Bohman (2004), Dahlberg (2005), Fraser (1992), Gimmler (2001), Losekann (2009), Lubenow (2010, 2012b), Melo (2015), Papacharissi (2002), Perlatto (2015), Persson e Moretto Neto (2015), Pinho e Santos (2015b), Voirol (2008) e White e Farr (2011).
CONSIDERAÇÕES FINAIS	
Considerações finais	Caçado (2011), Habermas (2012) e Thompson (2011).

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Eco (2007) e Zwick (2015).

Recordo-me bem das inúmeras dificuldades que sentia na sala de aula e nos intervalos entre as aulas ao tentar me fazer entender. Hoje em dia, tenho certeza de que a causa residia numa nasalização e numa articulação distorcida de que eu não tinha consciência [...] Ora, comunicações malsucedidas chamam a atenção para a realidade de um mundo intermediário de símbolos que, de outra forma, seriam imperceptíveis e que não poderiam ser apreendidos na qualidade de objetos. Somente no fracasso se mostra o médium da comunicação lingüística como camada de uma comunhão sem a qual não podemos existir como indivíduos. Nós nos encontramos preliminarmente no elemento da linguagem. Somente os que falam podem calar. Nós podemos nos isolar porque somos ligados, naturalmente, com os outros.

Jürgen Habermas, *Entre o naturalismo e a religião*.

2 O CAMPO DE TEORIAS E PRÁTICAS DA GESTÃO SOCIAL

Nesta parte, buscamos demonstrar o esforço intelectual de diferentes autores que buscaram contribuir para a construção do conceito de gestão social em suas distintas abordagens. Inicialmente, é necessário mostrar que a Gestão Social surge de um descontentamento com o *status quo* da Administração fundamentada no positivismo e, mais especificamente, nos escritos de Taylor e Fayol sobre administração científica. Destaca-se aqui a tese de Cançado (2011) “*Fundamentos Teóricos da Gestão Social*” e a obra de Cançado, Pereira e Tenório (2013) “*Gestão Social: epistemologia de um paradigma*”.

Cançado (2011) faz um resgate histórico do desenvolvimento da ciência. Segundo o autor, a ciência como conhecemos hoje teve grande influência do pensamento de Descartes, que propôs a negação do conhecimento tradicional, baseado nas crenças e experiências dos antepassados e explicados pela vontade de Deus. Descartes propôs, então, a busca da verdade por meio da dúvida e da pesquisa, por meio do racionalismo. Posteriormente, Comte, no século XIX, operacionaliza os pensamentos de Descartes com a criação do positivismo, onde as decisões são baseadas na razão (CANÇADO, 2011; CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013).

O mundo do trabalho ainda não havia incorporado os pressupostos do racionalismo. Houve um aumento da produtividade resultante do advento das máquinas, mas ainda não havia racionalização por trás da organização e execução do trabalho. Foram Taylor e Fayol que incorporaram os pressupostos do racionalismo no mundo do trabalho, criando os princípios da Administração Científica e, desde então, a administração assumiu o *status* de ciência. Taylor, em seus princípios de racionalização do trabalho, destaca que existe uma única e melhor forma de realizá-lo e é função do administrador sistematizá-la. Segundo Taylor, os indivíduos fazem suas escolhas baseadas no conhecimento pleno das

possibilidades, ou seja, com racionalidade ilimitada (CANÇADO, 2011; CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013). Posteriormente, March e Simom (1979 apud CANÇADO, 2011) destacam o conceito de racionalidade limitada. Esse conceito relativiza a ideia de conhecimento pleno de todas as possibilidades, mas mesmo na racionalidade limitada “é clara a exclusão de variáveis importantes como política, cultura, moral e história” (CANÇADO, 2011, p. 16).

Portanto, a Administração passa a se utilizar dos mesmos pressupostos que as ciências naturais. Ao mesmo tempo, a Administração Pública começa a se constituir como área de formação com o objetivo de capacitar funcionários para a Administração Pública moderna. Esta “assume os pressupostos das ciências naturais como legitimadores de seu caráter científico” (CANÇADO, 2011, p. 16). Nesse contexto, Cançado (2011, p. 16) destaca que os seres humanos tornavam-se “matéria-prima, membros produtivos e bem comportados da sociedade”. Para Gaulejac (2007, p. 28) a ciência gerencial é responsável por legitimar a mercantilização do ser humano, transformando-o em “capital que convém tornar produtivo”. Tenório (1990) no artigo “*Tem razão a administração*” também tece críticas ao processo de racionalização do trabalho e destaca que “o processo de trabalho, apesar das ‘modernidades’ promovidas pelas teorias racionais funcionais, não diminuiu o espaço entre administradores e administrados, continuando a força de trabalho como uma mercadoria ‘comprada’ para atuar no interior das organizações” (TENÓRIO, 1990, p. 6). Utilizando o conceito de agir instrumental, Tenório (1990, p. 5) frisa que existe “uma busca constante de paradigmas que justifiquem o agir instrumental dentro dos sistemas sociais” e que essa busca “não tem permitido que os agentes do processo, administradores e administrados, desenvolvam suas ações de forma emancipadora”.

O que podemos verificar, a partir do taylorismo no conjunto das teorias organizacionais, é a promoção constante do

ajustamento do empregado ao processo de produção, independentemente do potencial racional-substantivo que o homem traz consigo para dentro das organizações (TENÓRIO, 1990, p. 7).

Paes de Paula (2005), assim como Cançado (2011), ressalta que as ideias e metodologias gerenciais são transpostas para a Administração Pública. Há, portanto, “uma separação clara entre Administração e Política, valorizando a técnica baseada na burocracia” (CANÇADO, 2011, p. 16).

Cançado (2011, p. 17) mostra como o positivismo “perde um pouco de sua força” na década de 60, mas continua “bastante influente nas ciências sociais e, principalmente, no campo da Administração”. Para demonstrar essa perda de espaço, o autor ressalta que com o passar do tempo começa-se a perceber que o conhecimento é temporário e passível de ser substituído por um novo conhecimento que melhor explique a realidade. Ademais, baseando-se em Kuhn, Popper, Lakatos e Feyerabend, Cançado (2011) ressalta que o conhecimento não avança de forma contínua e incremental, mas por meio de revoluções, falsificações, degenerescência de programas de investigação científica ou simplesmente ao acaso (CANÇADO, 2011; CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013). Cançado (2011, p. 17) destaca que a “ciência contranormal começa a ser desenvolvida na década de 1970, estes estudos desenvolveram uma ontologia e uma epistemologia que minaram a concepção positivista”. Portanto, conforme ressalta Cançado (2011, p. 18),

[...] pode-se dizer que o positivismo já perdeu parte de sua força, mas não existe uma alternativa concreta. [...] No campo da Administração Pública, ao incorporar a temática das políticas públicas ao campo, aproximando Administração e política, a Administração Pública realiza também avanços teóricos importantes.

Nesse sentido, segundo Alcântara et al. (2015, p. 36) “[...] no âmbito da administração pública emerge também uma visão da necessidade de processos decisórios compartilhados com a sociedade civil e os cidadãos como membros

de uma sociedade/comunidade”. Para Cançado (2011, p. 18), é nesse contexto de mudança que “a Gestão Social desponta como uma ‘possibilidade objetiva’ de constituir um campo científico, não no intuito de ser a única forma de gestão, porém mais uma possibilidade teórica e prática”. Assim, o contexto teórico de “origem dos estudos em gestão social destaca-se pela busca de formas alternativas e mais democráticas de gestão e de conhecimentos sobre a gestão que sejam também voltados para outros sistemas sociais além do mercado” (ALCÂNTARA et al., 2015, p. 34). Alcântara et al. (2015) destacam, para além do contexto teórico, o contexto econômico, social e político de emergência da gestão social:

[...] fenômenos da flexibilização organizacional, da democratização do Brasil, dos movimentos sociais, do fortalecimento do terceiro setor, das reformas da administração pública e das políticas públicas de desenvolvimento, dentre outros (ALCÂNTARA et al., 2015, p. 33).

Iizuka e Junqueira (2013, p. 72) destacam que “as discussões acerca da gestão social, com o sentido que se tem utilizado nas pesquisas atualmente, emergem em meio à transformação do papel do Estado no início da década 1990”. Ainda, os autores ressaltam que “passou-se de uma compreensão que tratava de um estudo de gestão das organizações do terceiro setor para uma discussão ampliada na qual foram incluídas as organizações públicas e privadas” (IIZUKA; JUNQUEIRA, 2013, p. 72).

Nunca foi tão latente na academia a busca por alternativas teóricas no campo da Administração. O esgotamento das teorias organizacionais tradicionais, que desde a década de 1980 vem sendo anunciado por Guerreiro Ramos, Tragtenberg, Prestes Motta, dentre outros nos mostra que a literatura anglo-saxônica na área pouco tem feito além de reeditar em novas embalagens os mesmos preceitos do taylorismo-fordismo (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011, p. 682).

Segundo Peres Junior e Pereira (2014, p. 222), “a Gestão Social, como campo de conhecimento científico, está em pleno processo de construção”. Nesse sentido, “é uma temática que vem ganhando espaço na agenda de diversos pesquisadores e até mesmo de profissionais dedicados à área social. Além disso, parece haver uma busca, pelos pesquisadores, por um caminho teórico mais sólido e robusto” (IIZUKA; JUNQUEIRA, 2013, p. 72). “No contexto de construção do campo da Gestão Social, começam a surgir centros de pesquisa e eventos que se dedicam ao estudo da temática” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013, p. 108). O PEGS/EBAPE/FGV, criado em 1990, pode ser considerado o pioneiro no estudo da Gestão Social no Brasil. Posteriormente, outros centros foram surgindo em diversas instituições espalhadas pelas diversas regiões do país. “Os pesquisadores dessas instituições se estabeleceram informalmente em uma rede, a Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS)” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013, p. 108). Existem, atualmente, dois grandes eventos que tratam especificamente da Gestão Social: Encontro Mineiro de Administração Pública, Economia Solidária e Gestão Social (EMAPEGS) e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS).

A temática da gestão social no Brasil evoluiu a partir de quatro momentos principais: inicialmente, foram localizadas e publicadas distintas e dispersas experiências de gestão nas quais se apresentavam a possibilidade de se alcançar objetivos sociais por meio do diálogo e da participação das pessoas; em seguida, tais experiências passam a ser reconhecidas e valorizadas como práticas relevantes de gestão; num terceiro momento, os pesquisadores passaram a considerar a gestão social como um campo de gestão particular (gestão participativa, gestão socialmente responsável, etc.) e, finalmente, apesar de não haver um consenso teórico sobre a gestão social pode-se perceber que existe um processo de institucionalização e de modelização, por exemplo, nos cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu* em gestão social (IIZUKA; JUNQUEIRA, 2013, p. 73).

Alcântara et al. (2015, p. 32) destacam que o campo da gestão social “pode ser delineado, inicialmente, como um campo emergente de saberes e práticas em gestão que busca processos dialógicos, democráticos e emancipatórios”.

Revisões sobre a temática da gestão social foram feitas recentemente (ALCÂNTARA et al., 2015; BORGES et al., 2014; CANÇADO, 2011; CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013, 2015; CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011; IIZUKA; JUNQUEIRA, 2013; PERES JUNIOR; PEREIRA, 2014). Essas revisões, além de recentes, possuem discussões aprofundadas e resultados significativos, o que torna desnecessária uma nova revisão. A mais recente revisão foi feita por Alcântara et al. (2015) que trabalha a gestão social e sua relação com Habermas. Borges et al. (2014) realizaram um estudo bibliométrico e sociométrico. Os autores calcularam os seguintes indicadores sociométricos: 1) Grau de centralidade; 2) Intermediação; 3) Proximidade; 4) Densidade⁴. Os autores analisaram 51 artigos de 16 periódicos – busca da expressão “gestão social” feita nos campos “título”, “resumo” e “palavras-chave” dos periódicos selecionados entre os anos de 2001 até 2011 - da grande área de “Administração, Ciências Contábeis e Turismo”.

Esses foram classificados nas seguintes categorias: (a) autor, (b) instituição, (c) periódico, (d) ano de publicação, (e) tipo de estudo – teórico ou empírico; (f) abordagem – quantitativa, qualitativa ou mista e (g) método de pesquisa utilizado (BORGES et al., 2014, p. 50).

Segundo Borges et al. (2014, p. 52), “a Revista de Administração Pública e os Cadernos EBAPE.BR são responsáveis por aproximadamente 40% de toda publicação no período”. Importante ressaltar que ambos os periódicos estão vinculados a Fundação Getúlio Vargas, o que mostra a importância dessa instituição para pesquisas sobre o tema. Ademais, considerando-se “o total de

⁴ Para explicação desses indicadores ver Borges et al. (2014, p. 49).

publicações por ano verifica-se uma tendência de aumento do número de artigos ao longo do tempo [e que] o número de artigos publicados sobre Gestão Social praticamente dobrou entre os anos de 2010 e 2011” (BORGES et al., 2014, p. 52).

Os autores demonstraram ainda que a maior parte dos artigos analisados foi de cunho teórico, ou seja, a maior parte dos estudos analisados teve “como propósito principal desenvolver o campo teórico da Gestão Social, o que se considera importante dado o estágio embrionário do arcabouço conceitual e metodológico da análise” (BORGES et al., 2014, p. 53). Dentre os empíricos, os autores observaram a predominância de artigos qualitativos. Pesquisa documental e entrevista foram os principais métodos de coleta de dados utilizados.

Em relação aos autores que mais publicaram, Borges et al. (2014) destacam Fernando Guilherme Tenório, José Roberto Pereira e Airton Cardoso Cançado: “Importante ressaltar que existe uma rede de colaboração entre estes autores” (BORGES et al., 2014, p. 55). Por meio de um sociograma, Borges et al. (2014, p. 58) destacam duas redes “a primeira delas tem José Roberto Pereira como autor central e a segunda tem Tânia Fischer e Vanessa Paternostro Melo como autoras centrais”. Esses autores estão também entre os que mais publicam sobre o tema, o que pode indicar uma relação positiva entre inserção em rede de pesquisa e produtividade acadêmica.

Iizuka e Junqueira (2013) realizaram uma revisão bibliográfica e pesquisa documental dos trabalhos publicados no Enapegs entre 2007 e 2012. Os autores analisaram 61 artigos cuja temática principal era a gestão social e que continham a expressão “gestão social” no corpo do texto. Segundo levantamento dos autores, em média 16, 67% dos trabalhos apresentados no Enapegs tratam diretamente da gestão social. Os demais trabalhos contemplam temas como economia solidária, empreendedorismo social, políticas públicas,

sustentabilidade, responsabilidade social das empresas, entre outros assuntos.

Para Iizuka e Junqueira (2013, p. 75)

essa diversidade temática pode significar o resultado de uma postura mais inclusiva deste evento científico, ao mesmo tempo em que parece apontar para um campo de conhecimento em processo inicial de construção.

Os autores constataram ainda uma grande quantidade de universidades e faculdades (28) no evento, sendo Minas Gerais, Bahia, Ceará e São Paulo os estados que mais tiveram artigos publicados (IIZUKA; JUNQUEIRA, 2013).

Em relação às metodologias, observou-se que a grande maioria dos artigos apresentaram metodologias qualitativas: “a sistematização das bibliografias, a partir da revisão bibliográfica e as análises de experiências e projetos por meio de estudos de caso, análise de discurso se apresentaram como as principais técnicas qualitativas” (IIZUKA; JUNQUEIRA, 2013, p. 77). Destacou-se, também, grande presença de ensaios teóricos, característica de uma área científica que está em construção. Os autores apresentam também a distribuição dos artigos em relação aos temas e subtemas (Tabela 1). Observa-se que “Educação, ensino e aprendizagem”, “Gestão Pública e Políticas Públicas” e “Participação e negociação” são os temas que possuem maior número de artigos.

Tabela 1: Temas e subtemas de pesquisa ao longo do tempo

Temas e Subtemas	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Educação, ensino e aprendizagem	4	3	1	3	1	7	19
Gestão Pública e Políticas Públicas	0	0	1	5	2	2	10
Territórios	0	0	0	1	2	3	6
Assistência Social	0	1	0	2	0	2	5
Consórcios, Cooperativas e Redes	0	2	0	0	2	1	5
Participação e negociação	0	0	2	0	0	1	3
Outros temas	3	0	1	1	3	5	13
TOTAL	7	6	5	12	10	21	61

Fonte: Iizuka e Junqueira (2013)

Iizuka e Junqueira mostram também os autores e obras mais citadas. Em relação aos autores, Fernando Guilherme Tenório, Genauto Carvalho de França Filho e Tânia Fischer são os autores mais citados⁵. As obras⁶ “*Definindo Gestão Social*”, “*(Re)Visitando o conceito de gestão social*” e “*Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado: ensaios sobre a gestão social*” foram as obras mais citadas.

Cançado et al. (2011) realizaram uma análise dos artigos publicados no Enapegs no período de 2007 a 2010. A seleção foi feita por meio da busca do termo “gestão social” em qualquer parte do texto. Selecionados os artigos, os autores realizaram pré-análise, análise, inferência e interpretação. O objetivo dos autores “foi construir as categorias teóricas de análise de forma a identificar a utilização do termo [Gestão Social], ou seja, mapear e entender como os autores percebem e utilizam este termo” (CANÇADO et al., 2011, p. 120). O resultado mostrou uma grande variação de entendimentos.

⁵ Para lista completa ver Iizuka e Junqueira (2013)

⁶ Para lista completa ver Iizuka e Junqueira (2013)

Quadro 3: Categorias teóricas de análise dos textos sobre Gestão Social, apresentadas nos ENAPEGS de 2007 a 2010

Categorias Teóricas de Análise Identificadas	Descrição
Gestão Social (GS)	Textos que tratam de maneira conceitual o termo Gestão Social, propondo avanços no seu entendimento e/ou tecendo críticas. Nestes textos, a Gestão Social foi identificada como uma dimensão central, mesmo que o texto tenha características de outras categorias de análise.
Gestão Emancipatória (GE)	Textos que interpretam a Gestão Social como uma gestão que proporciona a emancipação ou empoderamento das pessoas. Não necessariamente os termos emancipação e, ou empoderamento estão presentes no texto, mas no seu sentido. Os textos incluídos nesta categoria de análise percebem a Gestão Social como uma gestão, na qual o ser humano se desenvolve e com isto a própria sociedade se desenvolve nas mais variadas dimensões: ambiental, econômica, cultural, etc. Pode estar presente ou não nos trabalhos a perspectiva do território.
Gestão Participativa (GP)	Textos que interpretam a Gestão Social como uma gestão na qual a participação, nas mais diversas formas, é sua característica central. Alguns textos trazem a perspectiva do território enquanto unidade de análise e outros não, ambos os tipos de artigos foram considerados. Nesta categoria de análise foram incluídos, também, os textos que tratam da gestão democrática/ participativa/ descentralizada/ dialógica / compartilhada / cidadã de Projetos/ Programas/ Políticas Públicas ou ONGs/ Cooperativas/ Organizações da Sociedade Civil.
Gestão do Desenvolvimento Social (GDS)	Textos que entendem a Gestão Social como a gestão de Projetos ou Programas Sociais, Políticas Públicas, Políticas Públicas Sociais (conduzidos ou não pelo Estado) e dos aspectos sociais da Administração Pública. Esta categoria de análise contempla também textos que apresentam a Gestão Social como Gestão Social do desenvolvimento, gestão de redes e interorganizações. Nestes textos, não fica clara se a condução dos projetos /programas/ políticas seria democrática/ participativa/ descentralizada/ dialógica/ compartilhada/ cidadã.

Quadro3, conclusão

Gestão em Organizações Sem Fins Lucrativos (GOSFL)	Textos que entendem a Gestão Social como gestão de ONGs, Terceiro Setor, Cooperativas, Organizações da Sociedade Civil (nas suas mais diversas formas) ou qualquer organização sem fins lucrativos, inclusive gestão pública. Nesta categoria de análise estão textos, que interpretam a Gestão Social como uma gestão onde a dimensão econômica (ou a racionalidade utilitária) não é central e,ou textos que entendem que a Gestão Social é uma gestão contrária à gestão que visa lucro (gestão estratégica, gestão privada, gestão empresarial, gestão neoliberal, etc.) e, ainda, trabalhos que entendem a Gestão Social como a gestão da dimensão social em cooperativas.
Gestão da Responsabilidade Social Empresarial	Textos que entendem a Gestão Social como a gestão das ações de Responsabilidade Social das empresas (Responsabilidade empresarial Corporativa), relacionada a <i>stakeholders</i> internos e,ou externos, ou os próprios resultados destas ações. Estão incluídos também, nesta categoria de análise, textos que interpretam a Gestão Social como Responsabilidade Socioambiental, Gestão Socioambiental e Gestão Ambiental.
Formação em Gestão Social (FGS)	Textos que apresentam experiências de formação em Gestão Social, avaliação de programas e,ou cursos de Gestão Social, proposição de perfis para o gestor social e, ainda, críticas aos programas/cursos sobre Gestão Social. Estão incluídos também, nesta categoria de análise, textos que realizam análise de redes de pesquisadores e da produção científica em Gestão Social.
Outras Formas de Gestão Relacionadas (OFGR)	Textos nos quais não foi possível identificar o significado atribuído ao termo Gestão Social. Em alguns trabalhos, o termo só aparece no título, resumo ou palavras-chave. Nesta categoria de análise estão, também, textos nos quais aparecem algumas concepções sobre Gestão Social, porém, o(s) autor(es) não se posiciona(m), limitando-se a apresentá-las.

Fonte: Cançado et al. (2011).

Os trabalhos analisados foram classificados de acordo com estas categorias. A categoria gestão participativa (GP) concentrou 40% dos trabalhos analisados, o que “reforça o caráter participativo intrínseco aos processos de Gestão Social” (CANÇADO et al., 2011).

Por sua vez, Alcântara et al. (2015) analisou como o campo da gestão social está lendo e debatendo as obras de Habermas. Nesse sentido, Alcântara et al. (2015, p. 157) busca identificar “quais são as principais obras de Habermas referenciadas, quais textos e de que forma (quais conceitos)” são lidos e utilizados pela gestão social. O autor destaca a importância das revisões para a construção do conhecimento, pois estas permitem encontrar lacunas, oportunidades, inconsistências e incoerências.

Alcântara et al. (2015) realizaram a busca do termo “gestão social” nos sítios de 53 periódicos selecionados a partir do extrato Qualis Capes e que tinham escopo diretamente relacionado à administração, administração pública e gestão social. Essa primeira busca resultou em 340 artigos. Em um segundo momento, foram excluídos artigos que não tinham a expressão “gestão social” no corpo do texto (só nas referências, por exemplo), o que resultou em 152 artigos. Em um terceiro momento, foram eliminados artigos em que o termo “gestão social” não tinha sido utilizado como escopo de sua pesquisa⁷, o que resultou em 123 artigos. Ademais, “em cada um dos 123 artigos anteriormente delimitados foi realizada a busca por ‘Habermas’ ou expressão que fizesse referência à sua obra (habermasiano; habermasiana; frankfurtiano de segunda geração) no corpo do artigo” (ALCÂNTARA et al., 2015, p. 102-103). Além

⁷ “Não representa a totalidade, no entanto, buscamos um conceito de gestão social que estivesse relacionado aos trabalhos do que denominamos campo da gestão social. [...] dos conceitos revisados nas teses de Araújo (2012), Cançado (2011) e Peres Junior, Pereira e Oliveira (2013). No entanto, não desconsideramos a multiplicidade de conceitos e possibilidades de discussão acerca da gestão social” (ALCÂNTARA et al., 2015, p. 101).

disso, foi pesquisado também se o artigo possuía alguma referência bibliográfica de Habermas. Após essas filtragens restaram 54 artigos. O autor dividiu esses artigos em dois grupos: os que fazem menção ‘indireta’ a Habermas, ou seja, Habermas é citado, mas não aparece nas referências (25 artigos); os que fazem menção ‘direta’, ou seja, pelo menos uma obra de Habermas aparece como referência (26 artigos)⁸.

Alcântara et al. (2015) criaram categorias (não excludentes) relacionadas a temática ou ao arcabouço teórico habermasiano para encaixar os artigos, são elas: ação comunicativa; esfera pública; ética da discussão; mundo-da-vida e sistema; consenso; sociedade civil; deliberação/democracia deliberativa; construção e fundamentação da gestão social; crítica à apropriação de Habermas; referência por meio de Tenório; cidadania/cidadania deliberativa; situação ideal de fala; ciência e técnica; dialogicidade/diálogo e consenso.

Tabela 2: Resumo geral das categorias analíticas

Categoria	Menção Indireta	Habermas referências	Total
Construção e fundamentação da gestão social	12	17	29
Cidadania/Cidadania Deliberativa	10	14	24
Ação Comunicativa (Linguagem/Comunicação)	11	13	24
Esfera Pública	4	11	15
Referências através de F. G. Tenório	12	-	12
Consenso	0	9	9
Dialogicidade/Diálogo	1	7	8
Mundo-da-vida e Sistema	2	6	8
Deliberação/Democracia Deliberativa	1	4	5
Sociedade Civil	0	5	5
Ética da discussão (discurso)	0	1	1
Situação ideal de fala	0	1	1
Ciência e técnica	0	1	1
Crítica a apropriação de Habermas	0	1	1

Fonte: Alcântara et al. (2015, p. 196).

⁸ Três artigos foram excluídos, para detalhes ver Alcântara et al. (2015, p. 105).

Importante notar que dos 26 artigos que fazem referência direta a Habermas, apenas 11 tratam da categoria esfera pública. Ademais, Alcântara et al. (2015) destacam que desses 26 artigos apenas seis fazem uma discussão teórica centrada em Habermas. A obra de Habermas mais citada nestes 26 artigos foi *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, sendo referenciada nove vezes. Observa-se, portanto, que falta uma discussão sobre o conceito de esfera pública uma vez que Habermas altera esse conceito ao longo do tempo, principalmente em *Teoria do Agir Comunicativo* e *Direito e Democracia* (este último pouco referenciado). Além disso:

Encontramos que, apesar da influência de Habermas na concepção do conceito de gestão social para diversos autores do campo, seu amplo arcabouço teórico ainda é pouco abordado. São poucas as obras de Habermas exploradas pelo campo da gestão social e uma gama de trabalhos faz referência a ele por meio de leituras realizadas por outros autores; o que em termos hermenêuticos pode ser problemático. Isso leva alguns autores a tomarem Habermas e seus conceitos como *taken for granted* – visão que precisa ser superada. (ALCÂNTARA et al., 2016, p. 15).

Para os autores “[...], as obras de Habermas podem contribuir com o desenvolvimento e consolidação do campo da gestão social, caso sejam exploradas para além de *Mudança Estrutural da Esfera Pública* e capítulos de *Teoria do Agir Comunicativo*” (ALCÂNTARA et al., 2016, p. 15) e destacam, ainda, que é preciso considerar suas diversas interpretações, além das críticas recebidas por ele em vários momentos.

Peres Junior e Pereira (2014) realizaram uma análise de citações, uma entre diversas técnicas bibliométricas. A análise de citações é uma técnica importante, pois “o número de citações recebidas é uma métrica importante de impacto” (PERES JUNIOR; PEREIRA, 2014, p. 226). Os autores fizeram uma busca do termo “gestão social” no Google Acadêmico e analisaram os resultados

com pelo menos 10 citações⁹. Os autores identificaram quatro grupos de trabalho “que, aparentemente, podem ser apontados como as principais ‘escolas de pensamento’ do campo da Gestão Social” (PERES JUNIOR; PEREIRA, 2014, p. 226). São elas:

1. corrente derivada da teoria crítica frankfurtina, na qual se destacam os trabalhos de Fernando Guilherme Tenório, da EBAPE/FGV e de Genauto Carvalho de França Filho, da Universidade Federal da Bahia (UFBA);
2. aquela baseada na noção de gestão do desenvolvimento social conduzido por interorganizações, desenvolvida pela Prof.^a Tânia Maria Diederichs Fischer, coordenadora do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS), da Universidade Federal da Bahia (UFBA);
3. abordagem centrada nos conceitos de administração pública societal, de Ana Paula Paes de Paula (UFMG);
4. abordagem puquiã, que recebe esse nome tendo em vista a origem e/ou local de atuação de seus autores – a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) –, na qual se destacam os textos de Ladislau Dowbor e os livros *Gestão social: uma questão em debate* (RICO e RAICHELLIS, 1999) e *Gestão social, estratégias e parcerias: redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o Terceiro Setor* (CAVALCANTI; NOGUEIRA, 2006) (PERES JUNIOR; PEREIRA, 2014, p. 226).

Peres Junior e Pereira (2014) realizaram uma análise do embasamento teórico de cada uma destas abordagens. Apesar das diferenças, essas abordagens apresentam conexões e alguns pontos de partida comuns como, por exemplo, a influência de Boaventura de Souza Santos, Bernardo Kliksberg e Alberto Guerreiro Ramos, com destaque para o primeiro. “Em todas as abordagens o sociólogo português é citado, em especial seu livro *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*.” (PERES JUNIOR; PEREIRA, 2014, p. 227). Ademais, enquanto Bernardo Kliksberg é tido como pioneiro das

⁹ Para lista completa ver Peres Junior e Pereira (2014)

discussões sobre gerência social, Guerreiro Ramos é precursor das discussões sobre a necessidade de uma nova administração pública (PERES JUNIOR; PEREIRA, 2014).

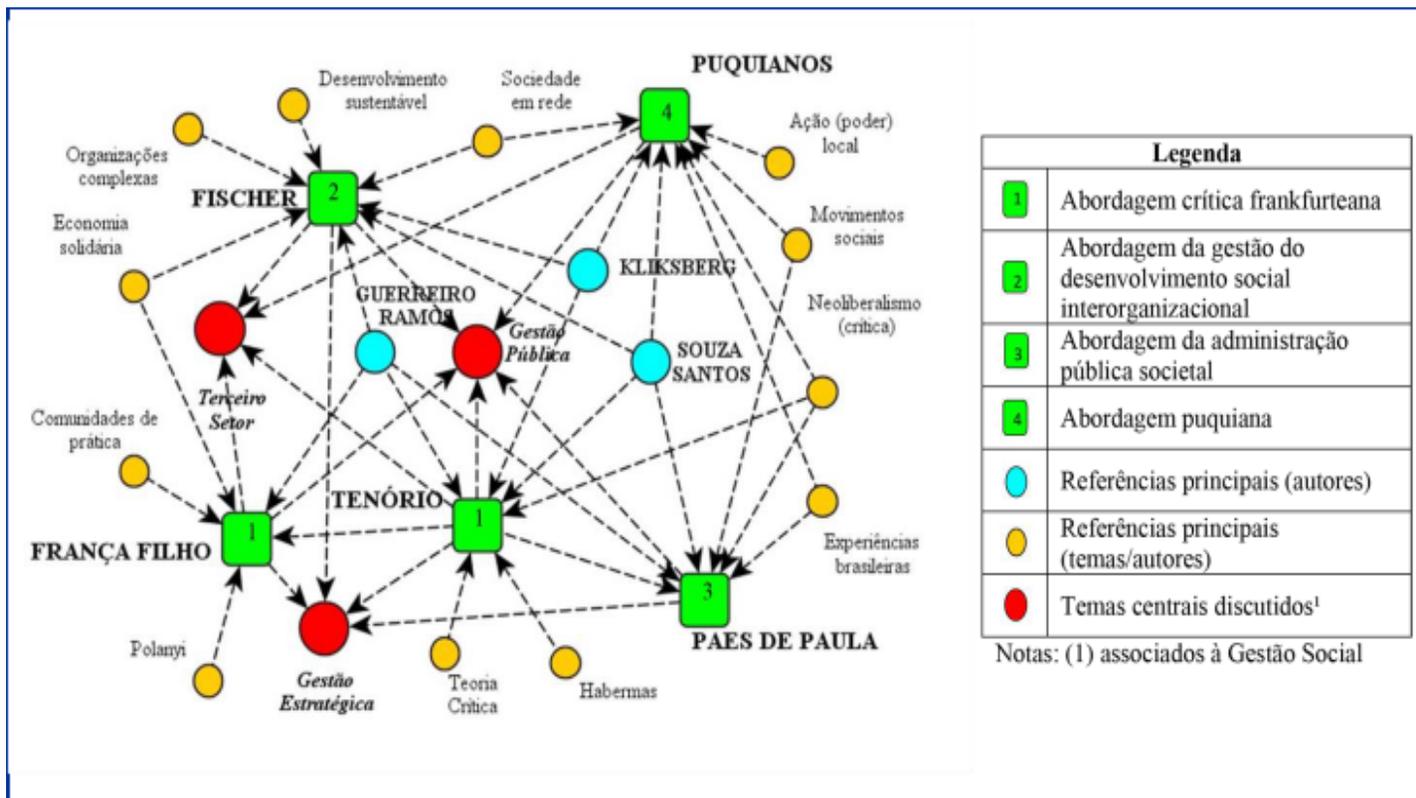


Figura 3: Relações teóricas entre as abordagens da Gestão Social
 Fonte: Peres Junior e Pereira (2014).

Na figura 3, é possível perceber como Guerreiro Ramos, Bernardo Kliksberg e Boaventura de Souza Santos são referências centrais para as abordagens teóricas. Insta ressaltar a importância de três grandes temas centrais: Gestão Pública, Terceiro Setor e Gestão Estratégica. É possível perceber também as especificidades de cada abordagem. Nesse sentido, observa-se que Paes de Paula e os puquianos :

[...] valem-se de relatos sobre iniciativas concretas de participação popular por meio dos movimentos sociais em suas discussões sobre Gestão Social. [...] Outra convergência entre as abordagens puquiana e da administração pública societal ocorre no apoio em experiências concretas de participação popular (PERES JUNIOR; PEREIRA, 2014, p. 228).

Em relação à abordagem crítica frankfurtiana, “o embasamento na Escola de Frankfurt e nos pressupostos habermasianos [...] pode ser assumido como a maior característica dessa vertente” (PERES JUNIOR; PEREIRA, 2014, p. 228). Genauto França Filho discute, ainda, economia solidária e comunidades de prática, além de fazer referência ao substantivismo de Karl Polanyi. A abordagem da gestão do desenvolvimento social interorganizacional, além de trabalhar com a ideia de economia solidária, trabalha com concepção de organizações complexas ou interorganizações (coletivização da gestão) e, nesse contexto, é importante a noção de sociedade em rede. Em relação à abordagem puquiana, observa-se “a discussão de iniciativas de exercício do poder local por meio da investigação de casos concretos, do Brasil e do exterior” (PERES JUNIOR; JUNIOR, 2014, p. 228). Na sequência, essas abordagens serão exploradas com maiores detalhes.

Fernando Guilherme Tenório teve contato com o termo gestão social em um texto de Giorgio Roveda, de 1985, que trata de experiências autogestionárias na guerra civil espanhola. Em 1992, ao participar do Seminário Iberoamericano de Desarrollo de Profesores em Gerencia Social (Santa Cruz de La Sierra,

Bolívia), Tenório observou que o termo *gerencia social* estava associado à gestão de políticas públicas e questões relacionadas ao terceiro setor. Portanto, a ideia de gestão social como gestão de políticas sociais e terceiro setor surgiu no início dos anos 90. Entretanto, nesse seminário, já se vislumbravam outras perspectivas para a gestão social. Em 1997, Tenório participa de um curso nos Estados Unidos (*Curso de Directivos en Diseño y Gestión de Políticas y Programas Sociales*) e amplia seu entendimento sobre gestão social (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013).

Em 1998, Fernando Guilherme Tenório publica na Revista de Administração Pública artigo que viria a se tornar seminal para a gestão social “*Gestão social: uma perspectiva conceitual*” e, em 2005, publica o artigo “*(Re)Visitando o Conceito de Gestão Social*” onde complementa o trabalho de 1998. Tenório (1998, 2005) ressalta que o tema gestão social tem sido utilizado para ressaltar a importância das questões sociais para os governos, principalmente na implementação de políticas públicas, e para as empresas na gestão de seus negócios. Nesse sentido, o termo tem sido relacionado com políticas sociais e flexibilização das relações de trabalho.

[...] gestão social tem sido objeto de estudo e prática muito mais associado à gestão de políticas sociais, de organizações do terceiro setor, de combate à pobreza e até ambiental, do que à discussão e possibilidade de uma gestão democrática, participativa, quer na formulação de políticas públicas, quer naquelas relações de caráter produtivo (TENÓRIO, 2005, p. 102).

Tenório (1998) conclui, então, que o “que se tem observado é uma teoria e prática de *gestão social* muito mais coerente com a *gestão estratégica* do que com aquelas consentâneas com sociedades democráticas e solidárias [...] o discurso e a prática da gestão social tem se pautado pela lógica de mercado [...]” (TENÓRIO, 1998, p. 7-8). Ressalta, ainda, que com o avanço da “onda neoliberal” a Administração Pública passou a ser vista como instrumento de

regulação de mercado (TENÓRIO, 2005). Insatisfeito com essa definição Tenório (1998, 2005) buscou ampliar o conceito e significado da gestão social.

Para tanto, Tenório (1998) buscou estudar a relação entre sociedade e Estado, assim como a relação entre trabalho e capital. O conceito de gestão social de Tenório se distancia do projeto político neoliberal e busca a construção de um novo paradigma para a tradicional e assimétrica relação entre Estado, mercado e sociedade (PINHO; SANTOS, 2015a). Segundo Tenório, estudos dessa natureza são pautados pela sequência Estado-sociedade e capital-trabalho. Logo de início, Tenório (1998, 2005) inverte a ordem dos pares de palavras para sociedade-Estado e trabalho-capital. Segundo o autor, “ao tomar como premissa que o estudo deve partir da ótica da *sociedade* e da ótica do *trabalho*, acreditamos mudar o enfoque de quem deve ser o protagonista no processo dessas relações: a *cidadania*” (TENÓRIO, 1998, p. 8). A cidadania, como protagonista dessas relações, está relacionada com a ideia de que o *cidadão* é o “sujeito privilegiado de vocalização daquilo que interessa à *sociedade* nas demandas ao *Estado* e daquilo que interessa ao *trabalhador* na interação com o *capital*” (TENÓRIO, 1998, p. 8). Tenório (2005) acrescenta ainda o par sociedade-mercado, demonstrando que existem relações entre a sociedade e o mercado e que a sociedade civil deve ser a protagonista também dessas relações.

Tenório (1998, 2005) utiliza como referencial teórico a perspectiva da Escola de Frankfurt, que trata a racionalidade instrumental como inibidora da emancipação do homem. Mais especificamente, Jürgen Habermas e seu conceito de racionalidade comunicativa são centrais para a abordagem de Tenório. Nesse sentido, ressalta que “o fundamento epistemológico que utilizamos para contrapor o significado de *gestão social* ao de *gestão estratégica* [...] é aquele definido pela escola de Frankfurt a partir do confronto entre a *teoria crítica* e a *teoria tradicional*” (TENÓRIO, 1998, p. 9). A teoria tradicional está relacionada com o conhecimento puro, positivista, que busca princípios gerais por meio do

empirismo e da verificação e que não visa à transformação social. A teoria tradicional trata os fatos sociais como quase neutros e, nesse sentido, os fatos sociais podem ser delimitados e quantificados. A teoria crítica, por outro lado, “investiga as interconexões recíprocas dos fenômenos sociais e observa-os numa relação direta com as leis históricas do momento da sociedade estudada” (TENÓRIO, 1998, p. 9). Ademais, a teoria crítica tem a sociedade como objeto de estudo e entende que a sociedade precede o sujeito (TENÓRIO, 1998, 2005). Outro contraponto entre a teoria crítica e a teoria tradicional diz respeito à relação entre pesquisador e objeto de estudo. “A teoria crítica não aceita o conhecimento como distinto e superior à ação e reconhece que a pesquisa é impossível de ser desinteressada em uma sociedade em que os homens não são autônomos” (TENÓRIO, 1998, p. 10). Partindo desse pressuposto, Tenório (1998) acredita que a pesquisa social empírica no campo da gestão organizacional está relacionada ao pragmatismo, ao sucesso do mercado. Exponente da teoria crítica, Habermas busca

[...] desenvolver uma teoria que, diferentemente da *teoria tradicional*, positivista, denunciada por Horkheimer, permita uma práxis social voltada para um conhecimento reflexivo e uma práxis política que questione as estruturas sócio-político-econômicas existentes (TENÓRIO, 1998, p. 12).

Após discutir o contraponto entre teoria crítica e teoria tradicional, Tenório (1998) discute os conceitos de racionalidade instrumental e racionalidade comunicativa. O autor ressalta que os frankfurtianos veem a racionalidade instrumental como inibidora da emancipação do homem: “Para este tipo de razão, uma idéia, um conceito ou uma teoria não passam de um esquema ou plano de ação no qual a probabilidade e o cálculo são suas noções-chave.” (TENÓRIO, 1998, p. 11). Habermas aceita essa ideia, entretanto, não sustenta o pessimismo de seus antecessores que não vislumbravam uma alternativa para a razão instrumental (LUBENOW, 2012a; TENÓRIO, 1998). É

nesse contexto que Habermas demonstra seu conceito de racionalidade comunicativa. Partindo da perspectiva marxista da história do gênero humano, Habermas destaca que a linguagem, e não só o trabalho, é elemento da evolução da reprodução da espécie humana (TENÓRIO, 1998). Habermas busca mostrar “os problemas gerados pela racionalização da sociedade, por meio do conceito de ação social, conceito que ele desenvolve a partir da seguinte tipologia: teleológica, estratégica, normativa, dramática e comunicativa” (TENÓRIO, 1998, p. 12-13).

Ação teleológica é aquela cuja racionalidade de meios é projetada por uma pessoa para alcançar um objetivo. No entanto, ela será estratégica ou teleológica-estratégica, quando a decisão ou comportamento de pelo menos um indivíduo é afetado pelo cálculo da relação meio-fim. Numa *ação estratégica* os atores se relacionam uns com os outros, vendo-os como meios ou impedimentos para a realização de seus objetivos. Já em uma *ação normativa*, os atores desenvolvem a ação de acordo com as normas e valores compartilhados pelo grupo ao qual são submetidos os interesses pessoais. No processo de *ação dramática* o ator posiciona-se, apresenta-se perante os outros como uma personagem, procurando projetar uma imagem. Finalmente, a *ação comunicativa*, ação social mais importante na perspectiva habermasiana, é aquela que duas ou mais pessoas procuram chegar à *razão*, ao entendimento sobre determinado objetivo (TENÓRIO, 1998, p. 13).

Tenório (1998) contrapõe, então, ação estratégica e ação comunicativa. Portanto, a expressão ação estratégica será antitética à ação comunicativa. “Essas tipologias de ação contribuirão para originar os conceitos de *gestão estratégica* e *gestão social*” (TENÓRIO, 1998, p. 14).

Gestão estratégica é um tipo de ação social utilitarista, fundada no cálculo de meios e fins e implementada através da interação de duas ou mais pessoas, na qual uma delas tem autoridade formal sobre a(s) outra(s). Por extensão, neste tipo de ação gerencial o sistema-empresa determina suas condições de funcionamento e o Estado se impõe sobre a sociedade. É uma combinação de competência técnica com atribuição hierárquica, o que produz a substância do

comportamento tecnocrático. Por comportamento tecnocrático, entendemos toda ação social implementada sob a hegemonia do poder técnico ou tecnoburocrático, que se manifesta tanto no setor público quanto no privado, fenômeno comum às sociedades contemporâneas (TENÓRIO, 1998, p. 14).

Portanto, Estado, sociedade e organizações são configurados e orientados de acordo com os pressupostos e objetivos da razão instrumental. Sendo assim, para cada problema existe uma solução ótima e, conseqüentemente, isso conduz à absorção ou adaptação da estrutura político-institucional às exigências estruturais da razão técnica. Portanto, a tecnocracia é resultado da projeção da racionalidade instrumental sobre a gestão do Estado e das organizações. “Por se utilizar da ação gerencial do tipo monológica, ela é autoritária, na medida em que substitui a idéia de associação de indivíduos livres e iguais pela idéia de uma sociedade isenta de sujeitos” (TENÓRIO, 1998, p. 15). Tenório (1998) conclui, portanto, que a tecnoburocracia é antidemocrática, pois não valoriza a cidadania, ou seja, não estimula a participação na gestão estatal e nem na gestão empresarial.

A gestão social contrapõe-se à *gestão estratégica* na medida em que tenta substituir a gestão tecnoburocrática, monológica, por um gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais. E urna ação dialógica desenvolve-se segundo os pressupostos do agir comunicativo [...] Portanto, no contexto da *gestão social* orientada pela racionalidade comunicativa, os atores, ao fazerem suas propostas, não podem impor suas pretensões de validade sem que haja um acordo alcançado comunicativamente no qual todos os participantes exponham suas argumentações. Existe argumento quando os requisitos de validade se tomam explícitos em termos de até que ponto podem ser oferecidas boas razões para eles em lugar da coação ou força. Estes argumentos são expostos através da *razão*, do conhecimento; portanto, discursivamente. Quem fala expõe suas idéias de maneira racional e quem ouve reage tomando posições motivadas também pela razão (TENÓRIO, 1998, p. 16).

Tenório (2005) sintetiza essa diferença entre gestão estratégica e gestão social:

[...] o primeiro atua determinado pelo mercado [...] prima pela competição em que o outro, o concorrente, deve ser excluído e o lucro é seu motivo. [...] a *gestão social* deve ser determinada pela concordância, em que o outro deve ser incluído e a solidariedade o seu motivo (TENÓRIO, 2005, p. 103).

A gestão social pressupõe, então, o exercício da cidadania. Sendo assim, Tenório (1998) diferencia a cidadania deliberativa – relacionada com a gestão social - das cidadanias liberal e republicana. Para tal esforço, o autor utiliza o texto “*Três modelos normativos de democracia*” de Jürgen Habermas. Insta ressaltar que Tenório (2005) recorre também aos conceitos habermasianos de esfera pública e sociedade civil para definir o conceito de cidadania deliberativa. Em síntese, ao resgatar o conceito de esfera pública e sociedade civil (dois conceitos complementares) a intenção de Tenório (2005) é demonstrar que a esfera pública é um espaço social onde ocorrem interações dialógicas (onde todos tem direito a fala, sem nenhum tipo de coação) entre sociedade civil e Estado e, expandindo o pensamento habermasiano, entre sociedade civil e mercado.

Segundo a *concepção liberal* o processo democrático cumpre a tarefa de programar o Estado no interesse da sociedade, entendendo-se o Estado como o aparato de administração pública e a sociedade como o sistema, estruturado em termos de uma economia de mercado, de relações entre pessoas privadas e do seu trabalho social. A política (no sentido da formação política da vontade dos cidadãos) tem a função de agregar e impor os interesses sociais privados perante um aparato estatal especializado no emprego administrativo do poder político para garantir fins coletivos. Segundo a *concepção republicana* a política não se esgota nessa função de mediação. Ela é um elemento constitutivo do processo de formação da sociedade como um todo. A política é entendida como uma forma de reflexão de um complexo de vida ético (no sentido de Hegel). Ela

constitui o meio em que os membros de comunidades solidárias, de caráter mais ou menos natural, se dão conta de sua dependência recíproca, e, com vontade e consciência, levam adiante essas relações de reconhecimento recíproco em que se encontram, transformando-as em uma associação de portadores de direitos livres e iguais (HABERMAS, 1995, p. 39-40).

Dessas duas concepções de cidadania resultam, obviamente, dois tipos de cidadão: o cidadão liberal e o cidadão republicano. Na primeira, o cidadão é definido em função dos direitos que ele tem diante do Estado e dos outros cidadãos (HABERMAS, 1995; TENÓRIO, 1998). Na segunda, o cidadão não utiliza sua liberdade apenas para desempenho como pessoa privada, mas para ser participativo, um ator político responsável por uma comunidade. Ou seja, “os primeiros priorizando os compromissos e a liberdade individual para negociar e os segundos priorizando o que é melhor para o próprio grupo ou comunidade” (TENÓRIO, 2005, p. 109). Diante dessas duas concepções Habermas acrescenta uma terceira ancorada nos pressupostos da racionalidade comunicativa. É sob essa concepção de cidadania, cidadania deliberativa, que Tenório (1998, p. 18) assenta seu conceito de gestão social: “E é sob esta concepção *deliberativa* que também nos apoiamos para defender a necessidade de uma ação gerencial voltada para o entendimento, de um consenso alcançado argumentativamente, de uma verdadeira *gestão social*”.

Conforme essa concepção a razão prática se afastaria dos direitos universais do homem (liberalismo) ou da eticidade concreta de uma determinada comunidade (comunitarismo) para se situar naquelas normas de discurso e de formas de argumentação que retiram seu conteúdo normativo do fundamento da validade da ação orientada para o entendimento, e, em última instância, portanto, da própria estrutura da comunicação linguística (HABERMAS, 1995, p. 46).

Tenório (1998) expõe, então, a cidadania deliberativa e, por conseguinte, a gestão social sob o ponto de vista dos pares de palavras sociedade-Estado e trabalho-capital.

Do ponto de vista da relação *trabalho-capital*, a ação gerencial voltada para o entendimento - *gestão social* -, a *cidadania deliberativa* ocorre quando o trabalhador, ao tomar consciência de seu papel como sujeito e não coadjuvante social, isto é, tendo conhecimento do conteúdo social, interativo, de suas ações no trabalho, passa a reivindicar não somente maiores ganhos salariais e/ou melhores condições de trabalho, como também a participação no processo de tomada de decisão do *sistema-empresa*. [...] Na relação *sociedade-Estado*, a ação gerencial dialógica -*gestão social* -, a *cidadania deliberativa* sugere que a pessoa, ao tomar ciência de sua função como sujeito social e não adjunto, ou seja, tendo conhecimento da substância social de seu papel na organização da sociedade, deve atuar não somente como contribuinte, eleitor, mas com uma presença ativa e solidária nos destinos de sua comunidade. Ainda sob esta relação, um dos enclaves que tem atuado contemporaneamente é o denominado *terceiro setor*, que pode ser o espaço da sociedade civil, o *locus* privilegiado da integração social, da intersubjetividade pleiteada por uma gestão mais solidária (TENÓRIO, 1998, p. 19).

Cidadania deliberativa pressupõe que “a legitimidade das decisões políticas deve ter origem em processos de discussão, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum” (TENÓRIO, 2005, p. 105). A esfera pública é uma possibilidade de a sociedade civil influenciar nas decisões públicas por meio da participação. “Desse modo, o procedimento da prática da *cidadania deliberativa* na *esfera pública é a participação*”. (TENÓRIO, 2005, p. 113). Portanto, Tenório (2005, p. 2) define a gestão social como “o processo gerencial dialógico no qual a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social – público, privado ou de organizações não-governamentais)”. O acréscimo, ao revisitar o conceito de

gestão social, está relacionado a importância dada à participação e ao incremento dos conceitos de sociedade civil e esfera pública. “Sumarizando esta proposta, a gestão social vai estar apoiada na priorização da sociedade e do trabalho frente ao capital e ao Estado aliada ao conceito de cidadania deliberativa” (PINHO, 2010, p. 30).

França Filho (2003) ressalta que o termo gestão social tem sido utilizado para identificar práticas sociais de distintos atores, o que pode levar a sua banalização: “Como num passe de mágica, o universo das práticas sociais ganha um novo contorno para ilustrá-lo. Tudo que não é gestão tradicional passa então a ser vista como gestão social” (FRANÇA FILHO, 2003, p. 1). O autor ressalta que toda gestão é social na medida em que envolve a interação entre pessoas, relacionamento humano. “Se então toda gestão é social [...], o que esperar logo de uma noção que assim se formula [...]?” (FRANÇA FILHO, 2003, p. 2).

O autor destaca ainda que a gestão social pode ser vista como finalidade e como processo. Como finalidade o termo seria autoexplicativo, ou seja, uma gestão voltada para o social. Nesse sentido, seria uma inovação para a disciplina administrativa uma vez que “se trata de compreender um ideal de gestão que não se orienta, em primeiro lugar, para uma finalidade econômica” (FRANÇA FILHO, 2003, p. 1). Aqui a gestão social seria vista, então, como a gestão das demandas e necessidades da sociedade. Portanto, a gestão social poderia ser confundida com a própria gestão pública, uma vez que gerir as demandas da sociedade é atribuição típica do Estado. Entretanto, “o termo gestão social vem sugerir assim que, para além do Estado, a gestão das demandas e necessidades do social pode se dar via a própria sociedade, através das suas mais diversas formas e mecanismos de auto-organização, especialmente o fenômeno associativo” (FRANÇA FILHO, 2003, p. 3). Como finalidade, portanto, a gestão social tem um enfoque macro.

Como processo, segundo França Filho (2003), a gestão social tem um enfoque micro, voltada para ação organizacional, ou seja, é uma forma de gestão organizacional onde a lógica instrumental aparece subordinada a lógicas mais sociais, políticas, culturais e ecológicas. Enquanto forma de gestão organizacional ela se distingue da gestão privada e da gestão pública. Na gestão privada, a finalidade econômica-mercantil da organização condiciona sua racionalidade (instrumental) e, conseqüentemente, o social, o político, o cultural etc, fica subordinado ao econômico-mercantil. A gestão pública está relacionada com o modo de gestão (processo de gestão) que é praticado nas instituições públicas de Estado. Distingue-se da gestão privada em relação aos fins perseguidos (gestão das demandas e necessidades do social), mas “aproxima-se dele [gestão privada] em relação ao modo de operacionalizar a gestão, que se assenta numa lógica burocrática e de poder segundo os parâmetros de uma racionalidade instrumental e técnica.” (FRANÇA FILHO, 2003, p. 4). Nesse mesmo sentido, Cançado, Pereira e Tenório (2013) destacam que a administração pública representa os interesses públicos e constitui a forma de administrar o próprio Estado: “Por outro lado, a administração estratégica representa os interesses privados capitalistas [...] e constitui a forma de administrar o próprio mercado capitalista.” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013, p. 86). A gestão social como processo é, segundo França Filho (2003),

[...] modo de gestão próprio às organizações atuando num circuito que não é originariamente aquele (tradicional) do mercado e do Estado, muito embora estas organizações entretenham, em grande parte dos casos, relações com instituições privadas e públicas, através de variadas formas de parcerias para consecução de projetos. Este é o espaço próprio da chamada sociedade civil, portanto, uma esfera pública de ação que não é estatal. As organizações atuando neste âmbito, que são sobretudo associações, não perseguem objetivos econômicos. [...] É exatamente esta inversão de prioridades em relação a lógica da empresa privada que

condiciona a especificidade da gestão social (FRANÇA FILHO, 2003, p. 4).

Tânia Fischer trabalha com a concepção de gestão social do desenvolvimento de territórios ou gestão do desenvolvimento social. Fischer (2012, p. 114) destaca que a gestão “é um ato relacional que se processa entre atores sociais em tempos e espaços territorialmente delimitadas”. O adjetivo social implica que o alvo principal é a sociedade. A gestão envolve a produção de bens, serviços e significados. A concepção de territórios é importante para a autora, que destaca que a gestão social “não é a gestão de processos descontextualizados, mas sim ancorados territorialmente [...]” (FISCHER, 2012, p. 114). Outro conceito importante para a gestão social do desenvolvimento de territórios é o de interorganizações que, resumidamente, significa organizações que trabalham juntas. São organizações diferenciadas conectadas por um propósito em comum, portanto, uma característica desse processo é a hibridização (FISHCER, 2012; FISCHER; MELO; CODES, 2004).

A construção social do desenvolvimento local é, então, forjada por interorganizações que refletem os interesses plurais das instituições que operam no espaço público. Governo local, empresas e organizações sociais se articulam dentro de uma trama singular de interesses criando modelos de ações coletivas, traduzidos em desenhos organizativos complexos, onde o poder flui diferentemente conforme a verticalização ou horizontalização das relações, guardadas as contradições desses processos e jogos de interesse dos atores (FISCHER, 2002, p. 23).

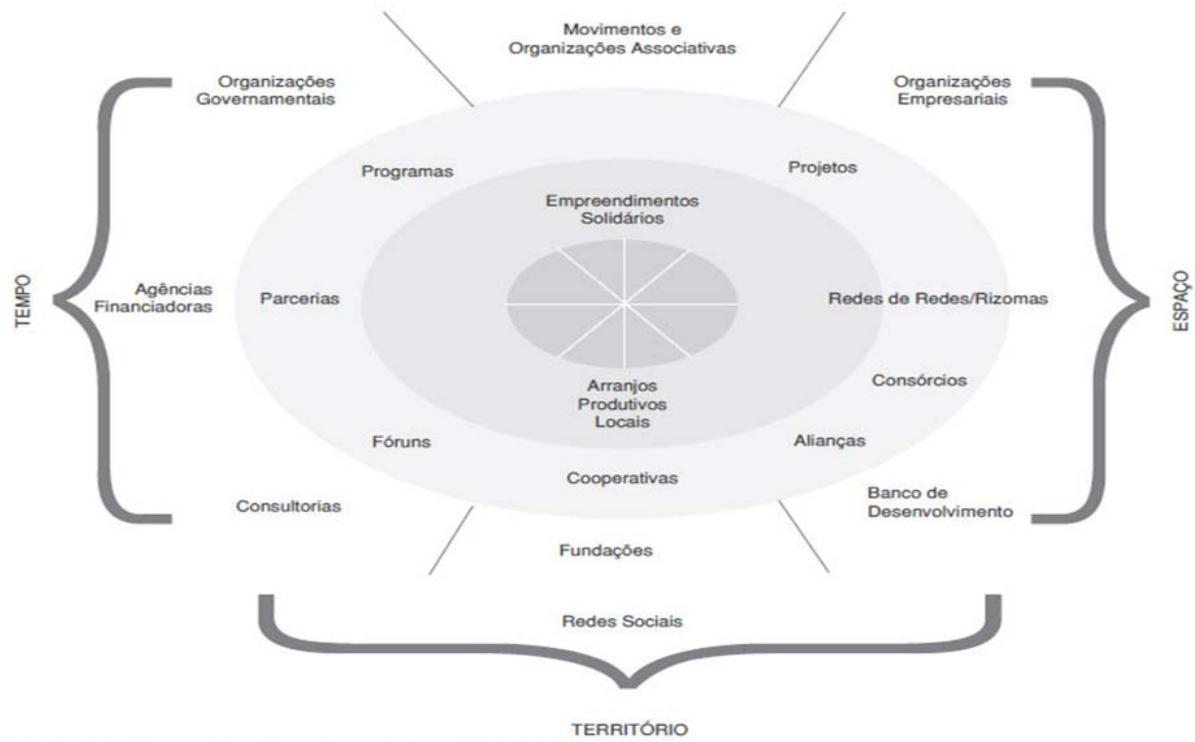


Figura 4: Interorganizações e desenvolvimento territorial
 Fonte: Fischer (2012).

Na figura 4, mostra-se como diferentes organizações (movimentos e organizações associativas, organizações governamentais, agências financiadoras, consultorias, etc) podem se articular por meio de fóruns, alianças, projetos, programas, cooperativas e, como resultado, essa “ação em convergência é integrativa e aponta, como um sentido obrigatório, ao desenvolvimento” de um determinado território/espço em um determinado tempo (FISCHER, 2012, p. 116). “Interorganizações orientadas ao desenvolvimento territorial podem operar em diferentes escalas, articularem-se para cooperar ou competir, com ações predominantemente sociais ou produtivas.” (FISCHER; MELO; CODES, 2004, p. 1).

Paes de Paula (2005) distingue dois modelos de gestão pública, a vertente gerencial e societal. A vertente gerencial se constituiu no Brasil durante os anos 1990, durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Paes de Paula (2005) ressalta que o ideário gerencialista floresceu durante os governos de Margaret Thatcher e Ronald Reagan. O debate sobre o gerencialismo “se situa no contexto do movimento internacional de reforma do aparelho do Estado, que teve início na Europa e nos Estado Unidos” (PAES DE PAULA, 2005, p. 37). No Brasil, o gerencialismo ganhou força com a crise do nacional-desenvolvimentismo e com as críticas ao patrimonialismo e ao autoritarismo do Estado brasileiro (PAES DE PAULA, 2005).

A crise do nacional-desenvolvimentismo e as críticas ao patrimonialismo e autoritarismo do Estado brasileiro estimularam a emergência de um consenso político de caráter liberal [...]. Nesse contexto, a administração pública gerencial, também conhecida como nova administração pública, emergiu como o modelo ideal para o gerenciamento do Estado reformado pela sua adequação ao diagnóstico da crise do Estado realizado pela aliança socialliberal e por seu alinhamento em relação às recomendações do Consenso de Washington para os países latino-americanos (PAES DE PAULA, 2005, p. 38).

O gerencialismo deveria utilizar na administração pública práticas adotadas na administração privada como profissionalização, programas de qualidade e reengenharia organizacional. Essas práticas de gestão privada deveriam ser adaptadas ao setor público (PAES DE PAULA, 2005).

A vertente societal tem raízes nas manifestações populares contra a ditadura e pela redemocratização. Paes de Paula (2005) destaca os movimentos sociais, os partidos de esquerda e centro esquerda, e as organizações não-governamentais como atores importantes na construção da vertente societal. A autora destaca ainda a importância, na década de 70, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que promoveram, por meio de grupos de estudo, encontro de jovens, entre outros espaços alternativos para a mobilização política e, conseqüentemente, estimulou a discussão em torno de questões que afetavam a vida social e coletiva como transporte público, saúde, saneamento, etc. (PAES DE PAULA, 2005). Nesse contexto, consolidavam-se os movimentos sociais, sindicais e os partidos de esquerda e centro-esquerda e, conseqüentemente, surgiram as primeiras tentativas “de romper com a forma centralizada e autoritária de exercício do poder público [...]”. (PAES DE PAULA, 2005, p. 39). Questionava-se o protagonismo do Estado na gestão pública e reivindicava-se o fortalecimento do papel da sociedade civil.

Uma concepção começou a se tornar predominante no âmbito desse campo, a saber: a implementação de um projeto político que procura ampliar a participação dos atores sociais na definição da agenda política, criando instrumentos para possibilitar um maior controle social sobre as ações estatais e desmonopolizando a formulação e a implementação das ações públicas. (PAES DE PAULA 2005, p. 39).

Nesse contexto, surgem propostas inovadoras de gestão pública e experiências de participação. Além da reforma gerencialista desencadeada nos anos 1990, existia uma visão alternativa que se preocupava não apenas com os problemas gerenciais e administrativos, mas também estava empenhada na

criação de espaços deliberativos. Destacam-se aqui o orçamento participativo, os conselhos gestores e os fóruns participativos, que são iniciativas que buscam uma nova relação entre Estado e sociedade (PAES DE PAULA, 2005).

Paes de Paula (2005, p. 40) identifica três dimensões necessárias para a construção de uma gestão pública democrática: 1) a dimensão econômico-financeira; 2) a dimensão institucional-administrativa; 3) a dimensão sociopolítica. A primeira envolve questões de natureza fiscal, tributária e monetária, finanças públicas e investimentos estatais. A segunda está relacionada com a organização do aparato estatal. A terceira está associada com a relação entre Estado e sociedade. Segundo a autora, a vertente gerencial enfatiza as dimensões econômico-financeira e institucional-administrativa, enquanto a vertente societal enfatiza a dimensão sociopolítica. Nesse sentido, observa-se a clássica dicotomia entre administração e política. Além disso,

a vertente societal não tem propostas completamente acabadas para as dimensões econômico-financeira e institucional-administrativa, e que a vertente gerencial lida com a dimensão sóciopolítica predominantemente no âmbito do discurso (PAES DE PAULA, 2005, p. 41).

Para Alcântara et al. (2015, p. 261) “a abordagem puquiiana destaca o espaço público, o terceiro setor, as ONGs e os movimentos sociais [...]”. Cabral (2011, p. 50) destaca que o terceiro setor “deve ser a representação desse espaço [espaço público] na sociedade, uma vez que engloba as relações entre o econômico e o político, o público e o privado, e se apresenta como substancial à democracia [...]”. O terceiro setor é, portanto, um espaço no qual lógicas que emergem do Estado, mercado e da comunidade, ou seja, lógicas diversas, são interconectadas por um propósito comum (CABRAL, 2011). Portanto, Cabral (2011) aborda a gestão social neste *locus* intersectorial. Cabral (2010, 2011) trata a gestão social como produtora de bens públicos e reprodutora de valores sociais e destaca a ausência de metodologias específicas para avaliação de organizações

do terceiro setor. Teodósio (2008) trata das parcerias trisetoriais. Junqueira (2004) também trata a gestão social como ações intersetoriais.

Cançado, Pereira e Tenório (2013) ressaltam que, apesar das diversas abordagens e dos diferentes autores que vêm trabalhando com essa temática, é possível delinear algumas características básicas para a gestão social. Segundo os autores, a tomada de decisão coletiva é uma das bases da gestão social. Por sua vez, a tomada de decisão coletiva exige que se tenha ausência de coerção, ou seja, “todos devem ter a liberdade de manifestar o que pensam dialogicamente” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013, p. 131). Ademais, essa tomada de decisão deve ser baseada no entendimento – aqui nota-se a aproximação com a ação comunicativa habermasiana. Conseqüentemente, a dialogicidade é outra característica da gestão social. “A transparência surge como condição necessária para as outras características [...] as informações devem estar disponíveis a todos, o segredo e a assimetria de informações também são estranhos a esse processo” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013, p. 131). Por fim, a emancipação é o objetivo e resultado esperado da gestão social (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013).

Em síntese, tem-se uma primeira aproximação da delimitação do campo: a Gestão Social é a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na intelegibilidade da linguagem, na dialogicidade e entendimento esclarecido como processo, a transparência como pressuposto e na emancipação na condição de fim último (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013, p. 132).

Os autores alertam que essas características devem ser vistas como tipo ideal weberiano, ou seja, são características que devem ser perseguidas. Destacam ainda que o processo de gestão social, ou seja, a gestão social como prática, ao perseguir a emancipação, pode aumentar a possibilidade de essas características se apresentarem (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013).

Uma síntese das leituras realizadas e algumas outras definições de gestão social são apresentadas no Quadro 4.

Quadro 4: Diversidade de conceitos de gestão social

Conceito	Fonte
“[...] um gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais”.	Tenório (1998, p. 16)
“[...] modo de gestão próprio às organizações atuando num circuito que não é originariamente aquele (tradicional) do mercado e do Estado, [...]”.	França Filho (2003, p. 4)
“[...] gestão social como o processo gerencial dialógico no qual a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social – público, privado ou de organizações não-governamentais). O adjetivo social qualificando o substantivo gestão será entendido como o espaço privilegiado de relações sociais em que todos têm o direito à fala, sem nenhum tipo de coação”.	Tenório (2005, p. 102)
“[...] um ato relacional capaz de dirigir e regular processos por meio da mobilização ampla de atores na tomada de decisão, que resulte em parcerias intra e interorganizacionais, valorizando as estruturas descentralizadas e participativas, tendo como norte o equilíbrio entre a racionalidade instrumental e a racionalidade substantiva, para alcançar enfim um bem coletivamente planejado, viável e sustentável a médio e longo prazo”.	Gondim, Fischer e Melo (2006, p. 7)
“[...] gestão que produza os bens públicos e reproduza os valores sociais que permitam o florescimento deste espaço articulado pelo TS [terceiro setor]”	Cabral (2008, p. 25)
“[...] um processo dialético de organização social próprio da esfera pública, fundado no interesse bem compreendido, e que tem por finalidade a emancipação”.	Cançado (2011, p. 205)
“Pode-se concluir que a gestão do desenvolvimento social é um processo de mediação que articula múltiplos níveis de poder individual e social”.	Fischer (2012, p. 118)
“[...] tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência, como pressuposto e na emancipação enquanto fim último”.	Cançado, Tenório e Pereira (2011, p. 697)
“[...] ação gerencial dialógica própria da sociedade, do interesse público não estatal e voltado para o bem comum”.	Cançado, Pereira e Tenório (2013, p. 17).

Quadro 4, conclusão

<p>“A gestão social é um campo de saberes e práticas referentes aos modos de gerir interorganizações, territórios e relações sociais, sendo orientado por uma ideologia social e do interesse público, orquestrando diferentes escalas e tipos de poder. Prevalece a lógica humanitária, do interesse público e social em detrimento dos interesses privados, individuais e monetário”.</p>	<p>Araújo (2014, p. 88).</p>
--	----------------------------------

Fonte: Elaborado pelo autor.

A seguir destacamos as principais críticas à gestão social e fazemos algumas considerações a elas.

2.1 Críticas ao conceito de gestão social

Pinho (2010) tece críticas inicialmente ao próprio termo “gestão social”. Comparando com outros tipos de gestão como, por exemplo, gestão ambiental, gestão acadêmica e gestão de recursos humanos, onde o termo deixa claro aquilo que se está administrando, o autor destaca que o termo gestão social gera muita ambiguidade. Sugere, então, que “gestão do social” ou “gestão emancipadora” seria mais adequado: “O termo social é muito convencional, indefinido e carregado de ambiguidades e pode ser aproveitado oportunisticamente” (PINHO, 2010, p. 25). Ao citar a abordagem de Fernando Guilherme Tenório, Pinho (2010) destaca que o termo “gestão solidária” seria mais adequado.

Pinho (2010) ressalta o embasamento teórico habermasiano utilizado por Tenório (2005), destacando que a sociedade idealizada por Habermas requer liberdade comunicativa e pessoas ativas e democráticas. Ademais, destaca a importância da participação para a gestão social. Pinho (2010, p. 33) argumenta, então, que após Constituição de 1988 “não se assistiu a nenhuma revolução a partir da participação popular.”. O autor questiona a capacidade de participação no Brasil, um país marcado por desigualdades, diferente do contexto europeu: “Cotejando esses argumentos reais e concretos de nossa realidade, poder-se-ia

dizer que a Alemanha de Habermas não é definitivamente aqui!” (PINHO, 2010, p. 33). Com essa frase, Pinho (2010) quer dizer que as condições sobre as quais Habermas construiu sua teoria nos faltam.

Pinho (2010) argumenta ainda a dificuldade de partilha de poder por parte do Estado, ou seja, o Estado não está disposto a partilhar o poder de tomada de decisão e, conseqüentemente, não está aberto à participação – ou está apenas no discurso, conforme ressalta Paes de Paula (2005). Portanto, a gestão social estaria restrita a espaços pequenos (bairro, comunidade, município) e seria incapaz de gerar mudanças radicais. Pinho e Santos (2015a) tratam ainda do autoritarismo e do patrimonialismo presentes na cultura política brasileira. Apesar de mudanças e inovações, Pinho e Santos (2015a) observam a natureza conservadora dessas mudanças: “Isso quer dizer que, mesmo na presença de uma forte e organizada mobilização popular, as elites têm encontrado meios de influir e de se constituir em ator estratégico na transição, conciliando interesses democráticos e conservadores” (PINHO; SANTOS, 2015a, p. 14).

Outro argumento de Pinho (2010) é a necessidade de qualificação – saber técnico – que a participação exige. Aqui Pinho (2010) frisa o analfabetismo no Brasil, mostrando alguns indicadores:

Ainda que alguns participantes da sociedade civil possam ter esse conhecimento, em muitos casos parece claro não se formar uma massa crítica capaz de enfrentar em grau de igualdade os burocratas e os técnicos que definem e elaboram as políticas públicas (PINHO, 2010, p. 36).

O autor destaca ainda que quando um membro da sociedade civil adquire esse conhecimento ele torna-se representante perpétuo dos demais membros, comprometendo a necessidade de rotatividade da representação.

Portanto, segundo Pinho (2010, p. 40), “estamos muito longe de uma suposta harmonia na formação de consensos, as coisas são muito mais difíceis e complexas, eivadas de interesses, muitos não explicitados, do que sonha a vã

esperança e expectativa de alguns”. Os textos de Cançado (2011), Cançado, Pereira e Tenório (2013, 2015), Oliveira, Cançado e Pereira (2011) e Tenório (2009), responderam a diversas das críticas levantadas por Pinho (2010).

Em relação às (im)possibilidades e perigos da participação ampliada à população, a posição defendida aqui é que a participação pode e deve ser (re)construída no Espaço Público. [...] Desta forma, a proposta seria a construção da participação/cidadania **durante** o processo e não depois de uma educação ampla, como propõe Pinho (2010). O próprio processo de deliberação coletiva, com todos os seus erros e acertos, dificuldades e até utopias, é parte do processo de educação. [...] Desta forma, mesmo que o Brasil não seja a Alemanha, a perspectiva de Tenório (2008a, 2008b, 2010) de ação comunicativa é um interessante instrumento de análise para a gestão social, mesmo considerado como tipo ideal, conforme será discutido. Pensar em gestão social no Brasil implica em pensar em diferenças, significa pensar em diálogo, em entendimento. (OLIVEIRA; CANÇADO; PEREIRA, 2011, p. 621).

Adiante, segundo Pinho e Santos (2015a, p. 11), “os defensores da GS [gestão social] exalam um *otimismo fora de lugar*, que se confunde com uma certa ingenuidade ou mesmo com uma retórica descontextualizada.”. Ainda, destacam que o texto de Tenório “foge da presença cristalina das históricas relações de poder, de mando, de classes, dos interesses de classe (ou da estratificação e das assimetrias), que conformam a sociedade brasileira, para exibir um *wishfull thinking*” (PINHO; SANTOS, 2015a, p. 13).

Pinho e Santos (2015) realizaram ainda críticas teóricas e políticas ao trabalho de Tenório. Os autores destacam que o conceito de gestão social é construído a partir de distintos autores (Marx, Weber, Horkheimer, Habermas, entre outros). Entretanto, ressaltam que, principalmente nos trabalhos de Tenório, ocorre “a apropriação parcial de conceitos e de teses de autores, sem que exista, de fato, o necessário debate sobre os pressupostos teóricos que os fundamentam” (PINHO; SANTOS, 2015a, p. 5). Nesse caso, portanto, a

diversidade de autores não constitui riqueza, mas inconsistência (PINHO; SANTOS, 2015a).

Segundo Pinho e Santos (2015a), Habermas se afasta da teoria da sociedade fundada no trabalho e trabalha com uma teoria da sociedade fundada na linguagem, ou seja, uma teoria que tem a linguagem como elemento central.

Desse modo, ao contrário do que sugere a interpretação de Tenório, não existe, exatamente, uma complementaridade entre a teoria da sociedade fundada no trabalho e a teoria da linguagem. É preciso que se reconheça, então, a necessidade de um suporte teórico para o conceito de *sociedade* e de *social*, que fundamentam a teoria da GS (PINHO; SANTOS, 2015a, p. 10).

Os autores demonstram que Habermas não compartilha da ideia de que uma classe específica seja a portadora do interesse coletivo, ou seja, a emancipação surge do diálogo democrático. Nesse sentido, Pinho e Santos (2015) ressaltam que a afirmativa de Tenório (2005) de que por meio da cidadania deliberativa é possível escapar das barreiras de classes carece de sentido.

Persson e Moretto Neto (2015, p. 2) buscaram discutir “[...] as implicações da apropriação teórico-conceitual da noção habermasiana de esfera pública no campo da gestão social, focalizando a questão da burocracia como instrumento de refração no poder comunicativo”. Os autores resgatam o conceito de Tenório (2005) de que a gestão social é a tomada de decisão coletiva, entretanto destacam que, na concepção habermasiana, as discussões não governam. Nesse sentido, a pergunta que norteia o trabalho de Persson e Moretto Neto (2015, p. 3) é: como pode “a autoridade da decisão ser partilhada entre os participantes de uma ação coletiva se a decisão permanece a cargo da burocracia estatal?”. Os autores acreditam que burocracia tem forte tendência a promover desvios e impedir a passagem do poder comunicativo da esfera pública para o poder administrativo do Estado. Baseando-se em Weber, Tragtenberg, Prestes

Motta e Marx, acreditam que a burocracia, mais que um modelo organizacional, é também um instrumento de dominação e cumpre um papel ideológico (PERSSON; MORETO NETO, 2015).

Insta ressaltar, como faz Persson e Moretto Neto (2015), a concepção de Habermas sobre a burocracia. Inicialmente, em seus escritos da década de 60, Habermas enxergava a burocracia como obstáculo para a transformação do poder comunicativo em administrativo (PERSSON; MORETO NETO, 2015, p. 5): “Nas suas teses mais recentes, todavia, a burocracia é concebida muito mais como potencial promotor de transparência e um meio para a transformação do poder comunicativo em ação administrativa do Estado”. Esses autores acreditam que a burocracia, assim como Habermas acreditava nos anos 1960, continua deturpando o poder comunicativo e isso constitui um problema para a gestão social.

Justen, Moretto Neto e Garrido (2014) alertam para que a gestão social não caia na patologia da dupla consciência. Os autores ressaltam que a gestão social tem sua “identidade epistêmica construída a partir da contraposição à ótica da competição e do mercado.” Portanto, “vive constantemente sob o temor da dupla consciência”, ou seja, ao negar o *management* hegemônico “corre o risco de, no processo de institucionalização, deixar de refutar, no conjunto de práticas associadas à Gestão Social, a presença dos valores da ação social utilitarista” (JUSTEN, MORETO NETO; GARRIDO, 2014, p. 238-239). Justen, Moretto Neto e Garrido (2014) ressaltam ainda que, por estar ancorada no conceito de ação comunicativa de Habermas, a gestão social está sujeita às críticas feitas ao trabalho deste¹⁰.

Justen, Moretto Neto e Garrido (2014) destacam, especificamente, dois aspectos que, segundo os autores, devem ser evidenciados nas discussões

¹⁰ Justen, Moretto Neto e Garrido listam algumas destas críticas. Para mais detalhes ver Justen, Moretto Neto e Garrido (2014, p. 242).

teóricas sobre gestão social: relações de poder e a preocupação ecológica. O poder o qual os autores se referem está associado com exploração/dominação/conflito articulados para a disputa do controle. Ainda, destacam o poder a partir da ótica da colonialidade:

A essência da colonialidade eurocêntrica, como carga epistemológica, envolve impeditivos à compreensão do mundo em que vivemos a partir do contexto cultural-político imediato e da epistemologia que lhe é própria. [...] O constrangimento e o empobrecimento epistêmico oriundo da colonialidade eurocêntrica, ao impor um conjunto analítico e conceitual estranho à realidade latino-americana, no sentido de uma perspectiva ortopédica (SANTOS, 2010), obstrui a consideração de quatro postulados epistêmicos orientadores da construção e entendimento da realidade social: primeiro, a percepção do caráter ilimitado e inesgotável da diversidade da experiência humana; segundo, a limitação dos diversos saberes existentes, cada um finito por essência, para a compreensão da infinita diversidade humana; terceiro, a validade e a pertinência de cada saber em particular, quando enquadrado nas condições situadas de sua produção e disseminação; e quarto, a concepção desses saberes não no plano abstrato, mas na concretude de práticas que possibilitam ou impedem ações no mundo real. O conhecimento existe apenas em uma relação ampliada, da ecologia de saberes (SANTOS, 2010) (JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2014, p. 245).

O problema ecológico decorre da colonialidade. Segundo Justen, Moretto Neto e Garrido (2015), a relação homem/natureza ocorre de forma monológica e dominadora. O homem considera-se legítimo interventor e trata os recursos naturais como recursos de produção, ou seja, natureza observada apenas como matéria-prima, valorizada por seu aspecto econômico. Essa relação precisa ser repensada e o meio ambiente não deve ser visto apenas como valor de uso, mas como integrante da própria vida humana (JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2015).

Portanto, segundo Justen, Moretto Neto e Garrido (2015), a gestão social deve realizar um efetivo diálogo de enfrentamento “diante dos aspectos

constituintes da realidade social opressora, como a colonialidade e a relação homem/natureza, sob pena da Gestão Social reduzir e simplificar a experiência social que almeja transformar” (JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2015, p. 247).

Também em relação à colonialidade, Martins e Carrion (2012, p. 2) “buscaram argumentos que ajudem na concepção de uma visão de gestão social que se distancie do eurocentrismo ao qual se encontram atreladas a maioria das tentativas de formulação de seu conceito”. Nesse sentido, os autores sugerem o uso do conceito de transmodernidade de Dussel, que pode “permitir um olhar do mundo como um todo multicultural, pluralista, tolerante, que transcende o eurocentrismo [...]” (MARTINS; CARRION, 2012, p. 11).

Em relação às críticas de Pinho (2010) – de que a sociedade brasileira é marcada por desigualdades, analfabetismo, autoritarismo, clientelismo e que, portanto, a sociedade idealizada por Habermas é diferente da encontrada no Brasil – concordamos com o diagnóstico, mas discordamos no que se refere à Habermas, inicialmente, com base em Jessé de Souza (2008). Souza (2008) discute a tese de que a teoria de Habermas seria inaplicável à realidade brasileira: “a ideia que está por trás dessa opinião é a de que a teoria da ação comunicativa, quando de alguma forma refere-se a situações empíricas, remete forçosamente à realidade dos países ditos desenvolvidos” (SOUZA, 2008, p. 181). Segundo o autor, essa tese está ancorada em mal-entendidos sobre o projeto habermasiano,

[...] os quais podem agir como um obstáculo entre nós, não só para uma adequada recepção e discussão das ideias de um dos maiores pensadores desse século como também e principalmente para a nossa compreensão de um conceito contemporâneo de democracia enfática (SILVA, 2008, p. 181).

Segundo Souza (2008), a dificuldade de aceitar a recepção da teoria de Habermas no nosso país está relacionada com o nosso modo de pensar a política.

Para o autor dois paradigmas tornaram-se hegemônicos por aqui: a teoria da escolha racional e o marxismo. Ambos os paradigmas destacam a dimensão estratégica e minimizam a dimensão moral da política. “Enquanto o marxismo não logrou tematizar adequadamente a existência de uma lógica moral e simbólica autônoma, independente da economia, a teoria da escolha racional generaliza a lógica da esfera do mercado para todas as dimensões da vida social, inclusive a política” (SOUZA, 2008, p. 195). Habermas busca construir uma lógica autônoma para o desenvolvimento moral, cultural e político – “a construção desta lógica autônoma da esfera moral não implica que esta seja infensa a situações econômicas de miséria e carência extremas que caracterizam nosso país” (SOUZA, 2008, p. 195).

A crítica mais comum e a mais injusta é a que usa a obviedade da situação fática de violência, manipulação, irracionalidade, egoísmo e interesse pessoal como fatores dominantes no mundo ‘real’ e cotidiano como refutação da hipótese habermasiana. Não existe nenhum escrito de Habermas onde ele perceba o mundo real e cotidiano como um paraíso utópico de entendimento mútuo e compreensão. O fato da violência e da manipulação de sentidos, por um lado, assim como da existência e, mais ainda, da desejabilidade e necessidade da vinculação sistêmica de interesses instrumentais como forma de conferir maior eficiência à reprodução societária material (economia e aparelhos políticos), por outro lado, são pedras angulares do diagnóstico habermasiano do mundo moderno. [...] Não é a negação da existência e recorrência da violência e da manipulação em todas as relações humanas, da mais pública à mais privada, que confere sentido à sua hipótese. É apenas o fato de que o mundo real cotidiano, com todas as suas iniquidades e injustiças, não é *apenas* violência e dominação. O que temos aqui, na realidade, é um desenvolvimento da tese central de *A Mudança Estrutural*, ou seja, o fato de que a partir do século XVIII o poder passa a ser definido como uma amálgama indissociável de violência, manipulação de sentidos e, *agora também*, de convencimento. Que esse potencial de convicção íntima, baseado em argumentos racionais, não seja o fator determinante, não é decisivo para o argumento habermasiano. Decisivo é meramente que ele existe *em*

alguma medida, posto que a admissão da sua existência remete à possibilidade de que um processo *de aprendizado tanto moral quanto cognitivo* na esfera política (SILVA, 2008, p. 194).

Importante ressaltar que o próprio autor faz críticas à obra habermasiana. Perlatto e Lima (2009) visitam as obras de Jessé de Souza e sintetizam algumas destas críticas. Uma delas está relacionada à separação entre mundo da vida e sistema e a separação entre razão estratégica e razão instrumental: “[com essa separação] seria gerada a ilusão dualista de que a cada âmbito corresponderia exclusivamente uma das formas de ação social” (PERLATTO; LIMA, 2009, p. 29). Ademais, Souza critica a autonomia conferida por Habermas ao Estado e ao mercado (PERLATTO; LIMA, 2009).

Cabe como uma nota adicional que a recepção de Habermas no Brasil, apesar de ampla, sempre foi controversa, marcada por leituras diversas, perspectivas teóricas diferentes e as mudanças no contexto nacional.

Isso explica a crítica do revisionismo ou ecletismo feito pelos marxistas Nelson Coutinho (1986) e Leandro Konder (1982), que deixam clara a sua preferência pelo pensamento de Marx e Gramsci. Mas também explica a crítica dos filósofos de proveniência kantiana (Loparic, 1989), heideggeriana (Stein, 1987) ou wittgensteiniana (Gianotti, 1991) que, em última instância, não perdoam a Habermas sua infidelidade ou postura crítica, nos casos citados, com relação a Kant, Heidegger e Wittgenstein. O mesmo ocorre com os seguidores do “pós-modernismo” e “pós-estruturalismo” francês, inconformados com a crítica que Habermas faz a Derrida, Lyotard, Foucault ou Deleuze (Machado, 1992). Os defensores da tese da “fragmentação” e do “irracionalismo” como marca registrada de pós-modernidade (R. J. Ribeiro) não podem compreender e aceitar a defesa da razão comunicativa e o esforço feito com recurso à teoria da ação comunicativa, para buscar uma visão de conjunto da modernidade, que aponte, além das “patologias”, para uma positividade potencial do projeto iluminista da modernidade. As virtudes e os defeitos de Habermas dependem, pois, do ponto de vista (filosófico-político) defendido pelos seus comentadores e críticos. Isso fica muito claro no *Marxismo Ocidental*, de José Guilherme

Merquior, em que o pecado capital de Habermas seria sua aderência demasiada aos paradigmas marxistas (FREITAG, 2005, p. 145-146).

Contudo, conforme Morrow (2013) e Perlatto e Lima (2009) revelam, no Brasil Habermas é mais explorado que nos demais países da América Latina, dentre os leitores favoráveis destaca-se Eduardo Mendieta (MORROW, 2013). No Brasil, há destaque amplo para as leituras de Marcos Nobre, José Maurício Domingues, Jessé de Souza, Sérgio Costa, Bárbara Freitag, Sérgio Rouanet, Gabriel Cohn, Leonardo Avritzer, Marcelo Neves e outros (PERLATTO; LIMA, 2009), claro, cada qual destaca suas críticas e limitações.

Em relação à crítica de Pinho e Santos (2015a) – de que Tenório se apropria parcialmente dos conceitos de Habermas – é importante considerar que essa é uma crítica particular aos trabalhos de Tenório e autores que seguem sua abordagem, conforme ressaltam os próprios autores (as quais não debateremos aqui). Especificamente, no caso de Habermas, defendemos que o campo da gestão social como um todo realmente precisa de leituras mais profundas de suas obras e, principalmente, dos leitores e críticos que ampliaram seus estudos. Nesse sentido, em recente texto, Alcântara e Pereira (2016) buscaram superar a visão polarizante de mundo da vida e sistema em prol de uma visão mais relacional, baseando-se em críticos de Habermas como Axel Honneth e Nancy Fraser, destacando que a proposta de Habermas possui várias limitações que precisam ser superadas no âmbito da gestão social. Assim, nesse sentido, concordamos a proposição de Justen, Moretto Neto e Garrido (2014) de que ao utilizar o referencial teórico habermasiano a gestão social – principalmente sua abordagem crítica frankfurtiana (PERES JUNIOR; PEREIRA, 2014) – deve estar atenta as críticas feitas ao trabalho de Habermas.

Pinho (2010) destaca a dificuldade ou ‘não vontade’ de partilha de poder por parte dos políticos. Em sentido correlato, Persson e Moretto Neto (2015) ressaltam a burocracia – pautados principalmente pela leitura weberiana – como

impeditivo da ação comunicativa de Habermas e, conseqüentemente, da gestão social. Essa crítica é elucidativa do proposto por Justen, Moretto Netto e Garrido (2014). A gestão social deve responder a uma crítica feita a um pressuposto teórico habermasiano – de que discursos não governam e que, portanto, a ação comunicativa teria dificuldades diante da burocracia. Essa crítica exige uma análise hermenêutica. É preciso considerar que realmente na perspectiva de Habermas (1997b) essa afirmativa está correta e isso não gera nenhuma incoerência. Entretanto, o diferencial de Habermas é colocar a comunicação como parte central de um sistema político amplo. Habermas concebe o sistema político bem maior do que simplesmente o governo ou ‘governar’: “[...] o sistema político, estruturado no Estado de direito, diferencia-se internamente em domínios do poder administrativo e comunicativo, permanecendo aberto ao mundo da vida” (HABERMAS, 1997b, p. 84). Portanto, inclui as instâncias do poder burocrático (que deve cumprir suas funções sistêmicas, dada a complexidade atual da sociedade – isto é, a burocracia foi um processo de aprendizagem para lidarmos com problemas amplos e de integração sistêmica) e o poder comunicativo que emerge de uma variedade de espaços informais para deliberação (FLYNN, 2014; WIRTS, 2014).

Portanto, Habermas resgata o ideal do debate e da comunicação (busca em Hannah Arendt e amplia) como parte fundamental da política e do sistema político. Nisso, o sistema político moderno deve ser formado nas instâncias burocráticas, mas com primazia do poder comunicativo (o qual todo sujeito possui em menor ou maior desenvolvimento). Souza (2008) destaca que no Brasil se tem muito a política como apenas Estado administrativo – reduzindo, portanto, sua importância enquanto construção social, intersubjetiva. Diante disso, a crítica de Persson e Moretto Netto (2015) parece estar mais relacionada com a ideia de uma democracia representativa e que vê a política restrita ao Estado administrativo – visão comum aos brasileiros, conforme destacado por

Souza (2008). Sob uma ótica habermasiana – de democracia deliberativa e de um sistema político amplo – ‘influenciar’ é de fundamental importância, tanto quanto ‘governar’ burocraticamente. Conforme veremos na sequência, em *Teoria da Ação Comunicativa* o sistema administrativo (já na concepção dual de sociedade) e sua burocracia são rígidos, mas em *Direito e Democracia* Habermas ameniza essa ideia e concebe um sistema político plural.

Finalmente, com isso, a gestão social e a esfera pública não precisam do verbo ‘governar’ no sentido restrito da política – ela se propõe antes de tudo a um sentido mais amplo que segue assim Arendt (na perspectiva republicana) e Habermas (na perspectiva deliberacionista), dentre outros. Logo, a definição de Tenório (2005, p. 102) da “[...] gestão social como o processo gerencial dialógico no qual a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação [...]”, precisa ser pensada dentro das relações acima apresentadas – de que a autoridade decisória em um sistema político habermasiano não se define apenas pelo poder administrativo dos que ‘governam’, mas antes pelo poder comunicativo dos que dialogam. Nesse sentido, é central em Habermas o fato dele “[...] sublinhar os elementos radicalmente democráticos dos processos políticos de formação da opinião e da vontade que ocorrem para além dos processos institucionais [e do governar] de comunicação e tomadas de decisão” (SILVA; MACHADO; MELO 2010, p. 100).

Em relação às críticas de Martins e Carrion (2012) e Moretto Neto e Garrido (2015) – relacionadas à colonialidade – buscamos um diálogo com foco em Habermas. Essa ressalva é importante, pois Martins e Carrion (2012) citam outros autores como, por exemplo, Weber, Marx. Segundo Morrow (2013), Habermas tem sido criticado pelo seu fundamentalismo eurocêntrico. Entretanto, essas críticas desencorajam um diálogo mais aprofundado e também refletem a falta de sensibilidade para as potenciais contribuições de Habermas para as questões levantadas pela teoria pós-colonial (MORROW, 2013). Ademais,

Morrow (2013) argumenta que os teóricos latino-americanos que utilizaram o arcabouço teórico habermasiano não precisam ver seus esforços comprometidos pela ideia de eurocentrismo. Segundo Morrow (2013, p. 118), “a noção de Habermas de modernidade como um ‘projeto inacabado’ pode incorporar múltiplas modernidades e questões de diversidade cultural”. Morrow (2013) destaca alguns aspectos importantes da teoria habermasiana para embasar seu argumento como, por exemplo, a ideia de múltiplas modernidades, a crítica de Habermas ao pressuposto de uma moral universal, a preocupação com as patologias da modernidade e o reconhecimento de diversas “formas de vida” que medeiam o uso da razão. Tenório também já discorreu sobre essa questão:

Embora os contextos sócio-político-econômicos, tanto o estadunidense quanto o habermaseano, sejam diferentes do brasileiro, primeiro mundo – EUA e Alemanha, do terceiro mundo – Brasil, a proposta de J. Habermas enquanto teoria social, isto é, enquanto referência conceitual à semelhança de outras, também estimula a discussão [...] (TENÓRIO, 1998, p. 155).

Importante destacar também que as preocupações levantadas por Martins e Carrion (2012) e Moretto Neto e Garrido (2015) são consideradas nesta dissertação, ao ponto que defendemos a tese de que as esferas públicas devem ser reconstruídas no contexto nacional e não apenas importadas do modelo desenvolvido por Habermas no seu estudo sobre Inglaterra, França e Alemanha. Uma diversidade de autores (AVRITZER; COSTA, 2004; PERLATTO, 2015) já alertaram para isso.

Por fim, apresentamos neste subtópico considerações sobre as críticas à gestão social e procuramos aprender com elas. É preciso ressaltar que sem as críticas não teríamos ampliado nossa visão de esfera pública nesta dissertação. Buscamos, portanto, dialogar com as críticas.

3 A CATEGORIA ESFERA PÚBLICA EM HABERMAS: UMA TRAJETÓRIA CONCEITUAL

Busca-se, nesta seção, apresentar como a esfera pública tem sido tratada na sociologia e teoria política contemporânea. Em seguida é apresentada como uma categoria teórica nas obras de Jürgen Habermas. Por fim, são apresentadas as críticas recebidas por Habermas ao longo do tempo e como estas críticas foram importantes para que Habermas modificasse seu conceito de esfera pública.

3.1 Esfera pública na sociologia e teoria política contemporânea

O conceito de esfera pública ganhou grande destaque na segunda metade do século XX e é central nas discussões sobre comunicação, movimentos sociais e sociedade civil. Esse conceito é amplamente discutido na literatura nacional e internacional e de grande importância para diversos campos e disciplinas das ciências sociais – filosofia, na teoria política, na história e na sociologia e em uma diversidade de outras áreas (PEREIRA, 2012). Em decorrência de sua grande importância normativa, é um conceito com “polissemia conceitual manifesta” (RIBEIRO, 2012, p. 2).

O conceito aparece, embora com diferenças, nas obras de Aristóteles, Hannah Arendt, Jürgen Habermas, Nancy Fraser, Charles Taylor, Niklas Luhmann, John Keane, Robert D. Putnam e outros (KOÇAN, 2008). Ademais, Koçan (2008) destaca que os conceitos de esfera pública variam entre aqueles que têm significado micro – foco na interação entre indivíduos, entre indivíduos e ‘ambiente’ (contexto) – e aqueles que têm significado macro – foco na interação entre atores e instituições, interação entre as instituições, interação entre instituições e estruturas. O autor destaca ainda a diferença entre as teorias

descritivas – buscam mostrar como a esfera pública é (produto do processo de desenvolvimento histórico) – e normativas – buscam mostrar o que a esfera pública deve ser: “*Or more simply: descriptive theories of public sphere are about facts and normative theories of public sphere are about principles and values*” (KOÇAN, 2008, p. 3). Por sua vez, Ferre et al. (2002) destaca quatro tradições da esfera pública: *representative liberal*, *participatory liberal*, *discursive* e *constructionist*. Habermas é a figura principal da tradição discursiva da esfera pública (FERRE et al., 2002), bem como seu principal teórico desde a década de 1960, sendo seu conceito pautado no nível macro (KOÇAN, 2008). Todavia, conforme Koçan (2008) o interessante é que Habermas combina uma teoria descritiva com uma teoria normativa da esfera pública.

[...] é digno de nota o impacto da formulação que Jürgen Habermas atribuiu a tal conceito desde a década de 1960, especialmente se olharmos para sua recepção nas teorias contemporâneas da democracia e, em particular, para o desenvolvimento da tradição de pensamento conhecida como teoria crítica (MELO, 2015, p. 11).

Contudo, essa categoria não é invariável em Habermas, pelo contrário, é fonte de diversos debates, críticas e reconceituações (AVRITZER; COSTA, 2004; LUBENOW, 2007, 2010, 2012b; LOSEKAN, 2009; OTTMAN, 2004; SILVA, 2001). Habermas se debruçou sobre a categoria esfera pública em diversas obras. Entretanto, os três principais momentos de discussão são as obras: *Strukturwandel der Öffentlichkeit* (1962), *Theorie des Kommunikativen Handelns* (1981) e *Faktizität und Geltung* (1992). Abordaremos cada um desses momentos, em sua sequência histórica, mostrando como Habermas transforma o conceito e as funções da esfera pública em cada um destes e, com isso, apresentamos a trajetória marcada pela pluralização do conceito.

3.2 Esfera pública em Habermas

Nesta subseção busca-se apresentar como Habermas modificou seu conceito de esfera pública ao longo dos anos. Para demonstrar tais modificações utilizamos três principais momentos, caracterizados por três obras, a saber: Mudança Estrutural da Esfera Pública; Teoria do Agir Comunicativo; Direito e Democracia

3.2.1 Mudança Estrutural da Esfera Pública- 1962

Em um primeiro momento, na obra “*Mudança Estrutural da Esfera Pública*”, Habermas busca

[...] derivar um modelo de esfera pública dos desenvolvimentos históricos da emergência de uma esfera pública burguesa, esclarecida e politizada, principalmente nos séculos XVIII e XIX europeus (com ênfase na Inglaterra, na França e na Alemanha), e sua transformação, seu progressivo declínio e o desaparecimento das condições que alimentavam a esfera pública, no século XX (LUBENOW, 2007, p. 104).

Nesse momento, Habermas estava interessado em derivar aspectos normativos (regras universais e racionais) e também na crítica ao modelo liberal de esfera pública, despolitizada e incapaz de racionalizar o poder e neutralizar a dominação (LUBENOW, 2007; VOIROL, 2008). O autor busca distinguir um conjunto de critérios institucionais de funcionamento como, por exemplo, a igualdade de participação, a suspensão das diferenças (econômicas e sociais) e a busca pelo entendimento. Diferente de suas obras posteriores, em *Mudança Estrutural da Esfera Pública* Habermas trabalha na busca de um ideal normativo ao mesmo tempo em que trabalha com uma esfera historicamente localizada.

A esfera pública política surge da esfera pública literária. Esta, por sua vez, surge do desenvolvimento do capitalismo industrial (AVRITZER; COSTA, 2004; LUBENOW, 2012b). A consolidação e desenvolvimento do capitalismo industrial fortalecem a família burguesa. A classe burguesa possui uma

característica diferente das demais, ela não busca o poder administrativo, ou seja, não busca controlar o Estado. Entretanto, como as decisões do Estado afetam seus negócios a burguesia procura tomar conhecimento do que o Estado faz (AVRITZER; COSTA, 2004).

Nesse mesmo sentido, Lubenow (2012d) ressalta que a sociedade burguesa tem a opinião de que a livre-concorrência, livre de intervenções de qualquer tipo, é a melhor forma de regulação da sociedade. Nota-se estreita relação entre a burguesia e os ideais liberais.

Segundo a concepção que a sociedade burguesa tem de si mesma, o sistema da livre-concorrência pode regular a si mesmo. Com o pressuposto de que nenhuma instância extraeconômica intervenha no processo de trocas é que ele promete funcionar no sentido do bem-estar de todos e respeitar uma justiça de acordo com o critério da eficiência individual (LUBENOW, 2012d, p. 37-38).

A esfera pública literária consiste em burgueses esclarecidos que se reuniam para discutir arte e literatura. Funcionava como uma antítese cultural. As instituições da esfera pública literária eram os salões, cafés, entre outros espaços (LUBENOW, 2012d). Começa a surgir, então, outro tipo de publicidade. Até então, antes do fortalecimento da classe burguesa, existia a publicidade representativa. Isso significa que existia a corporificação de um poder superior que falava perante o povo, ou seja, representava perante o povo um poder superior. Na linha dos representantes públicos estavam a realeza, a nobreza, a Igreja, dentre outros. Portanto, determinados assuntos eram discutidos apenas por um grupo de pessoas. Com o desenvolvimento do capitalismo e, conseqüentemente, da classe burguesa, esta se tornou uma classe consciente que passou a discutir em suas instituições (café, salões, etc) assuntos de interesse geral (HABERMAS, 1984; OLIVEIRA, 2010; SILVA, 2001).

Diante disso, surge a publicidade burguesa. Essa publicidade é fruto da autonomia burguesa em práticas dialógicas em espaços comuns. Com isso,

ocorre uma cristalização institucional desses espaços, ou seja, quanto mais a classe burguesa se reúne para discutir maior a institucionalização destes debates. A burguesia adquire uma determinada subjetividade que é projetada para o convívio social (LAVALLE, 2002; SILVA, 2001).

Os escritos de Habermas sobre esfera pública sempre tratam dos meios de comunicação. Nesse primeiro momento, estes foram essenciais para a publicização das críticas e reflexões que surgiram na esfera pública literária. Os meios de comunicação publicizavam essas críticas em formato de informação. Os meios de comunicação materializam a autonomia da esfera pública frente ao poder. Além disso, os artigos publicados em jornais eram veiculados em todas as instituições da esfera pública burguesa, mantendo o debate aceso e com características de uma discursividade dialógica (HABERMAS, 1984; LAVALLE, 2002; LUBENOW, 2012b; 2012d).

Com o tempo, “a burguesia vai assumindo a arte do raciocínio público na medida em que o aparelho do Estado se autonomiza em relação à esfera social do monarca.” (LUBENOW, 2012d, p. 33). Ou seja, essa autonomização gera insatisfação na burguesia, que, conforme já dito, não quer tomar o Estado para si, mas tem interesse no que o Estado faz. Ou seja, a burguesia busca destituir o segredo de Estado.

A burguesia é a primeira classe governante cuja fonte de poder é independente do controle do Estado e que se localiza no nível privado. Sua relação com o poder é, nesse sentido, estruturalmente diferente de outras classes na história, uma vez que renuncia ao exercício direto do governo, reivindicando, contudo, o direito de ter conhecimento do que faz o Estado. Tal demanda serviu, assim, para conferir um caráter público às relações entre Estado e sociedade. Isto é, como resultado da reivindicação por parte da burguesia da prestação pública de contas, emergiu uma esfera constituída por indivíduos que buscam submeter decisões da autoridade estatal à crítica racional (AVRITZER; COSTA, 2004, p. 707).

Nota-se, nesse primeiro momento, uma clara separação entre Estado e sociedade. Insta ressaltar também que sociedade, nesse momento, refere-se apenas à sociedade burguesa, mais especificamente os indivíduos que têm propriedade e formação educacional (LUBENOW, 2012b).

Diante de tal insatisfação, a esfera pública literária passa a ser centro de discussões sobre questões políticas e econômicas. A esfera pública literária foi importante, pois através dela a esfera pública foi se institucionalizando, ao menos como ideia, como um espaço de discussão (LUBENOW, 2012b). Quando questões não literárias começam a fazer parte da esfera pública literária, ocorre o que Lubenow chama de “refuncionalização da esfera pública literária” (LUBENOW, 2012d, p. 35) e que Silva (2001) chama de conversão funcional da esfera pública literária.

Portanto, a esfera pública política, que teve sua origem na esfera pública literária,

[...] surgiu como um espaço de discussão e exercício da crítica, independente da (ou que não segue puramente a) lógica do mercado e do Estado, e que foi capaz de impulsionar, a partir de sua eficácia política, os desdobramentos necessários para a democratização das formas pré-burguesas de dominação, racionalizando o poder, vinculando a dissolução da dominação à visão de uma “publicidade”, baseada no discurso crítico e racional (LUBENOW, 2012b, p. 194).

Nesse momento, a esfera pública política tinha a função de mediar as relações entre Estado e sociedade. Mais especificamente, enfrentar a autoridade estabelecida e a prática do segredo de estado (HABERMAS, 1984; LUBENOW, 2012b). A tarefa da esfera pública é “a regulamentação da sociedade civil, a fim de enfrentar a autoridade da monarquia estabelecida” (HABERMAS, 1984, p. 69).

A esfera pública burguesa pretende afirmar que a opinião pública, fruto das discussões feitas na esfera pública, deve ser fonte de legitimidade das leis.

Nesse sentido, os burgueses pretendem obter influência nas decisões, ou seja, pretensões legislativas (LUBENOW, 2012b). Ocorre, então, um questionamento do pressuposto, até então vigente, de que as leis devem ser fruto do arbítrio do Estado.

Lubenow (2012b) e Silva (2001) analisam que a burguesia acreditava que as leis deveriam ser legitimadas pela opinião pública e não pelo livre arbítrio do poder absolutista, confrontando, assim, o princípio da dominação. Entretanto, como a esfera pública exclui os não-burgueses (não proprietários e sem formação educacional, ou seja, sem qualificações para fazer parte da esfera pública), a opinião pública seria, na verdade, a opinião pública burguesa. Ocorreria, portanto, uma mudança apenas no dominador, que passaria a ser a classe burguesa.

A sua contradição se manifesta na desigualdade das condições sócio-econômicas de acesso à participação da esfera pública burguesa, como esfera pública politicamente atuante: propriedade e formação educacional. A aparência do interesse geral esconde em si mesma o interesse da classe burguesa (LUBENOW, 2012d, p. 40).

O próprio Habermas sabia das limitações de acesso à esfera pública burguesa. O autor deixava claro que não se ocuparia da esfera pública plebeia. É importante deixar claro, portanto, que Habermas escolheu “excluir” a esfera pública plebeia, em razão da predominância alcançada pela esfera pública burguesa (SILVA, 2001). Lavallo (2002, p. 70) busca justificar essa escolha de Habermas, ao enfatizar que a esfera pública plebeia não possuía uma “institucionalidade privada, abonada social e politicamente como legítima em sua função de veicular e intermediar interesses oriundos da sociedade diante das instâncias do poder político”.

Habermas utiliza Hegel e Marx para enaltecer esse antagonismo da esfera pública burguesa (HABERMAS, 1984; LUBENOW, 2012d; OLIVEIRA, 2010; OLIVEIRA; CANÇADO; PEREIRA, 2010; SILVA, 2001). Para Hegel,

não se pode relacionar opinião pública e razão. A opinião pública representa a opinião de muitos (OLIVEIRA, 2010). Hegel entende a sociedade burguesa como

[...] um sistema marcado por desigualdades, razão pela qual considera que a opinião pública pode representar uma visão subjetiva de muitos. A visão hegeliana mostra que, nesse sentido, a opinião pública não mais representa um princípio do Iluminismo, dominado pela razão e no qual a publicidade serviria, dessa maneira, para acrescentar subjetividade à objetividade (OLIVEIRA, 2010:786). [E acrescenta] Marx denuncia a opinião pública como falsa consciência que esconde o verdadeiro interesse da classe burguesa (OLIVEIRA, 2010, p. 787).

No mesmo sentido de Hegel, Marx acreditava que não existia igualdade de oportunidades de acesso à esfera pública. A ideia de acessibilidade para eles era uma ficção com o intuito de legitimar o interesse de classe burgueses como sendo o interesse geral. Portanto, tal como salientou Hegel, não é possível, no contexto em questão, relacionar opinião pública e razão (SILVA, 2001). Assim, para Hegel e Marx a esfera pública burguesa passa a ser vista como ideologia. Marx acredita no sufrágio universal como forma de acabar com a dominação burguesa e transformar funcionalmente a esfera pública. Com o sufrágio ocorreria a democratização da esfera pública.

A relação entre o alargamento da base social de apoio da esfera pública a sectores não burgueses e a concepção de uma alternativa pós-burguesa era nítida em Marx. Para este, a tendência para o sufrágio universal implicaria necessariamente uma transformação funcional da esfera pública burguesa.

Em primeiro lugar, no contexto da separação entre sociedade e estado, a esfera pública viu a sua função política definida: a defesa pública do carácter privado da sociedade. Em segundo lugar, Marx previa que em meados do século XIX, com a inclusão de classes não burguesas no espaço público, este deveria ser, dada a sua dialéctica interna, transformado radicalmente: as classes sociais que agora controlavam a esfera pública tinham um interesse de classe próprio e, portanto, diferente do interesse de classe burgueses.

Consequentemente, e dado que estas classes não eram, por definição, proprietárias, não tinham qualquer interesse em manter uma sociedade civil enquanto esfera privada, o que culminaria necessariamente numa transformação estrutural da esfera pública burguesa (SILVA, 2001, p. 119).

Observando o desenvolvimento da esfera pública política burguesa Habermas consegue derivar uma base normativa legitimada pela opinião pública (LUBENOW, 2012). Essa esfera é caracterizada pela igualdade de participação, pela busca do entendimento, pela desconsideração das diferenças. Uma esfera pública que faz a mediação entre Estado e sociedade por meio da opinião pública. Esta tem, inicialmente, uma função “agressiva” de enfrentar a autoridade estabelecida do Estado.

Entretanto, ao analisar o funcionamento dessa esfera pública sob as configurações institucionais do século XX, Habermas observa que houve uma despolitização da esfera pública (AVRITZER; COSTA, 2004; HABERMAS, 2003; LUBENOW, 2012b; OLIVEIRA, 2010; OTTMAN, 2004; SILVA, 2001). Essa despolitização pode ser analisada tanto pela ótica sociopolítica (AVRITZER; COSTA, 2004, LUBENOW, 2012a) quanto pela ótica epistemológica (LUBENOW, 2013).

Segundo Lubenow (2012b), Habermas observa que dentro das configurações institucionais das sociedades avançadas existe o comprometimento do potencial emancipatório e democrático da esfera pública. Os principais fatores para a despolitização – ou refeudalização (SILVA, 2001) ou degeneração (PERLATTO, 2015) - são: ampliação do público da esfera pública; interpenetração entre público e privado (LUBENOW, 2012b). A ampliação do público da esfera pública está relacionada, segundo Lubenow (2012b), com o aumento dos direitos políticos, com a refuncionalização da imprensa e com a expansão do público-leitor.

A interpenetração entre público e privado está relacionada com a progressiva destruição da separação entre esfera pública e esfera privada, característica marcante da esfera pública burguesa. Nesse sentido, instituições privadas adentram o domínio público, ao mesmo tempo em que o Estado penetra no domínio privado (OTTMAN, 2004). Essa interpenetração entre público e privado é exemplificada, por exemplo, com a privatização de espaços públicos, empresas públicas, com as parcerias entre público e privado, com a intervenção do Estado na economia, etc. Lubenow (2012b) cita, por exemplo, o Estado de bem-estar social.

O aumento dos direitos políticos fez com que a base social da esfera pública fosse ampliada. Entretanto, a igualdade política não foi acompanhada de uma igualdade social. Consequentemente, ingressaram na esfera pública indivíduos com interesses diversos. A esfera pública contava agora com não-proprietários e com indivíduos sem formação educacional. Nesse sentido, a ampliação dos direitos políticos aumentou a tensão entre proprietários e não-proprietários, entre burgueses e não-burgueses. A esfera pública se tornou mais extensa e com uma opinião fragmentada (HABERMAS, 2003; LUBENOW, 2012b; PERLATTO, 2015). É fácil observar as consequências práticas dessa ampliação. A classe burguesa, apesar de apresentar suas diferenças internas, é um grupo relativamente homogêneo, com interesses semelhantes, a saber: manter a separação entre esfera pública e esfera privada, foco na propriedade. É muito mais fácil imaginar um consenso em um público delimitado e com interesses semelhantes.

A “ampliação dos direitos políticos”, através da participação eleitoral – tema da reforma da justiça eleitoral no século XIX –, foi outro aspecto importante na ampliação do público da esfera pública. Como nem todos são burgueses, estreita-se o campo tensional entre burgueses e não proprietários. Estes reivindicam participar na esfera pública, no sentido de também se tornarem sujeitos da esfera pública. Assim, ao avançar no sentido de se tornarem sujeitos da

esfera pública, a estrutura desta teria que se alterar a partir de sua base (LUBENOW, 2012b, p. 197).

À medida que a esfera pública incorporava uma base de participantes mais ampla, mais se acentuavam as desigualdades presentes na sociedade civil, de modo que o processo do debate público crítico em torno de um interesse geral objetivo foi se convertendo numa negociação de interesses conflitantes (OTTMAN, 2004, p. 63).

A expansão do público-leitor e a refuncionalização da imprensa estão relacionadas. A refuncionalização da imprensa, dos meios de comunicação, acontece quando esta passa a ser um empreendimento capitalista (HABERMAS, 2003; LUBENOW, 2012b). Agora a imprensa, sendo uma empresa privada, busca o lucro. Consequentemente, a imprensa passa a ter confluências com interesses econômicos e políticos que buscam influenciá-la (LUBENOW, 2012b; OTTMAN, 2004). Fica claro, portanto, que o problema com a imprensa não decorre desde sua criação. Como já destacado, no início a imprensa desempenhava papel positivo ao promover a publicidade, ou seja, ao divulgar a troca pública de razões que acontecia em diversos espaços. O problema decorre da mercantilização da imprensa, que deixa de ser uma imprensa politizante e passa a ser uma imprensa comercial (MARQUES, 2008). A imprensa adquire uma estrutura organizacional e também um grande poder social (LUBENOW, 2012b). Esse poder se explica na capacidade de influenciar a massa, seja com publicidade de anunciantes – decisão dos consumidores - ou com opiniões políticas. A imprensa passa agora a trabalhar a opinião pública, engendrar o consenso (HABERMAS, 1984; LUBENOW, 2012b; MARQUES, 2008).

Ele [Habermas] destaca que, no início da revolução burguesa, a imprensa tinha o papel de mediar e estimular o uso que as “pessoas privadas”, reunidas em um público, faziam de sua razão. Posteriormente, os meios de comunicação passaram a condicionar essa troca e a “fabricar” uma opinião “não-pública” cuja origem não é o processo de troca pública de razões, mas o resultado da imposição de vontades particulares (MARQUES, 2008, p. 24).

Nesse sentido, a imprensa deve agora articular a entrada da massa na esfera pública. Portanto, a refuncionalização da imprensa está diretamente relacionada com a expansão do público leitor. São óbvios os benefícios de um maior número de leitores: maior número de consumidores de seus produtos (jornais, revistas, entre outros) e, conseqüentemente, maior seu poder de manipulação ou poder social.

É com essa expansão do público leitor que ocorre a decadência da esfera pública literária (LUBENOW, 2012b). Habermas é bastante influenciado por Adorno e Horkheimer e seus escritos sobre o que chamavam de Indústria Cultural.

A influência das análises de Adorno e Horkheimer conduziram Habermas a afirmar que os meios de comunicação e, principalmente, a imprensa, seriam os responsáveis pela perda da capacidade crítica do público e pelo conseqüente declínio da esfera pública [...] (MARQUES, 2008, p. 24).

A decadência da esfera pública literária decorre dessa mudança de um público pensador de cultura para um público consumidor de cultura. Ocorre uma mudança: de um pequeno grupo de especialistas que usava publicamente a razão, que pensava cultura (depois economia e política), para uma grande massa consumidora de cultura e influenciada pelos meios de comunicação. Agora é a imprensa que influencia o público e não mais o contrário. Os indivíduos possuem a convicção de que estão contribuindo para a formação da opinião pública de forma consciente. Entretanto, a imprensa possui técnicas publicitárias para moldar a opinião dos indivíduos. Mais uma vez a opinião pública não pode ser considerada opinião pública no sentido hegeliano – já que não representa a razão -, sentido que Habermas deseja (LUBENOW, 2012b).

Essas passagens evidenciam as grandes linhas da decadência da esfera pública burguesa: a esfera pública, expoliada da

sua concepção original, desenha o quadro de uma vida política degradada, em que o conteúdo político do modelo liberal de opinião pública foi subvertido numa manipulação generalizada; em que a opinião pública deixou de ser medida como padrão de legitimidade, para se dissolver num agregado de opiniões individuais pesquisadas, representativas apenas no sentido estatístico (LUBENOW, 2012b, p. 199).

Portanto, a ampliação do público da esfera pública teve efeito positivo e negativo. Positivo, porque ampliou a esfera pública, incorporando diferentes atores que estavam excluídos da esfera pública burguesa. Negativo, porque foi uma ampliação arranjada pelos meios de comunicação com confluências econômicas e políticas. Assim sendo, a esfera pública deixa de ter uma publicidade crítica e passa a ter uma publicidade manipulativa.

Pelo viés epistemológico, “a despolitização caracteriza-se pela condução científica da prática política com a utilização do conhecimento técnico para influenciar a esfera pública na sua prática política” (LUBENOW, 2013, p. 85). A crítica ao positivismo é central nessa perspectiva epistemológica. Habermas vai partir da crítica da racionalização da sociedade moderna.

Nesse sentido, faz uma crítica a imposição do positivismo sobre a ciência social: “É a adoção da metodologia empírico-analítica das ciências naturais, o que implica uma renúncia aos elementos normativos associados com a tradição clássica da política” (LUBENOW, 2013, p. 88). Portanto, abdica-se de considerações normativas, uma vez que juízo de valor não é algo racional e não pode ser analisado cientificamente.

Entretanto, Habermas vai dizer que “o positivismo só é valorativamente neutro na aparência” (LUBENOW, 2013, p. 92). Na prática, o positivismo privilegia um interesse particular. A racionalização da sociedade carrega consigo uma ideia de administração eficiente desta. Portanto, existe uma determinada escolha, que independe dos valores, que é considerada ótima e economicamente eficiente na utilização de meios e fins. A política fica reduzida, então, a uma

tarefa técnica e passa a ser uma ficção, pois as decisões são tomadas por especialistas. Consequentemente, a esfera pública perde a sua função (LUBENOW, 2013).

A despolitização da esfera pública faz surgir dois problemas, segundo Habermas (2003). Primeiro, seu modelo não consegue ser um padrão de legitimidade. Uma esfera pública manipulada pelos meios de comunicação e tendo como dinâmica a negociação entre os indivíduos, ou seja, com problemas estruturais, não pode ser considerada base normativa de legitimidade (LUBENOW, 2007, 2012b). O segundo problema está em como repolitizar essa esfera pública.

E aqui surgem pelo menos dois problemas teórico-metodológicos para Habermas. Primeiro, a ‘chave de leitura’ do modelo crítico não consegue ser um padrão confiável de medida de legitimidade. Segundo, Habermas não tem no horizonte nada que poderia substituir o fundamento sobre o qual intencionou a possibilidade de revitalização da esfera pública. Ou seja, Habermas não tem outra ‘base’ (a cultura política liberal não serviu como base confiável) sobre a qual poderia apoiar ou projetar alguma possível repolitização da esfera pública. Por isso, essa questão - a tentativa de Habermas em recuperar um potencial normativo ou encontrar um modo de fundamentá-lo - fica, aqui, em aberto (LUBENOW, 2007, p. 106).

Para Habermas, “as forças do capitalismo tardio minam o potencial emancipatório liberal da esfera pública” (OTTMAN, 2004, p. 64). Ao mesmo tempo, a despolitização da esfera pública protege o capitalismo tardio, porque protege seu fundamento legitimador. É a repolitização da esfera pública que pode destruir o fundamento legitimador do capitalismo tardio (LUBENOW, 2004).

Portanto, dando continuidade ao seu trabalho, Habermas busca a repolitização da esfera pública em suas obras posteriores. Introduce o dualismo social e o conceito de ação comunicativa em “*Teoria da Ação Comunicativa*” e

depois trata do sistema declusas e de circulação de fluxos comunicativos em “*Direito e Democracia*”.

3.2.2 Teoria do Agir Comunicativo – 1981

Em “*Mudança Estrutural da Esfera Pública*” Habermas (2003) observou o declínio da esfera pública tanto pela ótica sóciopolítica quanto pela ótica epistemológica. Portanto, o autor deparou-se com a despolitização da esfera pública, que se mostrou incapaz de alcançar os ideais normativos em sociedades avançadas. Em suas obras posteriores Habermas vai buscar repolitizar a esfera pública. Em “*Teoria da Ação Comunicativa*” o autor parte do dualismo social – mundo da vida e sistema – e incorpora o conceito de racionalidade comunicativa.

Nessa obra, Habermas faz uma distinção entre razão instrumental e razão comunicativa. Essa busca de outro tipo de razão está em consonância com seu diagnóstico de declínio da esfera pública sob a perspectiva epistemológica.

Lubenow (2014) mostra como Habermas chega ao conceito de racionalidade comunicativa. Inicialmente, o autor demonstra a tese central da *Dialética do Esclarecimento* de Horkheimer e Adorno.

Horkheimer e Adorno observam que a humanidade procura emancipar-se do medo em relação ao mito e à dominação (do medo diante das forças da natureza as quais ele não pode controlar), seguindo os passos do saber e do esclarecimento racional. Porém, ao término de tudo, **recai** no mito, **na dominação**, na barbárie (totalitarismo). O mundo racionalizado se contrai e reduz a uma “falsa” totalidade (LUBENOW, 2014, p. 35-36, grifo nosso).

Lubenow (2014) mostra o significado das expressões “esclarecimento” e “dialética” dentro do proposto por Horkheimer e Adorno na “*Dialética do Esclarecimento*”.

Esclarecimento que na sua origem é concebido como um processo emancipatório que conduziria à autonomia e à emancipação, em sua trajetória transforma-se em seu contrário, ou seja, em um crescente processo de instrumentalização para a dominação e repressão, da natureza e do homem. Um crescimento desmedido da racionalidade instrumental; ampliação das esferas sociais submetidas a critérios de decisão racional (diria Weber)

A *dialética* consiste em mostrar como a razão, inicialmente posta a serviço da emancipação dos homens, se atrofiou resultando na razão instrumental (Instrumental: porque reduziu o conhecimento a mero instrumento a serviço da ciência e da técnica; instrumento de auto-conservação). Assim, o esclarecimento, que havia tratado de liberar o homem, ironicamente serviu para escravizá-lo com meios muito mais eficientes (LUBENOW, 2014, p. 36).

Portanto, observa-se como o saber não conduziu a emancipação, mas, pelo contrário, trouxe a dominação. Nesse sentido, podemos observar uma ligação entre a crítica feita por Horkheimer e Adorno ao “mito do esclarecimento” e a despolitização da esfera pública sob o viés epistemológico observado por Habermas. Importante ressaltar esse aspecto para elucidar de onde e porque Habermas busca um novo tipo de racionalidade, a racionalidade comunicativa.

A razão instrumental utiliza o saber não mais como crítica, mas sim como técnica. Essa razão é a base da ciência positivista. Hoje ocorre não apenas o controle da natureza, como se supôs em um primeiro momento, mas também o controle dos homens. Vários são os autores que buscaram discutir os efeitos negativos da razão instrumental. Horkheimer e Adorno acreditam que o positivismo – que tem como base a razão instrumental – oculta imperativos de dominação. Nesse mesmo sentido, Nietzsche acredita que ciência e moral são ideologias pervertidas de poder (LUBENOW, 2014). “A natureza objetivada e a sociedade moralizada se degradam em formas de manifestação de um poder mítico, na forma de razão instrumental (Horkheimer e Adorno); numa vontade pervertida de poder (Nietzsche)” (LUBENOW, 2014, p. 42).

Habermas critica Horkheimer e Adorno pela sua excessiva “crítica totalizante da razão” (LUBENOW, 2014). Essa crítica significa que Horkheimer e Adorno deveriam ter abandonado o “conceito de razão histórico-filosófico, da razão centrada no sujeito, e reorientado a teoria crítica” (LUBENOW, 2014, p. 48).

O conceito de razão histórico-filosófico tem inspirações marxistas e, nesse sentido, a racionalidade emancipatória possui ligação com a categoria “trabalho”. A emancipação aconteceria por meio do desenvolvimento das forças produtivas. “Marx interpretava a atividade humana homem-natureza, sujeito-objeto, como ‘trabalho’” (LUBENOW, 2014, p. 44).

Para Marx, todos os fenômenos sociais teriam que ser explicados em termos de sua base material, econômica. A reprodução da espécie humana teria lugar primeiramente na dimensão da reprodução das condições materiais de vida: “Na produção social de sua existência, os homens entram inevitavelmente em determinadas relações que são independentes de sua vontade, relações de produção ajustadas a um estágio dado no desenvolvimento de suas forças materiais de produção. A totalidade destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, o fundamento real sobre o qual se levanta uma superestrutura jurídica e política e a que correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo geral da vida social, política, intelectual (LUBENOW, 2014, p. 44).

Portanto, o desenvolvimento das forças produtivas geraria uma crise do capitalismo liberal e, conseqüentemente, a superação do capitalismo e a emancipação humana. Entretanto, o capitalismo tardio caracterizado pela crescente intervenção estatal, pela burocratização das instituições e pela interdependência entre ciência e técnica asseguram a sobrevivência do sistema (LUBENOW, 2014). O conceito de capitalismo tardio é importante para diferenciar Habermas e Marx. A sociedade observada por Habermas (capitalismo tardio) é diferente da observada por Marx (capitalismo liberal). O

capitalismo tardio impede, segundo Habermas, a utilização eficiente da teoria do valor trabalho de Marx. Importante destacar aqui a discussão de Silva (2008).

Silva (2008) discute em seu trabalho que a “teoria crítica está mudando de destinatário, está se transferindo do trabalhador para o cidadão” (SILVA, 2008, p. 163). Antes, na formulação inicial de Marx o discurso da teoria crítica tinha como destinatário a classe operária. Marx acreditava que “a propriedade de coisas condiciona a conduta das outras classes” e, diante disso, a classe operária seria a única classe que tinha interesses que não formavam um quadro distorcido, mas sim verdadeiro (SILVA, 2008, p. 166). Como a classe operária não possuía propriedades além da sua força de trabalho, suas ações não seriam comandadas por interesses particulares.

No mais, “Durante as últimas décadas, porém, ocorreram diversas mudanças na estrutura das sociedades industrializadas que contribuíram para o questionamento desse lugar privilegiado que a classe operária ocupava no discurso da teoria crítica” (SILVA, 2008, p. 164). Diante disso, com o nascimento dos novos movimentos sociais, a partir da década de 1960, novas teorias foram criadas para reavaliar o papel central da classe operária. Esse novo movimento teórico constata que a categoria trabalho é insuficiente para dar conta da nova realidade, dos novos movimentos sociais e os diversos interesses que os impulsionam (SILVA, 2008).

Essa nova situação impõe, por um lado, a necessidade de se elaborar categorias teóricas mais abrangentes, que sejam capazes de contemplar as diferenças na agenda de reivindicações dos diversos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, manter o caráter universalista que a categoria trabalho um dia reivindicou para si. Pela força com que reapareceu nos debates acadêmicos e políticos, sobretudo a partir da década de 80, **a única categoria que, ao meu ver, preenche essas condições, é a cidadania.** E isso pode perfeitamente ser uma indicação de que, ao invés de se dirigir ao trabalhador, como fazia em sua época clássica, **o discurso da teoria crítica deveria voltar-se para o cidadão** (SILVA, 2008, p. 164, grifo nosso).

Habermas, para além da crítica a razão instrumental, busca uma razão mais profunda. “Para Habermas, o problema está nos próprios fundamentos da teoria crítica. [...] Daí seu objetivo de reconstruí-la, provendo-a com bases normativas mais adequadas às condições do mundo contemporâneo” (SILVA, 2008, p. 171). A diferença entre Horkheimer e Habermas é que o primeiro adota ‘de mais perto’ o arcabouço teórico de Marx, enquanto o segundo propõe uma reconstrução desse arcabouço. Habermas faz uma análise da sociedade contemporânea e uma reavaliação do papel desempenhado pela categoria trabalho na obra de Marx (SILVA, 2008).

O que Habermas busca resgatar, portanto, é a qualidade emancipatória da razão, muito abalada e abandonada pela crescente crítica da racionalidade instrumental. Habermas aponta que para isso é necessário abandonar a concepção de razão centrada na filosofia do sujeito e na categoria trabalho, e pensar na intersubjetividade da interação social (LUBENOW, 2014). A diferença entre o paradigma do sujeito e da comunicação pode ser visualizada no Quadro 5. Ainda, para Habermas “o meio através do qual as formas de organização social são institucionalizadas não é o trabalho, mas sim a linguagem” (SILVA, 2008, p. 173). Habermas reconstrói, então, a teoria crítica com base na ação comunicativa, “liberando-as das amarras do paradigma do trabalho ou da produção” (SILVA, 2008, p. 175)¹¹.

¹¹ A relação entre paradigma do trabalho e da comunicação é um amplo debate. No Brasil, Ricardo Antunes é um crítico da perda da centralidade do trabalho. Do ponto de vista internacional o maior dos críticos dessas proposições de Habermas é István Mészáros (MAAR, 2000). Habermas recebeu críticas por se afastar do ‘trabalho’ de autores mais próximos a ele como Axel Honneth. Estas categorias estão envolvidas em um amplo debate ainda em curso. Conforme se observa em Alcântara e Pereira (2016) o melhor caminho não parece ser contrapor ‘trabalho’ e ‘interação’ – categorias fundamentais a vida humana, e, sim, buscar as contribuições possíveis a partir de cada ponto de vista. Josué Pereira da Silva (SILVA, 2008) busca por meio de Habermas e Honneth não abandonar o ‘mundo do trabalho’ e seus conflitos.

Quadro 5: Mudança de paradigma em Habermas

Paradigma da consciência ou do sujeito	Paradigma da linguagem e da comunicação
Conhecimento obtido pela racionalidade centrada no sujeito	Conhecimento obtido pela racionalidade centrada na comunicação
Baseado em ações cognitivo-instrumentais	Baseado em ações comunicativas
Pensador solitário que conhece o mundo	Sujeito dialógico
Visando operação lógica do conhecimento	Visando ao entendimento entre sujeitos
Conhecimento de objetos e sua dominação	Predomínio da liberdade de expressão
Reflexão sobre conhecimento e moralidade	Discurso mediado por um saber falível
Racionalidade unilateral/abstrata	Atitude de reciprocidade
Concepção metódica	Racionalidade vista como um processo concreto
Razão transcendental	Baseado em profundas reflexões e negociações
Regras e normas que dominam e controlam	Promove um saber histórico-dialético e contextualizado
Razão instrumental e estratégica	Razão comunicativa

Fonte: Adaptado de Iarozinski (2000, p. 17).

Habermas sugere novas vias de reconstrução do projeto da modernidade. Em vez de propugnar seu definitivo abandono, procura desenvolver um conceito de racionalidade capaz de se emancipar dos supostos objetivistas e individualistas da filosofia moderna. Como alternativa, Habermas sugere o paradigma da razão comunicativa, baseado numa concepção dialógica da razão - A idéia do agir comunicativo orientado pelo entendimento e consenso constitui o conceito normativo no qual se fundamenta o pensamento habermasiano (LUBENOW, 2014, p. 51).

Agora a racionalidade instrumental não é mais a única forma de racionalidade (VOIROL, 2008). A racionalidade comunicativa (centrada na linguagem, no entendimento e na busca de um consenso) “está em curso nos atos de comunicação da vida cotidiana” (VOIROL, 2008, p. 38). Isso permite a Habermas observar, na razão, uma forma de emancipação (VOIROL, 2008), uma fuga para a crítica totalizante da racionalidade instrumental feita por Horkheimer e Adorno (LUBENOW, 2014).

Habermas busca reabilitar/repolitizar a esfera pública com o conceito de racionalidade comunicativa e com uma concepção dual de sociedade (LUBENOW, 2004, 2007, 2013; TENÓRIO, 2005; VOIROL, 2008). A concepção dual ou dualismo social caracteriza-se pela divisão da sociedade em sistema e mundo da vida. O sistema é formado pelos subsistemas econômico e administrativo. O que diferencia esses subsistemas do mundo da vida é a forma de coordenação das ações. No subsistema administrativo as ações são coordenadas por meio do poder; no subsistema econômico as ações são coordenadas pelo dinheiro; e no mundo da vida as ações são coordenadas pela solidariedade. Enquanto no sistema opera a racionalidade instrumental, no mundo da vida opera a racionalidade comunicativa.

O mundo da vida é o espaço da razão comunicativa. É constituído pela cultura, sociedade e personalidade e se expressa pela busca do consenso entre os indivíduos, por intermédio do diálogo. O mundo da vida contrapõe-se ao

mundo dos sistemas, onde predomina a razão instrumental, razão que se expressa em mecanismos funcionais, construídos em torno do poder e do dinheiro e que coordenam as ações humanas garantindo a reprodução do mundo material; é o espaço do trabalho, da técnica, da economia, da administração, etc. (TENÓRIO, 2005, p. 106).

Portanto, nessa concepção dual de sociedade a racionalidade comunicativa torna-se a “base para integração social” no mundo da vida. É uma alternativa ao poder e ao dinheiro como forma de integração social (LUBENOW, 2013, p. 165). As estruturas do mundo da vida se reproduzem a partir da solidariedade, da cultura e da identidade (LUBENOW, 2013). No sistema, as decisões voluntárias são limitadas, ou seja, “a integração sistêmica não é vista como uma relação intencional entre os atores, mas como uma rede de mecanismos funcionais que regulam as consequências não intencionais desses atores” (LUBENOW, 2004, p. 51). No mundo da vida, os indivíduos são sujeitos que participam, enquanto no sistema os indivíduos são um “não implicado” com valor funcional de acordo com sua contribuição para a manutenção da integração sistêmica (LUBENOW, 2013).

Esses dois mundos não estão em harmonia. Existe, segundo Habermas, uma tentativa de colonização do sistema pelo mundo da vida (AVRITZER, 1993; LUBENOW, 2004, 2013; SALOMÃO, 2014; SILVA, 2001; VOIROL, 2008). Essa colonização é

[...] a instrumentalização dos recursos comunicativos pelos imperativos sistêmicos ‘dinheiro’ (econômico) e ‘poder’ (administrativo), o avanço colonizador dos sistemas não comunicativos, que vai anulando e aniquilando os contextos do mundo da vida capazes de comunicação (LUBENOW, 2004, p. 52).

Essa colonização mina o potencial de comunicação do mundo da vida, gerando patologias. Essas patologias causam a fragmentação do mundo da vida (LUBENOW, 2004). Portanto, é diante desse diagnóstico de colonização que Habermas acredita que a função da esfera pública é, nesse momento, **proteger a**

autonomia do mundo da vida. A esfera pública faz agora a mediação entre sistema e mundo da vida. Ela é uma extensão do mundo da vida.



Figura 5: Mundo-da-vida e sistema - esfera pública e colonização
 Fonte: Adaptado de Carvalho et al. (2015).

A esfera pública é uma zona de conflitos entre duas formas de integração: instrumental (dinheiro e poder) e comunicativa (solidariedade). Nesse contexto, Habermas acredita que a capacidade da esfera pública efetivar práticas discursivas no sistema (em contextos institucionais) é pequena. A esfera pública não está diretamente ligada aos contextos institucionais.

Cabe a esfera pública ser o espaço social da prática comunicativa que **confere vitalidade ao mundo da vida, da reprodução simbólica do mundo da vida, visto que o sistema não consegue desempenhar este papel.** A esfera pública assume assim a função simbólica de integração social e de assegurar a autonomia do mundo da vida frente ao sistema administrado (LUBENOW, 2013, p. 173, grifo nosso).

Habermas aponta então que a esfera pública pode sítiar o sistema, mas sem grandes pretensões de conquista (LUBENOW, 2004, 2012b, 2013). Somente a partir dessa defesa, desse sítiamento, é que Habermas acredita ser

possível um caminho inverso. Ou seja, primeiro barrar a colonização e depois pensar em influenciar de forma mais contundente o sistema (LUBENOW, 2013).

Para Habermas, essa inversão depende da institucionalização da prática do debate racional. É preciso garantias legais e institucionais, arranjos institucionais que facilitem a formação da opinião pública. Esses arranjos devem facilitar a formação da opinião pública, mas esta não pode ser totalmente formada dentro desses arranjos (LUBENOW, 2013).

Habermas também trata dos meios de comunicação em *Teoria da Ação Comunicativa*. Para o autor, os meios de comunicação são instrumentos de colonização do mundo da vida. Os meios de comunicação de massa canalizam o fluxo de comunicação de cima para baixo, do centro para a periferia. Criam barreiras para impossibilitar a discussão pública. Entretanto, Habermas acredita que a lógica da ação comunicativa funciona como defesa diante das intenções manipuladoras dos meios de comunicação (LUBENOW, 2012b).

Apesar de uma grande reformulação, a esfera pública continua com a função de mediação, antes entre Estado-sociedade e agora entre sistema e mundo da vida. Se em um primeiro momento a esfera pública tinha uma função mais ofensiva – atacar o princípio da dominação – agora esta tem uma função mais defensiva – assegurar a autonomia do mundo da vida; perspectiva de sitiamento (LUBENOW, 2007, 2012b).

Em *Teoria da Ação Comunicativa* Habermas não explica como “as estruturas do mundo da vida (solidariedade, cultura e identidade) podem esboçar um movimento contrário não apenas de ‘resistência’, mas também de ‘efetivação’ de uma prática social discursiva nos contextos sistêmico-institucionais” (LUBENOW, 2007, p. 110). Ou seja, como romper a ideia de sitiamento – a esfera pública não está diretamente ligada aos complexos institucionais (LUBENOW, 2007).

A ideia de sitiamento, entretanto, não significa que sistema e mundo da vida estejam desacoplados, ou seja, totalmente desligados e independentes um do outro. O sistema necessita de legitimação. “Ou seja, a esfera pública continua necessária para o procedimento de legitimação do ordenamento político” (LUBENOW, 2004, p. 53). Portanto, a legitimidade mantém sistema e mundo da vida acoplados. Lubenow (2004, p. 54) acredita que “o modelo de acoplamento entre sistema e mundo da vida [...] não permite perceber como seria possível articular, a partir da ideia de esfera pública, implicações prático-normativas para uma teoria da democracia”. Portanto, apesar das reformulações, a repolitização da esfera pública ainda fica aberta. Parece haver um déficit institucional na tentativa de institucionalizar o discurso (LUBENOW, 2013). Habermas reconhece que o modelo de acoplamento de sistema e mundo da vida e a concepção de política democrática que resulta desse quadro teórico acaba sendo ‘por demais derrotista (LUBENOW, 2007, p. 55).

3.2.3 Direito e Democracia – 1992

Diante da constatação de que a obra *Teoria do Agir Comunicativo* não forneceu um modelo de análise robusto para explicar como a esfera pública poderia assumir um papel mais ofensivo vis-à-vis o Estado burocrático (FLYNN, 2014) é que *Direito e Democracia* se torna mais relevante.

Os entraves encontrados na obra *Teoria da Ação Comunicativa* levam Habermas a repensar a relação entre sistema e mundo da vida. Diante da perspectiva de sitiamento, Habermas pretende agora encontrar um duplo fluxo entre sistema e mundo da vida (LUBENOW, 2010).

Na obra “*Direito e Democracia*” Habermas confere a esfera pública um papel mais relevante, na tentativa de superar a perspectiva de sitiamento. A questão central aqui é como repolitizar a esfera pública. A esfera pública é

rediscutida sob a perspectiva da **redescoberta da sociedade civil** (LUBENOW, 2007, 2012b). Essa redescoberta está relacionada com estudos e observações sobre o avanço da sociedade civil em relação ao Estado, o crescimento de organizações e associações da sociedade civil e, conseqüentemente, o fortalecimento de uma esfera pública autônoma em relação ao Estado (LUBENOW, 2012b). Portanto, essas novas experiências democráticas e a nova dinâmica política foram essenciais para se repensar a politização da esfera pública.

Agora, o conceito de sociedade civil já não remete mais àquele, a saber, o que identificava sociedade burguesa como sendo a sociedade civil em geral. O novo significado corrente de sociedade civil remete às associações informais formadoras de opinião e da vontade, tais como associações culturais, de leitura e de debate, igrejas, instituições alternativas, entre outras. Esferas públicas autônomas, que não fazem parte do sistema político-administrativo, mas que articulam e organizam influência política por meios públicos de comunicação, participação e deliberação, contribuindo, assim, para a tematização, discussão pública e tomada de decisões (LUBENOW, 2012b, p. 202).

Aliada à redescoberta da sociedade civil, a categoria esfera pública é agora pensada dentro do modelo de circulação de poder de Bernhard Peters, o qual

[...] organiza os atores políticos e sociais em um eixo composto de um centro e vários anéis periféricos. No centro estariam os complexos institucionais formais, como parlamentos, cortes, agências administrativas responsáveis pelas decisões legislativas e judiciárias, pela formulação de programas políticos, regras, medidas administrativas, decretos etc. [...] Próximas ao núcleo administrativo estariam esferas autonomamente organizadas, mas intrinsecamente ligadas ao governo (universidades, câmaras, associações beneficentes, fundações etc.). [...] Em um terceiro nível, estariam organizações que preenchem funções de coordenação em domínios sociais carentes de regulação (grupos de interesses, instituições culturais, grupos de ativistas ambientais, igrejas etc.) (MARQUES, 2008, p. 25).

Baseado no modelo de circulação de poder, a esfera pública é agora redefinida dentro de um modelo de eclusas. Nesse sentido, os processos de decisão do sistema político estão ancorados no mundo da vida por uma abertura estrutural, que são as eclusas (LUBENOW, 2010, 2012b). Essa abertura estrutural é “permitida por uma esfera pública sensível, permeável, capaz de introduzir no sistema político os conflitos existentes na periferia” (LUBENOW, 2012b, p. 204). Nessa mesma linha, Silva (2001, p. 127) salienta que “Habermas defende agora que o estado é influenciado, de modo indireto (legitimação) pela esfera pública, sendo já, não um produtor de *opacidade*, mas um potencial produtor de *transparência*.”.

Habermas observa, então, um processo de normatização “que se inicia pela formação da opinião e da vontade nas esferas públicas informais, acaba desaguando, pelo caminho procedimental, nas instâncias formais de deliberação e decisão” (LUBENOW, 2010, p.203). Essa institucionalização da opinião pública está ancorada em um conceito de democracia procedimental e deliberativa. “A esfera pública é a categoria normativa chave do processo deliberativo” (LUBENOW, 2007, p. 112).

Visto dessa forma, a esfera pública é o núcleo da democracia deliberativa na vertente habermasiana - permitindo a discussão sobre a democracia e as formas de gestão do Estado e de organizações da sociedade civil.

Habermas (2003) considera que da forma como a esfera pública foi tratada por ele até então, como estrutura comunicacional enraizada no mundo da vida através da sociedade civil, ela se configura, na verdade, como “um sistema de alarme dotado de sensores não especializados, porém, sensíveis no âmbito de toda a sociedade” (Habermas, 2003, p. 91). Assim, no contexto da teoria democrática, Habermas (2003, p. 91) considera que

[...] a esfera pública tem que reforçar a pressão exercida pelos problemas, ou seja, ela não pode limitar-se a percebê-las e a identificá-las, devendo, além disso, dramatizá-las de modo convincente e eficaz, a ponto de serem assumidos e elaborados pelo complexo parlamentar.

Levando em conta essas considerações, Habermas (2003, p. 92) define esfera pública como:

Uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomados de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se considerarem em opiniões públicas enfeixadas em termos específicos.

Assim, pode-se considerar que “Esfera Pública” apresenta as seguintes características: é um fenômeno social; não pode ser entendida como uma instituição ou organização; não constitui um sistema; é possível delinear seus limites internos, mas externamente, se caracteriza pelos horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis; reproduz-se por meio do agir comunicativo; está em sintonia com a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana; deixa ao cargo do sistema político a elaboração especializada; constitui uma estrutura comunicacional do agir orientado pelo entendimento; a generalização da esfera pública é possível por meio da mídia e da internet; opinião pública que

forma a esfera pública não constitui um agregado de opiniões individuais pesquisadas uma a uma ou manifestadas provadamente (não pode ser confundida como Pesquisa de Opinião); na esfera pública luta-se por influência.

3.3 Críticas, Modificações e Avanços da esfera pública em Habermas

Primeiramente, destacamos as críticas levantadas após o texto *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Dentre as principais críticas, destacam-se: o conceito é centrado na sociedade burguesa que gera uma ‘esfera pública hegemônica’ em detrimento de esferas públicas alternativas; valoriza em demorado o potencial emancipatório do discurso liberal e não considera os impactos da discriminação (SUSEN, 2011).

[...] alguns trabalhos enfatizaram a ausência de uma discussão mais detalhada de aspectos culturais e identitários na obra de Habermas de 1962 (Baker 1992; Elley 1992), outros procuraram destacar a pouca importância conferida à religião na configuração da esfera pública (Zaret 1992) [...] Negt e Kluge (1993) tiveram o mérito, em 1972, de realizar uma primeira crítica mais ampla à formulação habermasiana, no livro *The Public Sphere and Experience. Toward an analysis of the bourgeois and proletarian public sphere*, demonstrando como uma esfera pública proletária atuava em paralelo à esfera burguesa, foi Nancy Fraser quem melhor sistematizou essas objeções, ao desenvolver o conceito de “subaltern counterpublics” (Fraser 1992) (PERLATTO, 2015, p. 124).

Nancy Fraser é uma das principais críticas de Habermas (AVRITZER; COSTA, 2004; FONTANA, 2014; LOSEKAN, 2009; LUBENOW, 2010; PERLATTO, 2014; OTTMAN, 2004). Suas críticas estão relacionadas às quatro premissas da esfera pública burguesa:

[...] a realização do potencial utópico de igualdade nas relações dentro da esfera pública; a ideia de uma única esfera pública; a ausência nos debates dentro da esfera de questões privadas que não façam referência ao bem comum; a separação clara entre sociedade civil e Estado para garantir

o funcionamento da esfera pública (LOSEKAN, 2009, p. 44).

Em relação ao primeiro ponto, Nancy Fraser acredita ser impossível que os debatedores de uma esfera pública coloquem em suspensão suas diferenças estruturais para dialogar como se fossem iguais. Uma vez que as desigualdades determinam posições hierarquizadas, estas devem ser eliminadas para que a proposta de Habermas seja possível (FONTANA, 2014; LOSEKAN, 2009; PERLATTO, 2014). Para Fraser, as ideias de Habermas não consideram as relações assimétricas de poder (AVRITZER; COSTA, 2004).

Em relação ao segundo ponto, a crítica de Fraser está relacionada com a necessidade de uma única esfera pública nacional. A autora nega que uma multiplicidade de esferas seja prejudicial à democracia, mas, pelo contrário, admite que em sociedades multiculturais sejam necessários vários públicos (contra públicos ou públicos subalternos), já que existem identidades e culturas distintas (AVRITZER; COSTA, 2004; FONTANA, 2014; LOSEKAN, 2009). Sociedades estratificadas, quando reunidas em uma única esfera pública, tendem a aumentar a desigualdade e a dominação (FONTANA, 2014). Por outro lado, “Os contra públicos subalternos, ao denunciarem os ‘vícios de origem’ dos espaços públicos nacionais, constituem, por isso, forças não de desestabilização, mas de democratização e ampliação da política nacional” (AVRITZER; COSTA, 2004, p. 711). Nisso, “Habermas admitirá posteriormente que o enfoque por ele privilegiado obstou uma percepção mais bem formulada da dinâmica interna da cultura plebeia e de seu potencial para a dinamização do debate público” (PERLATTO, 2015, p. 125).

O terceiro ponto da crítica está relacionado com a ideia de que a esfera pública deve restringir-se ao bem comum e eliminar questões privadas. A autora argumenta que o limite entre o que é público e o que é privado é difícil de ser traçado e que, ao limitar a entrada de questões privadas, excluem-se pessoas e

questões do debate (FONTANA, 2014; LOSEKAN, 2009). As críticas de Benhabib seguem nessa mesma linha (LOSEKAN, 2009).

O último ponto da crítica diz respeito à separação entre sociedade civil e Estado. Segundo Fraser, o funcionamento da esfera pública não necessita de uma evidente separação entre Estado e sociedade civil. A autora distingue então público fraco e público forte (FONTANA, 2014; LOSEKAN, 2009). O público fraco, ligado à sociedade civil, teria a função de formar opinião pública, mas sem poder de decisão. O público forte, mais ligado às instituições do Estado teria como função traduzir as opiniões em decisões (LOSEKAN, 2009). Se Nancy Fraser fala em contra públicos (AVRITZER; COSTA, 2004; FONTANA, 2014; LOSEKAN, 2009), Cohen e Arato falam de novos públicos (AVRITZER; COSTA, 2004; PERLATTO, 2014).

Conforme mostram os autores, ao lado do crescimento incontrolado da grande mídia e da penetração da cultura pelas lógicas do dinheiro e do poder que dele decorre, verifica-se um processo coetâneo de desprovincialização e modernização do mundo da vida, que culmina com a criação e expansão de novos públicos e novos *loci* de realização de formas críticas de comunicação – contextos de difusão de subculturas, movimentos sociais, microespaços alternativos etc. (AVRITZER; COSTA, 2004, p. 710).

As forças de renovação e transformação mobilizada por esses novos públicos não estão restritas à esfera cultural, pois eles pressionam por mudanças no padrão de comunicação pública e podem ocasionar mudanças também na política institucionalizada (AVRITZER; COSTA, 2004).

Gilroy também apresenta crítica aos trabalhos de Habermas ao estudar as formas de manifestação dos *diasporic publics* (AVRITZER; COSTA, 2004; PERLATTO, 2014). Tais críticas estão relacionadas com as formas de captação dos interesses com ênfase na comunicação verbal:

[...] tais críticas implicam a necessidade de construir estruturas específicas de captação dos interesses e públicos subalternos, além de alertarem para o risco implícito da ênfase do modelo discursivo na comunicação verbal. Com efeito, se o espaço público não se mostrar poroso à força expressiva não apenas dos argumentos, mas também da *performance* e das formas não-verbais de comunicação, este pode se prestar, indefinidamente, à reprodução do poder daqueles que historicamente dominaram o processo de produção do discurso verbal (AVRITZER; COSTA, 2004, p. 713).

Sobre a obra da década de 1980, existem críticas indiretas e diretas, sendo que as indiretas se referem à concepção de uma teoria da ação comunicativa, do foco no consenso e na perspectiva de uma teoria focada na linguagem como elemento central. Diretamente, referem-se aos limites da esfera pública para proteger o mundo da vida (LUBENOW, 2012b).

A resposta de Habermas às críticas aparece de forma mais sistemática com o prefácio de 1990 de *Mudança Estrutural* (HABERMAS, 2014). **O autor aceita questões como desigualdades e conflitos sociais e esferas subalternas** (HABERMAS, 2008, 2014). Também traz a questão dos meios de comunicação, da televisão e como eles operam de forma contraditória, alternando ‘publicização’ e manipulação. Habermas (1997b) **também reconhece a existência de desigualdade de posições dentro da esfera pública e a pluralidade** da esfera pública e do conceito de públicos subalternos proposto por Fraser.

Mais um aspecto criticado e revisado posteriormente por Habermas é com relação a ser preferível uma única esfera pública ao invés de múltiplas esferas. O autor não só reconhece a existência de outras esferas como admite que suas existências garantem um acesso mais amplo à esfera pública. Ele sugere a idéia de uma rede para articular o conceito. Assim, a esfera pública seria justamente a totalidade desta rede formada por inúmeras instâncias de públicos transversais, sobrepostos e em vários níveis diferentes, contudo, sempre ligados por algum ponto, seja de conteúdo, vínculos sociais, etc. Dentre seus exemplos

estão: esferas públicas literárias, eclesiásticas, artísticas, feministas e até, esferas públicas “alternativas” da política de saúde, da ciência, entre outras (LOSEKANN, 2009, p. 50).

Mesmo assim, Habermas ainda recebeu uma série de críticas muitas delas em decorrência de uma construção pautada na ação comunicativa, da aceitação do Estado e do direito liberal, da aproximação da constitucionalidade em detrimento de uma democracia radical. Contudo, Dahlberg (2005) argumenta que muitas das críticas são baseadas em leituras limitadas e que uma leitura mais expansiva da esfera pública mostra que ela de fato pode acomodar formas estético-afetivas do discurso, aspectos conflitivos (WHITE; FARR, 2011) e lutas por poder e reconhecimento (MELO, 2015). Assim, a esfera pública é importante também para as discussões sobre coerção e exclusão.

Em relação ao caráter conflitivo é importante explorar como resposta que Habermas destaca o conceito de desobediência civil e a importância dos protestos. Adiante, Habermas (2008) coloca novamente a questão da desigualdade na esfera pública, destacando a existência de exclusão cultural dos cidadãos e ainda a ‘colonização’ da esfera pública por imperativos burocráticos-instrumentais. Mesmo assim, Habermas (2008) defende a esfera pública como um conceito crítico e aberto que permite que as estruturas de poder e de capital também sejam ‘freadas’ pelo poder comunicativo (FLYNN, 2014).

Na Figura, mostra-se como Habermas reagiu a seus críticos e destaca a incorporação em *Direito e Democracia* da noção de públicos fortes e públicos fracos (esse é apenas um caso ilustrativo – houve várias outras críticas).

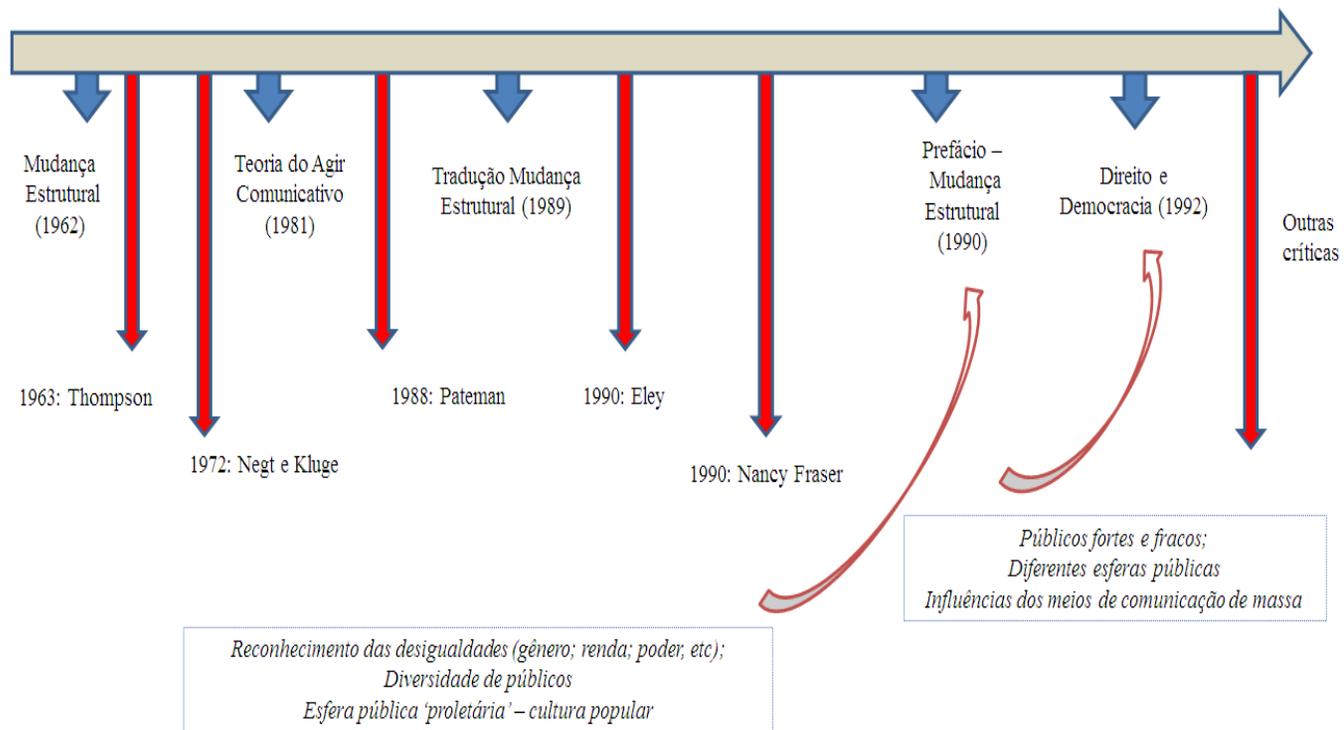


Figura 7: Habermas e seus críticos – um exemplo ilustrativo
 Fonte: Elaborado pelo autor.

Mesmo com a incorporação e mudanças, diversas críticas ainda existem em relação a categoria esfera pública e a sua conceituação por parte de Habermas – daí a importância de avanços considerando as críticas as levantadas suas obras.

A síntese das críticas à esfera pública, as respostas de Habermas e seu potencial foram apresentados considerando que isso contribui para o avanço dos debates sobre esfera pública, quando se coloca também as limitações do próprio conceito. Portanto, conhecer as críticas ao conceito de esfera pública, como o próprio Habermas o fez ao longo de suas obras, é de fundamental importância quando “se pretende usar tal modelo fora de seu berço de origem na Europa” (AVRITZER; COSTA, 2004, p. 710). Ademais, permite encontrar lacunas/gaps para a reconstrução de categorias descritivas e normativas, objetivo deste trabalho.

Em primeiro lugar, os intérpretes renunciam à superioridade da posição privilegiada do observador, porque eles próprios se vêem envolvidos nas negociações sobre o sentido e a validade dos proferimentos. Ao tomarem parte em ações comunicativas, aceitam por princípio o mesmo status daqueles cujos proferimentos querem compreender.

Jürgen Habermas, *Consciência moral e agir comunicativo*.

4 METODOLOGIA DE PESQUISA

Nesta seção busca-se apresentar, detalhadamente, os procedimentos metodológicos utilizados para alcançar os objetivos da pesquisa.

4.1 Dissertação teórica

A Administração integra uma área de estudos vinculada às Ciências Sociais Aplicadas, permitindo a construção de trabalhos de dissertação teóricos. Entretanto, estes trabalhos teóricos são, geralmente, direcionados a resolução de questões práticas. Eco (2007, p. 11) define uma tese teórica como sendo “aquela que se propõe a atacar um problema abstrato, que pode já ter sido ou não objeto de outras reflexões”. Apesar de tratar especificamente de teses, o raciocínio pode ser estendido aos trabalhos de dissertação – com a devida ‘redução’.

Uma tese teórica, segundo Eco (2007), pode ser monográfica ou panorâmica. A primeira tem um recorte melhor definido de tempo e também uma amplitude temática mais bem delimitada. A segunda possui um caráter mais amplo em termos de busca e de recorte (CANÇADO, 2011; ECO, 2007).

Por ser teórica a contribuição desta dissertação deve partir de indagações e agregar alguma discussão ao campo de conhecimento mediante argumentos convincentes e coerentes. A dissertação teórica permite a reflexão dos elementos emancipatórios do tema em destaque. Em se tratando de “esfera pública” e “gestão social” essa reflexão dos elementos emancipatórios torna-se mais importante e evidente uma vez que esses temas estão ancorados nos pressupostos da teoria crítica.

Busca-se, portanto, indicar em uma perspectiva crítica possibilidades de desenvolvimento da gestão social em direção a um processo gerencial dialógico que contribui para a democratização de diversas instâncias da sociedade.

Vê-se já que a Teoria Crítica tem sempre como uma de suas mais importantes tarefas a produção de um determinado *diagnóstico* do tempo presente, baseado em tendências estruturais do modelo de organização social vigente, bem como em situações históricas concretas, em que se mostram tanto as oportunidades e potencialidades para a emancipação quanto os obstáculos reais a ela. Com isso, tem-se um diagnóstico do tempo presente que permite então, também, produção de prognósticos sobre o rumo do desenvolvimento histórico. Esses prognósticos, por sua vez, apontam não apenas para a natureza dos obstáculos a serem superados e seu provável desenvolvimento no tempo, mas para *ações* capazes de superá-los (NOBRE, 2011, p. 11).

Importante ressaltar também os aspectos ontológicos e epistemológicos deste trabalho. Conforme Alencar (2007, p. 22) a

[...] ontologia refere-se a forma e a natureza da realidade e, por conseguinte, o que pode ser conhecido sobre ela. A epistemologia diz respeito à natureza da relação entre o pesquisador e o que pode ser pesquisado. Essa relação é determinada pela concepção ontológica.

Conforme demonstram Cançado (2011) e Cançado, Pereira e Tenório (2013), em relação ao trabalho de Burrell e Morgan, de 1979, a Gestão Social pode ser considerada nominalista em uma perspectiva ontológica e antipositivista em uma perspectiva epistemológica. Em relação à ontologia a gestão social “segue no sentido da possibilidade da construção da sociedade pelos seus membros e a realidade é forjada na interação entre os atores, pois eles são capazes de interpretar esta realidade e agir sobre ela” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013, p. 134). Nesse sentido, Cançado (2011, p. 136) diz que a “tomada de decisão coletiva tem como pressuposto a questão da intersubjetividade e da construção da realidade a partir do entendimento”. O mundo externo ao indivíduo é construído por ele e a partir dele.

Em relação à epistemologia da Gestão social é “importante destacar que para compreender a realidade é necessário conhecer os significados das ações

dos atores e, para tanto, é necessário também compreender as teorias e visões de mundo desses atores” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013, p. 134).

Mesmo com alguns trabalhos que reconheceram a importância de Habermas para a gestão social, esta dissertação foca na possibilidade (lacuna teórica) de compreender o desenvolvimento do campo a partir do conceito de esfera pública de Habermas. Este é um autor importante a ser explorado em profundidade. Nesse sentido, esta dissertação se liga diretamente às obras de Habermas, sem pretensão de esgotamento, mas com o intuito de ampliar as discussões e indicar outros caminhos. Obviamente, este trabalho é pautado também em uma leitura do campo da gestão social, das pesquisas realizadas com a categoria esfera pública e das críticas as concepções de Habermas e sua ‘apropriação’ pela gestão social, por isso, justificamos a utilização de uma revisão bibliográfica.

4.2 Revisão de literatura

Ao longo da última década, observou-se, no Brasil e no mundo, um vertiginoso aumento no número de cursos de graduação e pós-graduação. Concomitantemente, o número de periódicos aumentou e, conseqüentemente, o número de publicações também. Diante de tantas informações e estudos, as revisões de literatura são importantes, pois analisam a literatura disponível e oferecem uma visão geral sobre determinada temática (COOPER, 1988; MOREIRA, 2004).

A revisão de literatura é o primeiro passo para a construção de conhecimento científico. Taylor e Procter (2015) definem a revisão de literatura como um relato do que foi publicado sobre determinada temática. Nessa mesma linha, Noronha e Ferreira (2000, p. 191) salientam que as revisões bibliográficas são

[...] estudos que analisam a produção bibliográfica em determinada área temática, dentro de um recorte de tempo, fornecendo uma visão geral ou um relatório do estado-da arte sobre um tópico específico, evidenciando novas idéias, métodos, subtemas que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura selecionada.

Steward (2004) salienta que a revisão de literatura pode ser entendida como processo e produto. O processo está relacionado com a construção de um protocolo para investigar um determinado assunto. O produto é uma síntese das evidências encontradas.

A revisão de literatura permite encontrar lacunas e brechas para pesquisas dentro de um determinado campo de conhecimento. Pode ser feita tanto em campos que possuem poucas publicações como em campos onde há riqueza destas. É importante, porém, que o autor da revisão justifique-a dentro de um contexto (STEWARD, 2004).

Revisões de literatura sobre a temática da gestão social já foram realizadas por diferentes autores como, por exemplo, Alcântara et al. (2015), Cançado (2011) e Peres Junior e Pereira (2014), entre outros. Entretanto, as sistematizações e o escopo dessas revisões não são iguais.

Em relação ao termo “esfera pública”, apesar de sua ampla utilização em diversos campos de conhecimento, ainda não foram encontradas revisões bem sistematizadas como as encontradas para gestão social na literatura nacional. Os trabalhos de Avritzer e Costa (2014) e Lubenow (2012b) buscam reconstruir, com base em revisões de literatura, o conceito de esfera pública com base em diversos autores como Habermas, Hannah Arendt, Nancy Fraser, Benhabib. Entretanto, uma revisão como objetivada neste trabalho ainda não foi encontrada.

4.3 Tipo e natureza da pesquisa

Com o intuito de conhecer a produção acadêmica em torno da temática esfera pública foi realizada uma análise bibliométrica de artigos científicos. Buscou-se, portanto, uma caracterização dos estudos internacionais sobre o tema esfera pública. Não foi realizada análise bibliométrica acerca de “gestão social”, em razão das pesquisas ainda recentes realizadas por Alcântara et al. (2015), Cançado (2011) e Peres Junior e Pereira (2014).

A análise bibliométrica ou bibliometria é uma técnica quantitativa e estatística e que pode ser comparada ao censo demográfico de um determinado país: “Desenvolve-se inicialmente a partir da elaboração de leis empíricas sobre o comportamento da literatura [...]” (ARAÚJO, 2006, p. 12). Segundo Araújo (2006), o termo “bibliografia estatística” foi criado em 1934 e se popularizou em 1969 com um artigo de Pritchard que discutia bibliografia estatística e bibliometria.

Inicialmente voltada para a medida de livros (quantidade de edições e exemplares, quantidade de palavras contidas nos livros, espaço ocupado pelos livros nas bibliotecas, estatísticas relativas à indústria do livro), aos poucos foi se voltando para o estudo de outros formatos de produção bibliográfica, tais como artigos de periódicos e outros tipos de documentos, para depois ocupar-se, também, da produtividade de autores e do estudo de citações (ARAÚJO, 2006, p. 12).

Por meio de um estudo bibliométrico é possível descobrir, dentro de uma amostra de artigos/papers, quais são os autores mais citados, quais são as obras mais referenciadas, quais são as instituições e países que mais trabalham com um determinado tema, quais são as palavras-chave mais utilizadas, quais são os periódicos/journals que mais publicam e, ainda, acompanhar o número de publicações ao longo dos anos (ARAÚJO, 2006; PINTO; SERRA; FERREIRA, 2014; PRADO et al., 2015). Cabe considerar que alguns trabalhos focam nas ‘leis da bibliometria’ (Lei de Lotka e outras), no entanto, pelo escopo desta dissertação não foi considerado necessário para atingir os fins apresentados nos

objetivos específicos – o trabalho de Borges et al. (2014), citado anteriormente, utilizou dessas possibilidades em pesquisa sobre gestão social no Brasil.

Adiante, foi realizada uma revisão com foco na literatura internacional por meio da *Web of Science* e outra nacional por meio do *SciELO-Brasil* e *SPELL* (em decorrência de limitações dessas bases não foram construídas redes).

4.4 Operacionalização da pesquisa na *Web of Science*

Para a coleta dos dados, foi utilizada a base *Web of Science* da *Thomson Reuters* (**procedimento 1.1**). A delimitação de uma única base se deve a dois motivos: padronização, permitindo análises comparativas; confiabilidade dessa base (PINTO; SERRA; FERREIRA, 2014; PRADO et al., 2015). Importante ressaltar a limitação dessa base, que não inclui diversos periódicos brasileiros, por exemplo. Entretanto, mesmo com limitação a base é extremamente conceituada no ambiente acadêmico e, no caso desta dissertação, permite a exportação de arquivos para *softwares* como Excel, *EndNote* e *CiteSpace*.

Nos **procedimentos 1.2 e 1.3** foram delimitados os termos da busca, a saber: esfera pública¹² (*public sphere*) e Habermas. O termo “esfera pública” foi escolhido porque representa o campo de nosso interesse, sendo uma das categorias centrais para discussões sobre gestão social (CANÇADO, 2011; CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013). Habermas foi escolhido por ser autor central para abordagem frankfurtiana da gestão social (PERES JUNIOR; PEREIRA, 2014) e principal teórico da “esfera pública”.

¹² O termo “esfera pública” em português e alemão e não retornou resultados.

4.4.1 Procedimentos de busca na *Web of Science*

Para a realização das buscas (**procedimento 2.1**) utilizou-se o termo “*public sphere*” entre aspas no campo “título”, ou seja, o termo deveria constar no título do artigo. Foram considerados apenas documentos em formato de artigo científico e em todos os anos disponíveis na base (1945-2015). Nessa etapa foram encontrados 801 artigos.

4.4.2 Procedimento de seleção e análise de resultados na *Web of Science*

Os dados foram analisados e gerenciados através dos softwares *EndNote*, *Microsoft Excel* e *CiteSpace*. As tabelas e gráficos foram construídas através do *Microsoft Excel*, enquanto as redes foram criadas através do *CiteSpace*. Os dados foram exportados para o *EndNote* para facilitar o gerenciamento das referências.

4.4.3 Quadro síntese das etapas de revisão na *Web of Science*

O quadro abaixo apresenta uma síntese das etapas e descreve o que foi feito em cada uma delas.

Quadro 6: Etapas da revisão

Etapas	Descrição
1 Operacionalização	1.1 Escolha da(s) base(s) científica(s) ou periódicos
	1.2 Delimitação dos termos que representam o campo
	1.3 Delimitação de outros termos para apurar os resultados
2 Procedimentos de busca	2.1 <i>Title</i> (termo do campo) <i>AND</i> <i>topic</i> (direcionamento)
	2.2 Utilização de aspas: expressão exata
	2.3 Filtro 1: Delimitação em somente artigos
	2.4 Filtro 2: Todos os anos

Quadro 6, conclusão

	2.5	Filtro 3: Todas as áreas
	2.6	Filtro 4: Todos os idiomas
3	3.1	Download das referências - <i>software EndNote</i>
	3.2	Download das referências em formato planilha eletrônica
	3.3	Download das referências para utilização no <i>CiteSpace</i>
	3.4	Organização das referências no <i>EndNote</i>
	3.5	Organização de matriz de análise em planilha eletrônica
	3.6	Importação dos dados para <i>softwares</i> de análise
	3.7	Busca dos artigos completos em .pdf
	3.8	Análise do volume das publicações e tendências temporais
	3.9	Análise das referências e artigos mais citados
	3.10	Análise do país de origem
	3.11	Análise dos periódicos
	3.12	Análise da autoria e coautoria
	3.13	Análise das categorias (áreas) das publicações
	3.14	Análise das palavras-chave
	3.15	Descrição, estudo das relações e tendências

Fonte: Adaptado de Prado et al. (2015).

4.5 Operacionalização da pesquisa no SciELO e na SPELL

A base de dados *Web of Science* possui poucas revistas brasileiras indexadas. Portanto, para analisar a produção acadêmica sobre esfera pública no Brasil foi feito uma busca do termo “esfera pública” nas bases SciELO e SPELL. A *SciELO* retornou 45 artigos, enquanto a SPELL retornou 63 artigos. Foram excluídos artigos que não possuíam nenhuma obra de Habermas nas referências. Após esse filtro restaram apenas 40 artigos. Foram analisadas as obras de Habermas mais referenciadas, a frequência de publicação por ano e por periódico.

[...] apresentarei a seguinte tese, na suposição que uma interpretação é correta, nós pressupomos que ela não pode ser provada pelo fato de ser imposta. Nós pressupomos, com outras palavras, que existe uma distinção entre provar uma interpretação e impô-la a outros, ou ser imposta sobre nós. Provar é apresentar razões, fundamentações, evidências, elucidações; impor é afirmar ou reafirmar, forçar outros a aceitar, silenciar os questionamentos ou as discordâncias.

John B. Thompson, *Ideologia e cultura moderna*.

5 O CAMPO DE PESQUISAS EM ESFERA PÚBLICA: ELEMENTOS CENTRAIS, TENDÊNCIAS E POSSIBILIDADES

Apresenta-se nessa seção, inicialmente, uma revisão sobre a categoria esfera pública na produção científica interacional. Em seguida, apresenta-se uma revisão desta categoria na produção científica nacional. Os procedimentos metodológicos utilizados foram apresentados na seção 4.

5.1 Esfera pública na produção científica internacional: Uma Revisão Sociométrica e Bibliométrica

O resultado da primeira busca, termo “*public sphere*” no título, foi de 801 artigos. Na Figura 8, é apresentado o número de publicações por ano. Percebe-se que, apesar de algumas oscilações, até o presente momento existe uma tendência de crescimento no número de publicações – sendo que em 2015 foi o ano com maior número de artigos publicados (64 artigos).

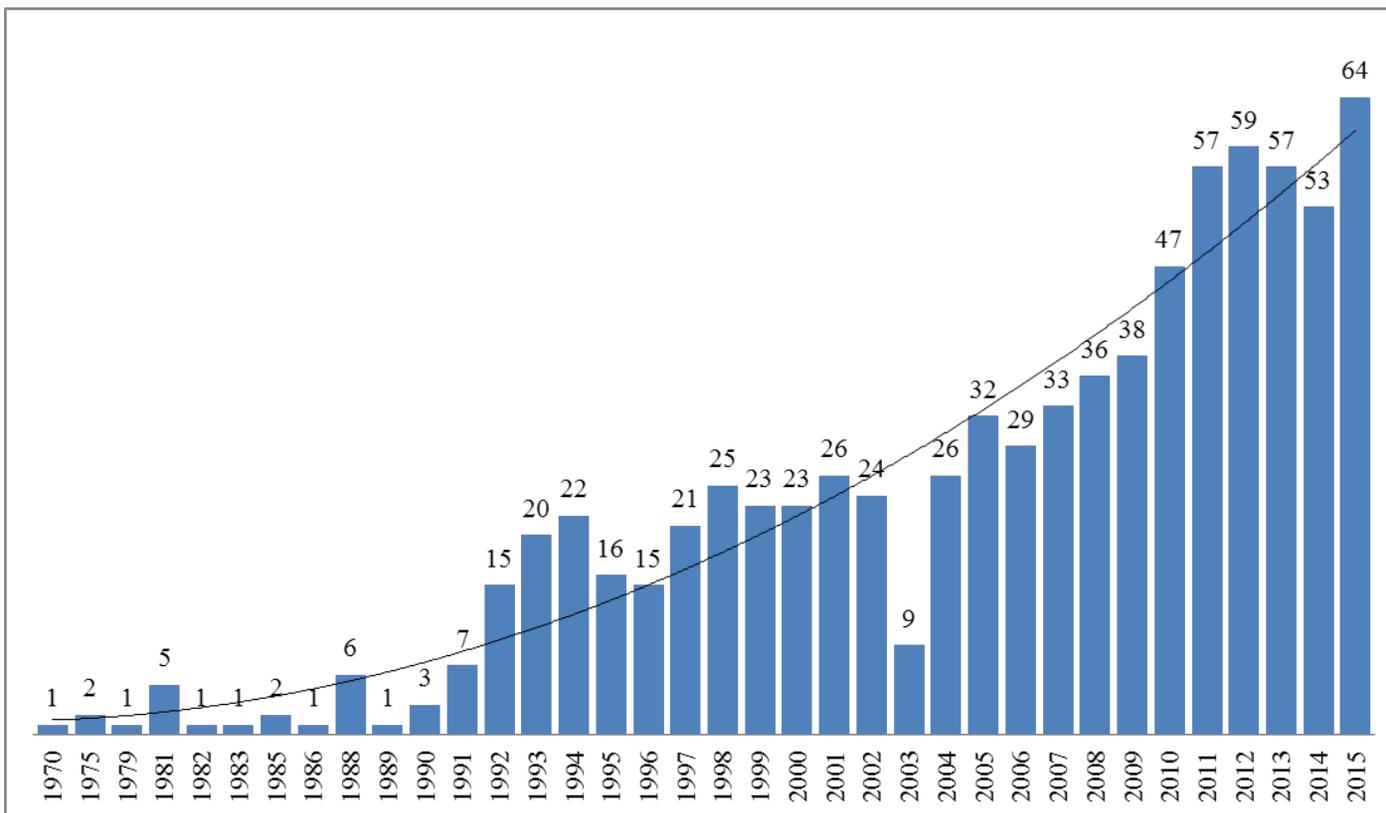


Figura 8: Número de publicações por ano.
 Fonte: Elaborado pelo autor.

Na pesquisa realizada, os primeiros artigos são da década de 1970. O primeiro foi “*Commitment is a red herring - discussion of minority business development to explore role of private sector in public sphere*” (BEARD, 1970) publicado no *Urban Affairs Quarterly*. Em seguida: “*The proletarian public sphere and political-organization - an analysis of Negt, Oskar and Kluge, Alexander the public-sphere-and-experience*” (KNODLER-BUNTE; LENNOX; LENNOX, 1975) e “*Class-structure and legitimacy public sphere - a hypothesis on the continued existence of class relationships and the problem of legitimation in transitional societies*” (PARIS; RABINBACH; LENNOX, 1975) ambos publicados na *New German Critique*. E, ainda na década de 1970, “*Critical-theory, public sphere and culture - Habermas, Jürgen and his critics*” (HOHENDAHL; SILBERMAN, 1979) publicado na *New German Critique*. Observa-se um grande salto no número de publicações, na década de 1990, em relação à década de 1980. Esse salto pode ser explicado pela primeira tradução para o inglês da obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Ademais, o contínuo aumento no número de publicações desde então pode ser explicado pelo lançamento de novas obras de Habermas e, além disso, pela expansão do uso do termo para as mais diversas áreas de conhecimento. Na sequência, na tabela 3 são mostrados os vinte artigos mais citados da busca.

Tabela 3: Vinte artigos mais citados (Web of Science)

Título	Citação	Cit.
<i>Religion in the public sphere</i>	Habermas (2006)	220
<i>The virtual sphere: The internet as a public sphere</i>	Papacharissi (2002)	206
<i>How events enter the public sphere: Conflict, location, and sponsorship in local newspaper coverage of public events</i>	Oliver e Myers (1999)	144
<i>Transnationalizing the public sphere - On the legitimacy and efficacy of public opinion in a post-Westphalian world</i>	Fraser (2007)	132
<i>The new public sphere: Global civil society, communication networks, and global governance</i>	Castells (2008)	111
<i>Imagining solidarity: Cosmopolitanism, constitutional patriotism, and the public sphere</i>	Calhoun (2002)	108
<i>Public sphere and private life - toward a synthesis of current historiographical approaches to the old regime</i>	Goodman (1992)	106
<i>Whats political or cultural about political-culture and the public sphere - toward an historical sociology of concept-formation</i>	Somers (1995)	97
<i>Movements and media: Selection processes and evolutionary dynamics in the public sphere</i>	Koopmans (2004)	93
<i>Public sphere civil society in China - the 3rd realm between state and society</i>	Huang (1993)	89
<i>From public sphere to public screen: Democracy, activism, and the violence of Seattle</i>	DeLuca e Peeples (2002)	87
<i>The political power of social media technology, the public sphere, and political change</i>	Shirky (2011)	85
<i>New media, counter publicity and the public sphere</i>	Downey e Fenton (2003)	81
<i>Phantasies of the public sphere: Rethinking the Habermas of historians</i>	Mah (2000)	78
<i>The civil society and public sphere debate - western reflections on chinese political-culture</i>	Wakeman (1993)	78
<i>Praise the Lord: Popular cinema and pentecostalite style in Ghana's new public sphere</i>	Meyer (2004)	77
<i>Negotiating and transforming the public sphere - african-american political life in the transition from slavery to freedom</i>	Brown (1994)	77

Tabela 3, conclusão

<i>Community without propinquity revisited: Communications technology and the transformation of the urban public sphere</i>	Calhoun (1998)	74
<i>Politicization of science in the public sphere: a study of public trust in the United States, 1974 to 2010</i>	Gauchat (2012)	71
<i>Civil-society and the public sphere</i>	Calhoun (1993)	68

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na sequência, apresentamos um breve resumo dos dez artigos mais citados. Em “*Religion in the public sphere*” Habermas (2006) mostra como as religiões ganharam uma importância política ao longo dos últimos anos. Destaca como a religião, nas diversas regiões do mundo, provoca conflitos étnicos e são utilizadas para justificar atos de terrorismo. Habermas (2006) evidencia que existem evidências estatísticas de uma secularização dos países europeus, após a Segunda Guerra mundial. Em contrapartida, nos EUA a população religiosamente ativa manteve-se constante, ao longo das últimas décadas e ressalta que existe uma divisão cultural do ocidente. Determinadas questões políticas ainda são diretamente afetadas por julgamentos e argumentos religiosos como, por exemplo, a pena de morte, o aborto, união homossexual. Ou seja, a importância das religiões para fins políticos tem crescido. No Brasil, esse fato torna-se visível quando falamos, por exemplo, em um parlamento que conta com uma bancada de deputados denominada de “bancada evangélica” ou “bancada da bíblia”. Ademais, observa-se que padres e pastores se candidatam e são eleitos nas eleições de diversos níveis. Ainda, alguns destes utilizam discursos religiosos como projeto político. Os EUA foram os primeiros a adotar a liberdade religiosa, entretanto, essa liberdade não significou a preponderância do laicismo, mas, ao contrário, o que vigora hoje é uma tolerância em relação às minorias religiosas (HABERMAS, 2006).

O Estado constitucional moderno surge de uma tradição contratualista, baseada na razão, ou seja, a razão seria a base de justificação de um Estado secular. Nesse contexto, institucionalmente Estado e Igreja são separados (o Estado não deve privilegiar nenhuma religião). Habermas destaca que a secularização antecedeu a democratização do poder político. Ainda, a liberdade religiosa seria a resposta política para pluralismo religioso. Essa liberdade religiosa consegue conter conflitos de interação, mas cognitivamente os conflitos continuam existindo (HABERMAS, 2006). Habermas cita o “uso público da

razão” de Rawls, para mostrar que a legitimidade política surge da deliberação, da formação racional da vontade, e não de questões metafísicas. Audi, citado por Habermas (2006), vai ainda mais longe e diz que os cidadãos devem argumentar com base em “razões seculares” (HABERMAS, 2006, p. 8). Nesse sentido, os cidadãos devem buscar o equilíbrio entre sua religião e a razão secular. Questiona-se, então, a capacidade que os cidadãos têm de separar mentalmente razões religiosas e razões seculares, uma vez que muitas pessoas assentam sua vida cotidiana baseada na sua crença religiosa. Habermas (2006) destaca, diante disso, que muitas pessoas tomam decisões políticas, por meio de razões religiosas por falta de conhecimento ou imaginação para encontrar justificativas seculares. Se determinados indivíduos baseiam sua existência política e social na crença religiosa e, ao mesmo tempo, o Estado permite essas crenças como direito básico, este não pode esperar que todas as pessoas justifiquem suas decisões e argumentos com base na razão secular. Nesse sentido, apenas pessoas com cargos públicos devem sempre buscar razões seculares (HABERMAS, 2006). Argumentos religiosos podem estar na esfera pública política formal e informal, desde que sejam traduzidos, ou seja, transformem-se em uma razão secular. Ou seja, quando um argumento exposto de forma religiosa é aceito pelos demais cidadãos (não religiosos e de outras religiões).

Habermas (2006) destaca o que os sociólogos descrevem como “modernização da consciência religiosa”. Essa modernização é fruto do pluralismo religioso e do fortalecimento da ciência. Essa modernização da consciência religiosa diz respeito a um esforço que os indivíduos religiosos devem fazer para aceitar outras religiões e outras visões de mundo. Ademais, devem aceitar a prioridade oferecida às razões seculares na arena política. Ou seja, os cidadãos religiosos devem aprender (e, de fato, é um processo de aprendizagem) a desenvolver uma postura epistêmica em uma sociedade secular. Entretanto, Habermas destaca que não se deve excluir, em uma sociedade pós-

metafísica, tradições religiosas que desencadeiam uma inspiração para toda sociedade. Ademais, os secularistas devem reconhecer suas limitações. Nesse sentido, os secularistas e o pensamento pós-metafísico podem aprender com a religião. Habermas (2006) destaca, portanto, que “a mudança de atitudes epistêmicas deve ocorrer para a consciência religiosa se tornar reflexiva e para a consciência secularista de transcender suas limitações”, ou seja, um processo de aprendizagem complementar (HABERMAS, 2006, p. 18).

Papacharissi (2002) discute o papel da internet na esfera pública. A internet e os novos meios de comunicação podem aumentar a democratização política, ao aumentar as possibilidades de expressão política e, conseqüentemente, desenvolver cidadãos mais ativos politicamente. Ademais, a internet é uma excelente fonte de informações e opiniões, alternativa aos tradicionais meios de comunicação (rádio, televisão) sempre questionados pela sua parcialidade e confluências com interesses econômicos e políticos. Por outro lado, os céticos em relação à internet advogam que esta pode ocasionar o declínio da esfera pública: porque é um recurso ainda não acessível universalmente, ou seja, existem pessoas que não possuem acesso à internet, porque as discussões na internet são fragmentadas e superficiais (opinião compartilhada por Habermas), porque o anonimato favorece a proliferação de discursos de ódio (sem as pretensões de validade habermasianas). Nesse contexto, o texto de Papacharissi (2002) realiza um debate entre céticos e otimistas em relação ao potencial democratizante da internet e das novas tecnologias de comunicação. Para tanto, o autor apresenta alguns estudos empíricos realizados por autores diversos.

Em síntese, em relação aos argumentos positivos têm-se: a internet permite a conexão mais estreita entre políticos e eleitores; permite a divulgação de informações governamentais e, conseqüentemente, amplia a possibilidade de fiscalização; permite a expressão política de indivíduos; possibilita plebiscitos

eletrônicos; disponibiliza informações de forma rápida e barata; ultrapassa o obstáculo geográfico da comunicação; permite opiniões independentes do poder econômico e político (ou seja, qualquer um pode criar um blog para manifestar suas opiniões de forma independente). Em relação aos argumentos negativos, destacamos: acesso não universal, o que pode privilegiar determinadas pessoas; é difícil gerenciar e filtrar a grande quantidade de informações disponíveis; anonimato dificulta a responsabilização e, conseqüentemente, estimula os discursos de ódio; debates superficiais e fragmentados sobre diversos assuntos, ou seja, debates com pouco conteúdo, diversidade e impacto político; as mesmas forças comerciais que, segundo alguns autores (dentre eles Habermas), minaram o potencial democrático dos meios tradicionais podem minar, também, o potencial democrático da internet; conhecimento de informática necessário; a esfera virtual privilegia aqueles que possuem computadores (Papacharissi faz uma analogia a esfera burguesa de Habermas, que privilegiava aqueles que tinham propriedade) e, conseqüentemente, exclui diversos públicos (Papacharissi faz, agora, uma analogia aos *counterpublics* de Nancy Fraser). Diante de tais pontos, Papacharissi (2002) destaca que é incerto o papel da internet como protagonista de uma mudança política. O autor frisa que a internet criou um novo espaço público e pode ampliar a participação, mas não sabe ao certo se esse novo espaço público é capaz de aprofundar a democracia e rejuvenescer a esfera pública.

Oliver e Myers (1999) buscaram analisar eventos públicos (marchas, protestos, manifestações, apresentações teatrais e musicais, comícios) e sua relação com a mídia. Segundo os autores, a vida pública ocorre em lugares públicos. Em lugares públicos, as pessoas podem debater cara a cara e influenciar um ao outro. Os autores ressaltam que manifestações, protestos, entre outros eventos públicos, buscam expressar um sentimento coletivo e influenciar a opinião pública, ou seja, esses eventos públicos são importantes para a esfera

pública. Destacam ainda que a mídia faz a ligação entre o evento e a esfera pública. Sem a cobertura da mídia o evento teria pouco poder de influenciar a opinião pública. Nesse sentido, os meios de comunicação desempenham um papel fundamental na repercussão de um protesto. Os autores destacam que estudos acadêmicos sobre protestos também dependem dos meios de comunicação uma vez que são utilizados como fontes. Nesse sentido, esses estudos ficam reféns da exatidão das informações publicadas nos jornais, por exemplo. Diante disso, Oliver e Myers (1999) destacam que os registros do departamento de polícia podem ser uma fonte alternativa e que uma comparação dos registros da mídia e dos registros policiais pode melhorar estudos dessa natureza.

Os autores buscam discutir quais fatores influenciam na probabilidade de determinado evento público receber ou não cobertura da mídia. Para tanto, Oliver e Myers (1999) analisaram eventos públicos na cidade de Madison no ano de 1994. Os eventos públicos selecionados foram aqueles que contavam registros em uma variedade de fontes oficiais. Os resultados mostram que manifestações chamam mais a atenção da mídia que os demais eventos públicos. Ainda, eventos envolvendo questões conflituosas e polêmicas tendem a receber maior atenção da mídia.

Fraser (2007) traz à tona a ideia de esfera pública transnacional, ou seja, arenas discursivas que não estão restritas aos limites de uma nação ou estado. Entretanto, a autora destaca que pensar em esfera pública transnacional levanta um problema. Utilizando Habermas, Fraser (2007) ressalta que a esfera pública foi originalmente pensada como um espaço para a formação da opinião pública. Nesse espaço, justo e inclusivo, os argumentos apresentados são submetidos à crítica. Nesse sentido, é importante saber quem participa e em que termos. Além disso, a esfera pública, por meio da opinião pública, assegura que as ações do Estado estarão de acordo com a vontade da população. Ou seja, a esfera pública

oferece legitimidade normativa (formação da opinião pública) e eficácia política (ações do Estado em consonância com a vontade de população). Diante disso, pensar em uma esfera pública transnacional torna-se complexo uma vez que os membros dessa esfera transnacional não fazem parte de uma mesma comunidade política e, conseqüentemente, não possuem os mesmos direitos políticos. Entretanto, segundo a autora, a ideia de esfera pública transnacional não deve ser abandonada.

Segundo Fraser (2007), a teoria da esfera pública habermasiana, desde 1962, tem sido utilizada para um determinado território, para uma dada comunidade política, ou seja, para determinado Estado. Em contrapartida, com a instabilidade geopolítica resultante da Guerra Fria e, mais recentemente, com o fenômeno da globalização, torna-se necessário repensar o conceito de esfera pública em um contexto transnacional. A autora dedica um tópico de seu texto para apresentar as características da esfera pública habermasiana e, para tal esforço, utiliza a obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Segundo a autora, o conceito de Habermas repousa sobre seis pressupostos teóricos-sociais que deixam claro o caráter nacional de seu conceito: 1) a opinião pública e a esfera pública estão relacionadas com um Estado que exerce poder soberano sobre um determinado território; 2) os membros da esfera pública são membros de uma determinada comunidade política; 3) um dos principais pontos de discussão era a boa organização das relações econômicas da comunidade política, ou seja, a primeira inquietação era a economia nacional; 4) Habermas discorreu sobre o papel da mídia para difundir opiniões, ou seja, permitir a comunicação entre distantes. Entretanto, concentrou sua discussão sobre o papel da mídia e imprensa nacional; 5) Habermas acreditava que a discussão na esfera pública era linguisticamente compreensível e transparente, ou seja, o debate era realizado em uma linguagem nacional; 6) Habermas buscou as origens culturais da esfera pública nos textos e novelas do século XVIII e, nesse sentido, acreditava que

esses gêneros burgueses possibilitaram a criação de uma nova postura subjetiva, por meio da qual os indivíduos sentiam-se membros de uma determinada comunidade (FRASER, 2007). Fraser (2007) ressalta, então, que Habermas conceituou a esfera pública tendo como projeto político a democratização do Estado-nação.

In this model, democracy requires the generation, through territorially bounded processes of public communication, conducted in the national language and relayed through the national media, of a body of national public opinion. This opinion should reflect the general interest of the national citizenry concerning the organization of their territorially bounded common life, especially the national economy (FRASER, 2007, p. 11).

Entretanto, Fraser (2007) destaca que nas sociedades contemporâneas os problemas não estão circunscritos a fronteira dos Estados territoriais. Aquecimento global, desemprego, guerra ao terrorismo, direitos humanos, por exemplo, são assuntos que extrapolam as fronteiras dos países, ou seja, não são tratados apenas por uma mídia nacional e nem discutidos apenas por uma comunidade política territorialmente localizada. Nesse sentido, é necessário discutir sobre esfera pública global ou esfera pública transnacional. A autora destaca duas correntes: uma que diz que a esfera pública de Habermas (nacional) era adequada até recentemente; e outra que destaca que existe esfera pública transnacional desde o século XVII. A esfera pública transnacional traz novas indagações sobre legitimidade e eficácia: como interrogar a eficácia se a opinião pública não tem um destinatário certo? Como interrogar a legitimidade se a esfera pública não envolve apenas uma determinada comunidade política? Para responder a essas perguntas, a autora sugere rever os seis pressupostos da teoria habermasiana. 1) A soberania dos Estados é questionável já que estes dividem funções de governança internacional com instituições e organizações; 2) Os Estados são afetados por fenômenos como migração, diáspora, ou seja, cada nacionalidade está dispersa por diversos territórios e, nesse sentido, a opinião

gerada não representa todas as nacionalidades; 3) A economia é cada vez mais global (tendo inclusive um Banco Mundial), com empresas multinacionais e transnacionais e, deste modo, é difícil imaginar a opinião pública nacional interferindo em questões econômicas; 4) Se antes a mídia nacional e local era instrumento de transmissão da opinião pública, hoje existe uma mídia global e privatizada que, por um lado, é teoricamente mais independente e evita populismo governamental mas, por outro lado, propaga com maior ênfase a lógica de mercado; 5) O pressuposto de uma única língua nacional não é sustentável. O inglês, por exemplo, tornou-se a língua oficial dos negócios. Ademais, com o processo de migração já citado, os Estados tornaram-se multilíngues; 6) A esfera pública repousa sobre uma literatura nacional é outro pressuposto que não é sustentável em um contexto com hibridismo cultural (FRASER, 2007). Diante do exposto, Fraser (2007) destaca que é necessário repensar a legitimidade e eficácia em um contexto transnacional. Contudo, fica também visível que não é possível fazer isso sem considerar o contexto sociocultural em que as esferas públicas se formam e em que medida elas fazem parte de esferas mais amplas de forma cooperativa ou conflitiva.

Castells (2008), assim como Avritzer e Costa (2004) e Fraser (2007), argumenta a necessidade de pensar em uma esfera pública internacional. A esfera pública existe, segundo Castells (2008), dentro de um espaço político/institucional que não está sujeito ao controle de um poder soberano em particular. O autor reconhece a existência de interesses sociais que são expressos em nível mundial como, por exemplo, as religiões, aquecimento global, direitos humanos, segurança global, terrorismo, armas químicas. Reconhece, ainda, a existência de uma sociedade global, de uma governança global representada por instituições políticas internacionais. Os problemas de níveis globais não podem ser administrados por um Estado-nação. Outro problema, segundo o autor, está relacionado com a legitimidade: o que se escolhe é alguém ou um grupo para

representar o Estado-nação no âmbito internacional? A globalização causa, ainda, uma crise de identidade nos Estados-nação e uma crise de equidade com a desregulamentação dos mercados. Segundo Castells (2008), portanto, se reconhecermos a existência de instituições e atores globais, o mesmo tipo de esfera pública idealizado por Habermas para o âmbito nacional deve, nas sociedades contemporâneas, expandir para um nível transnacional. Entretanto, esse debate ainda não está claro, ou seja, as condições de existência dessa esfera internacional ainda não estão claras. O autor cita algumas obras de Habermas e utiliza o conceito habermasiano de esfera pública.

Calhoun (2002) também trabalha com a globalização e a ideia de uma esfera pública internacional. Segundo o autor, a globalização é vendida como progresso, como uma necessidade. Concomitantemente, alternativas a globalização são vistas como regresso. O autor busca, portanto, discutir aspectos do discurso dominante sobre a necessidade de globalização e, além disso, procura discutir a inadequação desses discursos sobre a construção da solidariedade social. Busca discutir com autores que defendem a ideia de uma sociedade transnacional, incluindo Habermas e seu patriotismo cultural. A intenção de Calhoun (2002) não é defender uma ideia antiglobalização, apenas problematizar questões que considera relevante. A esfera pública não deve ser considerada, segundo este, apenas um espaço de discussões e tomadas de decisões racionais, mas também um lugar de construção de solidariedade social e política (uma solidariedade diferente da que surge na esfera privada) e que é necessário observar as implicações da globalização para essa construção. Tratar o nacionalismo como algo ultrapassado é deixar de reconhecer seus pontos positivos. O autor dialoga com Habermas, ao longo de todo texto, discutindo assuntos como globalização, esfera pública, racionalidade e identidade cultural. Calhoun (2002) destaca que a esfera pública é composta também de questões relacionadas à identidade e a cultura e questiona, portanto, como pensar a

legitimidade de uma esfera pública internacional. Para o autor, a esfera pública é espaço de formação cultural (que não é só herdada, mas produzida e reproduzida), de solidariedade social e discurso crítico e racional. A sociedade civil é essencial para a democracia e Calhoun (2002) está preocupado com o fato de a sociedade civil transnacional ainda estar centrada em organizações econômicas. Em síntese, Calhoun (2002) busca levantar questões sobre esfera pública, sociedade civil e sociedade civil global/transnacional.

Goodman (1992) estuda a relação entre esfera pública e esfera/vida privada no Antigo Regime. A data em que escreveu o texto foi oportuna para tal debate, pois as obras *Mudança Estrutural d Esfera Pública* de Habermas e *A História da Vida Privada* editada por Roger Chartier tinham sido recém-traduzidas para o inglês. A autora, então, buscou um debate entre as obras mencionadas para mostrar que elas são complementares, que a esfera pública habermasiana é uma das dimensões da esfera privada de Chartier e seus colaboradores. Segundo a autora, portanto, a oposição rigorosa entre esfera pública e esfera privada não é válida. Conclui que, se atualmente as esferas pública e privada são esferas desacopladas, estas eram articuladas no período do Antigo Regime (GOODMAN, 1992). A autora dedica, ainda, algumas páginas para tratar a questão da mulher na esfera pública.

Somers (1995) trabalha o conceito de cultura política, conceito este que, segundo a autora, esteve bastante presente nos estudos de ciência política e sociologia política nos anos 1950 e 1960 e que foi revivido por sociólogos e cientistas políticos nos anos 1980 e 1990, período em que a autora publicou seu trabalho. A autora destaca que o conceito foi associado quase que exclusivamente com as teorias de modernização parsonianas nos anos 1950 e 1960. O conceito foi radicalmente criticado pelas ciências sociais, durante os anos 1960 e 1970 e veio à tona novamente com a tradução, em 1989, da obra *Mudança estrutural da Esfera Pública* de Habermas. O relato de Habermas

sobre a esfera pública burguesa tem muito em comum com o conceito de cultura política utilizado nas teorias parsonianas. O que causa espanto em Sommers é que o conceito de cultura política, em ambos os casos (Habermas e Parsons), é utilizado de uma forma que não é nem político e nem cultural. A autora busca, então, uma nova lente/abordagem/metodologia para compreender o conceito de cultura política. Sugere o uso de uma sociologia histórica da formação de conceitos (SOMMERS, 1995).

Koopmans (2004) estuda as novas formas de interação entre movimentos sociais e autoridades políticas. O autor argumenta que antes do advento do Estado-nação democrático essa interação era localizada, imediata e direta. Essa interação direta ainda não desapareceu por completo, entretanto, tornou-se mais rara. É difícil, nos dias de hoje, que os manifestantes tenham contato direto com seu destinatário. A mídia cumpre um papel importante nesta interação indireta. Koopmans (2004) ressalta que é por meio da mídia que ocorre a interação entre manifestantes e autoridades. Os movimentos e as autoridades políticas devem ganhar a simpatia daqueles que estão acompanhando os acontecimentos pela mídia. Se determinado protesto não é relatado pelos meios de comunicação, há uma enorme chance de o destinatário nem tomar conhecimento deste. Portanto, Koopmans destacava, em 2004, a ausência de debates teóricos aprofundados sobre o papel da mídia e seu impacto nos movimentos. Segundo Koopmans (2004), citando Richard Cloward e Frances Fox Piven, as manifestações que contestam as políticas e códigos culturais existentes tendem a não ter sucesso e a permanecerem marginalizadas e sem consequências. O autor destaca que, diariamente, diversos grupos tentam inserir mensagens na esfera pública, mas a grande maioria é desconsiderada ou considerada ilegítima. Apenas aquelas que conseguem atrair a atenção dos meios de comunicação conseguem alcançar outros atores sociais. Nesse sentido, portanto, podemos entender a esfera pública como um espaço limitado de

comunicação e com um nível elevado de competição. Diante disso, o autor utiliza a teoria da evolução de Darwin para fazer uma analogia com uma esfera pública limitada. O limite dessa esfera pode ser expandido, por exemplo, pela internet. Como contraponto, a comercialização da mídia reserva mais tempo para propagandas e entretenimento, deixando pouco espaço para questões políticas e reduzindo o limite da esfera pública (KOOPMANS, 2004). O autor destaca, então, três mecanismos de seleção que afetam a entrada de mensagens na esfera pública: visibilidade (número de canais em que a mensagem é transmitida), ressonância (reação de outros atores a mensagem) e legitimidade (grau em que a mensagem é recebida de forma positiva pelos outros atores). O texto trata de esfera pública, meios de comunicação, opinião pública, mas não referencia Habermas.

Fechando a lista dos dez artigos mais citados, Huang (1993) buscou estudar a esfera pública, a sociedade civil e a relação entre Estado e a sociedade chinesa. Inicia seu trabalho destacando que Habermas deu dois sentidos para o termo esfera pública: um mais específico que trata da esfera pública burguesa e outro mais geral no qual a esfera pública burguesa é apenas uma variante. O autor cita Habermas em diversos momentos. Segundo Huang (1993), o problema de se utilizar Habermas no contexto chinês é que uma de suas variantes, a esfera burguesa, é muito específica para ser utilizada na China e, em contrapartida, o conceito mais geral pode não ser útil para o específico contexto chinês. O autor utiliza o conceito mais abrangente de Habermas para falar de uma estrutura intermediária entre Estado e sociedade. Insta ressaltar que o trabalho é de 1993, ou seja, apenas um ano após a tradução para o inglês da obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Este terceiro espaço, como denomina Huang (1993), seria útil para evitar a discussão simplista de dicotomia entre Estado e sociedade. Huang (1993) destaca, então, a existência desse espaço intermediário na China. Esse terceiro espaço descrito por Huang parece estar mais relacionado

ao terceiro setor do que à emergência de um espaço de discussões que busca influenciar o sistema político/Estado.

Tabela 4: Periódicos que mais publicaram

Periódico	Artigos	Prop. Parcial	Prop. Total
<i>Javnost-The Public</i>	42	28,00%	5,24%
<i>Public Culture</i>	20	13,33%	2,50%
<i>Media Culture & Society</i>	18	12,00%	2,25%
<i>European Journal of Communication</i>	13	8,67%	1,62%
<i>Media International Australia</i>	9	6,00%	1,12%
<i>New German Critique</i>	9	6,00%	1,12%
<i>Telos</i>	9	6,00%	1,12%
<i>Eighteenth-Century Studies</i>	8	5,33%	1,00%
<i>Theory Culture & Society</i>	8	5,33%	1,00%
<i>Social Science History</i>	7	4,67%	0,87%
<i>Theory And Society</i>	7	4,67%	0,87%
Total parcial de artigos	150	100,00%	18,73%
Artigos em outros periódicos	651		81,27%
Total de artigos	801		100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na tabela 4, mostram-se os periódicos que mais publicaram os artigos da busca. *Javnost – The Public* é um periódico do *European Institute for Communication and Culture*. O periódico interdisciplinar foi fundado em 1994, para tratar dos problemas da esfera pública nos níveis nacional e internacional e incentivar a pesquisa nesse campo de conhecimento. O periódico recebe artigos que buscam entender e superar as diferenças culturais. Trabalha, também, com questões relacionadas à mídia (democratização da mídia, o papel da mídia, globalização dos meios de comunicação, comunicação virtual, entre outros tópicos). O principal objetivo do periódico é compreender as transformações no processo democrático. Insta ressaltar que, apesar do grande número de publicações, o periódico não conta com nenhum artigo entre os vinte mais citados.

Public Culture é um periódico do *Institute for Public Knowledge* vinculado a *Duke University Pres*. É um periódico interdisciplinar de estudos culturais que busca a compreensão crítica das formas culturais da esfera pública e dos fluxos culturais globais. Nesse sentido, a revista busca ser um fórum de discussão sobre como as diferenças políticas, sociais e culturais emergem como fenômenos públicos. O periódico apresenta três artigos entre os 20 mais citados, o que demonstra a importância deste para estudos sobre esfera pública. *Media Cultura & Society* apresenta discussões sobre meios de comunicação em diversos contextos históricos, políticos, sociais, econômicos e culturais. *European Journal of Communication* também recebe pesquisas que versam sobre comunicação e mídia. *Media International Australia*, revista fundada em 1976, recebe pesquisas aplicadas sobre mídia, telecomunicações e indústria cultural. O foco principal desta revista é a Austrália. Fundada em 1970, a revista *New German Critique* trata de diversos assuntos como literatura e cinema, cultura de massa, mídia, arte e arquitetura, teoria política e social, história e filosofia. A revista *Telos*, fundada em 1968, discute política, filosofia, teoria

crítica e cultura. *Eighteenth-Century Studies* publica estudos que abordam os aspectos da cultura do século XVIII. Fundada em 1982, *Theory Culture & Society* publica artigos que tratam da relação entre cultura e sociedade. O artigo de Fraser (2007) *Transnationalizing the public sphere - On the legitimacy and efficacy of public opinion in a post-Westphalian world*, um dos mais citados, foi publicado nesse periódico. *Social Science History* publica pesquisas sobre teoria social dentro de um determinado contexto histórico-empírico, ou seja, a revista busca trabalhos que combinam pesquisa empírica e análise teórica. Por fim, *Theory And Society* publica estudos que fazem uma análise social, independente da disciplina. Importante citar alguns periódicos que não estão entre os que mais publicaram, mas que possuem artigos entre os vinte mais citados como, por exemplo, *American Sociological Review*, *Modern China*, *American Ethnologist*, *Sociological Inquiry*, *Journal Of Modern History*, *Foreign Affairs*, *Critical Studies in Media Communication*, *European Journal of Philosophy*, *American Journal Of Sociology*, *Annals Of The American Academy Of Political and Social Science*, *History and Theory*, *Sociological Theory*.

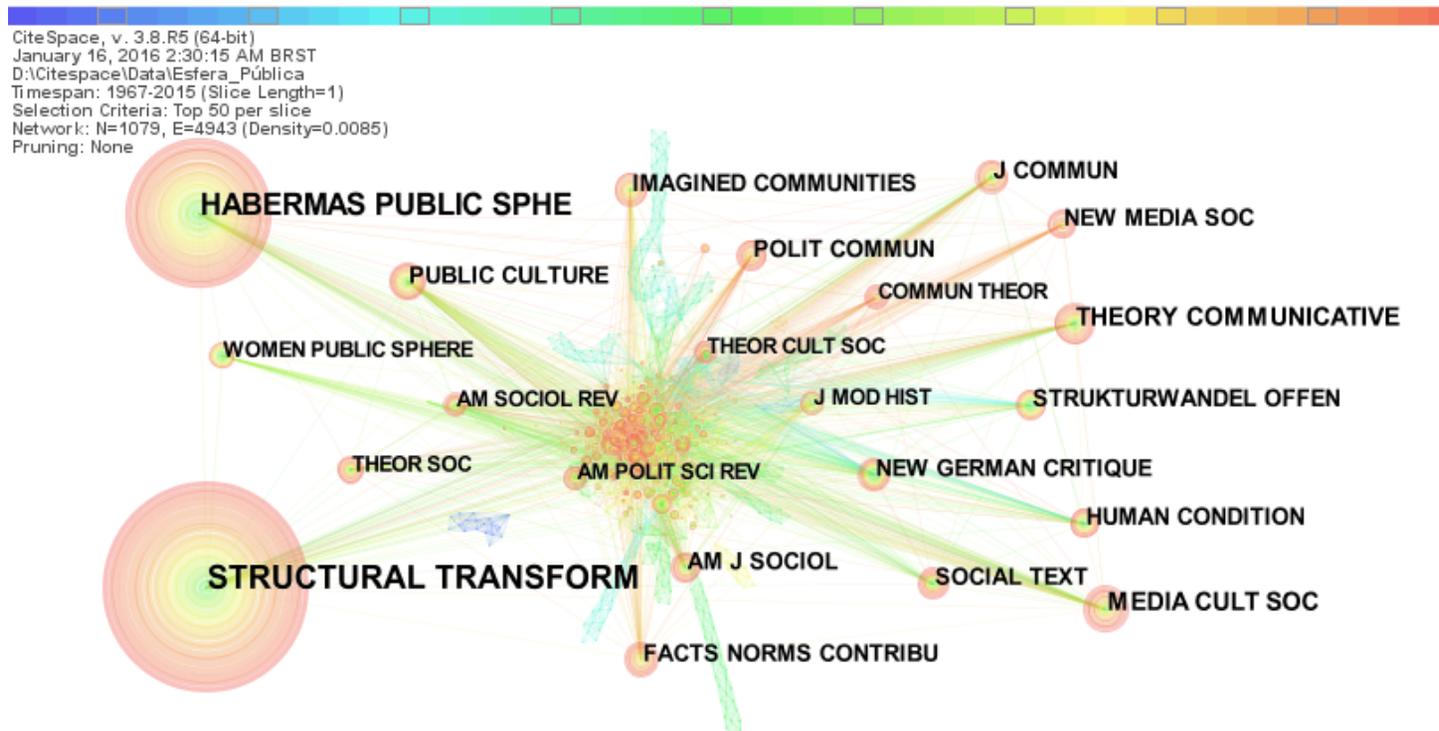


Figura 9: Periódicos mais citados pelos 801 artigos
 Fonte: Elaborado pelo autor

Em outra análise, é possível observar quais são os periódicos mais citados pelos 801 artigos (Figura 6). Importante destacar que os livros de Habermas aparecem na figura, como é o caso, por exemplo, de *The Structural Transformation of the Public Sphere, Between facts and norms: Contributions to a discourse theory of law and democracy* e *Theory Communicative Action*. Ainda, o livro de Calhoun (1992) *Habermas in the Public Sphere*, o livro de Arendt (1958) *The Human Condition*, o livro de Landes (1988) *Women and the Public Sphere in the Age of the French Revolution* e o livro de Anderson (2006) *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism* também aparecem na figura. Isso demonstra a importância desses livros e autores para os estudos de esfera pública, de forma que suas obras são mais citadas que o somatório de artigos publicados em um determinado periódico.

Especificamente em relação aos periódicos, o mais citado foi *Media Culture & Society* com 81 citações. O segundo periódico mais citado é *Public Culture* (65 citações) que abriga o trabalho de Calhoun (2002). O terceiro mais citado é o *Journal of Communication* com 58 citações. A lista dos dez periódicos mais citados conta, ainda, com os periódicos *New German Critique* (57), *Social Text Journal* (56), *American Journal Of Sociology* (54), *Political Communication* (54), *New Media & Society* (52), *Theory and Society* (48) e *America Political Science Review* (43).

Tabela 5: Artigos brasileiros na Web of Science

Título	Citação	Cit.
<i>Critical theory, democracy, and the public sphere: Concepts and uses in Latin America</i>	Avritzer e Costa (2004)	5
<i>Cultures of participation: young people's engagement in the public sphere in Brazil</i>	Butler e Princeswal (2010)	4
<i>The difference between the Johnson's criticism and the russian formalism: the relationship between the literary criticism and the public sphere</i>	Castro e Ferreira (2015)	0
<i>Considerations on the public sphere: social networks on the internet and political participation</i>	Medeiros (2013)	0
<i>The public sphere 50 years later: public sphere and media outlets in Jürgen Habermas in tribute to 50 years of the structural transformation of the public sphere</i>	Lubenow (2012b)	0
<i>Intimacy and public sphere - Politics and culture in Argentina</i>	Neiburg (2003)	0

Fonte: Elaborado pelo autor

Avritzer e Costa (2004) destacam que até os anos 90 a teoria da transição democrática foi o centro do debate sobre democratização. Entretanto, ao longo dos anos 90 uma nova abordagem sociológica vai se consolidando. Essa nova abordagem busca demonstrar que para além da construção de instituições democráticas é necessária também “a incorporação de valores democráticos nas práticas cotidianas” (AVRITZER; COSTA, 2004, p. 706). Ou seja, o processo de democratização não está restrito à esfera institucional. É necessário analisar a relação entre Estado e sociedade civil e também as relações sociais e a cultura política resultantes destas relações (AVRITZER; COSTA, 2004). É necessário, portanto, incorporar conceitos como sociedade civil e espaço público (espaço onde ocorrem as relações sociais) na construção dessa nova abordagem. Avritzer e Costa (2004) ressaltam que esses conceitos foram desenvolvidos em outros contextos e que são utilizados por diversos campos. Alertam, portanto, que é necessário cuidado com a adaptação desses conceitos ao contexto latino-americano. Em relação ao conceito de sociedade civil os autores destacam que, concomitantemente com o debate mundial sobre o tema, desenvolveu-se uma teoria da sociedade civil latino-americana. Entretanto, o debate sobre o conceito de espaço público é incipiente. Avritzer e Costa (2004) buscam, portanto, contribuir neste debate. Para tanto, os autores reconstroem a trajetória do conceito na teoria crítica “mostrando como as definições e usos do conceito vão se modificando ao longo do tempo, até chegar à forma, assumida nos anos 1990, de um modelo discursivo de espaço público” (AVRITZER; COSTA, 2004, p. 705). Ademais, os autores apresentam algumas críticas a esse modelo. Demonstram ainda a necessidade, em um mundo globalizado, de se pensar em uma esfera pública transnacional e, ao mesmo tempo, demonstram as críticas a essa ideia. Insta ressaltar que Avritzer e Costa (2004) ora utilizam o termo “espaço público” ora utilizam “esfera pública”. Os autores utilizam o conceito de esfera pública de Habermas e citam várias de suas obras. Concluem

que “o uso de uma concepção discursiva de espaço público na América latina implica levar adequadamente em conta as correções feitas a tal modelo” (AVRITZER; COSTA, 2004, p. 722).

Butler e Princeswal (2010) buscaram analisar o engajamento e a participação política dos jovens e como atividades culturais desenvolvidas por diversas organizações podem influenciá-los. Para tanto, os autores entrevistaram 100 jovens com idade entre 16 e 27 anos no Rio de Janeiro. Os autores começam resgatando algumas experiências de projetos e programas de alguns países, implementados por organizações governamentais ou não, que contam com a participação de jovens e crianças. Segundo os autores, os jovens de hoje estão mais envolvidos e possuem espaços alternativos de participação como, por exemplo, a internet, o teatro, a dança, entre outros. Os autores destacam a importância dos escritos de Paulo Freire sobre educação como forma de emancipação. Segundo os autores, Paulo Freire influenciou diversas abordagens metodológicas utilizadas por organizações para trabalhar com jovens e populações marginalizadas. Ressaltam que existem muitas organizações competindo para ter a participação dos jovens: grupos religiosos, partidos políticos, projetos governamentais, movimentos sócias, etc.. Projetos de organizações governamentais e não-governamentais buscam a participação dos jovens, pois existe uma preocupação com a criminalidade e o desemprego com essa parte da população. Dentro dessa perspectiva, os autores destacam que muitos desses projetos tratam os jovens como sendo um risco em potencial e, neste sentido, o projeto não está preocupado em oferecer lazer, cultura a cidadãos que possuem direitos, mas evitar que eles tenham tempo livre para praticar atos ilícitos. Esses projetos, geralmente, fazem uso de atividades culturais. Os autores destacam ainda a importância do hip-hop para a conscientização dos jovens para diversos assuntos políticos e sociais. Concluindo, os autores ressaltam a recente mobilização dos jovens em torno de

movimentos como o MST e em manifestações em torno do transporte público. Além disso, chamam a atenção para o aumento no número de votos de jovens com 16 e 17 anos. Portanto, os jovens não são desinteressados por questões políticas. Os autores não citam Habermas e tratam a esfera pública como qualquer espaço de ação coletiva.

Castro e Ferreira (2015) analisam a relação entre crítica literária e esfera pública. Insta ressaltar que os autores não citam nem referenciam Habermas. Apesar de não citar Habermas, os autores destacam, assim como Habermas o fez (chamando de esfera pública literária), a importância da ascensão da classe burguesa no século XVIII para a crítica literária. Destacam, ainda, que dessa crítica literária surgem espaços de discussão (bares, cafés) e que essas discussões são expandidas para assuntos econômicos, políticos e sociais. Com o advento do capitalismo e a racionalização da sociedade a crítica literária se afasta da esfera pública. . No mais, o texto tem um enfoque direcionado para o campo da literatura, discutindo “a crítica de Johnson” e o “formalismo russo”.

Medeiros (2013) aborda, a partir de Habermas, a esfera pública e a opinião pública na Internet. Para tanto, o autor dedica algumas linhas para revisar os conceitos habermasianos de público, esfera pública, opinião pública e, além disso, revisa o conceito de redes e redes sociais. O autor parte do pressuposto de que a internet é um “espaço público sem intermediários ou reguladores institucionais, possibilitando novas maneiras dos sujeitos conviverem, pensarem e se manifestarem” (MEDEIROS, 2013, p. 28). Ademais, o autor “parte do pressuposto de que a evolução dos meios de comunicação altera a forma como os indivíduos interagem e formam opinião, bem como altera as relações entre as esferas política e civil.” (MEDEIROS, 2013, p. 28). Nesse sentido, as redes sociais abrigam um público que se comunica, interage e participa, ou seja, redes sociais geram ação. O autor considera que os meios de comunicação, em especial a internet, contribuem para que os fluxos

comunicacionais atinjam cidadãos e instituições que jamais seriam atingidos. A internet (esfera virtual) é vista como uma extensão/complemento da esfera tradicional. Medeiros (2013), baseando em outros textos e autores, destaca principalmente as vantagens da internet (informação rápida, superação de barreiras geográfica, independente, possibilita comunicação de grupos minoritários, entre outras). Como contraponto, destaca que a internet pode não ser capaz de dar visibilidade necessária aos assuntos e que, portanto, necessitaria dos tradicionais meios de comunicação para ter visibilidade. O autor tem uma visão otimista das redes sociais e da internet, destacando que estas podem ajudar a “resgatar uma cidadania rompida entre a esfera política, representada e com poder de decisão, e uma esfera civil” (MEDEIRO, 2013, p. 32).

Lubenow (2012b) revisita algumas das principais obras de Habermas para mostrar a relação entre esfera pública e meios de comunicação. O autor tem por objetivo mostrar que Habermas não deixou de tratar dos meios de comunicação em sua construção do conceito de esfera pública, mas tratou de forma secundária, implícita. Lubenow (2012b) mostra como em *Mudança Estrutural da Esfera Pública (Strukturwandel der Öffentlichkeit, 1962)* Habermas apresenta, inicialmente, um papel importante e positivo dos meios de comunicação para a esfera pública literária. Os jornais foram importantes para possibilitar a publicidade das críticas literárias e culturais. Entretanto, ao longo do tempo, ocorre a refuncionalização da imprensa. Esta se torna um empreendimento capitalista e passa a vender entretenimento. Além disso, os meios de comunicação adquirem grande poder de influência e passam a ser utilizados para propósitos privados. Habermas, então, torna-se cético em relação aos meios de comunicação, culpando-os pela despolitização da esfera pública. Nesse sentido, o ceticismo de Habermas mantém estreita relação com a crítica da cultura de massa de Adorno. Em *Teoria Da Ação Comunicativa (Theorie des kommunikativen handelns, 1981)* Habermas trata os meios de comunicação

como instrumentos de colonização do mundo da vida. Em 1990, em uma nova edição de *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Habermas mantém o pessimismo em relação aos meios de comunicação. Em *Direito e Democracia (Faktizität und Geltung, 1992)* Habermas diz que a mídia, influenciada pelo capital, manipula a opinião pública e domina a esfera pública (LUBENOW, 2012b). Nesse sentido, Lubenow (2012b) demonstra que Habermas trata dos meios de comunicação em suas obras ao longo do tempo. Entretanto, o faz de forma implícita e mantendo sempre o pessimismo em relação à possibilidade de emancipação de uma esfera pública política dominada pelos meios de comunicação de massa. Em síntese, Habermas destacou, já em 1962, o papel negativo dos meios de comunicação e essa opinião o acompanhou ao longo de suas obras (LUBENOW, 2012b).

Em *Intimacy and public sphere - Politics and culture in Argentina* Neiburg (2003) analisa uma série de eventos (conflitos familiares, políticos e jurídicos) na cidade de Salta, cidade localizada no noroeste da Argentina. O autor analisa como questões íntimas rodearam a todo o momento o conflito entre “peronistas” e “antiperonistas” – conflito este iniciado em 1946 e que teve seu fim em 1955. Em 1949 a oposição denunciava o totalitarismo de Juan Perón na imprensa local e internacional. Como resposta, Juan Perón denunciava a intervenção internacional na política interna do país e diversos jornais foram fechados, o que afetou diversos escritores e jornalistas. O conflito agitou a cidade de Salta, pois o fechamento do jornal *El Intransigente* atingiu famílias tradicionais da cidade como, por exemplo, a família de Michel Torino (dona do jornal *El Intransigente*). Após o fechamento de *El Intransigente* dois novos jornais foram abertos em Salta, um deles de Juan Carlos Cornejo Linares (outra figura importante em Salta e que apoiava o regime peronista). Ademais, o *El Intransigente* foi transformado em “The Intransigente Bulletin” e era impresso em mimeógrafo e distribuído manualmente e denunciava e questionava a honra e

as qualidades morais dos peronistas (NEIBURG, 2013). Ou seja, observou-se uma guerra de jornais em Salta que tinha como objetivo atacar a biografia (aspectos íntimos) de peronistas e antiperonistas. Neiburg (2003) conclui que, desde o século XIX, a Argentina está dividida em “duas Argentinas”: uma industrializada e urbana, composta de imigrantes europeus, e outra rural. Neiburg (2003) mostra como a intimidade de determinados indivíduos afetam discussões no espaço público e o sentimento da população. O autor cita indiretamente Habermas para demonstrar que este falava em autonomização das esferas pública, privada e íntima.

A seguir, serão apresentados os autores que mais publicaram sobre o tema, sintetizados na Tabela 6.

Tabela 6: Autores que publicaram quatro ou mais artigos

Autor	Q.	Artigo	Referência	Cit.
Gerhards	6	<i>Four models of the public sphere in modern democracies</i>	Ferre et al. (2002)	63
		<i>West european integration and the problems of the emergence of an european public sphere</i>	Gerhards (1993)	57
		<i>Is the internet a better public sphere? Comparing old and new media in the USA and Germany</i>	Gerhards e Schaefer (2010)	40
		<i>The discursive versus the liberal public sphere: An empirical critique of Jurgen Habermas' concept of the public sphere</i>	Gerhards (1997)	25
		<i>Two normative models of science in the public sphere: human genome sequencing in German and US mass media</i>	Gerhards e Schaefer (2009)	5
		<i>Public political meetings in Germany - demand and supply of a small public sphere</i>	Gerhards (1992)	4
Dahlberg	5	<i>The Habermasian public sphere: Taking difference seriously?</i>	Dahlberg (2005)	36
		<i>Net-public sphere research: Beyond the first phase</i>	Dahlberg (2004)	10
		<i>The Habermasian public sphere encounters cyber-reality</i>	Dahlberg (2001)	8
		<i>The Habermasian Public Sphere and Exclusion: An Engagement with Poststructuralist-Influenced Critics</i>	Dahlberg (2014)	0
		<i>Exclusions of the public sphere conception examining deliberative and discourse theory accounts</i>	Dahlberg (2013)	0
Calhoun	4	<i>Imagining solidarity: Cosmopolitanism, constitutional patriotism, and the public sphere</i>	Calhoun (2002)	108
		<i>Community without propinquity revisited: Communications technology and the transformation of the urban public sphere</i>	Calhoun (1998)	74
		<i>Civil-society and the public sphere</i>	Calhoun (1993)	68
		<i>The Public Sphere in the Field of Power</i>	Calhoun (2010)	6

Tabela 6, conclusão

		<i>New media, counter publicity and the public sphere</i>	Downey e Fenton (2003)	81
Downey	4	<i>Is there a European public sphere? The Berlusconi-Schulz case</i>	Downey e Koenig (2006)	25
		<i>Flux and the public sphere</i>	Downey (2014)	0
		<i>The 'sluice-gate' public sphere and the national DNA database in the UK</i>	Downey, Stephens e Flaherty (2012)	0
		<i>Unstable mixtures, dilated spheres - Negt and Kluge the public sphere and experience, 20 years later</i>	Hansen (1993b)	16
Hansen	4	<i>Early cinema, late cinema, permutations of the public sphere</i>	Hansen (1993a)	15
		<i>Early silent cinema - whose public sphere</i>	Hansen (1983)	2
		<i>Cooperative auteur cinema and oppositional public sphere - Kluge, Alexander contribution to 'Germany in autumn'</i>	Hansen (1981)	2
		<i>The prudential public sphere</i>	Randall (2011c)	1
Randall	4	<i>Ethos, poetics, and the literary public sphere</i>	Randall (2008)	1
		<i>Humean Aesthetics and the Rhetorical Public Sphere</i>	Randall (2011b)	0
		<i>Empiricism, the new rhetoric, and the public sphere</i>	Randall (2011a)	0

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação à autoria dos trabalhos, observa-se que seis autores destacaram-se com maior número de publicações, com quatro artigos ou mais. O autor que mais publicou foi Juergen Gerhards com seis publicações, seguido de Lincoln Dahlberg com cinco publicações. Importante destacar que apesar de serem os autores que mais publicaram nenhum deles possui trabalho na lista dos vinte mais citados. Em contrapartida, Craig J. Calhoun possui três de seus quatro artigos entre os vinte mais citados, o que demonstra sua importância para estudos de esfera pública. John Downey, também com quatro artigos, possui um entre os vinte mais citados. Miriam Hanser e David Handall, com quatro trabalhos cada, fecham a lista dos autores que mais publicaram.

Na Tabela 7, apresentam-se os artigos que constam nas categorias *management*, *business* e *public administration*. Na sequência, são expostos breves resumos dos dois artigos mais citados desse conjunto de categorias.

Tabela 7: Artigos categorias (management; business; public administration)

Título	Autores	Cit.
<i>Perils of religion: Need for spirituality in the public sphere</i>	Collins e Kakabadse (2006)	24
<i>A virtual European public sphere? The Futurum discussion forum</i>	Wright (2007)	12
<i>Ownership as an instrument of policy and understanding in the public sphere: trends and research agenda</i>	Thynne (2011)	6
<i>The emergence, variation, and evolution of corporate social responsibility in the public sphere, 1980-2004: the exposure of firms to public debate</i>	Lee e Carroll (2011)	5
<i>The civility of social capital: Public relations in the public sphere, civil society, and democracy</i>	Sommerfeldt (2013)	4
<i>Exploring a secretive organization: What can we learn about family offices from the public sphere?</i>	Decker e Lange (2013)	4
<i>Frederick thayer and the structural transformation of the public sphere</i>	Catlaw (2008)	4
<i>Public service values: a new approach to the study of motivation in the public sphere</i>	Witesman e Walters (2014)	3
<i>Probation officer training, promotional culture and the public sphere</i>	Aldridge (1999)	2
<i>Revitalizing the public sphere: The current system of discourse and the need for the participative design of social action</i>	Walton (2007)	1
<i>The transition from the attitude of critical discourse to the creation of counter-public sphere: a study on the committee of union and progress's Opposition to Abdulhamid II</i>	Kaya (2015)	0
<i>Multi-Membership Participation of Young People and Public Sphere: Evidence from Chile</i>	Manriquez e Augusti (2015)	0
<i>Regenerating the city: people, politics, power and the public sphere</i>	Bunyan (2015)	0
<i>The representation problem of differences and the public sphere</i>	Kalayci (2013)	0
<i>Advertising and the public sphere</i>	Sandikci (2004)	0

Fonte: Elaborado pelo autor

Sem ignorar os efeitos negativos da religião (intolerância religiosa e terrorismo, por exemplo), Collins e Kakabadse (2006) destacam o importante e histórico papel das religiões para proporcionar conforto e orientação moral para milhões de pessoas em todo o mundo. Segundo os autores, a globalização possibilitou a comunicação global e trouxe avanços tecnológicos, mas as desigualdades ainda existem. Os autores destacam ainda a despersonalização e a crescente preocupação dos indivíduos com os aspectos relacionados à vida profissional. Citam ainda a corrupção no setor privado e público e a desconfiança dos indivíduos nas instituições e nas próprias pessoas. Tratam também da perda de autenticidade e de satisfação, gerando vícios de consumo de bens materiais. Esse vício de consumo cria uma demanda que pode prejudicar a sustentabilidade ambiental. A pobreza, em economias ricas ou pobres, está em ascensão. Os autores destacam que a administração pública tem sido infectada pelo pensamento do *New Public Management*. Nesse sentido, os servidores públicos têm cada vez menos tempo livre, estão desmotivados, e devem se adaptar às novas tecnologias. A fragmentação da vida moderna em diversos domínios tem gerado uma sombra em torno da identidade. Diante disso e de um ambiente de trabalho alienante tanto no setor público quanto no setor privado, os autores argumentam a necessidade de desenvolver o lado espiritual em diversos contextos. O desenvolvimento espiritual pode colaborar com: harmonia entre valores e tecnologia; conectividade com os outros; eco-eficiência (ser eficiente com o menor impacto ambiental possível); integração da vida familiar e vida profissional; entre outros. Os autores diferenciam religião (estrutura organizada, conjuntos de crenças e práticas) e espiritualidade (busca de sentido, busca do sagrado). O texto apresenta um projeto denominado *Paternoster pilot group*, uma iniciativa de engajamento espiritual que consiste em reuniões de empresários e pessoas ligadas ao mundo dos negócios e que visa a leituras bíblicas, reflexões religiosas e discussões sobre temas como liderança, moral,

cultura corporativa consistente com valores judaico-cristãos. Os resultados destacam que os participantes mudaram sua percepção de justiça, equidade, honestidade. Ademais, internalizaram a necessidade de um contínuo engajamento espiritual. Importante ressaltar que o texto não menciona Habermas em momento algum e que o termo esfera pública é pouco usado. Quando utiliza o faz tratando-a simplesmente como espaço público e sem muita conexão com o foco principal do artigo.

Wright (2007) ressalta a ausência de uma esfera pública em nível europeu. Cita alguns fatores para explicar essa ausência como, por exemplo, falta de uma identidade coletiva e falta de infraestrutura institucional. Nesse sentido, Wright (2007) analisa empiricamente o fórum de discussão online *Futurum* como uma possibilidade de esfera pública em nível europeu. Esse fórum online está vinculado a *Convention on the Future of Europe*. Pautando-se em James Bohman, Wright (2007) argumenta que a internet pode ser um facilitador para a esfera pública transnacional. As perguntas que nortearam a análise foram: “1) De quais países as pessoas postam; 2) Quem participa, e se uma minoria domina o debate; 3) Existe uma linguagem dominante no debate?; 4) As mensagens são ‘deliberativas’” (WRIGHT, 2007, p. 1169). Para analisar os resultados, o autor utilizou Eriksen e este, por sua vez, baseou-se em Nancy Fraser. Eriksen (2005) desenvolveu três tipos/categorias de esfera pública, os quais Wright (2007) descreve em seu texto. As respostas para as perguntas que nortearam o trabalho de Wright (2007) foram: 1) Pessoas postaram de diversos países; 2) Uma pequena minoria parece dominar o debate, entretanto, Wright mostra que essa minoria foi importante para manter a interatividade; 3) O inglês foi a língua dominante; 4) Em relação à deliberatividade o autor acredita que as mensagens foram interativas e que buscavam argumentos para responder outras mensagens. Portanto, Wright (2007) acredita que o fórum funcionou como um

facilitador para uma interação transnacional. Neste estudo, Habermas foi citado algumas vezes e teve uma de suas obras referenciadas.

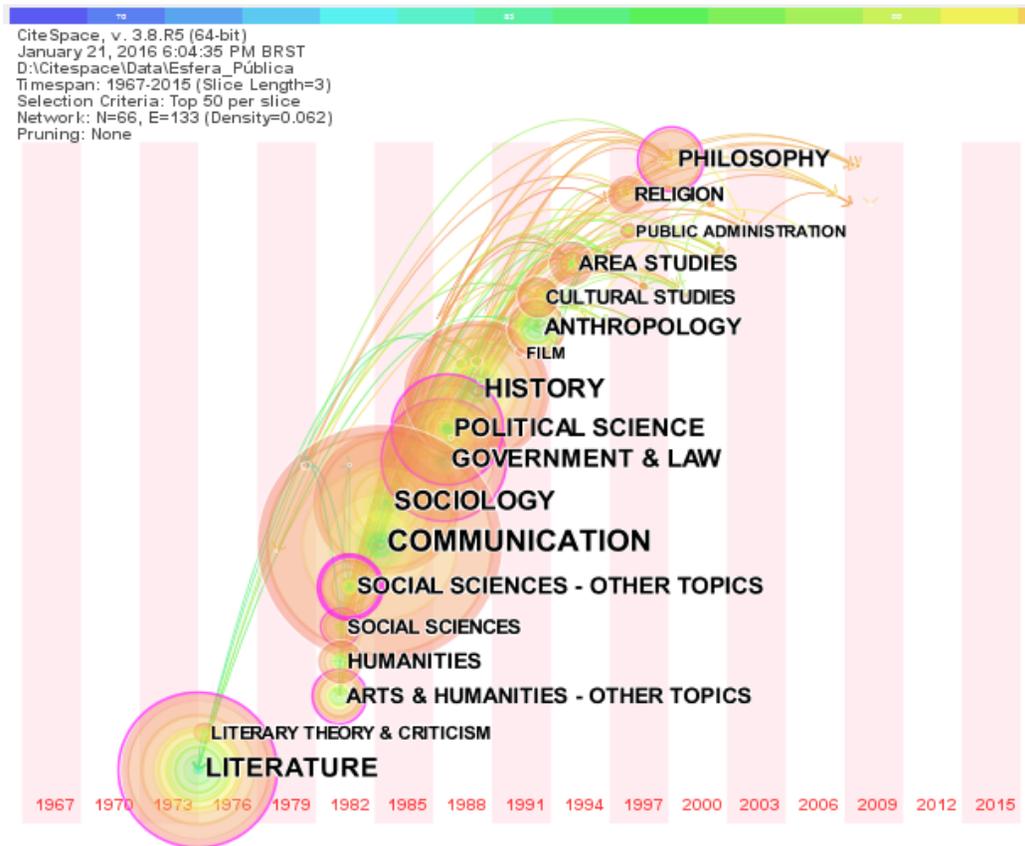


Figura 10: Categorias da *Web Of Science – time zone*
 Fonte: Elaborado pelo autor

Na figura 7, mostram-se as categorias da *Web Of Science* nas quais os artigos são enquadrados. Através do *software CiteSpace* é possível realizar uma linha do tempo (*time zone*) e descobrir em que ano cada categoria iniciou em uma determinada temática. No caso em questão, é possível descobrir em que ano uma determinada categoria teve seu primeiro artigo com o termo *public sphere* no título. Os dados apresentados na figura 7 permitem inferir que o termo *public sphere* é utilizado por diversas áreas. Apesar de não aparecer na figura (aparecem apenas categorias com 14 artigos ou mais), a categoria *Urban Studies* foi a primeira, no ano de 1970, a publicar um artigo com *public sphere* no título, *Commitment Is a Red Herring: A Discussion of Minority Business Development to Explore the Role of the Private Sector in the Public Sphere* (BEARD, 1970). Destaca-se, ainda, que a categoria *Communication* é a que possui o maior número de artigos (154) e o primeiro trabalho da categoria é *Intellectuals, the 'information society' and the disappearance of the public sphere* (ELLIOTT, 1982). O resultado é lógico, uma vez que comunicação é assunto central nas discussões sobre esfera pública desde *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (1962), onde Habermas já tratava de questões como diálogo, comunicação e meios de comunicação, por exemplo. Tempos depois Habermas lança *Teoria da Ação Comunicativa* e, mais tarde, trata dos fluxos comunicacionais em seu sistema declusas. Ao longo dos últimos anos, os novos meios de comunicação e tecnologias da informação têm impulsionado estudos nessa área como, por exemplo, a interação na *internet* e a possibilidade de uma esfera pública virtual. A categoria abriga, por exemplo, o estudo de Papacharissi (2002) sobre esfera pública virtual, o segundo artigo mais citado da busca. Entretanto, apesar do grande volume de artigos, a categoria não está entre as mais centrais.

Interessante observar também que a categoria *Philosophy* apareceu apenas em 1998, muito tempo depois da primeira versão de *Mudança Estrutural da Esfera Pública* e nove anos após a primeira tradução dessa obra para o inglês.

Essa categoria conta com 43 artigos e possui uma centralidade relevante (0,14). Os pioneiros na área foram Bohman (1998) com o trabalho *The globalization of the public sphere: Cosmopolitanism publicity and cultural pluralismo* e Hauser (1998) com o trabalho *Civil society and the principle of the public sphere*. A categoria conta ainda com o artigo mais citado na busca, *Religion in the public sphere* (HABERMAS, 2006). A categoria *Social Science – Other Topics* é a mais central (centralidade de 0,35) e conta com 45 artigos, seguida por *Social Science* (centralidade de 0,18 e 30 artigos), *Political Science* (centralidade de 0,17 e 76 artigos), *Arts & Humanities – Other Topics* (centralidade de 0,15 e 42 artigos), *Philosophy* (centralidade de 0,14 e 43 artigos), *Literature* (centralidade de 0,14 e 104 artigos), *Government & Law* (centralidade de 0,14 e 87 artigos) e *Area Studies* (centralidade de 0,10 e 37 artigos).

A categoria *Public Administration*, apesar de não estar entre as mais centrais, merece destaque por estar presente nas discussões sobre gestão social. A categoria teve seu primeiro artigo em 1999, com o trabalho de Aldridge (1999) *Probation Officer Training, Promotional Culture and the Public Sphere*. Ainda, o artigo mais citado da categoria foi *Perils of religion: Need for spirituality in the public sphere* de Collins e Kakabadse (2006), já analisado.

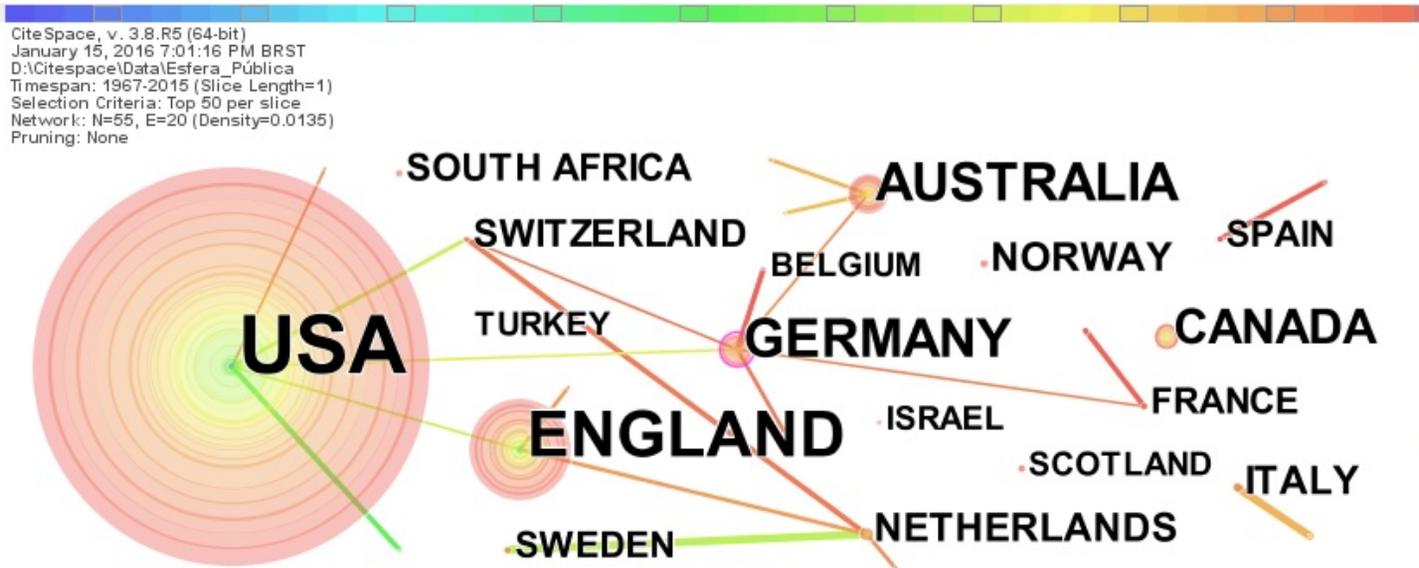


Figura 11: Rede entre países – com base no país do primeiro autor do artigo
 Fonte: Elaborado pelo autor

Em relação à produção acadêmica e a relação entre países, observa-se na figura 8 que os países que apresentam maior número de publicações são Estados Unidos (266 artigos), Inglaterra (81), Austrália (36), Alemanha (36), Canadá (24), Holanda (13), Itália (12), Noruega (11), Suíça (10) e África do Sul (10). Observa-se, portanto, uma discrepância entre Estados Unidos e Inglaterra para os demais países. Importante ressaltar que os Estados Unidos possuem três dos cinco artigos mais citados. O trabalho de Papacharissi (2002) é o artigo mais citado dos Estados Unidos, seguido de Fraser (2007) e Oliver e Myers (1999), todos já abordados nesta dissertação. O primeiro trabalho dos Estados Unidos, *Commitment Is a Red Herring: A Discussion of Minority Business Development to Explore the Role of the Private Sector in the Public Sphere* (BEARD, 1970), é também o primeiro da amostra.

Em relação à Inglaterra, o trabalho mais citado é *New Media, Counter Publicity and the Public Sphere* de Downey e Fenton (2003). Os autores analisam teoricamente a questão dos novos meios de comunicação e como estes têm sido utilizados por grupos radicais para apresentar seus projetos políticos. O objetivo dos autores é construir um quadro teórico, por meio de conceitos como esfera pública e esfera contrapública para embasar estudos empíricos. O primeiro artigo é *The mass media, democracy and the public sphere* de Livingstone e Lunt (1994). Neste os autores trabalham o papel dos meios de comunicação, em especial a televisão, para a participação política. O Brasil apresenta apenas seis artigos, sendo o primeiro deles o trabalho de Neiburg (2003) *Intimidad y esfera pública. Política y cultura en el espacio nacional argentino*. O artigo brasileiro mais citado é *Critical theory, democracy, and the public sphere: Concepts and uses in Latin America* (AVRITZER; COSTA, 2004).

Alemanha é o país que apresenta maior centralidade (0,11), seguida por Estados Unidos (0,06), Austrália (0,04), Holanda (0,04), Suíça (0,04), Inglaterra

(0,03) e França (0,02). Ademais, a Alemanha apresenta o artigo mais citado da amostra *Religion in the public sphere* (HABERMAS, 2006). Importante observar que o valor absoluto da centralidade é baixo, mesmo para os países que figuram entre os mais centrais. Isso implica em que nenhum país estabelece um número grande e significativo de relações externas. Importante observar, também, que a temática começou no continente americano com os Estados Unidos em (1970) e, em seguida, chegou ao continente europeu com os trabalhos de Hallin e Mancini (1991) *Summits and the constitution of an international public sphere: the Reagan-Gorbachev meetings as televised media events* e Coenenhuther (1991) *Domicile – Private sphere and public sphere*.

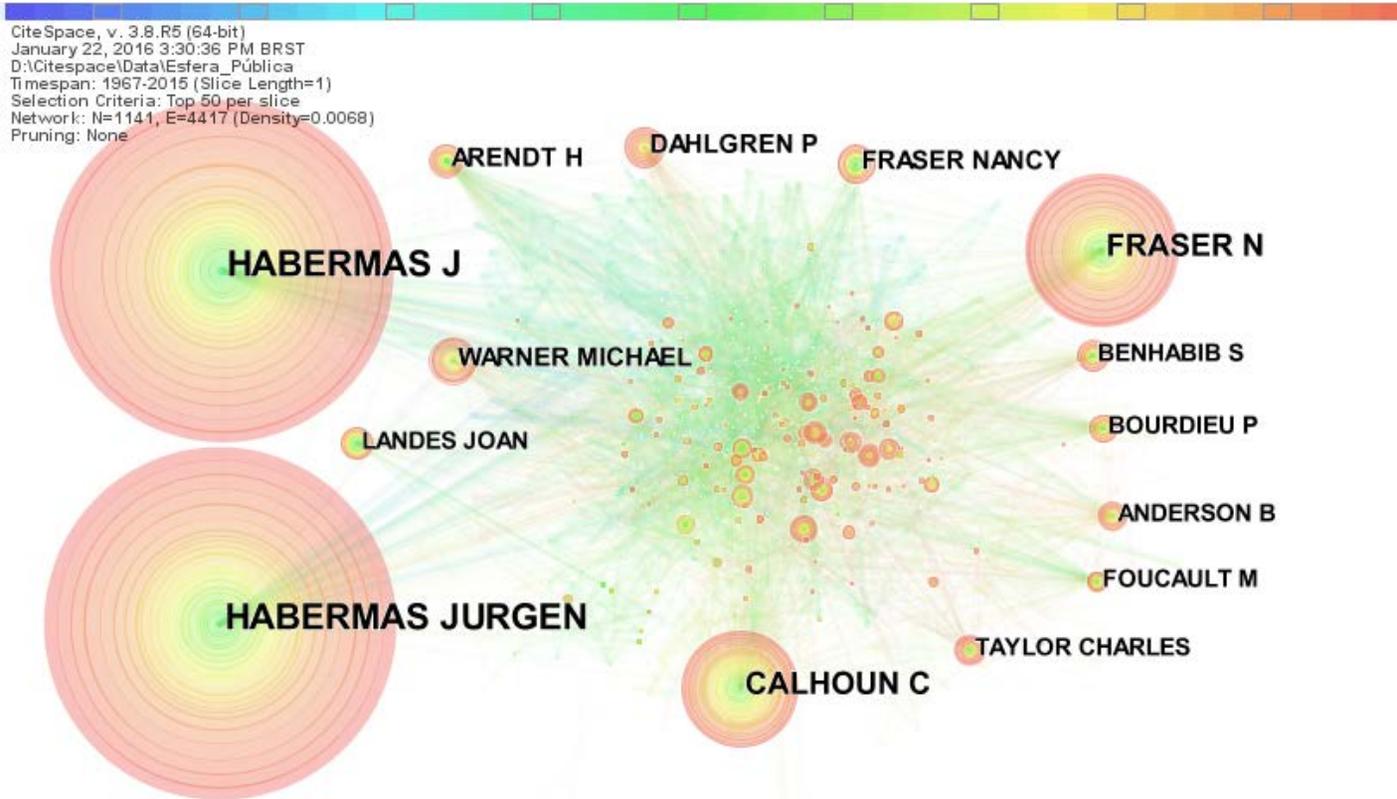


Figura 12: Rede de autores citados
 Fonte: Elaborado pelo autor

Na figura 9, mostram-se os autores mais citados pelos 801 artigos da busca. Habermas é o autor mais citado com mais de 700 citações. O autor possui diversos livros que tratam diretamente da categoria esfera pública. Segundo Lubenow (2012b), Habermas trata dessa categoria principalmente em três grandes momentos representados pelas obras *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (1962), *Teoria da Ação Comunicativa* (1981) e *Direito e Democracia* (1992). Importante observar, também, o grande número de citações de Nancy Fraser. A autora é responsável por importantes críticas ao conceito de esfera pública habermasiano e trabalha ainda com questões relacionadas à esfera pública transnacional. Craig Calhoun também é um autor bastante citado e conta com três obras entre as vinte mais citadas, conforme mostra tabela 3.

Quadro 7: Obras mais referenciadas pelos 801 artigos

Título	Citação	Cit
<i>The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society</i>	Habermas (1989)	204
<i>Habermas and the Public Sphere</i>	Calhoun (1992)	73
<i>Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy</i>	Fraser (1990)	58
<i>Further Reflections on the Public Sphere</i>	Habermas (1992)	45
<i>Women and the Public Sphere in the Age of the French Revolution</i>	Landes (1988)	42
<i>The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society</i>	Habermas (1991)	41
<i>Between facts and norms: Contributions to a discourse theory of law and democracy</i>	Habermas (1996)	39
<i>The Human Condition</i>	Arendt (1958)	37
<i>The Theory of Communicative Action: vol. 1</i>	Habermas (1984)	33
<i>Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism</i>	Anderson (1983)	30
<i>Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy</i>	Fraser (1990)	29
<i>Strukturwandel der Öffentlichkeit Untersuchungen zu einer Kategorie der bürgerlichen Gesellschaft</i>	Habermas (1962)	27
<i>Religion in the Public Sphere</i>	Habermas (2006)	24
<i>The Public Sphere: An Encyclopedia Article</i>	Habermas (1974)	24
<i>The Theory of Communicative Action: vol.2</i>	Habermas (1987)	22
<i>Publics and Counterpublics</i>	Warner (2002)	20
<i>Public sphere and experience: Toward an analysis of the bourgeois and proletarian public sphere</i>	Negt e Kluge (1993)	20

Fonte: elaborado pelo autor

Em relação às obras mais referenciadas, observa-se novamente o protagonismo de Habermas. Sua obra mais citada é *The structural transformation of the public sphere* (1989), primeira tradução para o inglês de *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (1962). Apesar de escrita em 1962 e traduzida em 1989, a obra de Habermas continua sendo bastante citada mais de 50 anos depois. No Gráfico 1, mostra-se ainda o número de citações por ano das obras *Between facts and norms: Contributions to a discourse theory of law and democracy* (1996), *The Theory of Communicative Action: vol. 1* (1984) e *The Theory of Communicative Action: vol.2* (1987). Importante destacar que *The structural transformation of the public sphere* (1989) continua sendo, com grande disparidade, a obra mais citada de Habermas. Entretanto, ao longo do tempo, Habermas modificou seu conceito de esfera pública, incorporando críticas e reconhecendo limitações políticas-sociológicas e destacando que sua primeira formulação estava relacionada à sociedade burguesa do século XVIII. Portanto, essas alterações devem ser observadas com cuidado.

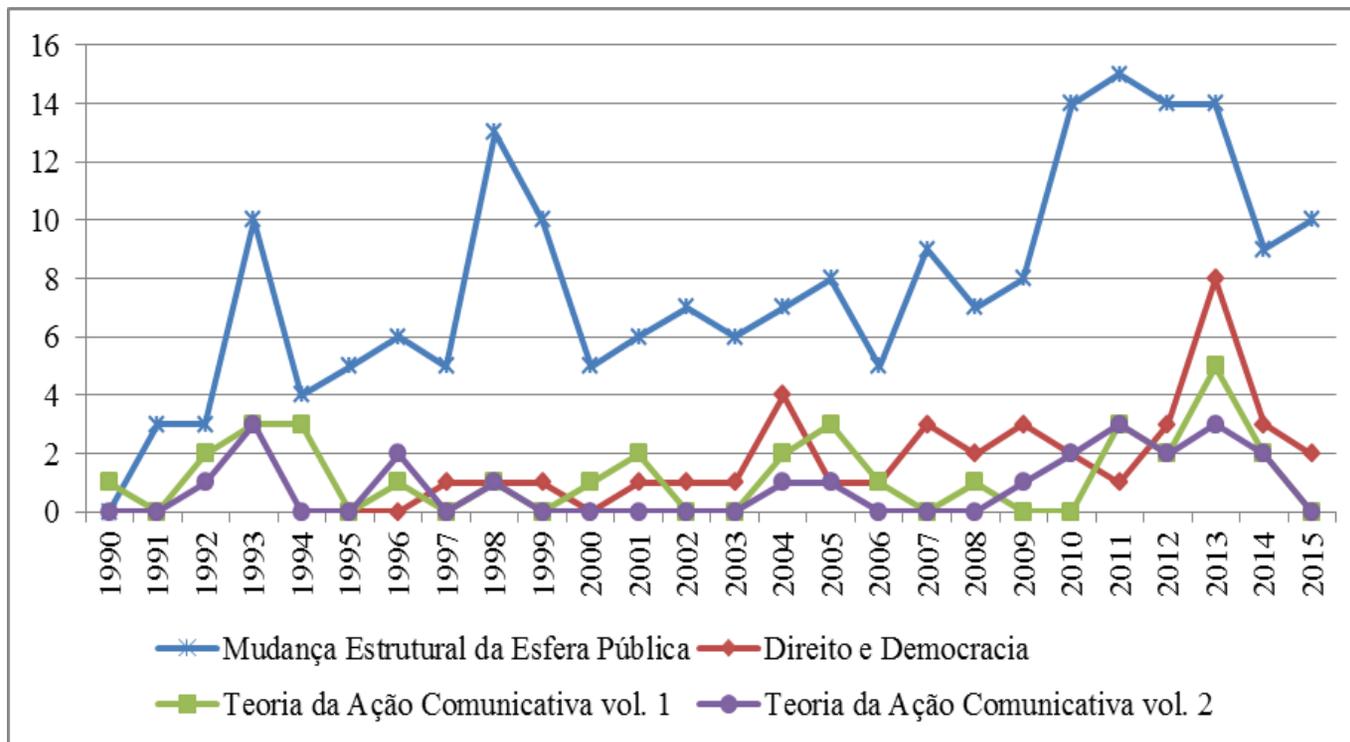


Gráfico 1: Frequência de citações das obras
 Fonte: Elaborado pelo autor.

A rede de palavras-chave (Figura 13) revela como a categoria esfera pública vem sendo utilizada em estudos sobre diversas temáticas. Para além do próprio termo *public sphere*, observa-se que *media*, *democracy* e *communication* são destaques. Diversos autores trabalham a questão dos meios de comunicação, mais recentemente os novos meios de comunicação, e sua influência sobre a esfera pública. Essa discussão é feita pelo próprio Habermas, mesmo que, algumas vezes, de forma secundária (LUBENOW, 2012b). Em relação à *democracy*, a categoria esfera pública é central para discussões sobre modelos de democracia e, principalmente, em discussões relacionadas à democracia deliberativa. Essa relação entre esfera pública e democracia pode explicar a presença de palavras como *deliberation*, *discourse*, *citizenship*, *civil society*, *participation* entre as mais citadas.



Figura 13: Rede de palavras-chave – citadas nos 801 artigos
 Fonte: elaborado pelo autor

Ao analisar brevemente as pesquisas no que tange, especialmente, as que possuem Habermas citado no corpo do texto, constatamos que a maioria dos artigos é teórico e que os artigos empíricos são qualitativos e desenvolvidos por meio de pesquisa documental (e alguns, em especial, consideram a importância da dimensão histórica). No que tange ao estudo da história da esfera pública se destacam trabalhos nos seguintes países: Venezuela, Países Árabes, Coreia, Rússia e Alemanha no século XIX. Por fim, é destaque a relação das esferas públicas com ‘mídia de massa’ e internet, religião, comunicação e debates com outros autores como Hannah Arendt, Bakhtin, Nietzsche, Goethe, Jacob, Ratzinger, Deleuze, Rebecca Schneider, Nagel, Negt e Kluge, Donald Davidson, Norbert Elias, Johann Arnason e Tilly e outros.

Em síntese, esta revisão bibliográfica sobre esfera pública demonstra a importância de Jürgen Habermas para o campo. O autor possui o artigo mais citado da busca e, além disso, sua obra *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society* (1989) é a mais referenciada. Ainda, o autor conta com outras obras entre as mais referenciadas, é o autor mais citado e seu nome está entre as palavras-chave mais citadas.

5.2 Esfera Pública no Brasil

No Gráfico 2, mostra-se o número de artigos publicados por ano. Observa-se que o número de publicações começa a aumentar, a partir de 2006, entretanto, o número de publicações ainda é pequeno.

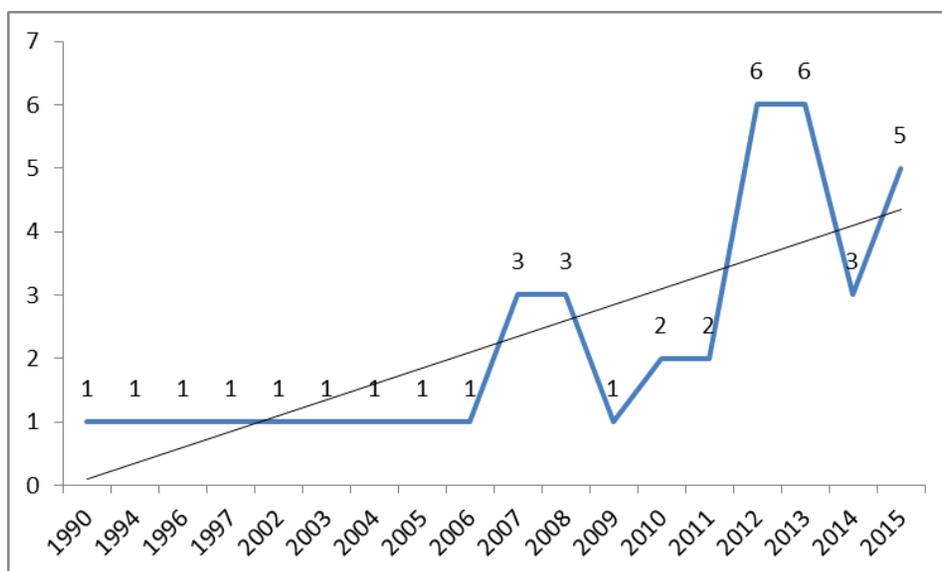


Gráfico 2: Número de artigos por ano.

Fonte: Elaborado pelo autor.

No gráfico 3, é apresentada a frequência de artigos por periódico. As revistas *Opinião Pública* e *Trans/Form/Ação* são as que apresentam o maior número de artigos publicados, seguidas pelas revistas *Lua Nova* e *Revista Brasileira de Ciências Sociais*.

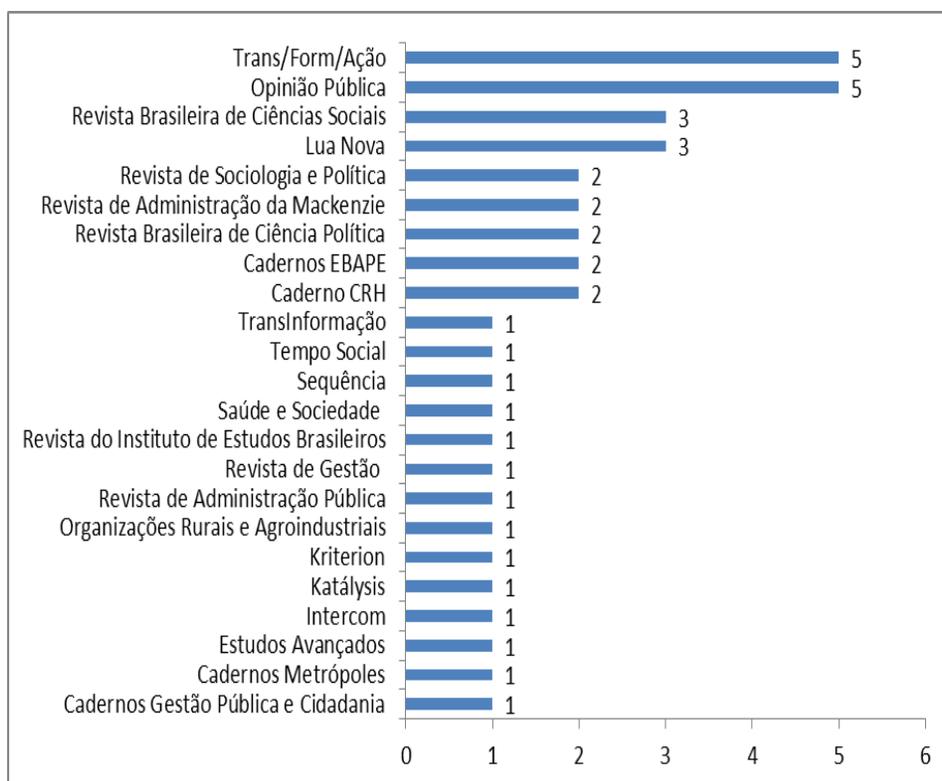


Gráfico 3: Número de publicações por periódico.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Aguiar (2004) discorre sobre a esfera social de Hannah Arendt. O autor cita Habermas brevemente para demonstrar como o conceito de sociedade civil foi alterado a partir da ascensão social da classe burguesa. Telles (1990) discute o espaço público e privado no pensamento de Hannah Arendt. O autor cita Habermas para mostrar que este possui uma crítica ao conceito de poder de Hannah Arendt.

Martins e Carrion (2013) destacam o papel das ONG's diante do avanço neoliberal e ressaltam que estas são legítimas representantes da população em questões relacionadas à formulação de políticas públicas. Os autores estudaram uma ONG de Porto Alegre, para verificar até que ponto existe espaço para a

participação na formulação de políticas públicas. Martins e Carrion (2013) discorrem sobre sistema, mundo da vida e destacam o papel da esfera pública como mediadora destes. Concluem que a ONG não consegue influenciar o sistema. Em estudo semelhante, Maia e Fernandes (2002) analisam o papel do Movimento Antimanicomial. Os autores analisaram como o movimento foi capaz de ampliar o debate na esfera pública sobre a condição dos doentes mentais e conseguir conquistas importantes. Tavares (2012) destaca que os estudos sobre democracia deliberativa no Brasil possuem foco na participação em fóruns estatais, relegando a um segundo plano o ativismo direto. Nesse contexto, o autor destaca a necessidade de incluir na agenda de pesquisa as lutas sociais e ações diretas. Para sustentar seu argumento, o autor demonstra que Habermas acredita na importância da desobediência civil e de protestos não violentos.

Bezerra (2008, p. 415) discute “o impacto das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) nas relações entre Estado e sociedade”. Bezerra (2008, p. 416) destaca que os indivíduos não confiam nas informações vindas do Estado, da burocracia pública. Para o autor, essa desconfiança está relacionada com o que Habermas “descreveu como mudança estrutural da esfera pública, quando a emergente burguesia teve que buscar mecanismos de contraposição ao poder aristocrático ora estabelecido”. Marques (2009, p. 107) também analisou a comunicação entre Estado (no caso a prefeitura de Belo Horizonte) e a sociedade e concluiu que o “uso estratégico da mídia cria uma sensação de proximidade entre o governo municipal e os cidadãos”, mas que não há deliberação. Marques (2006, p. 183) analisa a esfera pública virtual e conclui que “se são diversas as ressalvas à internet, enquanto esfera pública[...] não se pode negar que muitos debates só se concretizam por causa do advento dessa modalidade de comunicação”. Nesse mesmo sentido, Medeiros (2013, p. 27) destaca - utilizando os conceitos habermasianos de esfera pública e opinião

pública - “que as redes sociais na *Internet* atuam como potencializadoras de uma participação política mais efetiva”. Marzochi (2015) destaca que o ciberativismo em relação a questões ambientais tem criado “animais eletrônicos”, ou seja, indivíduos que se engajam apenas virtualmente, como se o ambiente fosse “outro planeta”. Os indivíduos aceitam o que as ONG’s dizem, sem debater ou buscar discutir.

Rothberg (2008) ressalta que os novos meios de comunicação podem ampliar a esfera pública e aproximar o sistema político do modelo de democracia deliberativa, mas destaca que ainda são necessárias pesquisas neste sentido. O foco do autor são os websites governamentais como forma de ampliar a participação. Rothberg (2008) apresenta ainda as críticas de Fraser à ideia de suspensão das desigualdades na esfera pública. Sampaio, Barros e Moraes (2012) realizaram uma revisão de literatura para elencar critério de avaliação de deliberação online e encontram 369 critérios de avaliação. Os autores apresentam considerações de Habermas sobre deliberação e democracia deliberativa, mostrando que os estudos buscam adaptar os requisitos habermasianos de deliberação na esfera pública para a esfera pública virtual. Nesse mesmo sentido, Sampaio (2012) propõe um conjunto de indicadores para analisar a deliberação online. O autor aplica esses indicadores no fórum online do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte e indica que “a discussão apresentou bons resultados de deliberatividade” (SAMPAIO, 2012, p. 121).

Moura (2011) compara as experiências de orçamento participativo de Blumenau e Chapecó. Ancorados no conceito de esfera pública, os autores destacam a importância desse mecanismo para o aprofundamento democrático. Nesse mesmo sentido, Moura (2008) analisou os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural. O autor conclui que as ações nos conselhos ainda são pautadas pelo clientelismo, paternalismo e burocratismo.

Cademartori e Menezes Neto (2013) discutem os meios de comunicação de massa e a influência destes na desintegração da opinião pública. Os autores apresentam a definição habermasiana de opinião pública. Ainda, demonstram que Habermas acreditava que os meios de comunicação transformavam a opinião pública em uma opinião pública manipulada. Goulart e Farias (2012) utilizam Habermas nesse mesmo sentido (mídia e opinião manipulada). Lubenow (2012b), conforme já destacado ao longo do tópico 3, mostra a relação entre mídia e esfera pública em algumas obras de Habermas. Lubenow (2010) faz uma análise detalhada da obra *Direito e Democracia*, mostrando o conceito de democracia deliberativa, o papel da esfera pública e algumas críticas direcionadas a obra. Werle (2013) também discorre sobre a política deliberativa de Habermas. Segundo Werle (2013), Habermas não desconsidera a dimensão instrumental e estratégica da esfera pública, mas acredita na prática argumentativa voltada para o entendimento.

Costa (1997) destaca a importância das teorias da transição democrática. Entretanto, destaca que o foco nas instituições dessas teorias vem “relegando a um segundo plano de análise dimensões e atores centrais [movimentos sociais] das transformações [democráticas] observadas” (COSTA, 2007). O autor cita brevemente Habermas para mostrar que existe possibilidade de comunicação para além da mídia, “contemplando, como campos constitutivos da esfera pública, os espaços de comunicação interpessoal, as redes informais de intercâmbio etc.” (COSTA, 1997). Danner (2015) utiliza Habermas como referência central, citando várias de suas obras. O autor defende que a associação entre a esfera pública habermasiana e democracia permite pensar em um modelo de política radical “no qual a aproximação entre Estado burocrático e partidos políticos profissionais *com* os movimentos sociais e as iniciativas cidadãos poderia superar a redução da *práxis* política a política partidária” (DANNER, 2015, p. 133). Para tanto, o autor destaca que é

necessário considerar a esfera pública para além da mídia tradicional e considerar também as esferas informais criadas pelos movimentos sociais. Mendonça (2007), utilizando o conceito habermasiano de esfera pública, reflete sobre os movimentos sociais com base no conceito de *acontecimento*. O autor destaca a importância dos movimentos sociais para consolidação de práticas participativas.

Dantas (2003) discorre sobre as mudanças que ocorreram na esfera pública ao longo dos anos. O autor divide a sociedade em sociedade civil (esfera pública) e Estado. Ainda, divide o conhecimento em conhecimento produtivo e conhecimento especulativo. Destaca, assim como Habermas, que a esfera pública passou por mudanças estruturais ao longo dos anos. O autor destaca que a incorporação, pelo capital, do conhecimento produtivo o transformou em conhecimento especulativo. Dantas (2003) ressalta ainda o surgimento de uma esfera semipública, caracterizada por aparelhos de representação. Espiñeira e Teixeira (2008) analisam a democracia representativa no Brasil, mostrando como nos falta uma cultura política democrática e como estamos solidificando a distância entre representantes e representados. O autor cita Habermas em diversos momentos: para mostrar que a vontade geral é, geralmente, a vontade do Estado e não a opinião pública; para mostrar que o Estado e mercado prescindem da solidariedade como modo de integração; que o Estado se fecha à participação, mas que ainda restam ‘aberturas’; para demonstrar a crítica de Habermas à crítica totalizante da razão. Monteagudo (2013) mostra que a leitura que Habermas faz de Rousseau em *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (1962) é revisada em *Direito e Democracia* (1992). Essa revisão, segundo Monteagudo (2013), está relacionada com o afastamento de Habermas do arcabouço marxista. Gordilho e Serva (1994) utilizam esfera pública apenas nas palavras-chave e referenciam Habermas sem o citar no corpo do texto.

Leite (2011) estuda os espaços livres e públicos das cidades (praças, ruas, jardins) e citam brevemente Habermas para mostrar como esses espaços foram importantes para a representação do poder civil. Queiroga (2014) destaca que, apesar do aumento dos espaços privados (condomínios, loteamentos), a importância dos espaços públicos não diminuiu. Destaca ainda que a internet contribui para ampliar debates nesses espaços. O autor cita Habermas para mostrar que esses espaços públicos são espaços para razão comunicativa e fazem parte da esfera pública habermasiana. Siqueira e Ferreira (2015) destacam que a esfera pública de Habermas não se reduz aos espaços públicos físicos, mas analisam alguns ambientes que serviram de palco para discussão e formação da opinião pública: “a história nos informa que os ambientes de convivência pública nas cidades se colocam como os espaços favoráveis ao convívio produtor de sociabilidades e opiniões” (SIQUEIRA; FERREIRA, 2015, p. 239). Maia (2012, p. 101) ressalta a importância dos “líderes de movimentos sociais [...] para *traduzir problemas*, para *construir processos de união* entre os cidadãos, para *sustentar o debate* na esfera pública e *exercer influência* nos corpos políticos institucionalizados”. Melo (2015) busca repensar e reconstruir o conceito de esfera pública. O autor cita Habermas diversas vezes no decorrer do texto. Cita ainda diversas obras do autor. O trabalho de Melo (2015) será melhor analisado no tópico 6.

Martino (2014, p. 26) analisou empiricamente “em que medida os processos de mediação constituem um fator de relevância para as articulações de discursos religiosos na esfera pública”. Utilizam como embasamento teórico o texto de Habermas (2006) *Religion in the public sphere*. Martins (1996) estuda a relação Estado-sociedade no setor da saúde, destacando a necessidade de participação popular nas decisões políticas. O autor utiliza o conceito de esfera pública de Habermas.

Oliveira, Cançado e Pereira (2010) buscam as aproximações teórico-conceituais entre gestão social e esfera pública. Pinho e Santos (2015a) realizam uma crítica à apropriação do referencial habermasiano pela gestão social, conforme apresentado na parte 2 desta dissertação. Para tanto, utilizam o conceito habermasiano de esfera pública. Perlatto (2015) analisa o processo histórico de constituição da esfera pública no Brasil, mostrando que houve a constituição de uma esfera pública seletiva e esferas subalternas. Peres Junior, Pereira e Oliveira (2013) analisam a gestão social, por meio da Teoria da Estruturação de Anthony Giddens. Os autores citam Habermas para demonstrar que grande parte dos estudos sobre gestão social fundamenta-se na teoria da ação comunicativa de Habermas e nos conceitos habermasianos de esfera pública e democracia deliberativa.

Portilho (2005) mostra como o discurso sobre os impactos e danos ambientais foram alterados ao longo dos anos. Inicialmente, a crise ambiental era atribuída ao crescimento demográfico, em seguida foi atribuída às nações industrializadas e mais recentemente é atribuída ao nosso padrão de consumo. O autor utiliza Habermas para destacar a mercantilização de todas as esferas da vida. Costa e Teodósio (2011) também discutem o consumo sustentável. Assim como Portilho (2005), utilizam Habermas para realçar a transformação dos cidadãos em consumidores. Citam Habermas também para mostrar que as discussões não estão restritas à esfera midiática: “A argumentação se expande muito além dos muros da mídia” (COSTA; TEODOSIO, 2011, p. 136).

Importante ressaltar que as obras de Habermas mais referenciadas pelos trabalhos acima são *Mudança Estrutura da Esfera Pública, Teoria da Ação Comunicativa* e *Direito e Democracia*¹³. No Gráfico 4, pode-se verificar a frequência de citação dessas obras.

¹³ Para a contabilização foram consideradas todas as edições e também todos os idiomas.

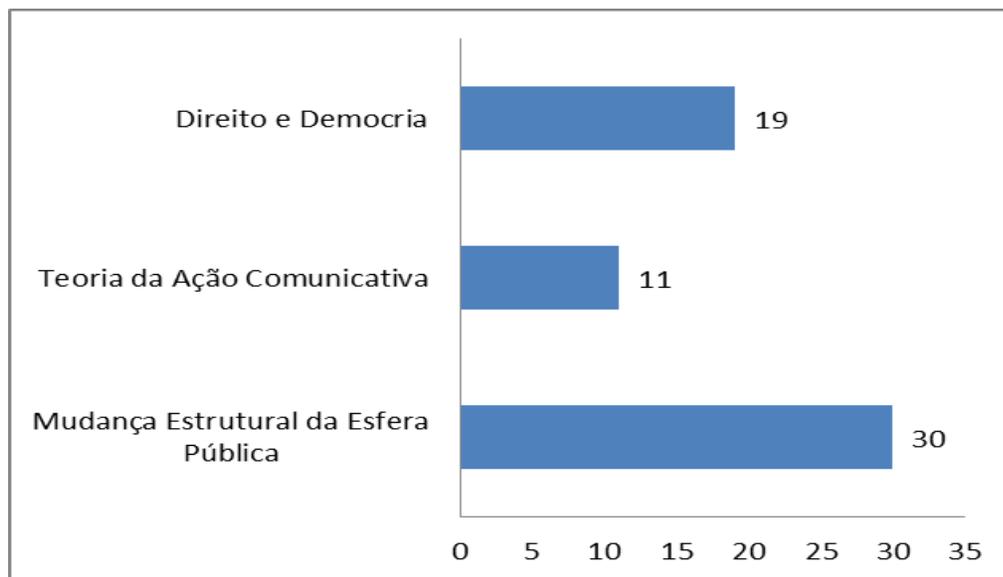


Gráfico 4: Frequência de citação das obras
Fonte: Elaborado pelo autor.

Em síntese, observa-se, como na revisão internacional, que muitos dos estudos nacionais buscaram estudar a relação entre mídia de massa, internet, esfera pública e democracia deliberativa. Ainda, alguns textos buscaram estudar o papel desempenhado pelas ONG's na esfera pública. Alguns estudos (DANTAS, 2003; LUBENOW, 2012b; MELO, 2015; PERLATTO, 2015) estudaram efetivamente o conceito de esfera pública. A gestão social aparece nos textos de Oliveira, Caçado e Pereira (2010), Peres Junior e Pereira (2013) e Pinho e Santos (2015a). Percebe-se, também, que a obra mais referenciada de Habermas foi *Mudança Estrutural da Esfera Pública*.

Posso apenas repetir o que já acentuei em outra parte. "Nada me deixa mais nervoso do que a imputação de que a teoria da ação comunicativa, porque ela focaliza a facticidade social de exigências de validade reconhecidas, propõe, ou ao menos sugere, uma sociedade utópica racionalista. Eu não considero como um ideal a sociedade totalmente transparente — neste contexto, gostaria de acrescentar: ou mesmo uma sociedade homogeneizada e unificada —, nem quero sugerir qualquer outro ideal — Marx não foi o único a se atemorizar com os vestígios do socialismo utópico." Como já disse, a situação ideal de linguagem é uma descrição das condições sob as quais exigências de verdade e certeza podem ser resolvidas discursivamente. Na ação comunicativa estas exigências de validade permanecem em sua maioria implícitas e não problemáticas, porque o mundo da vida, partilhado intersubjetivamente, mantém à disposição uma sólida reserva de verdades culturalmente autoevidentes, assumidas em princípio.

Jürgen Habermas, *Um perfil filosófico-político*.

6 ESFERAS PÚBLICAS COMO CATEGORIA DA GESTÃO SOCIAL

Esta seção está dividida em duas subseções. Na primeira delas apresentam-se vários textos que discutiram e apresentaram a relação entre esfera pública e gestão social. Na segunda subseção, diante das lacunas e limitações encontradas nos textos da subseção anterior, busca-se reconstruir a categoria ‘esferas públicas’ e mostrar como esta reconstrução pode propiciar avanços para o campo da gestão social.

6.1 Esfera Pública e Gestão Social: mapeando posições

A relação entre gestão social e esfera pública já foi discutida por diversos autores. Para apresentá-la, visitamos os textos de Alcântara et al. (2015) e Caçado, Pereira e Tenório (2015), e outras referências: Alcântara (2014), Alcântara et al. (2015), Alcântara, Pereira e Silva (2014), Araújo e Boullosa (2013), Caçado, Pereira e Tenório (2015), Oliveira, Caçado e Pereira (2010), Persson e Moretto Neto (2015), Pimentel e Pimentel (2010) e Pinho e Santos (2015a). É interessante destacar que esfera pública foi tema do quinto ENAPEGS (Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social) que ocorreu em 2011: ‘*Gestão social como caminho para a redefinição da esfera pública*’ (ENAPEGS, 2011). Mesmo assim, no livro publicado do evento não existe discussão teórica aprofundada, caminhos metodológicos ou pesquisas empíricas acerca da esfera pública na concepção habermasiana ou outra variante.

Para apresentar a discussão entre esfera pública e gestão social, parte-se de uma sistematização dos trabalhos de Alcântara et al. (2015) e Caçado, Pereira e Tenório (2015) e acrescentamos algumas outras referências. No Quadro 8, sintetizam-se as referências.

Quadro 8: A esfera pública e a gestão social

Tema	Textos
Esfera pública como categoria (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015)	Boullosa (2009), Boullosa e Schommer (2008, 2009), Carrion (2007), Fischer (2002), Fischer et al. (2006), França Filho (2003, 2008), Gondim, Fischer e Melo (2006), Maia (2005), Schommer e França Filho (2008, 2010) e Tenório (2008a, 2008b).
Esfera pública citada com referência em Habermas (ALCÂNTARA et al., 2015)	Cançado, Tavares e Dallabrida (2013), Costa (2011), Fleig, Oliveira e Brito (2006), Freitas, Freitas e Dias (2012), Oliveira, Cançado e Pereira (2010), Oliveira, Vilas Boas e Pereira (2013), Peres Junior, Pereira e Oliveira (2013), Tenório (2005), Tenório, Brulon e Zarconi (2013), Villela, Costa e Cançado (2014) e Villela, Vidal e Macedo (2014).
Outros textos que citam esfera pública	Alcântara (2015), Alcântara et al. (2015), Alcântara, Pereira e Silva (2014), Cançado, Pereira e Tenório (2015), Freitas, Freitas e Ferreira (2014), Pereira (2012), Schommer et al. (2011) e Zwick e Pereira (2012).
Textos críticos	Araújo (2012), Araújo e Boullosa (2013), Persson e Moretto Neto (2015), Pimentel e Pimentel (2010), Pinho e Santos (2015a) e Teodósio (2008).

Fonte: Adaptado e ampliado pelo autor de Alcântara et al. (2015) e Cançado, Pereira e Tenório (2015).

Cançado, Pereira e Tenório (2015) identificaram em uma análise dos textos que discutem teoricamente gestão social que a esfera pública é uma categoria teórica de acordo com os autores citados no Quadro 8. Com isso, eles entendem que a esfera pública é uma categoria intermediária, lócus e condição de desenvolvimento da gestão social. Especificamente, no texto dos autores a esfera pública é debatida mediante referências à Habermas e Hannah Arendt (que também possui uma importante discussão sobre essa categoria). Com Habermas exploram *Mudança Estrutural da Esfera Pública* e, após isso, discutem a busca por uma nova esfera pública onde as pessoas possam deliberar. Para isso, citam o conceito de esfera pública presente em *Direito e Democracia*, e relacionam essa categoria com outras, a saber: democracia deliberativa, dialogicidade, intersubjetividade e racionalidade. O resultado é um conceito de

gestão social como sendo “um processo dialético de organização social próprio da esfera pública, fundado no interesse bem compreendido e que tem por finalidade a emancipação” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015, p. 178).

Para compreender como os textos referenciados no Quadro 8 tratam a relação entre esfera pública e gestão social apresentamos brevemente como esses textos se referem à esfera pública.

Alguns textos não usam a expressão ‘esfera pública’ e dessa forma não são importantes nesta análise, a exemplo de Fischer et al. (2006) e Maia (2005). Outros como França Filho (2003) usam, mas de forma genérica sem se referir a qual corrente adota o termo, se Habermas, Arendt, Fraser, Charles Taylor ou outra, o que dificulta possíveis diálogos. França Filho (2008) cita esfera pública ao afirmar que “este é o espaço próprio da chamada sociedade civil, portanto uma esfera pública de ação que não é estatal” (FRANÇA FILHO, 2008, p. 5). Outros textos também não possuem a esfera pública como categoria central, a saber: Bouldosa (2009), Bouldosa e Shommer (2008, 2009), Carrion (2007), Fischer (2002), França Filho (2003), Gondim, Fischer e Melo (2006) e Schommer e França Filho (2008, 2010).

Tenório (2005) apresenta o conceito e avança no sentido de ampliar a concepção de esfera pública na gestão social, com base em Habermas (*Direito e Democracia*): “[...] a esfera pública, portanto, é o espaço intersubjetivo, comunicativo, no qual as pessoas tematizam as suas inquietações por meio do entendimento mútuo” (TENÓRIO, 2005, p. 105). Posteriormente, amplia da seguinte forma:

[...] a esfera pública seria aquele espaço social no qual ocorreria a interação dialógica entre a sociedade civil e o Estado decidindo sobre políticas públicas; [...]. Na realidade o que fizemos foi reconstruir o conceito de esfera pública na medida em que o interpretamos como o espaço possível de comunicação e de deliberação entre sociedade civil, Estado e mercado (TENÓRIO, 2005, p. 107).

A visão de Tenório (2005) é uma ampliação da categoria esfera pública de Habermas, como bem constatou Peres Junior (2013). Para realizar essa ampliação, o autor cita o trabalho de Ottmann (2004) que debate a pertinência da esfera pública no Brasil. O texto de Tenório segue os debates sobre gestão social e Habermas e se constitui como principal referencial (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015). Gondim, Fischer e Melo (2006, p. 3) consideram que: “[...] por gestão social do desenvolvimento, entendemos o processo de mediação que articula múltiplos níveis de poder, em espaços e tempos determinados — que se constituem esferas públicas onde a pluralidade de discursos tem seu lugar (HABERMAS, 2003)”.

Dos textos acima ditados, concluímos que Cançado, Pereira e Tenório (2015) e Tenório (2005) foram os que consideraram mais detidamente o conceito de esfera pública. A seguir abordamos os textos que se referem ao levantamento bibliográfico feito por Alcântara et al. (2015), nos quais esfera pública aparece com referência em Habermas.

Oliveira, Cançado e Pereira (2010) é um dos artigos que mais discutiram a categoria esfera pública fazendo referência à obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública* de Habermas: “Consideramos que as proposições teóricas a respeito de ‘público’ e da esfera pública habermasiana constituem os pilares para se compreender, delimitar e propor um conceito de gestão social” (OLIVEIRA; CANÇADO; PEREIRA, 2010, p. 615). Os autores salientam ainda que “[...] podemos pensar aspectos da esfera pública habermasiana como fundamento para o conceito de gestão social” (OLIVEIRA; CANÇADO; PEREIRA, 2010, p. 622). Ou seja, a intenção dos autores é mostrar que o conceito de esfera pública pode servir como referencial na construção do conceito de gestão social.

Por sua vez, Costa (2011) discute teoricamente o potencial de desenvolvimento de um território a partir da economia solidária, nesse caminho cita o conceito de esfera pública, apresentando que ela surgiu do papel

revolucionário da burguesia em oposição ao absolutismo político. A discussão, neste artigo, também é ampla, mas somente focada em *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Oliveira, Vilas Boas e Pereira (2013) formulam um modelo de análise, considerando esfera pública habermasiana como fundamento para a gestão social. Este artigo faz uma exploração mais profunda dessa obra de Habermas, destacando as perspectivas da esfera pública literária e política, além da sua origem histórica e função conforme destacado por Habermas.

Ainda, sobre a categoria esfera pública, Freitas, Freitas e Dias (2012) estudaram a dinâmica da participação dos atores sociais na gestão social da política de desenvolvimento territorial e a influência dela no processo de alocação de recursos públicos. No entanto, os autores citam Habermas em apenas um momento, citação indireta em relação ao conceito de espaços públicos. Cançado, Tavares e Dallabrida (2013) citam também a esfera pública e sua importância para a gestão social. Segundo Villela, Costa e Cançado (2014, p. 2012) “o conceito de esfera pública norteia-se pelo pressuposto de igualdade de direitos na ação comunicativa criando um espaço público constituído pela linguagem”. Fleig, Oliveira e Brito (2006) e Villela, Vidal e Macedo (2014) são mais breves em suas menções.

Tenório, Brulon e Zarconi (2013) compreendem com Habermas (1997b) que a esfera pública é uma estrutura comunicativa onde se condensam os problemas públicos e se enfeixam na direção do complexo parlamentar. Peres Junior, Pereira e Oliveira (2013, p. 23) afirmam que “a esfera pública é o domínio da vida social no qual a opinião pública é formada” e que a condição para seu desenvolvimento é a existência de um sistema democrático. Neste trabalho é referenciando o texto *Três Modelos Normativos de Democracia* afirmam que a gestão social pode ser entendida como a possibilidade de uma gestão que não seja monológica/tecnoburocrática.

Analisando esses textos, Alcântara et al. (2015) indica que existe pouca citação de *Direito e Democracia*, obra em que o conceito de esfera pública aparece reformulado e melhor elaborado por Habermas. Além disso, consideramos que nos textos o conceito aparece como ‘dado’ não sendo debatido de forma crítica (não são apresentadas detidamente considerações críticas), não sendo discutida também a pertinência dessa categoria para o contexto brasileiro, e, quando o é aparece de forma não histórica.

Sobre outros textos que citam esfera pública e não estão sistematizados em Alcântara et al. (2015) e Caçado, Pereira e Tenório (2015) são: Alcântara (2014), Alcântara et al. (2015), Alcântara e Pereira (2016)¹⁴, Alcântara, Pereira e Silva (2014), Caçado, Pereira e Tenório (2015), Freitas, Freitas e Ferreira (2014), Pereira (2012), Schommer et al. (2011) e Zwick e Pereira (2012). Sendo que as contribuições de Caçado, Pereira e Tenório (2015) já foram apresentadas acima e as de Alcântara (2014) e Alcântara et al. (2015) fecharão este tópico, após as críticas.

Schommer et al. (2011) apresentam uma discussão sobre esferas públicas por meio de Arendt e Habermas, principalmente. Os autores apresentam uma discussão sobre coprodução de bens públicos e inovação social na esfera pública. Para eles, a esfera pública é um conceito com vários entendimentos teóricos e históricos, mas os (as) autores(as) focam apenas na obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (SCHOMMER et al., 2011). Para Freitas, Freitas e Ferreira (2014) a esfera pública, enquanto locus viabiliza o ‘projeto político’ da gestão social. A concepção dos autores se aproxima também da de Alcântara, Pereira e Silva (2014) e Caçado, Pereira e Tenório (2013). Alcântara, Pereira e Silva (2014) fazem uma extensão do conceito de gestão social, apresentando de

¹⁴ Apesar de se originarem da dissertação (ALCÂNTARA, 2014), os textos Alcântara et al. (2015) e Alcântara e Pereira (2016) foram reconstruídos pelo autor, de forma que o mesmo defende argumentos diferentes, portanto, a leitura dos três textos pode ser feita como sendo complementares.

forma preliminar que ele é plural no próprio Habermas, assim, os autores realizam um debate sobre as mudanças na categoria esfera pública em Habermas, destacando que a concepção mais adequada à proposta da gestão social é a apresentada em *Direito e Democracia* onde “[...] é importante que a esfera pública seja um ‘espaço’ acessível a todos, sem especializar-se em determinados temas ou em linguagens técnico-científicas” (ALCÂNTARA; PEREIRA; SILVA, 2014, p. 16). Entretanto, os autores também não desenvolvem as críticas ao conceito de esfera pública.

Pereira (2012) e Zwick e Pereira (2012) propõem que a gestão social se situa (*locus*) em um espaço compartilhado entre Estado, mercado e sociedade civil, entendido como a esfera pública. Zwick e Pereira (2012) abordam apenas *Mudança Estrutural e Consciência Moral e Agir Comunicativo* (não existe discussão sobre esfera pública neste). Para Pereira (2012, p. 13), essa concepção de gestão social apresenta que ela surge para cuidar do interesse público não estatal “[...] tendo como tarefas na sociedade civil sistematizar os saberes alternativos, estruturar avaliações técnicas especializadas voltadas para o bem comum, fortalecer a esfera pública municiando-a de informações de qualidade, dentre outras”. Pereira (2012) desenvolve sua discussão a partir de *Mudança Estrutural e Direito e Democracia*.

Por fim, passamos as críticas com os textos de Araújo e Boullosa (2013), Persson e Moretto Neto (2015), Pimentel e Pimentel (2010), Pinho e Santos (2015a, 2015b) e Teodósio (2008).

Teodósio (2008) contrapõe de forma indireta ao afirmar que o modelo de Janoski (de esferas sociais) é mais importante para pensar as parcerias trissetoriais na esfera pública do que o de Habermas, pois,

[...] o modelo desenvolvido pelo autor não permite uma discussão mais consistente dos interstícios, sobreposições e inflexões mútuas que se apresentam entre o Estado, o mercado e a esfera pública, pois Habermas (1984) assume

tais campos como dimensões separadas e não justapostas (TEODÓSIO, 2008, p. 94).

Araújo e Boullosa (2013) e Pimentel e Pimentel (2010) contrapõe a aproximação de esfera pública diretamente. Pimentel e Pimentel (2010) defendem que a gestão social está mais perto do conceito de esfera social de Arendt e crítica as aproximações com a esfera pública habermasiana – essa crítica traz como limitação a consideração da esfera pública como sendo apenas referente à obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (até mesmo a crítica é feita como se o conceito habermasiano fosse único e imutável). Ampliado o debate (considerando, por exemplo, o texto *Direito e Democracia*) Araújo e Boullosa (2013, p. 21) afirmam que “[...] a gestão social não obstante se refira com muito mais frequência à noção de espaço público, sobretudo na visão habermasiana, acaba por se aproximar muito mais da noção de esfera/espaço social”. Principalmente pelo foco na razão (dicotomia razão x emoção), na ação comunicativa e na competência lógico-argumentativa desconsiderando a distribuição desigual de ‘capitais’ (em termos de Bourdieu) dos atores por parte de Habermas. Nessa elucidação os autores pontuam a aproximação com o conceito de ‘campo’ de Pierre Bourdieu e esfera social de Hannah Arendt.

A pertinência do referencial habermasiano na gestão social foi criticada também por Pinho (2010) e Pinho e Santos (2015a, 2015b). Pinho e Santos (2015a, p. 263) consideram: “[...] associação do conceito de GS às noções de esfera pública e emancipação traz consigo equívocos na interpretação de Habermas, o que dificulta a pretensa virada conceitual realizada por Tenório, ao tentar pensar a GS nas condições brasileiras”. Para Pinho e Santos (2015a) a questão central é se a proposta da gestão social se materializa na prática da realidade brasileira, defendendo que não existe na nossa história esse respaldo. No texto dos autores, fica claro o argumento do ‘atraso’ brasileiro, principalmente marcado pelo patrimonialismo. Para isso, os autores

desenvolvem uma discussão sobre a sociologia brasileira com Simon Schwartzman, José Murilo de Carvalho, Guillermo O'Donnell, Marco Aurélio Nogueira e Bernardo Sorj, dentre outros.

O artigo de Pinho e Santos (2015b, p. 3) “[...] defende a tese de que sua qualificação [gestão social] como instrumento de construção da esfera pública e de emancipação, ao contrário do que afirma Tenório, carece de significado teórico e político”. Já no início Pinho e Santos (2015b, p. 4) colocam:

[...] o texto afirma que as aporias, de natureza teórica e política, suscitadas pela associação entre GS e esfera pública são pouco consistentes, particularmente quando se levam em conta as “adaptações teóricas” do modelo de democracia deliberativa habermasiano. (PINHO; SANTOS, 2015B, p. 4)

Pinho e Santos (2015b, p. 8) ressaltam que Tenório (2005) realiza “[...] uma operação teórico-política que consiste em incorporar o mercado à esfera pública habermasiana” (proposta acima citada de entendimento da esfera pública como espaço de deliberação entre sociedade civil, Estado e mercado), e indagam se “é possível conceber a esfera pública como possibilidade de diálogo entre sociedade, Estado e mercado e continuar a se referir a Habermas?” (PINHO; SANTOS, 2015b, p. 9).

Adiante os autores consideram que “Habermas tem como pressuposto a existência de um Estado de direito, capaz de institucionalizar os procedimentos e pressupostos dessa comunicação desimpedida” (PINHO; SANTOS, 2015b, p. 10) e cita o conceito de esfera pública de *Direito e Democracia*.

Particularmente no que diz respeito à relação entre GS e esfera pública, a demanda que se coloca, em nome do aprofundamento do debate teórico, de enfrentamento dos desafios postos por sociedades profundamente desiguais como a brasileira, é que se faça um esforço no sentido de explicitar, com mais clareza, a natureza da complexa relação entre os referidos termos. Quem são os supostos sujeitos, hegemônicos ou contra-hegemônicos, da GS? Quais são as condições econômicas, sociais e políticas capazes de transformar as relações de exterioridade e de poder entre

sujeito e objeto do conhecimento, entre Estado e sociedade, capital e trabalho? Quais são seus projetos de transformação, de sociedade? Quais teorias fundamentam tais formulações e quais são suas condições concretas, políticas, de realização? (PINHO; SANTOS, 2015b, p. 16).

Outra crítica bastante densa é a de Persson e Moretto Neto (2015). Esses autores insistem que “[...] a esfera pública habermasiana é fraca em promover o efetivo compartilhamento de poder decisório que tanto propõe a gestão social” (PERSSON; MORETTO NETO, 2015, p. 13). A questão central para o autor seria:

[...] a gestão social é entendida como um processo dialógico em que a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação, o que remete à tomada de decisão coletiva (TENÓRIO, 2008b). A esfera pública de Habermas (1992a, p. 452), todavia, postula que “as discussões não governam”, apenas influenciam, mediante um poder comunicativo, o processo decisório que permanece nas mãos do poder administrativo do Estado”. Como pode, então, a autoridade de decisão ser partilhada entre os participantes de uma ação coletiva se a decisão permanece a cargo da burocracia estatal? (PERSSON; MORETTO NETO, 2015, p. 2-3).

Esses autores realizam uma discussão ampla, passando por momentos como *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, *Teoria do Agir Comunicativo*, *Direito e Democracia* e outras obras, incluindo críticas como de Nancy Fraser e construídas mediante leitura de Terry Eagleton, Michael Löwy, Karl Marx, Max Weber, Maurício Tragtenberg e outros. Pelo revisado é o texto com uma discussão mais ampla sobre esfera pública desenvolvida no campo da gestão social.

Considerando algumas dessas questões, como possibilidade Alcântara e Pereira (2016) indicam que a esfera pública pode ser estudada em profundidade como elementos nas interrelações e tensões entre mundo-da-vida e sistema (na concepção que reconstróem para além da visão habermasiana). Alcântara et al. (2015, p. 8) colocam que a realidade de uma sociedade desigual pode direcionar

a gestão social para pesquisas sobre “[...] a formação da opinião pública em um contexto de protestos e manifestações com posições divergentes, especialmente, focando nas esferas públicas subalternas” e realiza o chamado para a gestão social “avançar nas discussões sobre a existência de esferas públicas hegemônicas e contra hegemônicas / públicos e contra-públicos” (ALCÂNTARA et al., 2015, p. 12). De forma semelhante, Persson e Moretto Neto (2015, p. 8) colocam que “[...] a diferenciação entre públicos fortes e públicos fracos na esfera pública introduzida por Fraser (1992), é um apontamento que merece ser levado em conta no âmbito da gestão social”. O argumento de Alcântara et al. (2015) no entanto, é que o referencial habermasiano é explorado de forma incipiente e que o autor pode contribuir de forma significativa para pensá-la, só que para isso suas obras precisam ser ‘lidas’ e interpretadas em conjunto com seus críticos – somente assim seria possível avançar no campo da gestão social a partir de Habermas.

Como síntese geral apontamos as principais lacunas e avanços encontrados ao abordar a categoria ‘esfera pública’:

- ❖ Nos estudos de gestão social que tratam de esfera pública existem poucos debates com os críticos do conceito habermasiano e, em sua maioria as críticas são lembradas apenas quando o texto se propõe a contrapor ao conceito, como em Araújo e Baullosa (2013), Persson e Moretto Neto (2015), Pimentel e Pimentel (2010) e Pinho e Santos (2015a, 2015b);
- ❖ Existem pouquíssimas discussões sobre esferas públicas subalternas, contra-hegemônicas e não se problematiza sua pluralidade; e, e os trabalhos que apresentam breves discussões sobre esferas públicas subalternas (contra-hegemônicas) não indicam como elas podem contribuir com os debates em gestão social;

- ❖ A maioria absoluta dos textos referencia apenas *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, onde Habermas fez sua primeira e mais contestada sistematização do conceito – dessa forma, os textos se prendem à primeira concepção habermasiana do conceito ainda da década de 1960;
- ❖ Os estudos não discutem nem mesmo a reformulação do conceito de esfera pública feito pelo próprio Habermas ao longo dos anos, isto é, não acompanha suas transformações realizadas pelo próprio Habermas e quando fazem é apenas de forma breve; e,
- ❖ Os textos não buscam as potencialidades do conceito para o estudo e crítica da sociedade brasileira – a formação sociocultural, econômica e política brasileira.

O quadro, a seguir, resume os resultados das relações entre gestão social e esfera pública na literatura – são as lacunas e possibilidades que reforçam as possíveis contribuições dessa dissertação.

Quadro 9: Resultados da relação gestão social e esfera pública.

Tema	Resultados
Relação gestão social e esfera pública	Na literatura acima revisada existem várias formas de apropriação do conceito de esfera pública. Alguns textos apenas citam de forma breve, outros não problematizam e ‘tomam o conceito como dado’, além de trabalhar apenas com a obra de 1962. Os textos que buscaram de forma mais ampla avanços na relação esfera pública e gestão social, por sua vez, desconsideraram discussões sobre sua ‘adequação’ ao contexto brasileiro e as críticas que ela vem recebendo a mais de quatro décadas.

Quadro 9, conclusão

<p>Limitações e críticas</p>	<p>No que refere as críticas já realizadas destacamos que Araújo e Boullosa (2013) e Pimentel e Pimentel (2010) se contrapõem a aproximação de esfera pública e gestão social e defendem uma aproximação com o conceito de esfera social de Arendt e espaço social de Bourdieu. Encontrou-se também modelos alternativos ao da esfera pública como o utilizado por Teodósio (2008). Duas críticas mais diretas e recentes são de Persson e Moretto Neto (2015) e Pinho e Santos (2015a). Pinho e Santos (2015) destacam equívocos na interpretação de Habermas e na associação ‘esfera pública’ com ‘gestão social’. Persson e Moretto Neto (2015, p. 13) insistem que “[...] a esfera pública habermasiana é fraca em promover o efetivo compartilhamento de poder decisório que tanto propõe a gestão social”. Alcântara (2014) e Alcântara et al. (2015) destacam que as leituras.</p>
<p>Lacunas e possibilidades de avanço</p>	<p>i) Nos estudos de gestão social que tratam de esfera pública existem poucos debates com os críticos do conceito habermasiano e as críticas são lembradas apenas quando o texto se propõe a contrapor como em Araújo e Boullosa (2013), Persson e Moretto Neto (2015), Pimentel e Pimentel (2010) e Pinho e Santos (2015a, 2015b) e; (ii) Não existe discussão (especialmente, pesquisa empírica) sobre esferas públicas subalternas, contra-hegemônicas e não se problematiza sua pluralidade, com exceção de poucos textos como Alcântara (2014), Persson e Moretto Neto (2015) e Pinho e Santos (2015a, 2015b); (iii) A maioria absoluta dos textos referencia apenas <i>Mudança Estrutural da Esfera Pública</i> (1962), onde Habermas fez sua primeira sistematização do conceito; (iv) Os estudos não discutem as reformulações do conceito de esfera pública feito pelo próprio Habermas ao longo dos anos, isto é, não acompanham suas transformações e quando o fazem é apenas <i>en passant</i>; e, (v) Não buscam as potencialidades do conceito para o estudo e crítica da sociedade brasileira – a formação sociocultural, econômica e política brasileira. Portanto, abre-se uma ampla agenda de possibilidades de pesquisas.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor.

A seguir, desenvolvemos em forma de argumentos as possíveis ampliações – reconstrução normativo-descritiva do conceito de ‘esferas públicas’ no âmbito da gestão social. Essa reconstrução visa a sanar, pelo menos potencialmente as diversas lacunas encontradas e, apesar de ser uma dissertação teórica, ela destaca constantemente a importância de referências empíricas para

o estudo das esferas públicas – isso é feito por meio de uma literatura de estudos nacionais desenvolvidos nos campos da ciência política, do direito, da filosofia, da histórica e comunicação social. Adiante os argumentos propostos devem ser considerados para ampliar o potencial crítico da categoria esfera pública, considerando que ela tem que ser ampliada com os diversos trabalhos críticos para além da concepção apenas habermasiana, mas sem desprezar as contribuições desta. Essa reconstrução tem como linha central a pluralização do conceito, em que, conforme Fraser (1992) pensar em uma esfera pública homogênea nos impede de compreender as desigualdades presentes nas sociedades e os diversos públicos e discursos subalternos.

6.2 Reconstruindo a Categoria ‘Esferas Públicas’ para a Gestão Social

Um dos avanços na direção de reconstruir essa categoria é procurar romper com a dicotomia descritiva *versus* normativa no âmbito das pesquisas sobre esferas públicas, considerando que a elas podem ser consideradas (1) *locus* da gestão social (visão normativa) e (2) categoria teórico-empírica de pesquisa da gestão social (visão descritiva). Dessa forma, a defesa das esferas públicas como categoria normativa não impede o pesquisador de ter em mente ‘como a esfera pública é’. Por sinal, no próprio Habermas, isso ocorre em sua Mudança Estrutural que combina uma teoria descritiva com uma teoria normativa da esfera pública (KOÇAN, 2008) – posteriormente, ele não desenvolve pesquisa empírica.

Habermas nunca considerou que o conceito de esfera pública fosse puramente normativo porque o discerniu antes de tudo na qualidade de “fenômeno social elementar” (1994, p. 436), ligado ao *espaço social* e composto por uma estrutura comunicativa (experiências práticas, organizações sociais, estruturas simbólicas, reprodução da cultura política). Esse discernimento pode ser aproveitado (e levado adiante certamente para além dos próprios escritos de Habermas) se a esfera pública for compreendida como

ponto de partida para a reconstrução de categorias crítico-normativas, não como ponto de chegada. Ou seja, ela mesma não é modelo, princípio ou conceito normativo por excelência, já que somente engendra do interior de um espaço social aberto e dinâmico (geralmente em disputa) o referencial normativo reconstruído pela teoria (MELO, 2015, p. 13-14, grifo nosso).

O normativo aqui se refere também ao pressuposto de que o projeto proposto pela gestão social não é neutro, os pesquisadores não são neutros e o saber produzido também não. Essa proposta é coerente com a ideia da gestão social apresentada por Vandenberghe (2014) como ciência social empírica, normativa e aplicada. Sendo que, é “[...] empírica, porque o seu conhecimento é real e vem do campo; ela é normativa também porque ela não é neutra [...]; e aplicada, porque ela é pensada como uma tecnologia de emancipação e de participação” (VANDENBERGHE, 2014, p. 4). Ainda no âmbito da gestão social, esta reconstrução amplia o campo de pesquisa e responde positivamente as críticas de Araújo e Boullosa (2013), Persson e Moretto Neto (2015), Pimentel e Pimentel (2010) e Pinho e Santos (2015a) sem precisar ‘abandonar’ o referencial habermasiano. Para tanto, alguns argumentos que oferecem os avanços e a pluralização que defendemos.

Quadro 10: Argumentos para a reconstrução de esferas públicas

Argumentos – Reconstrução (esferas públicas)	Fundamentação	Polaridade enfatizada
(1) conceber as esferas públicas não somente como <i>locus</i> do consenso, mas também do conflito e da pluralidade de opiniões e interesses.	Alcântara e Pereira (2016), Dahlberg (2005), Habermas (1985, 1997a), Melo (2015), Mendonça (2011), Pereira (2012), Perlatto (2015), Voirol (2008) e White e Farr (2012).	Consenso-conflito
(2) conceber que a priori as esferas públicas são ambíguas e podem tanto se constituírem concretamente de elementos democráticos e emancipatórios quanto opressivos.	Fraser (2007), Gohn (2012), Habermas (2008, 2003), Lubenow (2012b) e Melo (2015)	Normativo-descritivo Consenso-conflito
(3) conceber a importância de considerar uma diversidade de públicos e suas ‘capacidades’ de acesso e argumentação nas esferas públicas.	Avritzer e Costa (2004), Fraser (1990, 2007), Fraser e Honneth, 2003), Habermas (1997a, 2014) e Melo (2015).	Singular-plural Consenso-conflito
(4) compreender que no Brasil houve a formação de diversas esferas públicas subalternas.	Blotta (2012), Habermas (2003), Lavallo (2001), Perlatto (2015) e Perlatto e Lima (2009).	Normativo-descritivo Singular-plural
(5) as características das formações de esferas públicas não podem ser importadas, elas precisam ser estudadas em seus contextos sócio-históricos, políticos, econômicos, etc.	Blotta (2012), Habermas (2003), Lavallo (2001), Perlatto (2015) e Perlatto e Lima (2009).	Normativo-descritivo
(6) conceber que o potencial (efetividade) das esferas públicas são limitados pelas estruturas sistêmicas, econômicas e burocráticas do Estado e do sistema econômico (mercado).	Alcântara et al. (2015), Habermas (2008), Lubenow (2012b), Person e Moretto Neto (2015) e Scheurman (2014).	Consenso-conflito Normativo-descritivo
(7) a internet e as redes sociais representam uma possibilidade de novas esferas públicas além das tradicionais.	Bohman (2004), Gimmler (2001), Habermas (2008), Marques (2006), Papacharissi (2002) e Perlatto (2015).	Micro-macro

Fonte: Elaborado pelo autor.

Argumento (1): conceber as esferas públicas não somente como *locus* do consenso, mas também do conflito e da pluralidade de opiniões e interesses.

Insta ressaltar que os estudos sobre esferas públicas devem considerá-las como locais não apenas do consenso como foca Habermas (1997b), mas também do conflito como o próprio autor ‘dá margem’ em seus textos (HABERMAS, 2012). Em *Teoria da Ação Comunicativa* a esfera pública era espaço de conflito de dois modos de integração diferentes – poder e dinheiro *versus* solidariedade. Melo (2015) destaca que a ideia de uma esfera pública somente baseada em discursos racionais orientados para o entendimento, onde processos deliberativos teriam como resultado o consenso, é ingênua. Para o autor, baseando-se em Axel Honneth, deve-se ampliar a visão da pressuposição do consenso e do caminho em torno das discussões sobre as patologias sociais. Essa ampliação a partir de críticas as concepções de Habermas são coerentes com o desenvolvimento da literatura nacional e internacional (DELUCA; PEEPLES, 2002; FRASER, 2007; PERLATTO, 2015).

Mesmo em *Direito e Democracia*, já sob o modelo de circulação de poder, Habermas ressalta: “no seu bojo [da esfera pública] colidem os conflitos em torno do controle dos fluxos comunicativos que percorrem o limiar entre o mundo da vida e a sociedade civil e o sistema político e administrativo” (LUBENOW, 2010, p. 36). Melo (2015, p. 22) ressalta que “interações sociais e práticas políticas são compostas, antes, por conflitos de valores e interesses (muitas vezes inconciliáveis)”. Nesse sentido, a ideia normativa de “uma justificação consensual (fruto do ‘procedimentalismo’) não poderia passar por cima da característica conflituosa de processos deliberativos também presentes nas democracias” (MELO, 2015, p. 22). Portanto, as esferas públicas não são espaços isentos de conflitos. Muitas vezes, a reprodução no campo da gestão social de uma noção extremamente consensual ocasiona que a pertinência da

esfera pública seja criticada em textos como o de Persson e Moretto Neto (2015) e Pinho e Santos (2015a).

Contudo, é importante destacar que para conceber essa dimensão conflitiva não é preciso, necessariamente, defender uma dimensão agonística – no sentido conferido por Chantal Mouffe e Ernesto Laclau em contraposição direta à Habermas. Defendemos que é possível considerar a dimensão conflitiva a partir de procedimentos reconstrutivos. Nos textos do próprio Habermas é possível uma compreensão mais conflitiva da política do que normalmente se atribui a ele (WHITE; FARR, 2012). Portanto, em relação ao caráter conflitivo é importante explorar como resposta o conceito de desobediência civil, bem como a importância dos protestos: “[...] às vezes é necessário o apoio de ações espetaculares, de protestos em massa e de longas campanhas para que os temas consigam ser escolhidos e tratados formalmente, atingindo o núcleo do Sistema político” (HABERMAS, 1997b, p. 116).

[...] those who feel injustice most immediately are not endowed with privileges or even with privileged opportunities for influence – whether concerning membership in parliaments, unions, or parties, access to the mass media, or the potential threat of those who can signal their intention withhold investments during election campaigns. For these reasons as well, the plebiscitary pressure of civil disobedience is often the last chance to correct errors in the process of the realization of a legal order or to set innovations in motion (HABERMAS, 1985, p. 104).

Entretanto, o caráter conflitivo da esfera pública vai além da ideia de protestos e desobediência civil. Pereira (2012, p. 81) ressalta o caráter conflitivo da esfera pública, “tanto no seu eixo vertical (Estado-Sociedade), quanto no seu eixo horizontal (entre atores da sociedade civil)”. Segundo o autor, nas esferas públicas ocorrem outras formas de interação, outras formas comunicativas, gerando dissensos e até mesmo ações violentas. Entretanto, isso não é motivo para abandonar e negar a capacidade emancipatória da esfera pública e da

democracia deliberativa (PEREIRA, 2012). Nesse sentido, Mendonça (2011, p. 211) realça que “[...] quando se ultrapassa a ideia de que deliberações buscam sempre o consenso, fica mais fácil conciliar pluralismo e deliberação”. Sugere ainda que a deliberação busca não somente o consenso, mas sim ‘acordos operacionalizáveis’ ou ‘dissensos razoáveis’ – esse é o caminho seguido pelos atores deliberacionistas atualmente (MENDONÇA, 2011). Andrews (2011) destaca a ideia de acordos negociáveis em grupos em conflito e que os acordos estratégicos podem ser legítimos mesmo sem consenso – ‘barganha justa’ (HABERMAS, 1997a).

No campo da gestão social, Alcântara et al. (2015) destacaram que essas questões precisam ser consideradas e afirma que é enganoso pensar que Habermas somente debate acordos consensuais, especialmente, no que tange a decisões públicas. Ainda, na gestão social, as concepções de conflito e consenso podem permitir aos pesquisadores e aos gestores enfrentarem situações em que na coordenação das ações existem negociações e conflitos políticos. Afinal, Habermas (1997a, p. 207) já destacou que os “processos de negociação são adequados para situações nas quais não é possível neutralizar as relações de poder, como é pressuposto nos discursos racionais” – e essas são situações muito comuns tanto nas organizações quanto nas nossas atividades cotidianas.

Segundo Habermas (1997a) os resultados dessas negociações devem buscar o equilíbrio entre interesses conflitantes e que não podem ser reduzidos a um único denominador (a democracia convive com diferença de interesses, valores, razões, etc.). Isso não modifica a orientação da gestão social para uma gestão dialógica normativamente proposta por Tenório (1998, 2005), mas a qualifica para atuar nas diversas relações da vida humana concreta. De outra forma, segundo Alcântara (2014, p. 294) “[...] os processos não ideais podem [ainda] servir de aprendizagem para a construção de processos mais democráticos”.

Portanto, conforme indica Voirol (2008) mesmo que Habermas não tenha ido além nessa perspectiva (e realmente não tenha se detido na dimensão conflitiva das relações sociais), a partir desses indicativos podemos reconstruir sua ideia de esfera pública com mais atenção aos fenômenos conflitivos e que de maneira alguma impedem a existência de consensos e entendimentos. Portanto, podemos “[...] investigar mais sistematicamente o modo como as deformações [distorções, relações de dominação] [...] estão emergindo, aumentando e se reproduzindo, e quais as configurações institucionais específicas que as reforçam” (VOIROL, 2012, p. 98).

Finalmente, uma visão da sociedade menos maniqueísta¹⁵ pode contribuir decididamente para a ampliação do campo de estudo da gestão social – isto é, em que consenso e conflito são dimensões presentes na vida humana e social. Souza (2008) indicou anteriormente que ao considerar as possibilidades de consenso e entendimento Habermas não está desconsiderando a ‘realidade’ marcada por conflitos, mas, tão somente, dizendo que o consenso também é possível. Portanto, concebemos também que o conflito e o consenso e suas tensões devem ser estudados empiricamente considerando aspectos ideológicos, contexto sócio-histórico e a diversidade de atores envolvidos nas práticas de gestão. A polarização entre ação comunicativa e ação estratégica passa a ser entendida como uma tensão permanente e que existe em todo o ‘tecido social’ entre aspectos consensuais e aspectos conflitivos – Repa (2008, p. 57) lembra que “[...] é raro que estas [ações] se mostrem como absolutamente comunicativas ou como absolutamente estratégicas”. Alcântara e Pereira (2016) caminharam nessa direção ao reconstruir as visões de mundo da vida e sistema a partir de interações e tensões.

¹⁵ Ricoeur (1990), que foi leitor, comentador e crítico de Habermas, destaca que visões absolutas do consenso e do conflito são ideológicas e que por sinal “Elas são o inverso uma da outra, e se alimentam uma da outra” (RICOEUR, 1990, p. 157).

[...] essas esferas se relacionam permanentemente, quer de forma dialógica, quer de maneira conflituosa. Não obstante se reconheça a existência de uma “circularidade cultural” entre essas esferas – para utilizar a formulação conceitual de Ginzburg (1998), em diálogo com Mikhail Bakhtin –, com cada qual filtrando determinados elementos da outra, a partir de seus próprios valores e condições de vida, é preciso reconhecer que as relações comunicacionais entre elas se deram, historicamente, de maneira desigual, com a busca constante da primeira em construir um discurso hegemônico sobre a segunda. Além disso, como bem percebido por Nancy Fraser, em sociedades estratificadas, as relações entre os diferentes públicos pertencentes a estas esferas tendem a ser mais de contestação do que de propriamente de deliberação (PERLATTO, 2015. p. 123).

Finalmente, as esferas públicas existentes e podem ser compreendidas como formações com diferentes configurações de práticas discursivas com elementos consensuais e conflitivos, e, nesse sentido, o diagnóstico deve caminhar para a dimensão empírica. O gestor social emerge (se insere e está inserido) nessas relações complexas (já demonstradas teoricamente e empiricamente na literatura visitada por nós) que demandam dele uma formação democrática, especialmente, potencial reflexivo e autorreflexivo para diferenciar elementos consensuais de conflitivos, interesses comuns de privados, o bem comum, enfim, as práticas, ações e discursos que contribuem com os potenciais emancipatórios – que não coincidem necessariamente com os elementos hegemônicos.

Argumento (2): conceber que *a priori* as esferas públicas são ambíguas e podem tanto se constituírem concretamente de elementos democráticos e emancipatórios quanto opressivos.

O primeiro argumento, nos leva a um segundo sobre como as esferas públicas se configuram. Desde o início de seus estudos Habermas destaca o caráter ambíguo/ambivalente da esfera pública, demonstrando seu caráter

emancipatório e, ao mesmo tempo, anti-emancipatório. Em *Mudança Estrutural da Esfera Pública* o autor mostra como a esfera burguesa (vale dizer a hegemônica) caracterizou-se como emancipatória, mas, devido a alguns fatores, se despolitiza e torna-se uma esfera manipulada.

Para explicitar esse potencial ambivalente da esfera pública, capaz de carregar tanto um potencial crítico como um potencial manipulativo, Habermas introduz a distinção entre as funções “críticas” e “manipulativas” da esfera pública, para distinguir entre os genuínos processos de comunicação pública e aqueles que têm sido subvertidos pelo poder (LUBENOW, 2012b, p. 194).

Dessa forma, as esferas públicas formadas podem contribuir para avanços democráticos. Entretanto, os discursos podem ser distorcidos (formados) por elementos como racismo, homofobia e sexismo e se condensar de forma antidemocrática e excludente, seja em ambientes públicos (como escolas, ‘ruas’, ‘avenidas’ etc.) seja na possibilidade de reconhecimento e participação em decisões políticas. Por tudo isso, Melo (2015, p. 35) destaca que “[...] a própria esfera pública também se constituiu historicamente como fonte de opressão, injustiça e discriminação (contra mulheres, negros e outras minorias sociais e culturais)”.

Se por um lado, podem ser ‘condensados’ elementos opressivos, por outro, sua função democrática reside também na possibilidade do enfeixamento de movimentos (práticas discursivas) que buscam a ‘intersubjetividade ileusa’ de públicos e contrapúblicos. Assim, um exemplo da importância dos contrapúblicos subalternos de Fraser é destacado por Gohn (2012):

[...] as contestações discursivas refluíram e o movimento feminista construiu ligações cruciais entre movimentos e arenas políticas institucionais, ligações que permitiram que as demandas e os discursos do movimento fossem traduzidos em itens programáticos de plataformas de sindicatos, partidos e das políticas nacionais e convenções internacionais (GOHN, 2012, p. 143).

Portanto, é necessário compreender, conforme indica Habermas (1997b), o enfeixamento das demandas cotidianas que emergem do mundo da vida nas esferas públicas acadêmicas, midiáticas e informais no intuito de buscar a institucionalização (via Lei) de direitos. Nesse sentido, não se parte inicialmente do pressuposto de que nas esferas públicas se desenvolvem práticas de gestão social – somente a ‘pesquisa de campo’ pode revelar isso e as configurações das esferas públicas (caso tenham se formado). Além disso, um processo de formação de leis mediante grande respaldo da população não necessariamente indica a formação de uma opinião pública democrática, e até mesmo uma opinião esclarecida sobre determinado tema pode conter elementos marcantes de nossa formação histórica como o racismo (GOHN, 2012; PERLATTO, 2015).

Aqui, a gestão social pode abrir-se para debater elementos anti-emancipatórios que estão presentes nas diversas esferas públicas sejam elas informais, midiáticas ou acadêmicas marcadas também por discursos de ódio e que ferem a liberdade comunicativa (HABERMAS, 1997b). Poucos são os textos que fazem menção a ‘problemas sociais’ como racismo, sexismo, homofobia e outros e que conforme observou Fraser (1990) são elementos que possuem efeito silenciador de vozes na ‘esfera pública geral’ (FRASER, 1990). Isso é extremamente importante para as esferas públicas. Afinal, seguindo o raciocínio de Habermas, Fiss (2005) acredita que os alvos do discurso de ódio ficam impossibilitados de participar de uma discussão livre e sem coerção por não serem reconhecidos como ‘outros’ de um diálogo – é o que Fiss (2005, p. 33) chama de “efeito silenciador do discurso”, pois, age “[...] impedindo assim a sua integral participação em várias atividades da sociedade civil, incluindo o debate público” (FISS, 2005, p. 47).

E, ao considerar isso, podemos considerar que esses públicos subalternos também reagem e formam esferas públicas (PERLATTO, 2015) e que conforme Habermas (2008, p. 18) “a estratificação das oportunidades de

transformar o poder em influência pública através dos canais da comunicação mediada revela, assim, uma estrutura de poder”, que, no entanto, pode abrir-se para outros participantes (HABERMAS, 2008).

Portanto, esferas públicas se constituem com potenciais ambivalentes que dependem de uma constelação de interesses, atores, discursos, ‘capitais’ (HABERMAS, 2008) e outros elementos para que suas funções críticas e manipulativas (LUBENOW, 2012b) sejam compreendidas, e, para isso as pesquisas em gestão social podem recorrer às possibilidades teórico-metodológicas da análise de discurso crítica (FAIRCLOUGH, 2003) e da hermenêutica crítica (RICOEUR, 1990), dentre outras, para a compreensão, explicação e interpretação das esferas públicas – Habermas (1997a) destaca a importância de todas estas formas de perspectivas científicas.

Argumento (3): conceber a importância de considerar uma diversidade de públicos e suas ‘capacidades’ de acesso e argumentação nas esferas públicas.

Habermas (2014) concorda com esse argumento ao relativizar seu diagnóstico elaborado na década de 1960: “[...] ao lado da esfera pública burguesa hegemônica, surgem outras esferas públicas subculturais ou específicas de uma classe, com premissas próprias e não negociáveis” (HABERMAS, 2014, p. 39). Nesse momento, o autor lista uma diversidade de críticas e textos que complementam sua obra e o força a pensar as contradições da mesma.

Com autores como Eley; Bakthin; Thompson; Negt e Kluge; Hall; Pateman; Benhabib; Offe e Keane, Habermas (2014) reconhece a importância da cultura popular, questões de gênero, desigualdades e conflitos sociais e esferas plebeias. Com isso, as esferas públicas são formadas por diversos públicos e que possuem capacidade de acesso e argumentação diferentes – é o caráter aberto da esfera pública que segundo Habermas (1997b) mantém o seu *status* de categoria

‘radical’ da democracia: “[...] ela se caracteriza, por meio de horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis” (HABERMAS, 1997b, p. 92). Portanto, para Habermas (2008) mesmo com as diferenças ela ainda se mantém aberta, por princípio, a todos (pesquisas empíricas são indicadas para analisar esta questão).

Limites sociais internos decompõem o texto “da” esfera pública, que se estende radialmente em todas as direções, sendo transcrita de modo contínuo, em inúmeros pequenos textos, para os quais tudo o mais serve de contexto; porém, sempre existe a possibilidade de lançar uma ponte hermenêutica entre um texto e outro. Além disso, esferas públicas parciais constituem-se com o auxílio de mecanismos de exclusão; como, porém, esferas públicas; não podem cristalizar-se na forma de organizações ou sistemas, não existe nenhuma regra de exclusão sem cláusula de suspensão (HABERMAS, 1997b, p. 107).

Nesse sentido, torna-se importante a análise das interações entre as diversas esferas sejam elas cooperativas ou conflituosas, especialmente, em sociedades plurais onde existe a formação de diversas esferas públicas (FRASER, 1990, 2007; PERLATTO, 2015). Quanto aos diversos públicos, em uma sistematização realizada por Avritzer e Costa (2004), eles adicionam as categorias *new publics*, *counter publics*, *diasporic publics* e *deliberative publics*. Isto é, apesar de todos os avanços “[...] a concepção discursiva de esfera pública, conforme desenvolvida por Habermas ao longo dos anos 90, mereceu críticas e complementações importantes” (AVRITZER; COSTA, 2004, p. 710). Essas complementações nos parecem importantes ao modelo habermasiano, em especial, no seu estudo no Brasil, conforme destacou Perlatto (2015).

Sobre as capacidades de argumentação na esfera pública, alguns estudos têm demonstrado que é possível considerar formas de manifestações estéticas que não são consideradas por Habermas que foca no modelo discursivo e verbal/escrito. Avritzer e Costa (2004):

As críticas de Fraser e Gilroy representam para o modelo discursivo, e seu elogio implícito das possibilidades do diálogo e do universalismo, uma correção importante: tais

críticas implicam a necessidade de construir estruturas específicas de captação dos interesses e públicos subalternos, além de alertarem para o risco implícito da ênfase do modelo discursivo na comunicação verbal. Com efeito, se o espaço público [tradução usada para esfera pública] não se mostrar poroso à força expressiva não apenas dos argumentos, mas também da performance e das formas não-verbais de comunicação, este pode se prestar, indefinidamente, à reprodução do poder daqueles que historicamente dominaram o processo de produção do discurso verbal (AVRITZER; COSTA, 2004, p. 713).

Exemplos empíricos disso são destacados por Avritzer e Costa (2004) e Perlatto (2015). Portanto, torna necessário ampliar também o conceito de racional e não limitar as formas de expressão humana. Com isso, evita-se também a crítica de Justen, Moretto Neto e Garrido (2014) ao racionalismo habermasiano e a parte do que eles consideram como colonialidade do saber. Portanto, abranger também outras formas de manifestações abre espaço para uma “[...] valorização da pluralidade de vozes existentes no mundo público que, apesar de combinarem consentimento e resistência, questionam e subvertem a ordem a todo o momento, por meio de estratégias carnavalescas [aqui se refere a Bakhtin], marcadas pela inventividade e pela criatividade” (PERLATTO, 2015, p. 140-141). Essas questões apresentadas são coerentes com a ideia defendida de Cançado (2011) e Cançado, Pereira e Tenório (2015) de um ‘conceito’ aberto de gestão social e que não deve ser prescritivo.

A gestão social amplia seu escopo de crítica ao considerar a existência de diversos públicos nas esferas públicas com capacidades diferenciadas de influência. Especialmente, a gestão social deve se voltar para a compreensão da legitimidade (FRASER, 2007) das decisões que podem ser ‘enfeixadas’ a partir da formação da opinião pública (publicada; hegemônica; contra-hegemônicas) e de como os públicos ‘atingidos’ interagem e buscam reconhecimento,

redistribuição¹⁶ ou outras demandas (FRASER; HONNETH, 2003) – como o compartilhamento do ‘poder decisório’ (TENÓRIO, 1998, 2005). As dimensões do reconhecimento e da redistribuição (FRASER; HONNETH, 2003) pouco abordada por Habermas se tornam também relevantes na própria formação de esferas públicas, em especial, no Brasil que possui alto índice de desigualdades.

Indicamos também que nas pesquisas empíricas se busque compreender se os diversos públicos possuem acesso às decisões e se são considerados realmente participantes da ação em práticas intersubjetivas – próximo as indicações de Cançado, Pereira e Tenório (2015). Contudo, nessa proposta não cabe ‘essencialismo’, portanto, a presença de públicos subalternos, de atores da sociedade civil ou de um grande número de participantes de movimentos não indica que os processos de gestão e decisão pública serão democráticos e dialógicos – aliás, conforme destacou Alcântara (2014) a própria sociedade civil pode ser ‘incivil’.

O próprio Habermas, entretanto, já havia percebido a natureza ambivalente de muitos movimentos sociais. Ele diferencia entre “sociedade dinâmica de cidadão” e movimentos populistas e antidemocráticos. Diferentemente desses, a sociedade dos cidadãos necessita de uma cultura política já desenvolvida e o respectivo modelo de educação social (449). Movimentos populistas, que defendem cegamente os segmentos petrificados da tradição, embora sejam para ele totalmente modernos do ponto de vista das formas de mobilização, por outro lado, são também perigosamente antidemocráticos (REESE-SCHÄFER, 2010, p. 101).

Nas pesquisas para constar isso, os critérios de Tenório et al. (2008) e ampliados em Cançado, Pereira e Tenório (2015) podem ser utilizados em

¹⁶ Conforme Lubenow (2010, p. 250) temas como “multiculturalismo, tolerância, reconhecimento, redistribuição, fundamentalismo, secularização, entre outros” serão considerados por Habermas em textos posteriores a *Direto e Democracia* como *Einbeziehung des Anderen* (1996). Contudo, não existe ênfase aos fenômenos de reconhecimento e redistribuição que são melhores explorados no debate Fraser x Honneth (FRASER; HONNETH, 2003).

conjunto com outros que foquem em dimensões como reconhecimento e redistribuição. Entretanto, além dos critérios apresentados por Cançado, Pereira e Tenório (2015) e Tenório et al. (2008) é necessário considerar a formação histórica das esferas públicas, em que formas de expressão podem ser modificadas e reinventadas, ademais, essa análise histórica pode revelar lutas hegemônicas, e discursos que antes eram ‘periféricos’ se tornaram hegemônicos, vice-versa. Aqui, conceitos como ordem do discurso, gêneros discursivos, hegemonia, lutas discursivas amplamente utilizadas no âmbito da análise de discurso crítica podem fornecer importantes elementos de análise para as esferas públicas – para isso, deve se considerar as possíveis divergências entre os embasamentos epistemo-ontológicos desses conceitos e as concepções de esfera pública (especialmente, na abordagem habermasiana)¹⁷.

Argumento (4): compreender que no Brasil houve a formação de diversas esferas públicas subalternas e com isso que (5) as características das formações de esferas públicas não podem ser importadas, elas precisam ser estudadas em seus contextos sócio-históricos, políticos, econômicos, etc.

Blotta (2012) em sua tese de doutorado intitulada “*O direito da comunicação: Reconstrução dos princípios normativos da esfera pública política a partir do pensamento de Jürgen Habermas*” apresenta um breve histórico da esfera pública política no Brasil. Seu foco são os meios de comunicação, mas apresenta considerações importantes para o campo da gestão social. O autor destaca que o primeiro jornal impresso no Brasil foi a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que circulou entre 1808 e 1821. Formou-se, então, um primeiro público leitor crítico. O surgimento desta imprensa possibilitou a publicização de debates.

¹⁷ Estudos dessa natureza já foram realizados por nós e estão em processos de avaliação de seu mérito.

[...] apesar de a *Gazeta do Rio de Janeiro* refletir majoritariamente a opinião oficial, em muitos momentos abriu espaço para debates referentes a problemas comuns da sociedade, além de já apregoar a imparcialidade na produção de notícias e pluralidade de fontes como critérios de qualidade da informação (BLOTTA, 2012, p. 97).

Portanto, segundo Blotta (2012, p. 97), a institucionalização da imprensa pode representar a origem da esfera pública política no Brasil, “quando espaços de discussão formados pela imprensa tornam possível a circulação de informações e pretensões normativas entre espaços públicos formais e não formais cada vez mais abertos à crítica”. Segundo Blotta (2012), a Revolução do Porto (1820) foi a primeira reivindicação de liberdade de imprensa e fim da censura. Para Blotta (2012) foi próximo dos anos 1820 que ocorre a mercantilização da mídia.

Lavalle (2001) ressalta que o Brasil possui especificidades e que seria necessário pensar a esfera pública no Brasil em termos de ‘vida pública’, o que é diferente de espaço público. Para o autor ‘vida pública’ está mais próximo do que Habermas chamou de publicidade representativa. Nisso, seria difícil identificar no Brasil um espaço público, em razão dos “entrelaçamentos entre religião, política, economia e cultura representativos de seu processo de modernização” (LAVALLE, 2001, p. 18).

A cultura política, ou como denomina Lavalle a partir de Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, o — ethos público da identidade nacional brasileira teria sido gerado como um antimodelo do espaço público como aquele que se origina na Europa do século XVII a partir de uma emancipação de indivíduos privados em relação ao poder político e à satisfação das necessidades imediatas, que passavam a expressar sua condição e a problematizar a organização do poder social e político. O Brasil derivado da Colônia era aquele que privilegiava o patriarcado sobre a cidadania, das relações familiares em oposição à vida social, da privatização ao invés da publicização, dos valores tradicionais em oposição à razão argumentativa. Em suma, a formação da identidade dos espaços públicos políticos

nacionais teria sido marcada pelos traços do ruralismo, do tradicionalismo, e de uma —sociabilidade familística e, portanto, —pré-política (LAVALLE, 2001, p. 18).

Entretanto, segundo Perlatto e Lima (2009) autores como Jessé Souza mostram que o conceito de esfera pública é útil para compreender a modernidade brasileira, especialmente, contra uma ‘sociologia da inautenticidade’ de autores como Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre acima citados e outros como Roberto DaMatta e Simon Schwartzman – que destacam nosso atraso, personalismo, patrimonialismo e, enfim, pré-modernidade. Contra isso,

Jessé Souza mobiliza a obra de Habermas em três movimentos: para fundamentar a própria noção de modernização seletiva; para fornecer, com o conceito de esfera pública, o marco normativo de avaliação da modernidade periférica; e para consolidar uma consequente crítica a análises de viés personalista (PERLATTO; LIMA, 2009, p. 30).

Portanto, este parece ser um caminho possível para debater também as críticas levantadas por Pinho e Santos (2015a) ao uso dos conceitos de Habermas no Brasil, que, aliás, se embasam em sua maioria na denominada ‘sociologia da inautenticidade’.

Por outro lado, Blotta (2012) recorre à coleção *História da Vida Privada no Brasil*, organizada por Fernando Novais, para buscar pistas sobre a formação da esfera pública no Brasil. Corroborando com a análise de Lavallo (2001), Fernando Novais demonstra que não houve no Brasil a diferenciação entre público e privado da mesma forma que Habermas observou na Inglaterra e França. Pelo contrário, o que se observou no Brasil foi o inverso do modelo habermasiano (BLOTTA, 2012). Como exemplo, Luiz Carlos Villalta, autor de um ensaio da obra, destaca falta de recursos na educação pública e, conseqüentemente, o aumento de pessoas na educação privada: “As grandes bibliotecas cujos donos eram professores, médicos, advogados e, muitas vezes,

centros de grandes debates, tornam-se cada vez mais privados” (BLOTTA, 2012, p. 100). Os espaços privados é que eram as fontes de debate no Brasil do início do século XVIII e início do século XIX. As rebeliões contra o poder estabelecido presenciadas em Minas Gerais (1789) e na Bahia (1798) surgiram de reuniões no espaço privado.

Até o período do início da República o Brasil vivia sob uma esfera pública refeudalizada, sob uma publicidade representativa.

Mesmo que em termos de história concreta a esfera pública política era privilégio de poucos, as pressões de diversos indivíduos como profissionais da cultura, intelectuais e — publicistas e outros grupos anteriormente excluídos para acessar as esferas da publicidade econômica, de direitos e de cultura que se desenvolviam no país, demonstravam que o período de início da República teve como marca uma eferescência nesses campos e a ativação de uma esfera pública política, especialmente em função da articulação de diversas demandas de autonomia individual na imprensa e outros meios de comunicação (BLOTTA, 2012, p. 104).

Blotta (2012) destaca a importância dos escravos libertos e dos estrangeiros como esferas subalternas dotadas de identidade e práticas culturais características. Estes formavam comunidades sem inserção no espaço público e sem reconhecimento social. A associação desses imigrantes e dos escravos libertos, quando esses dois públicos vão para grandes centros urbanos à procura de emprego, forma a esfera pública plebeia.

Citando o Movimento Modernista e a Semana de Arte Moderna de 1922, Blotta (2012) ressalta que houve no Brasil uma esfera pública política oriunda da esfera pública literária, representada pela antítese cultural do movimento modernista. Observa-se, portanto, que a esfera pública brasileira é tratada em dois momentos distintos: antes e depois da República.

Blotta (2012) destaca ainda que o mesmo diagnóstico de Habermas pode se derivar da esfera pública brasileira. A refuncionalização dos meios de comunicação ocasionou a despolitização da esfera pública. Ademais, o autor

ressalta a ditadura militar como um retrocesso para a esfera pública política e seu resgate após a Constituição de 1988. Perlatto (2015) realiza um estudo sobre o processo de configuração das esferas públicas no Brasil. Para ele, nossa sociedade altamente excluída vem sendo construída desde a independência com “[...] noção de que apenas alguns *seletos* seriam aptos a operar na esfera pública” (PERLATTO, 2015, p. 126). Portanto, “a construção de uma esfera pública seletiva no país permitiu a organização de uma hegemonia por parte das classes dominantes, que logrou sustentar a constituição de uma sociedade altamente desigual” (PERLATTO, 2015, p. 132).

Sobre a formação das esferas públicas, segundo Perlatto (2015), a chegada da família real ao Brasil em 1808 criou um ambiente favorável a encontros, discussões e reuniões públicas. No entanto, essa esfera pública alcançava um número bastante reduzido da população (o que não é diferente da esfera pública burguesa descrita por Habermas). Foi com o fim do sistema imperial e escravista que se formou uma esfera pública mais democrática no Brasil, com a participação de muitos setores da sociedade em torno da questão da abolição da escravatura. Entretanto, os escravos libertos e a população pobre foram excluídos: “[...] embora tenha havido uma ampliação da esfera pública no período republicano, ela ainda permaneceu pouco permeável aos personagens do mundo subalterno e aos temas ‘perigosos’ à estabilidade da ordem” (PERLATTO, 2015, p. 128).

Adiante, o período Vargas (1930-1945) ampliou a esfera pública brasileira e os direitos sociais. O Golpe Militar de 1964 representou um retrocesso no processo de ampliação da esfera pública. “Nesse contexto, as concepções orientadas para a produção de consenso e de ‘solidarização’ social que marcaram o período anterior foram substituídas pela sobrevalorização exacerbada do individualismo” (PERLATTO, 2015, p. 131). A Constituição de 1988 foi uma retomada da esfera pública brasileira, enfatizando mecanismos de

participação para além da democracia representativa como plebiscitos, conselhos (PERLATTO, 2015).

Perlatto (2015) relata que apesar de excluídos da esfera pública, os públicos subalternos no Brasil conseguiram falar, de maneiras distintas, contra o discurso hegemônico no Brasil: “Ao espaço negado no ‘discurso público’, os setores populares exerceriam práticas e criariam formas expressivas fora de cena, constituindo ‘discursos ocultos’ [...]” (PERLATTO, 2015, p. 133).

Diversas pesquisas historiográficas recentes vêm procurando demonstrar que desde o final do Império, passando pela Primeira República e atravessando o século XX, a esfera pública e a sociedade civil têm se organizado para além das estruturas estatais. Uma forma de organização difusa – que se manifestou na constituição de jornais, associações, clubes e espaços de sociabilidade diversos – foi desenvolvida, buscando constituir redes de articulação e um *lugar diferente* de fala (PERLATTO, 2015, p. 85).

Toda a discussão de Perlatto (2015) tem como objetivo mostrar que houve no Brasil construção de esferas subalternas com as mais variadas formas de discursos e que conseguiram resistir ao discurso hegemônico. Nesse sentido, os setores populares do Brasil não são passivos, insociáveis e ‘desvirtuado de vida pública’ mas, pelo contrário, os setores subalternos resistiram ao poder constituído.

Nisso, torna-se importante conhecer como se formam tais esferas públicas no Brasil, sem com isso importar o modelo europeu. Habermas (2003, p. 9) destacou ainda no prefácio de *Mudança Estrutural da Esfera Pública* que a concebe como “uma categoria típica de época” e que não poder generalizada como um tipo-ideal “[...] a constelações formalmente iguais de situações históricas quaisquer”. Portanto, o interessante é buscar a história da esfera pública como já foi feita em vários países como: Venezuela (CANIZALES, 2009), Suécia (HALLENBERG, 2012), Países Árabes (MURPHEY, 2009), América Latina (PICATTO, 2014), Coreia (KOO, 2007), Rússia (GORSHKOV,

2004) e Alemanha no século XIX (JENSEN, 2006) – textos estes encontrados na bibliometria realizada. Esse processo não desconsidera a esfera pública transnacional – Calhoun (2002), Castells (2008) e Fraser (2007) – mas considerando como as esferas nacionais e transnacionais se cruzam de formas cooperativas ou conflitivas.

Diante disso, as esferas públicas devem ser compreendidas pelos meios disponíveis, primários ou secundários considerando o seu contexto sócio-histórico, político, econômicos, etc. (MELO, 2015; PERLATTO, 2015), pois, os “[...] estudos poderiam ser enriquecidos caso se ancorassem em uma abordagem mais histórica e menos centrada nos paradigmas ‘clássicos’ de sociedade civil e de organização da esfera pública” (PERLATTO, 2012, p. 84). As análises de Jessé Souza, no contexto brasileiro, utilizando do conceito de esfera pública ajudam nessa direção: “Partindo das sugestões levantadas por Souza em relação ao Estado e ao mercado, pretendemos demonstrar que a terceira instituição da modernidade – qual seja, a esfera pública – também está presente no Brasil desde o século XIX” (PERLATTO, 2015, p. 122). Autores como Wanderley Reis, Leonardo Avritzer, José Eisenberg, Marcos Nobre, Marcelo Neves e Rousiley Maia fornecessem também importantes avanços, mesmo com críticas em vários pontos (PERLATTO, 2012).

A gestão social, tendo a esfera pública (esferas públicas) como categoria, pode estar atenta à existência de públicos subalternos (historicamente construídos), seus discursos, suas formas de organização, além de que compreender como foi a formação de esferas públicas no Brasil e suas especificidades sem com isso cair na ideia de ‘inferioridade’ em relação aos modelos europeus. Portanto, as esferas públicas são ‘fenômenos sociais’ que podem ocorrer em diferentes sociedades e tempos históricos. Com isso, as características das formações de esferas públicas não podem ser importadas, elas precisam ser estudadas em seu contexto sócio-histórico, político, econômicos,

etc. Tendo isso como agenda de pesquisa os estudos da gestão social na esfera pública podem se desenvolver de forma histórica e considerando seus limites e potencialidades para pensar o Brasil. Portanto, “[...] a ideia subjacente a essa perspectiva é a da necessidade da ampliação de canais que permitam que suas potencialidades possam se manifestar em uma esfera pública renovada e democrática” (PERLATTO, 2012, p. 86).

Argumento (6): conceber que o potencial (efetividade) das esferas públicas são limitados pelas estruturas sistêmicas, econômicas e burocráticas do Estado e do sistema econômico (mercado).

Em *Teoria da Ação Comunicativa*, em busca de uma saída para a crítica totalizante da razão, o autor demonstra como a racionalidade comunicativa está presente no mundo da vida. Entretanto, ressalta que existe uma colonização do mundo da vida. Nesse sentido, a esfera pública não tem grandes pretensões de conquista, apenas sitiando o sistema. Em *Direito e Democracia* Habermas apresenta um modelo mais ofensivo de esfera pública, baseado no modelo de circulação de poder de Peters. O autor destaca que as decisões do sistema político estão ancoradas, vias aberturas estruturais (eclusas) no mundo da vida. Entretanto, segundo Lubenow (2012b),

[...] Habermas, por exemplo, chega a partilhar com Cohen e Arato uma certa dose de ceticismo em relação às possibilidades oferecidas por esferas públicas dominadas pelos meios de comunicação de massa, de que os sinais emitidos são muito fracos e os impulsos que fornecem são geralmente pouco ativos e influentes para despertar e reorientar os processos de decisão do sistema político (LUBENOW, 2012b, p. 206-207).

[...] a privação social e a exclusão cultural dos cidadãos explicam o acesso seletivo e uma participação irregular na comunicação mediada, uma vez que a colonização da esfera pública pelos imperativos do mercado conduz a uma paralisia peculiar da sociedade civil (HABERMAS, 2008, p. 20).

Persson e Moretto Neto (2015) analisam a relação entre estrutura burocrática e esfera pública (anteriormente fizemos uma análise crítica de algumas das colocações desses autores). Os autores partem do princípio habermasiano de que os discursos não governam, mas influenciam, por meio do poder comunicativo, aqueles que governam. Os autores partem da leitura de Habermas, Tragtenberg, Weber, Prestes Motta, Marx, entre outros, para analisar essa relação. Segundo os autores, Habermas, na obra *Mudança Estrutural*, concebe a administração burocrática como “a resistência mais eficaz contra o princípio da publicidade, sendo a burocracia um instrumento na mão do príncipe contra os interesses da sociedade civil burguesa” (PERSSON; MORETTO NETO, 2015, p. 4).

Persson e Moretto Neto (2015, p. 6) acreditam que “a burocracia permanece com alto potencial de deturpar o poder comunicativo engendrado nos espaços de discursividade dialógica da esfera pública ao promover refrações em suas ações comunicativas” e, mais ainda – corroborando com, Tragtenberg - “a burocracia não se constitui em elemento oriundo somente das necessidades funcionais da técnica, mas é, acima de tudo, um sistema ideológico de dominação”. Os autores ressaltam ainda a controvérsia entre Habermas e Weber: para este último a “burocracia continua sendo um meio de poder de primeira categoria para aqueles que dispõem do aparato burocrático, pois uma ação associativa, ordenada e dirigida de forma planejada, supera qualquer ação de massas ou comunitária contrária” (PERSSON; MORETTO NETO, 2015, p. 6).

Corroborando com Marx, para quem a burocracia protege um interesse particular, Persson e Moretto (2015) realçam que a burocracia busca sobrepor a lógica instrumental sobre lógica comunicativa, própria da esfera pública e do mundo da vida, para atender a interesses de grupos governantes. Scheuerman (2014, p. 168) segue nessa mesma linha e defende que “a burocracia estatal [...]

trabalha lado a lado com representantes de poderosos grupos sociais organizados”.

Persson e Moretto Neto (2015, p. 10) advogam ainda que a burocracia dissolve o princípio da publicidade crítica: “o esmorecimento da publicidade crítica [...] é hoje intensificado pelo ininterrupto processo de burocratização da sociedade moderna em enclaves da vida humana associada para além dos sistemas do Estado e do mercado”. Destacam ainda que vivemos em uma sociedade de organizações burocráticas e que, nesse contexto, “a razão comunicativa perde espaço e o efeito é a neutralização do pensamento crítico e a despolitização das esferas públicas”.

Os argumentos apresentados por Persson e Moretto Neto (2015), mesmo baseados em conceitos de atores como Marx, Weber e Tragtenberg, carecem ainda de aprofundamentos, conforme destacado pelos próprios autores. Entretanto, os autores concluem que “a esfera pública habermasiana é fraca em promover o efetivo compartilhamento de poder decisório que tanto propõe a gestão social” (PERSSON; MORETTO NETO, 2015, p. 13). Neste sentido, a gestão social pode se beneficiar de pesquisas empíricas que busquem confrontar a afirmação destes autores – que vai de encontro a crítica de Pinho (2010). Além das considerações anteriores de que os autores se baseiam na ideia de um modelo tradicional em que governar e influenciar são dimensões ímpares, enquanto no modelo habermasiano ‘governar’ e ‘influenciar’ são dimensões importantes do sistema político e que se relacionam, respectivamente, com o poder administrativo e o poder comunicativo.

Adiante, a concepção que o potencial (efetividade) das esferas públicas é limitado pelas estruturas sistêmicas do Estado e sistema econômico chama para pesquisas que busquem compreender a transformação do poder comunicativo em poder administrativo e como o direito (HABERMAS, 1997b) enquanto *medium* se relaciona com esse processo. Scheuerman (2014) destaca que “a

ideia de Habermas sobre a lei [direito] como mediadora entre o poder comunicativo e o administrativo é fecunda”. Abre também uma perspectiva de pesquisa dos efeitos colonizadores do mercado e do Estado – colonização, aliás, que é tema relevante da crítica Habermasiana e subestimado nos diagnósticos com base no autor no âmbito da gestão social – na formação das esferas públicas, e, especialmente, pesquisar empiricamente como se configuram as atuais relações ‘sociedade-Estado’, ‘trabalho-capital’ e ‘sociedade-mercado’ (TENÓRIO, 1998, 2005) e seus impactos na gestão.

Argumento (7): a internet e as redes sociais representam uma possibilidade de novas esferas públicas além das tradicionais.

Em especial sobre as mídias, Habermas (2008, p. 19) apresenta que “a televisão privada e a mídia impressa são empresas comerciais como quaisquer outras” e, assim, “os proprietários podem utilizar sua vantagem econômica como um ‘botão’ para converter imediatamente o poder dos media em influência pública e em pressão política” (HABERMAS, 2008, p. 19). Tal afirmação indica que a ‘*mass media*’ possui influência negativa na formação de esferas públicas democráticas – diagnóstico que permanece em Habermas desde a década de 1960 (HABERMAS, 2003, 2008, 2012, 2014).

O papel da internet na esfera pública tem sido bastante discutido há alguns anos (BOHMAN, 2004; GIMMLER, 2001; MARQUES, 2006; PAPACHARISSI, 2002; PERLATTO, 2015; POSTER, 1997). Segundo Poster (1997), o discurso público há muitos anos vem sendo mediado por meio eletrônicos como rádio, televisão e, recentemente, pela internet. Nesse mesmo sentido, Bohman (2004) ressalta que a comunicação na sociedade deve ser mediada tecnologicamente (primeiro a imprensa escrita, depois o rádio, a televisão e agora o computador), o que nos leva a relaxar o pressuposto de comunicação face a face, argumento presente nas críticas em relação a internet.

Em relação a este argumento, Gimmler (2001) destaca que o próprio Habermas acredita que em sociedade complexas a ideia de soberania popular deve ser desacoplada da concepção de discussões onde os membros estejam presentes fisicamente, ou seja, face-a-face.

Bohman (2004), Gimmler (2001), Marques (2006) e Papacharissi (2002) destacam a controvérsia em torno da questão da internet, demonstrando que esta pode ser vista de forma positiva, como forma de novas possibilidades de comunicação, ou negativa, como uma forma de minar o potencial democrático da esfera pública. Segundo Marques (2006, p. 165), seria ingenuidade descartar as possibilidades democráticas abertas pelas novas tecnologias de comunicação, principalmente a internet. Perlatto (2015) destaca aspectos positivos da internet, em especial as redes sociais.

[...] Conforme destacado por alguns autores, a internet tem contribuído para a configuração de diferentes formas de interação por parte das organizações cívicas, gerando conhecimento técnico-competente, memória ativa, recursos comunicativos, exigência de prestação de contas e solidariedade à distância, facilitando a operacionalização de formas variadas de participação em âmbitos distintos e expandindo o diálogo entre diferentes atores da sociedade (PERLATTO, 2015, p. 132).

Por outro lado, os pessimistas advogam que a internet é bastante fragmentada, um lugar onde circulam discursos de ódio, discursos irracionais, além do acesso restrito. Segundo Gimmler (2001), as críticas a internet sobrevalorizam a concepção de acesso restrito e a ideia de comunicação face-a-face. O anonimato na internet pode ser uma questão problemática (quando utilizado para proferir discursos de ódio, por exemplo, dificultando a responsabilização dos indivíduos) (BOHMAN, 2004). Habermas se mostra também cético em relação a internet

Permitam-me fazer um comentário a respeito da Internet, que atua como um contrapeso em relação às aparentes deficiências que se fundamentam no caráter neutro e

assimétrico das emissões mediáticas, reintroduzindo elementos deliberativos na comunicação eletrônica. A internet certamente reativou as ações cívicas de um público igualitário de escritores e leitores. Contudo, a comunicação mediada por computador através da internet pode demandar méritos *democráticos* inequívocos somente para um contexto especial: ela pode desafiar a censura imposta por regimes autoritários que tentam controlar e reprimir a opinião pública. No contexto de regimes liberais, o crescimento de milhões de salas de bate-papo (*chat rooms*) fragmentadas através do mundo tende, contudo, a uma fragmentação de amplas audiências de massa, porém politicamente focadas, em um grande número de públicos isolados e voltados para uma única questão. Através de esferas públicas nacionais estabelecidas, os debates *online* entre os utilizadores da web promovem uma comunicação política somente quando novos grupos se cristalizam em torno de pontos focais sobre a qualidade da imprensa, por exemplo, jornais nacionais e revistas políticas (HABERMAS, 2008, p. 13).

Um dos principais problemas são os discursos de ódio. Brugger (2007) também apresenta uma definição de discurso de ódio:

[...] o discurso do ódio refere-se a palavras que tendem a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião, ou que têm a capacidade de instigar violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas (BRUGGER, 2007, p. 118).

Silva et al. (2011) salientam que a definição de Brugger (2010) não é suficiente pois restringe as características que são consideradas objeto de discriminação. Nesse sentido,

O homem, dada sua contingência, é capaz de manifestar numerosas características, concretas ou abstratas, passíveis de reconhecimento, diferenciação e, malgrado seu, discriminação. Faz pouco sentido restringir essas características àquelas tidas como mais recorrentes ou mais graves, pois poder-se-ia cometer uma injustiça. O efeito denegridor subsiste tanto na discriminação de gênero quanto na de idosos, por exemplo (SILVA et al., 2011, p. 448).

No mais, o discurso de ódio, para atingir seu objetivo, necessita de um veículo de comunicação. Segundo Silva et al. (2011), esse meio de comunicação vai depender do tempo histórico e das condições aquisitivas do autor do discurso: “Pode-se dizer que o discurso é tanto mais nocivo quanto maior o poder difusor de seu meio de veiculação” (SILVA, 2011, p. 449). Neste sentido, com o avanço tecnológico dos meios de comunicação o alcance dos discursos de ódio tende a ser cada vez maior, principalmente quando reproduzidos pela internet e pelas redes sociais.

Mesmo assim, Marques (2006, p. 170) considera a internet como meio de comunicação que vai de encontro com a esfera pública proposta por Habermas, pois “se trata de uma rede de comunicação pública não necessariamente institucionalizada e, em muitas ocasiões, local que abriga a formação espontânea de opiniões”. Perlatto considera especificamente que: “as redes sociais, em especial, têm aberto novas possibilidades de reinvenção e ampliação da esfera pública” (PERLATTO, 2015, p. 132).

Diante dessa controvérsia, Bohman (2004, p. 131) faz uma assertiva bastante coerente com o atual cenário eletrônico: “nós ainda carecemos de um entendimento claro sobre como a internet e outras formas de comunicação eletrônicas podem contribuir para um novo tipo de esferas públicas e, então, para uma nova forma de democracia”. Entretanto, segundo o autor, certamente a comunicação eletrônica pode expandir o alcance da interação comunicativa no espaço e no tempo. A esfera pública virtual poderia funcionar como uma saída para a esfera pública dominada pelos meios de comunicação de massa.

For sure, there is still a digital divide, and hierarchies, competition and market imperatives are often at work. But in interactive Internet communities, there exist forms of joint participation by members that come closer to Habermas’ ideal than anything that has been debated about the democratic public sphere so far (KREIDE, 2016, p. 6).

Apesar desse pessimismo, Lincoln Dahlberg (em interlocução direta com Habermas) vem explorando a questão da *net-public sphere* e da importância da internet nos processos deliberativos em diversos momentos (DAHLBERG, 2005, 2014). Habermas (2005), em contrapartida, afirma que os critérios para deliberação *online* apresentados por Dahlberg são coerentes. No Brasil, e em diversos países como os Árabes, as experiências revelam que, apesar das limitações, a internet tem contribuído para a formação da opinião pública e de processos democratizadores (ALCÂNTARA; PEREIRA; SILVA, 2014; BAUMGARTEN, 2011; MARQUES, 2006), mesmo com as limitações diversas como os discursos de ódio. Como exemplo do uso democrático para a formação de esferas públicas é possível destacar o uso pela sociedade iraniana para denunciar fraudes em eleições (CASAL, 2015), em casos de abuso sexual na Alemanha (MAIREDER; SCHLÖGL, 2014), nas manifestações de junho de 2013 no Brasil (ALCÂNTARA; PEREIRA; SILVA, 2014; AMORIM; ANGONESE, 2015) e outros diversos casos.

Assim, esse argumento pode se converter em pesquisas empíricas na gestão social, especialmente voltadas para a formação de esferas públicas virtuais e de que forma os argumentos, opiniões e interesses são produzidos, consumidos e reproduzidos discursivamente nessas instâncias. Especialmente, cabem pesquisas sobre em que medida as redes sociais são usadas como potenciais para liberdade comunicativa (HABERMAS, 1997b) ou a propagação de discursos de ódio. Adiante, isso pode ajudar a compreender de que forma as redes sociais ajudam a enfrentar a questão da escalaridade da gestão social destacada por Cançado, Pereira e Tenório (2015).

Não posso saber se minha leitura de mundo está correta a não ser que a compare com a leitura do mundo de outras pessoas. O diálogo não é apenas uma estratégia pedagógica. É um critério de verdade. A veracidade do meu ponto de vista, do meu olhar, depende do olhar do outro, da comunicação, da intercomunicação. Só o olhar do outro pode dar veracidade ao meu olhar. O diálogo com o outro não exclui o conflito. A verdade não nasce da conformação do meu olhar com o olhar do outro. Nasce do diálogo-conflito com o olhar do outro. O confronto de olhares é necessário para se chegar à verdade comum. Caso contrário a verdade a que se chega é ingênua, não crítica e criticizada.

Moacir Gadotti, *Saber aprender*.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Busca-se nesta seção apresentar as principais contribuições e limitações da pesquisa. Além disso, propõe-se uma agenda para pesquisas futuras.

7.1 Principais contribuições

Diante do diagnóstico da importância da categoria esfera pública para o campo da gestão social e da sua ‘apropriação’ ser ainda limitada, apresentamos, neste texto, uma reconstrução do conceito mediante ampla literatura que acompanha as discussões sobre ela dentro do escopo habermasiano, desde a década de 1960. Nesse sentido, nesta dissertação objetivou-se repensar e reconstruir as esferas públicas como uma categoria empírico-descritiva e normativa da Gestão Social.

Para tanto, buscamos compreender as transformações, críticas e reformulações da categoria esfera pública nas obras de Habermas (1962, 1981, 1992). Nesse processo, revelamos que a esfera pública passou por transformações nas suas obras e que as concepções mais atuais abrangem diversos temas e uma pluralidade de públicos, bem como dimensões conflitivas – por meio das diversas críticas e modificações foram ampliados os potenciais analíticos, descritivos e críticos da esfera pública para uma diversidade de sociedades em diferentes tempos históricos.

Adiante, buscamos sistematizar as discussões teóricas e as pesquisas empíricas em torno da categoria esfera pública. Antes disso, foi desenvolvida uma ampla revisão teórica sobre o campo da gestão social com destaque para os diversos conceitos, as origens, sua importância, as várias abordagens e os debates e críticas acerca dos conceitos. Na relação entre gestão social e esfera pública destacamos limitações no que tange a existirem poucos debates com os

críticos do conceito habermasiano e sobre esferas públicas subalternas, contra-hegemônicas e não se problematiza sua pluralidade; existe também foco apenas na obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, na qual o autor fez sua primeira e mais contestada sistematização e delimitada como categoria histórica da Inglaterra, França e Alemanha; os estudos não discutem nem mesmo a reformulação do conceito de esfera pública e, ainda existe pouca consideração sobre a formação sociocultural, econômica e política brasileira. Destacamos que as limitações e críticas são processo de aprendizagem e assim nos ofereceram elementos para buscar avançar.

Por fim, reconstruímos as esferas públicas como uma categoria empírico-descritiva e normativa da gestão social. Essa reconstrução já vem sendo realizada por autores em outros campos do conhecimento, em especial, a partir do diálogo com autores críticos às proposições de Habermas. Argumentamos que se considerarmos a esfera pública (esferas públicas) como *locus* da gestão social (normativo e empírico), é importante tratar das especificidades do contexto brasileiro para o fortalecimento da própria gestão social. Nesse sentido, as reconstruções aqui empreendidas não tratam o Brasil como país ‘atrasado’ democraticamente (como quer parecer Pinho e Santos, 2015a) e que ainda não atingiu a modernidade e, portanto, não pode se apropriar dos ideais habermasianos. Pelo contrário, busca as potencialidades de Habermas para ‘pensar o Brasil’ e as formas de gestão. Assim, buscamos argumentar que a reconstrução demonstra o potencial descritivo, normativo e crítico da ideia de esfera pública, especialmente, se o pluralizamos e exploramos seu desenvolvimento a partir de Habermas, de seus comentadores e críticos. Portanto, essa reconstrução abre caminhos para o desenvolvimento teórico, prático e metodológico da gestão social.

Os argumentos desenvolvidos com base em uma ampla literatura destacam que (1) as esferas públicas são *locus* de consensos e conflitos da

pluralidade de opiniões e interesses; (2) são ambíguas e podem tanto se constituírem concretamente de elementos democráticos e emancipatórios quanto opressivos; (3) são formadas por uma diversidade de públicos e com diferentes ‘capacidades’ de acesso e argumentação; (4) no Brasil houve a formação de diversas esferas públicas subalternas, em meio as restrições sistêmicas e estruturais; (5) as características das formações de esferas públicas não podem ser importadas, elas precisam ser estudadas em seus contextos socio-históricos, políticos, econômicos, etc. – e, nesse a partir do ‘local’ se consideram as relações com as esferas públicas transnacionais; (6) o potencial (efetividade) das esferas públicas são limitados pelas estruturas sistêmicas, econômicas e burocráticas do Estado e do sistema econômico (mercado) – atentando que ‘limitadas’ não significa ‘determinadas’; e (7) a internet e as redes sociais representam uma possibilidade de novas esferas públicas além das tradicionais. Tais argumentos rompem (cada um com um foco específico) com diversas das polaridades (tratadas muitas vezes na literatura de formas unilaterais) destacadas, a saber: micro x macro; singular x plural; consenso x conflito e mais densamente defendemos em toda a dissertação a necessidade da superação (rígida) entre perspectivas normativas e descritivas. Nesse sentido, acreditamos na força do conceito de gestão social também como instrumento de construção de esferas públicas mais democráticas, contribuindo para o aprendizado deliberativo. Portanto, se a gestão social pode ampliar as esferas públicas, essas podem por sua vez potencializar as práticas de gestão social – entretanto, sem nenhuma linearidade reducionista ou a-histórica.

No início desta dissertação, indagamo-nos: como a esfera pública conceituada por Habermas e sua ampla recepção crítica pode ser considerada uma categoria fundante da Gestão Social? A resposta consiste em afirmar que por meio de uma reconstrução empírico-descritiva e normativa as esferas públicas se tornam nucleantes para o desenvolvimento da gestão social, e com

isso indica caminhos para o desenvolvimento teórico, prático e metodológico da gestão social, a partir do qual pode tensionar as práticas de gestão e seus potenciais emancipatórios e patológico-repressivos (em suas diversas configurações).

Com uma reconstrução da categoria esfera pública é preciso considerar a validade das interpretações. Fizemos isso por meio da adequação aos seguintes critérios que agora explicitamos – desenvolvidos a partir de Habermas (1997a, 2012b) e Thompson (2011): (a) falibilidade; (b) não exclusão; (c) coerência; (d) não imposição; (e) autorreflexão e (f) reconhecimento intersubjetivo. De forma geral, isso significa que os argumentos levantados são passíveis de crítica e estão abertos a interpretações divergentes e que precisam ser considerados os momentos de ‘aplicação’ de determinadas categorias ou elementos destas (HABERMAS, 1997a). Os processos reconstitutivos precisam ser não impositivos, isto é, podem ser aceitos pelo potencial de entendimento por meio de argumentos (HABERMAS, 2012) e não por nenhuma forma de imposição (THOMPSON, 2011). Que esse processo deve ser autorreflexivo em que os sujeitos ‘aprendem’ (HABERMAS, 1997a), durante o desenvolvimento, e por fim, a ‘validade’ dessa reconstrução ainda depende do reconhecimento (intersubjetivo) por parte dos leitores, pares e críticos de que a proposta contribui para avanços naquele campo do conhecimento ou na prática – portanto, em termos de Habermas depende em um contexto de liberdade comunicativa de um ‘sim’ frente aos nossos argumentos.

Por fim, a síntese (uma simplificação de um processo não-linear) dessa dissertação é a Figura 14 que assim se resume: Partimos da consideração de lacunas e justificativas para o tema da esfera pública, ponto de partida (MELO, 2015), e sua reconstrução empírico-descritiva e normativa no âmbito a gestão social. Buscamos as considerações e variações da categoria esfera pública em Habermas (*Mudança Estrutural da Esfera Pública - MEEP; Teoria do Agir*

Comunicativo – TAC; Direito e Democracia - DD) e ampliamos com interpretações e críticas e considerações sobre o contexto nacional e realizadas pelo campo da gestão social. Nisso ocorreu o processo que Habermas (1983) entende como reconstrução. Esse processo resultou em diversos elementos, que são os argumentos e o debate das polaridades. Portanto, chegamos a um novo ponto de partida (cujos critérios de ‘validade’ são destacados na figura). Esse novo ponto de partida está aberto (CANÇADO, 2011) para novas reconstruções e pesquisas empíricas, para que possamos continuar avançando.

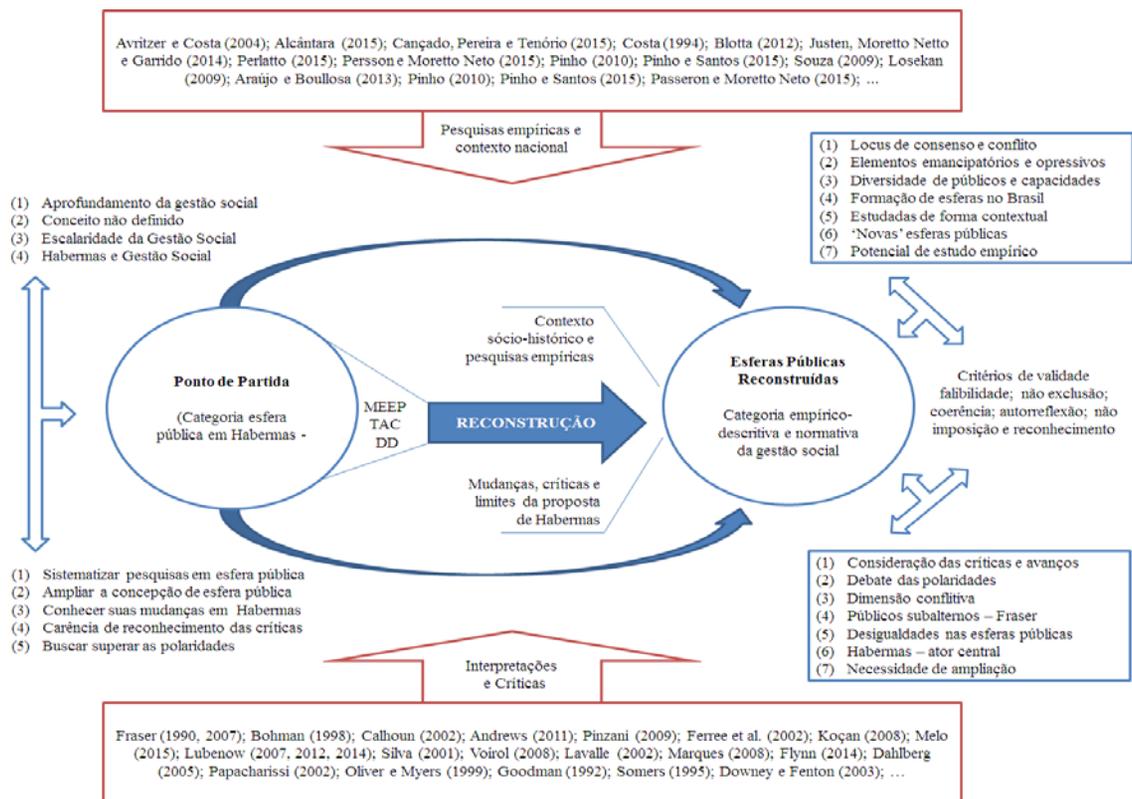


Figura 14: Representação do desenvolvimento da dissertação
 Fonte: Elaborado pelo autor.

7.2 Limitações da pesquisa

- ❖ Não abordamos de forma direta as novas discussões de Habermas sobre esfera pública após a década de 1990 – mesmo que elas sejam mais periféricas em suas mais recentes obras.
- ❖ A revisão internacional foi realizada em apenas uma base de dados, que apesar de ser ampla, privilegia a literatura dos Estados Unidos e Europa, portanto, torna-se importante uma revisão que englobe uma diversidade maior de trabalhos da América Latina, especialmente, com a utilização de outras bases. No Brasil, a revisão não foi realizada em anais de eventos, dissertação, teses e livros, assim, essas formas de produção científica podem ser exploradas posteriormente.
- ❖ Não exploramos a literatura de Habermas no que tange a esfera pública transnacional e outros elementos do cosmopolitismo – apenas indicamos por meio de outros textos que esse debate é bastante atual.
- ❖ Não abordamos as diferenças e complementariedades entre os conceitos de esfera pública em autores como Hannah Arendt, Charles Taylor e Niklas Luhmann e como elas podem em conjunto com Habermas trazer novos elementos para a gestão social.
- ❖ Mesmo defendendo a importância das pesquisas empíricas a dissertação foi baseada em revisão de literatura e pesquisa teórica – logo, elementos empíricos se tornam necessários para maior aprofundamento.
- ❖ Não exploramos como essa perspectiva reconstruída das esferas públicas se aproxima e se distancia das diversas abordagens da gestão social, isto é, quais elementos das abordagens puquiana, administração pública societal e do desenvolvimento social (e outros

textos não agrupados) passam a se aproximar ou se afastar da concepção reconstruída de esfera pública, tendo como norte a abordagem da crítica frankfurtiana da gestão social.

7.3 Agenda de pesquisas futuras

Além das limitações que podem ser transformadas em novas pesquisas teóricas e empíricas, indicamos outras possibilidades de uma ampla agenda de pesquisa que se abre com vistas a:

- ❖ Desenvolver pesquisas teórico-empíricas por meio das perspectivas teórico-metodológicas da análise de discurso crítica e da hermenêutica crítica para análise e compreensão da formação de esferas públicas e do papel do gestor social neste contexto.
- ❖ Debater a importância dos valores públicos, religiosos, morais e éticos para a formação de esferas públicas – Perlatto (2015) destaca a necessidade da ampliação por outras manifestações humanas racionais e não racionais.
- ❖ Compreender a literatura de formação das esferas públicas na América Latina e em países periféricos, especialmente, aqueles que foram colonizados em seu processo de formação; com isso, é possível identificar elementos no Brasil que podem ser mais próximos da formação da esfera pública na Europa (é uma ‘hipótese’ e não algo que partimos *a priori*).
- ❖ Desenvolver processos metodológicos de estudos e avaliação da transformação de poder comunicativo em poder administrativo e dos ‘efeitos’ do poder social nesse processo.

- ❖ Compreender a participação das redes sociais e da mídia na formação da opinião pública e publicização de temas relevantes atualmente, como ‘corrupção’;
- ❖ Desenvolver trabalhos relacionados a importância da formação educacional formal e cívica dos gestores sociais (saberes acadêmicos e do cotidiano) para a construção de esferas públicas democráticas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, O. A. A questão social em Hannah Arendt. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 27, n. 2, p. 7-20, 2004.

ALCÂNTARA, V. C. **Mundo-da-vida e sistema**: o locus da gestão social sob a abordagem habermasiana. 2014. 421 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2014.

ALCÂNTARA, V. C. et al. Mundo-da-vida e Sistema: refletindo sobre o locus da gestão social e suas tensões. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 18., 2015, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SemeAd, 2015. 1 CD-ROM.

ALCÂNTARA, V. C.; PEREIRA, J. R. O locus da gestão social no contexto das interrelações e tensões entre mundo-da-vida (lebenswelt) e sistema (system). **Organizações & Sociedade**, Salvador, 2016. No prelo.

ALCÂNTARA, V. C.; PEREIRA, J. R.; SILVA, E. A. F. A formação de esferas públicas e a gestão social no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 8., 2014, Salvador. **Anais...** Cachoeira: RGS, 2014. 1 CD-ROM.

ALDRIDGE, M. Probation officer training, promotional culture and the public sphere. **Public Administration**, London, v. 77, n. 1, p. 73-90, 1999.

ALENCAR, E. **Pesquisa em turismo**. Lavras: UFLA, 2007. 174 p.

AMORIM, F. de P. R.; ANGONESE, M. O medo na rede: o reflexo no Twitter da violência nos protestos de junho de 2013. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 25., 2015, Brasília. **Anais...** Brasília: Compós, 2015. 1 CD-ROM.

ANDERSSON, B. **Imagined communities**: reflections on the origin and spread of nationalism. London: Verso, 1983. 429 p.

ANDERSON, B. **Imagined communities**: reflections on the origin and spread of nationalism. London: Verso Books, 2006. 429 p.

ANDREWS, C. W. **Emancipação e legitimidade**: uma introdução à obra de Jürgen Habermas. São Paulo: UNIFESP, 2011. 160 p.

ARAÚJO, C. A. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, 2006.

ARAÚJO, E. T. Gestão social. In: BOULLOSA, R. F. (Org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS, 2014. v. 1, p. 85-90.

ARAÚJO, E. T. **(In)consistências da gestão social e seus processos de formação**: um campo em construção. 2012. 257 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012.

ARAÚJO, E. T.; BOULLOSA, R. Esfera pública, esfera social e gestão social: aproximações epistemológicas e ontológicas. In: CONFERENCIA REGIONAL DE ISTR PARA A AMERICA LATINA Y CARIBE, 9., 2013, Santiago. **Anais...** Santiago: ISTR, 2013. 1 CD-ROM.

ARENDT, H. **The human condition**. Chicago: University of Chicago Press, 1958. 370 p.

AVRITZER, L. Além da dicotomia Estado/Mercado. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 36, p. 213-223, 1993.

AVRITZER, L.; COSTA, S. Critical theory, democracy, and the public sphere: concepts and uses in Latin America. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p. 703-728, 2004.

BAUMGARTEN, C. Chirping for Charity: how us nonprofit organizations are using twitter to foster dialogic communication. **The Elon Journal of Undergraduate Research in Communications**, Elon, v. 2, n. 2, p. 5-14, 2011.

BEARD, S. S. Commitment is a red herring a discussion of minority business development to explore the role of the private sector in the public sphere. **Urban Affairs Review**, Illinois, v. 6, n. 1, p. 8-21, 1970.

BEZERRA, H. D. Atores políticos, informação e democracia. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 414-431, 2008.

BLOTTA, V. S. L. **O direito da comunicação: reconstrução dos princípios normativos da esfera pública política a partir do pensamento de Jürgen Habermas**. 2012. 390 p. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BOHMAN, J. Expanding dialogue: the internet, the public sphere and prospects for transnational democracy. **The Sociological Review**, London, v. 52, n. 1, p. 131-155, 2004.

BOHMAN, J. The globalization of the public sphere: cosmopolitanism publicity and cultural pluralism. **Modern Schoolman**, Saint Louis, v. 75, n. 2, p. 101-117, 1998.

BORGES, G. F. et al. Gestão Social no Divã: uma análise dos estudos publicados em periódicos nacionais entre 2001 e 2011. **NAU Social**, Salvador, v. 4, n. 7, p. 43-62, nov. 2013/abr. 2014.

BOULLOSA, R. Contribuições conceituais e metodológicas para a avaliação de processos e práticas de gestão social a partir das perspectivas da policyanalysis da abordagem social da aprendizagem. In: **COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL**, 11., 2009, Salvador. **Anais...** Salvador: CIAGS/UFBA, 2009. 1 CD-ROM.

BOULLOSA, R. F.; SCHOMMER, P. C. Gestão social: caso de inovação em políticas públicas ou mais um enigma de Lampedusa? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 3., 2009, Petrolina, Juazeiro. **Anais...** Petrolina; Juazeiro: RGS, 2009. 1 CD-ROM.

BOULLOSA, R. F.; SCHOMMER, P. C. Limites da natureza da inovação ou qual o futuro da gestão social? In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 32., 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. 1 CD-ROM.

BROWN, E. B. Negotiating and transforming the public sphere: African American political life in the transition from slavery to freedom. **Public Culture**, New York, v. 7, n. 1, p. 107-146, 1994.

BRUGGER, W. Proibição ou proteção do discurso do ódio?: algumas observações sobre o direito alemão e americano. **Revista de Direito Público**, Brasília, n. 15, p. 114-147, 2007.

BUNYAN, P. Regenerating the city: People, politics, power and the public sphere. **Local Government Studies**, Birmingham, v. 41, n. 3, p. 362-378, 2015.

BUTLER, U. M.; PRINCESWAL, M. Cultures of participation: young people's engagement in the public sphere in Brazil. **Community Development Journal**, London, v. 45, n. 3, p. 335-345, 2010.

CABRAL, E. H. S. Uma abordagem normativa para a gestão social no espaço público. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 34., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2010. 1 CD-ROM.

CABRAL, E. H. S. Uma abordagem normativa para a gestão social no espaço público. In: PEREIRA, R. P. et al. (Ed.). **Gestão social e gestão pública: interfaces e delimitações**. Lavras: UFLA, 2011. p. 47-58.

CABRAL, E. H. S. A gestão social do terceiro setor e suas dualidades. **Administração em Diálogo**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 21-34, 2008.

CADEMARTORI, D. M. L.; MENEZES NETO, E. J. Poder, meios de comunicação de massas e esfera pública na democracia constitucional. **Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos**, Florianópolis, v. 34, n. 66, p. 187-212, 2013.

CALHOUN, C. Civil Society and the public sphere. **Public Culture**, New York, v. 5, n. 2, p. 267-280, 1993.

CALHOUN, C. Community without propinquity revisited: communications technology and the transformation of the urban public sphere. **Sociological Inquiry**, Ypsilant, v. 68, n. 3, p. 373-397, 1998.

CALHOUN, C. Imagining solidarity: cosmopolitanism, constitutional patriotism, and the public sphere. **Public Culture**, New York, v. 14, n. 1, p. 147-171, 2002.

CALHOUN, C. The public sphere in the field of power. **Social Science History**, Cambridge, v. 34, n. 3, p. 301-335, 2010.

CALHOUN, C. J. **Habermas and the public sphere**. Cambridge: MIT, 1992. 510 p.

CAMPOS, A. M. Em busca de novos caminhos para a teoria de organização. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 104-123, 1981.

CANÇADO, A. C. **Fundamentos teóricos da gestão social**. 2011. 246 p. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

CANÇADO, A. C. et al. Gestão social: conhecimento e produção científica nos ENAPEGS 2007-2010. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, MG, v. 3, n. 2, p. 1-23, abr./jun. 2011.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão social: epistemologia de um paradigma**. Curitiba: CRV, 2013. 216 p.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão Social: epistemologia de um paradigma**. 2. ed. Curitiba: CRV, 2015. 218 p.

CANÇADO, A. C.; TAVARES, B.; DALLABRIDA, V. R. Gestão social e governança territorial: interseções e especificidades teórico-práticas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 9, n. 3, p. 313-353, 2013.

CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 681-703, set. 2011.

CAÑIZÁLEZ, A. Prensa y economía: constitución de una esfera pública en la Venezuela de 1830-47: debates por la modernización y la libertad de imprenta. **Historia y Comunicación Social**, Madrid, v. 14, p. 185-186, 2009.

CARRION, R. da S. M. Gestão social: especificidades e práticas em discussão. In: SILVA, J. G. et al. (Org.). **Tecnologias de gestão: por uma abordagem multidisciplinar**. Vitória: EDUFES, 2007. v. 2, p. 108-124.

CARVALHO, F. C. C. et al. “Juntos Faremos”: deliberação como alternativa de gestão na administração pública. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, MG, v. 7, n. 2, p. 63-71, 2015.

CASAL, S. S. Ciber sociedad y debate público en 140 caracteres: # paro y # corrupción. **Athenea Digital**, Belaterra, v. 15, n. 3, p. 47-84, nov. 2015.

CASTELLS, M. The new public sphere: global civil society, communication networks, and global governance. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, Philadelphia, v. 616, n. 1, p. 78-93, Mar. 2008.

CASTRO, D.; FERREIRA, C. A. A diferença entre a crítica de Samuel Johnson e o formalismo russo: a relação entre crítica literária e a esfera pública. **Revista E-escrita: Revista do Curso de Letras da UNIABEU**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 104-116, 2015.

CATLAW, T. J. F. Thayer and the structural transformation of the public sphere. **Administration & Society**, Newbury, v. 40, n. 4, p. 358-383, 2008.

COENENHUTHER, J. The domicile: private sphere and public sphere. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, Paris, v. 91, p. 301-313, 1991.

COHEN, J.; ARATO, A. **Civil society and political theory**. Cambridge: MIT, 1992. 800 p.

COLLINS, P.; KAKABADSE, N. K. Perils of religion: need for spirituality in the public sphere. **Public Administration and Development**, Sussex, v. 26, n. 2, p. 109-121, 2006.

COOPER, H. M. Organizing knowledge syntheses: a taxonomy of literature reviews. **Knowledge in Society**, New Brunswick, v. 1, p. 104-126, 1988.

COSTA, D. V.; TEODÓSIO, A. S. S. Desenvolvimento sustentável, consumo e cidadania: um estudo sobre a (des)articulação da comunicação de organizações da sociedade civil, do estado e das empresas. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 114-145, 2011.

COSTA, P. A. Sistema local de inovação em economia solidária: embrião de processos de desenvolvimento territorial. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 7, n. 1, p. 153-173, 2011.

COSTA, S. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 35, p. 112-124, 1997.

DAHLBERG, L. Exclusions of the public sphere conception: examining deliberative and discourse theory accounts. **Javnost - The Public**, Liubliana, v. 20, n. 1, p. 21-38, 2013.

DAHLBERG, L. The Habermasian public sphere and exclusion: an engagement with poststructuralist-influenced critics. **Communication Theory**, Boston, v. 24, n. 1, p. 21-41, 2014.

DAHLBERG, L. The Habermasian public sphere encounters cyber-reality. **Javnost - The Public**, Liubliana, v. 8, n. 3, p. 83-96, 2001.

DAHLBERG, L. The Habermasian public sphere: taking difference seriously? **Theory and Society**, Oxford, v. 34, n. 2, p. 111-136, 2005.

DAHLBERG, L. Net-public sphere research: beyond the “first phase”. **Javnost - The Public**, Liubliana, v. 11, n. 1, p. 27-43, 2004.

DANNER, L. F. Esfera pública e política radical: apontamentos a partir de habermas. **Trans/Form/Acao**, Marília, v. 38, n. 3, p. 133-154, 2015.

DANTAS, M. Informação e trabalho no capitalismo contemporâneo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 60, p. 5-44, maio/jun. 2003.

DECKER, C.; LANGE, K. S. G. Exploring a secretive organization: what can we learn about family offices from the public sphere. **Organizational Dynamics**, New York, v. 42, n. 4, p. 298-306, 2013.

DELUCA, K.; PEEPLES, J. From public sphere to public screen: democracy, activism, and the "violence" of Seattle. **Critical Studies in Media Communication**, Washington, v. 19, n. 2, p. 125-151, 2002.

DOWNEY, J. Flux and the public sphere. **Media, Culture & Society**, London, v. 36, n. 3, p. 367-379, 2014.

DOWNEY, J.; FENTON, N. New media, counter publicity and the public sphere. **New Media & Society**, Illinois, v. 5, n. 2, p. 185-202, 2003.

DOWNEY, J.; KOENIG, T. Is there a European public sphere?: the Berlusconi-Schulz case. **European Journal of Communication**, Oxford, v. 21, n. 2, p. 165-187, 2006.

DOWNEY, J.; STEPHENS, M.; FLAHERTY, J. The 'sluice-gate' public sphere and the national DNA database in the UK. **Media, Culture & Society**, London, v. 34, n. 4, p. 439-456, 2012.

ECO, U. **Como se faz uma tese em ciências humanas**. 12. ed. Barcarena: Presença, 2007. 238 p.

ELEY, G. Nations publics and political cultures placing habermas in the nineteenth century. In: CALHOUN, C. (Ed.). **Habermas and the public sphere**. London: MIT, 1992. p. 289-339.

ELLIOTT, P. Intellectuals, the 'information society' and the disappearance of the public sphere. **Media, Culture & Society**, London, v. 4, n. 3, p. 243-253, 1982.

ESPIÑEIRA, M. V.; TEIXEIRA, H. Democracia, movimentos sociais e nivelamento intelectual: considerações sobre a ampliação da participação política. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 477-492, 2008.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research.** London: Psychology Press, 2003. 264 p.

FERRE, M. M. et al. Four models of the public sphere in modern democracies. **Theory and Society**, Oxford, v. 31, n. 3, p. 289-324, 2002.

FISCHER, T. Gestão social do desenvolvimento de territórios. **Revista Psicologia, Organizações e Trabalho**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 113-119, 2012.

FISCHER, T. et al. Perfis visíveis na gestão social do desenvolvimento. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 5, p. 789-808, 2006.

FISCHER, T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão. In: _____. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliações.** Salvador: Casa da Qualidade, 2002. p. 12-32.

FISCHER, T.; MELO, V. P.; CODES, A. L. Interorganizações e gestão do desenvolvimento Sócio-Territorial: um estudo de organizações da sociedade civil em municípios baianos. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 28., 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2004. p. 1-14.

ERIKSEN, E. O. An emerging European public sphere'. **European Journal of Social Theory**, London, v. 8, n. 3, p. 341-363, 2005.

FISS, O. M. **A ironia da liberdade de expressão: estado, regulação e diversidade na esfera pública.** Rio de Janeiro: Renovar, 2005. 144 p.

FLEIG, D. G.; OLIVEIRA, L. C. F. S.; BRITO, M. J. Democracia, participação e gestão social: desafios da construção dos programas de ação temática de uma organização não governamental. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 13, n. 38, p. 119-138, 2006.

FLYNN, J. System and lifeworld in Habermas' theory of democracy. **Philosophy and Social Criticism**, London, v. 40, n. 2, p. 205-214, 2014.

FONTANA, V. S. Esfera pública ou esferas públicas? **Revista Ciências do Trabalho**, São Paulo, n. 2, p. 81-102, maio/jun. 2014.

FRANÇA FILHO, G. C. Definindo gestão social. In: SILVA JUNIOR, J. T. et al. (Org.). **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: UFC, 2008. p. 26-37.

FRANÇA FILHO, G. C. Gestão Social: um conceito em construção. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 9., 2003, Salvador. **Anais...** Salvador: CIAGS/UFBA, 2003. 1 CD-ROM.

FRASER, N. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, C. (Ed.). *Habermas and the public sphere*. London: MIT, 1992. p. 109-142.

FRASER, N. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. **Social Text**, New York, n. 25/26, p. 56-80, 1990.

FRASER, N. Transnationalizing the public sphere: on the legitimacy and efficacy of public opinion in a post-Westphalian world. **Theory Culture & Society**, London, v. 24, n. 4, p. 7-30, 2007.

FRASER, N.; HONNETH, A. **Redistribution or recognition?: a political-philosophical exchange**. London: Verso, 2003. 276 p.

FREITAG, B. R. **Dialogando com Jürgen Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005. 288 p.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; DIAS, M. M. O colegiado de desenvolvimento territorial e a gestão social de políticas públicas: o caso do

Território Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, p. 1201-1223, set./out. 2012.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; FERREIRA, M. A. M. Gestão social como projeto político e prática discursiva. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 6., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: EnAPG, 2014. 1 CD-ROM.

GAUCHAT, G. Politicization of science in the public sphere a study of public trust in the United States, 1974 to 2010. **American Sociological Review**, Washington, v. 77, n. 2, p. 167-187, 2012.

GAULEJAC, V. de. **Gestão como doença social:** ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida: Idéias & Letras, 2007. 344 p.

GERHARDS, J. The discursive versus the liberal public sphere: an empirical critique of Jurgen Habermas' concept of the public sphere. **Kolner Zeitschrift fur Soziologie und Sozialpsychologie**, Berlin, v. 49, n. 1, p. 1-34, 1997.

GERHARDS, J. Public political meetings in germany-demand and supply of a small public sphere. **Kolner Zeitschrift fur Soziologie und Sozialpsychologie**, Berlin, v. 44, n. 4, p. 766-779, 1992.

GERHARDS, J. West european integration and the problems of the emergence of an European public sphere. **Zeitschrift fur Soziologie**, Bielefeld, v. 22, n. 2, p. 96-110, 1993.

GERHARDS, J.; SCHÄFER, M. S. Is the internet a better public sphere?: comparing old and new media in the US and Germany. **New Media & Society**, Illinois, v. 20, n. 10, p. 1-18, 2010.

GERHARDS, J.; SCHÄFER, M. S. Two normative models of science in the public sphere: human genome sequencing in German and US mass media. **Public Understanding of Science**, Illinois, v. 18, n. 4, p. 437-451, July 2009.

GIMMLER, A. Deliberative democracy, the public sphere and the internet. **Philosophy & Social Criticism**, London, v. 27, n. 4, p. 21-39, 2001.

GOHN, M. G. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2012. 168 p.

GONDIM, S. M. G.; FISCHER, T. M. D.; MELO, V. P. Formação em gestão social: um olhar crítico sobre uma experiência de pós-graduação. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 30., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2006. 1 CD-ROM.

GOODMAN, D. Public sphere and private life: toward a synthesis of current historiographical approaches to the old regime. **History and Theory**, Middletown, v. 31, n. 1, p. 1-20, Feb. 1992.

GORDILHO, A.; SERVA, M. A fronteira entre os espaços público e privado: zona de confusão: o caso da Renurb. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 4, p. 154-162, 1994.

GORSHKOV, B. B. Democratizing habermas: peasant public sphere in pre-reform Russia. **Russian History**, Moscow, v. 31, n. 4, p. 373-385, 2004.

GOULART, J. O.; FARIAS, C. C. Cultura, comunicação e cidadania: o caso do centro cultural do Banco do Brasil de São Paulo. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 331-349, jul./dez. 2012.

HABERMAS, J. **Between facts and norms**: contributions to a discourse theory of law and democracy. Cambridge: Polity, 1996. 675 p.

HABERMAS, J. Comunicação política na sociedade mediática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica. **Líbero**, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 9-22, 2008.

HABERMAS, J. **A constelação pós-nacional**. São Paulo: Littera Mundi, 2001. 220 p.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997a. v. 1, 352 p.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997b. v. 2, 354 p.

HABERMAS, J. Entrevista de Jurgen Habermas a Mikael Carlehedem e René Gabriels. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 47, p. 85-102, mar. 1997c.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário, 2003. 352 p.

HABERMAS, J. **A ética da discussão e a questão da verdade**. 2. ed. São Paulo: M. Fontes, 2007. 69 p.

HABERMAS, J. Further reflections on the public sphere. **Habermas and the Public Sphere**, Cambridge, v. 422, p. 421-461, 1992.

HABERMAS, J. Nova opacidade: a crise do Estado-Providência e o esgotamento das energias utópicas. **Revista de Comunicação e Linguagens**, Lisboa, n. 2, p. 115-128, 1985.

HABERMAS, J. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1983. 247 p.

HABERMAS, J. The public sphere: an encyclopedia article. **New German Critique**, Ithaca, n. 3, p. 49-55, 1974.

HABERMAS, J. Religion in the public sphere. **European Journal of Philosophy**, Oxford, v. 14, n. 1, p. 1-25, 2006.

HABERMAS, J. **The structural transformation of the public sphere: an inquiry into a category of bourgeois society**. Cambridge: MIT, 1989. 301 p.

HABERMAS, J. **The structural transformation of the public sphere: an inquiry into a category of bourgeois society**. Cambridge: MIT, 1991. 301 p.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social**. São Paulo: M. Fontes, 2012. 730 p.

HABERMAS, J. **The theory of communicative action**. Boston: Beacon, 1984. v. 1, 562 p.

HABERMAS, J. **The theory of communicative action: lifeworld and system: a critique of functionalist reason**. Boston: Beacon, 1987. v. 2, 465 p.

HABERMAS, J. Towards a theory of communicative competence. **Inquiry**, London, v. 13, n. 1/4, p. 360-375, 1970.

HABERMAS, J. Três modelos normativos de democracia. **Lua Nova**, São Paulo, n. 36, p. 39-53, 1995.

HALLENBERG, M. For the wealth of the realm: the transformation of the public sphere in Swedish politics, c. 1434-1650. **Scandinavian Journal of History**, London, v. 37, n. 5, p. 557-577, 2012.

HALLIN, D. C.; MANCINI, P. Summits and the constitution of an international public sphere: the Reagan-Gorbachev meetings as televised media events. **Communication**, Oxford, v. 12, n. 4, p. 249-265, 1991.

HANSEN, M. Cooperative auteur cinema and oppositional public sphere: Alexander Kluge's contribution to Germany in Autumn. **New German Critique**, Ithaca, n. 24/25, p. 36-56, 1981.

HANSEN, M. Early cinema, late cinema: permutations of the public sphere. **Screen**, Glasgow, v. 34, n. 3, p. 197-210, 1993a.

HANSEN, M. Early silent cinema: whose public sphere? **New German Critique**, Ithaca, n. 29, p. 147-184, 1983.

HANSEN, M. Unstable mixtures, dilated spheres: negt and kluge's the public sphere and experience, twenty years later. **Public Culture**, New York, v. 5, n. 2, p. 179-212, 1993b.

HAUSER, G. A. Civil society and the principle of the public sphere. **Philosophy and Rhetoric**, State Colege, v. 31, n. 1, p. 19-40, 1998.

HOHENDAHL, P. U.; SILBERMAN, M. Critical theory, public sphere and culture: Jürgen Habermas and his critics. **New German Critique**, Ithaca, n. 16, p. 89-118, 1979.

HUANG, P. C. C. "Public Sphere"/" Civil Society" in China?: the third realm between State and Society. **Modern China**, Beijing, v. 19, n. 2, p. 216-240, 1993.

IAROZINSKI, M. H. **Contribuições da teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas para a educação tecnológica**. 2000. 109 p. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

IIZUKA, E. S.; JUNQUEIRA, L. A. P. Produção acadêmica em gestão social: visita aos anais dos Enapegs de 2007 a 2012. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 71-85, 2013.

JENSEN, U. A communicative gap: Bourgeois Jews and Protestants in the public sphere of early Imperial Germany. **History of European ideas**, London, v. 32, n. 3, p. 295-312, 2006.

JUNQUEIRA, L. A. P. Gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 25-36, 2004.

JUSTEN, C. E.; MORETTO NETO, L.; GARRIDO, P. O. Para além da dupla consciência: gestão social e as antessalas epistemológicas. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 237-251, abr./jun. 2014.

KALAYCI, N. The representation problem of differences and the public sphere. **Amme Idaresi Dergisi**, Kars, v. 46, n. 4, p. 1-25, 2013.

KAYA, G. The transition from the attitude of critical discourse to the creation of counter-public sphere: a study on the committee of union and progress's opposition to Abdulhamid II. **Amme Idaresi Dergisi**, Kars, v. 48, n. 2, p. 73-103, 2015.

KELLY, T. Unlocking the iron cage: public administration in the deliberative democratic theory of Jürgen Habermas. **Administration & Society**, Newbury, v. 36, n. 1, p. 38-61, 2004.

KNÖDLER-BUNTE, E.; LENNOX, S.; LENNOX, F. The proletarian public sphere and political organization: an analysis of Oskar Negt and Alexander Kluge's the public sphere and experience. **New German Critique**, Ithaca, n. 4, p. 51-75, 1975.

KOÇAN, G. Models of public sphere in political philosophy. **Eurosphere Çevrimiçi Çalışma Makaleleri**, Berlin, n. 2, p. 1-30, Feb. 2008.

KOO, J. W. The origins of the public sphere and civil society. **Social Science History**, Cambridge, v. 31, n. 3, p. 381-409, 2007.

KOOPMANS, R. Movements and media: selection processes and evolutionary dynamics in the public sphere. **Theory and Society**, Oxford, v. 33, n. 3/4, p. 367-391, 2004.

KREIDE, R. Digital spaces, public places and communicative power in defense of deliberative democracy. **Philosophy & Social Criticism**, London, v. 42, n. 4, p. 476-486, 2016.

LANDES, J. B. **Women and the public sphere in the age of the French Revolution**. Ithaca: Cornell University Press, 1988. 296 p.

LAVALLE, A. G. Jurgen Habermas e a virtualização da publicidade. **Margem**, São Paulo, v. 16, p. 65-82, dez. 2002.

LAVALLE, A. G. **Espaço e vida públicos**: reflexões teóricas e sobre o pensamento brasileiro. 2001. 397 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

LEE, S. Y.; CARROLL, C. E. The emergence, variation, and evolution of corporate social responsibility in the public sphere, 1980-2004: the exposure of firms to public debate. **Journal of Business Ethics**, Dordrecht, v. 104, n. 1, p. 115-131, 2011.

LEITE, M. A. F. P. Um sistema de espaços livres para São Paulo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 159-174, 2011.

LIVINGSTONE, S.; LUNT, P. The mass media, democracy and the public sphere. In: _____. **Talk on television**: audience participation and public debate. London: Routledge, 1994. p. 9-35.

LOSEKANN, C. A esfera pública habermasiana, seus principais críticos e as possibilidades do uso deste conceito no contexto brasileiro. **Pensamento Plural**, Pelotas, n. 4, p. 37-57, 2009.

LUBENOW, J. A. A categoria de esfera pública em Jürgen Habermas: para uma reconstrução da autocrítica. **Cadernos de Ética e Filosofia Política da USP**, São Paulo, v. 10, p. 103-123, jan. 2007.

LUBENOW, J. A. As críticas de Axel Honneth e Nancy Fraser à filosofia política de Jürgen Habermas. **Veritas**, Porto Alegre, v. 55, n. 1, p. 121-134, 2010.

LUBENOW, J. A. A despolitização da esfera pública em Jürgen Habermas sob a perspectiva epistemológica. **Problemata - International Journal of Philosophy**, João Pessoa, v. 3, n. 1, p. 84-104, 2012a.

LUBENOW, J. A. Emancipação pela ação comunicativa: a leitura crítica de Habermas da dialética do esclarecimento e o esgotamento do programa emancipatório de Horkheimer e Adorno. **Aufklärung**, João Pessoa, v. 1, n. 2, p. 35-58, 2014.

LUBENOW, J. A. A esfera pública 50 anos depois: esfera pública e meios de comunicação em Jürgen Habermas em homenagem aos 50 anos de Mudança estrutural da esfera pública. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 35, n. 3, p. 189-220, 2012b.

LUBENOW, J. A. Esfera pública e democracia deliberativa em Habermas: modelo teórico e discursos críticos. **Kriterion: Revista de Filosofia**, Belo Horizonte, v. 51, n. 121, p. 227-258, 2010.

LUBENOW, J. A. Política deliberativa: modelo teórico e referências empíricas. **Argumentos**, Fortaleza, ano 4, n. 8, p. 199-209, 2012c.

LUBENOW, J. A. O que há de político na teoria da ação comunicativa?: sobre o déficit de institucionalização em Jürgen Habermas. **Philosophos**, Goiânia, v. 18, n. 1, p. 157-190, 2013.

LUBENOW, J. A. A reorientação da categoria esfera pública na teoria do agir comunicativo de Jürgen Habermas. **Revista Ideação**, Feira de Santana, v. 14, n. 8, p. 37-59, 2004.

LUBENOW, J. A. Subversão da öffentlichkeit em mudança estrutural da esfera pública de Jürgen Habermas. **Pensando**, Teresina, v. 3, n. 5, p. 30-55, 2012d.

MAAR, W. L. O “primeiro” Habermas: “trabalho e interação” na evolução emancipatória da humanidade. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 23, n. 1, p. 69-95, 2000.

MAH, H. Phantasies of the public sphere: rethinking the Habermas of historians. **The Journal of Modern History**, Chicago, v. 72, n. 1, p. 153-182, 2000.

MAIA, R. Representação política de atores cívicos: entre a imediaticidade da experiência e discursos de justificação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 27, n. 78, p. 97-112, 2012.

MAIA, R. C. M.; FERNANDES, A. B. O movimento antimanicomial como agente discursivo na esfera pública política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 157-171, 2002.

MAIREDER, A.; SCHLÖGL, S. 24 hours of an# outcry: the networked publics of a socio-political debate. **European Journal of Communication**, Oxford, v. 29, n. 6, p. 687-702, Sept. 2014.

MANRIQUEZ, M. L.; AUGUSTI, E. Multi-membership participation of young people and public sphere: evidence from Chile. **Revista del Clad Reforma y Democracia**, Caracas, n. 62, p. 165-192, 2015.

MARQUES, A. C. S. Comunicação, mídia e processos de democracia local: estratégias de aproximação entre governo e cidadãos. **Opinião Pública**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 107-132, 2009.

MARQUES, Â. C. S. Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores. **Líbero**, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 23-38, 2008.

MARQUES, F. P. J. A. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. **Opinião pública**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 164-187, 2006.

MARTINO, L. M. S. Mediatização da religião e esfera pública nas eleições paulistanas de 2012. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 14, p. 7-26, 2014.

MARTINS, A. A. Relações Estado-Sociedade e políticas de saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 55-79, 1996.

MARTINS, B. V.; CARRION, R. S. M. A presença da ONG Cidade no planejamento urbano de Porto Alegre. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 19, n. 62, p. 78-99, 2013.

MARTINS, B. V.; CARRION, R. S. M. Gestão social: um olhar a partir de perspectivas latino-americanas. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO, 2012, Salvador. **Anais...** Salvador, 2012. 1 CD-ROM.

MARZOCHI, S. F. O “animal eletrônico”: dilemas do ciberativismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 73, p. 127-145, 2015.

MEDEIROS, J. S. Considerações sobre a esfera pública: redes sociais na internet e participação política. **TransInformação**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 27-33, 2013.

MELO, R. Repensando a esfera pública: esboço de uma teoria crítica da democracia. **Lua Nova**, São Paulo, n. 94, p. 11-40, 2015.

MENDONÇA, R. F. Movimentos Sociais como acontecimentos: linguagem e espaço público. **Lua Nova**, São Paulo, n. 72, p. 115-142, 2007.

MENDONÇA, R. F. Reconhecimento e (qual?) deliberação. **Opinião Pública**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 206-227, 2011.

MEYER, B. "Praise the Lord": popular cinema and pentecostalite style in Ghana's new public sphere. **American Ethnologist**, Davis, v. 31, n. 1, p. 92-110, 2004.

MONTEAGUDO, R. Habermas leitor de Rousseau. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 36, p. 195-204, 2013. Edição especial.

MORAES, M. R. C. Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. **Revista Brasileira Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 37, n. 126, p. 287-289, Dec. 2012.

MOREIRA, W. Revisão de literatura e desenvolvimento científico: conceitos e estratégias para confecção. **Janus**, Lorena, n. 1, p. 19-30, jul./dez. 2004.

MORROW, R. A. Defending Habermas against eurocentrism: Latin America and Mignolo's Decolonial Challenge. In: BAILEY, T. (Ed.). **Global perspectives on Habermas**. London: Routledge, 2013. p. 117-136.

MOURA, J. T. V. Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRS) e a construção democrática: esfera pública de debate entre agricultores familiares e o Estado? **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 9, n. 2, p. 241-255, 2011.

MOURA, R. R. Compromisso governamental e orçamento participativo: estudo comparativo das experiências em Blumenau e Chapecó, Santa Catarina. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 206-214, 2008.

MURPHY, E. C. Theorizing ICTs in the Arab world: informational capitalism and the public sphere. **International Studies Quarterly**, Storrs, v. 53, n. 4, p. 1131-1153, Dec. 2009.

NEGT, O.; KLUGE, A. **Public sphere and experience: toward an analysis of the bourgeois and proletarian public sphere**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993. 351 p.

NEIBURG, F. Intimacy and public sphere-Politics and culture in Argentina. **Desarrollo Economico - Revista de Ciencias Sociales**, Buenos Aires, v. 43, n. 170, p. 287-303, 2003.

NOBRE, M. **A teoria crítica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. 79 p.

NOBRE, M.; REPA, L. **Habermas e a reconstrução: sobre a categoria central da teoria crítica habermasiana**. Campinas: Papirus, 2012. v. 1, 208 p.

NORONHA, D. P.; FERREIRA, S. M. S. P. Revisões de literatura. In: CAMPELLO, B. S.; CONDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 191-198.

OLIVEIRA, L. C.; VILAS BOAS, A. A.; PEREIRA, J. R. Aspectos metodológicos em gestão social: o processo de criação de uma reserva extrativista no litoral sul de Santa Catarina. **NAU - A Revista Eletrônica da Residência Social**, Salvador, v. 3, n. 5, p. 121-139, nov. 2012/abr. 2013.

OLIVEIRA, V. A. R. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 782-788, 2010.

OLIVEIRA, V. A. R.; CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R. Gestão social e esfera pública: aproximações teórico-conceituais. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 613-626, 2010.

OLIVER, P. E.; MYERS, D. J. How events enter the public sphere: conflict, location, and sponsorship in local newspaper coverage of public events. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 105, n. 1, p. 38-87, 1999.

OTTMANN, G. Habermas e a esfera pública no Brasil: considerações conceituais. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 68, p. 61-72, mar. 2004.

PAPACHARISSI, Z. The virtual sphere: the internet as a public sphere. **New Media & Society**, Illinois, v. 4, n. 1, p. 9-27, 2002.

PARIS, R.; RABINBACH, A. G.; LENNOX, F. Class structure and legitimacy public sphere: a hypothesis on the continued existence of class relationships and the problem of legitimation in transitional societies. **New German Critique**, Ithaca, n. 5, p. 149-157, 1975.

PAES DE PAULA, A. P. Administração pública brasileira: entre o gerencialismo e a gestão social. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 36-49, 2005.

PAES DE PAULA, A. P. **Repensando os estudos organizacionais**: por uma nova teoria do conhecimento. Rio de Janeiro: FGV, 2015. 279 p.

PEREIRA, J. R. Gestão Social no contexto histórico e teórico das relações entre Estado, mercado e sociedade. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL: DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL DOS TERRITÓRIOS, 12., 2012, Salvador. **Anais...** Salvador, 2012. 1 CD-ROM.

PEREIRA, M. A. Movimentos sociais e democracia: a tensão necessária. **Opinião Pública**, Campinas, n. 18, p. 68-87, jun. 2012.

PERES JUNIOR, M. R.; PEREIRA, J. R. Abordagens teóricas da gestão social: uma análise de citações exploratórias. **Cadernos EBAPE. BR**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 221-236, abr./jun. 2014.

PERES JUNIOR, M. R.; PEREIRA, J. R.; OLIVEIRA, L. C. Gestão social sob a lente estruturacionista. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 14, n. 6, p. 18-49, 2013.

PERLATTO, F. Habermas, a esfera pública e o Brasil. **Revista Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 78-94, jan./jun. 2012.

PERLATTO, F. Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas: disputas e possibilidades na modernização brasileira. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 23, n. 53, p. 121-145, 2015.

PERLATTO, F.; LIMA, P. L. Habermas e a teoria sociológica brasileira: um estudo sobre as leituras críticas de Jessé Souza e Sergio Costa. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 4, n. 1/2, p. 25-40, 2009.

PERSSON, E.; MORETTO NETO, L. Implicações da apropriação da noção Habermasiana da esfera pública na gestão social à luz das refeições da burocracia. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 34., 2015, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2015. 1 CD-ROM.

PICCATO, P. A. A esfera pública na América Latina: um mapa da historiografia. **Revista Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v. 7, n. 1, p. 6-42, jan./jun. 2014.

PIMENTEL, M. P. C.; PIMENTEL, T. D. Gestão social: perspectivas, princípios e (de) limitações. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 6., 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPAD, 2010. 1 CD-ROM.

PINHO, J. A. G. Gestão social: conceituando e discutindo os limites e possibilidades reais na sociedade brasileira. In: RIGO, A. S. et al. (Ed.). **Gestão social e políticas públicas de desenvolvimento: ações, articulações e agenda**. Recife: UNIVASF, 2010. p. 23-56.

PINHO, J. A. G.; SANTOS, M. E. P. Aporias em torno do conceito de gestão social: dilemas teóricos e políticos. **REGE Revista de Gestão**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 155-172, 2015a.

PINHO, J. A. G.; SANTOS, M. E. P. Gestão social: uma análise crítica das experiências brasileiras. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 66, n. 2, p. 257-279, 2015b.

PINTO, C. F.; SERRA, F. R.; FERREIRA, M. P. A bibliometric study on culture research in International Business. **BAR - Brazilian Administration Review**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 340-363, 2014.

PORTILHO, F. Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das práticas de consumo. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 1-12, 2005.

POSTER, M. Cyberdemocracy: internet and the public sphere. **Internet Culture**, Los Angeles, v. 201, p. 218-219, 1997.

PRADO, J. W. et al. Multivariate analysis of credit risk and bankruptcy research data: a bibliometric study involving different knowledge fields (1968-2014). **Scientometrics**, Amsterdam, v. 106, n. 3, p. 1007-1029, Mar. 2015.

QUEIROGA, E. F. Da relevância pública dos espaços livres um estudo sobre metrópoles e capitais brasileiras. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 58, p. 105-132, jun. 2014.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: FGV, 1981. 210 p.

RANDALL, D. Empiricism, the new rhetoric, and the public sphere. **Telos**, Candor, v. 2011, n. 154, p. 51-73, 2011a.

RANDALL, D. Ethos, poetics, and the literary public sphere. **Modern Language Quarterly**, Washington, v. 69, n. 2, p. 221-243, 2008.

RANDALL, D. Humean aesthetics and the rhetorical public sphere. **Telos**, Candor, v. 2011, n. 157, p. 148-163, 2011b.

RANDALL, D. The prudential public sphere. **Philosophy and Rhetoric**, State College, v. 44, n. 3, p. 205-226, 2011c.

REESE-SCHÄFER, W. **Comprender Habermas**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. 184 p.

REPA, L. Jürgen Habermas e o modelo reconstrutivo de teoria crítica. In: _____. **Curso livre de teoria crítica**. Campinas: Papyrus, 2008. p. 161-183.

RIBEIRO, P. H. G. O. **Entre eclusas e espelhos**: a esférica pública vista a partir de uma leitura crítica de Niklas Luhmann e de debates contemporâneos. 2012. 370 p. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

RICOEUR, P. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1990. p. 172

ROTHBERG, D. Por uma agenda de pesquisa em democracia eletrônica. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 149-172, 2008.

SALOMÃO, K. R. Habermas em defesa da correlação entre direito, moral e política na esfera pública. **Direitos Humanos e Democracia**, Ijuí, v. 2, n. 4, p. 193-217, 2014.

SAMPAIO, R. C. Quão deliberativas são discussões na rede? **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 20, n. 42, p. 121-139, 2012.

SAMPAIO, R. C.; BARROS, S. A. R.; MORAIS, R. Como avaliar a deliberação online?: um mapeamento de critérios relevantes. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 470-489, 2012.

SANDIKCI, O. Advertising and the Public Sphere. **Advances in Consumer Research**, Valdosta, v. 31, p. 174-175, 2004.

SCHEUERMAN, W. E. Entre o radicalismo e a resignação: teoria democrática em direito e democracia, de Habermas. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 13, p. 155-185, 2014.

SCHOMMER, P. C. et al. Coprodução e inovação social na esfera pública em debate no campo da gestão social. In: SCHOMMER, P. C.; BOULLOSA, R. de F. (Org.). **Gestão social como caminho para a redefinição da esfera pública**. Florianópolis: UDESC, 2011. v. 1, p. 31-70.

SCHOMMER, P. C.; FRANÇA FILHO, G. C. de. A. Gestão social e aprendizagem em comunidades de prática: interações conceituais e possíveis decorrências em processos de formação. In: SILVA JUNIOR, J. T. et al. (Ed.). **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: UFC, 2008. p. 58-83.

SCHOMMER, P. C.; FRANÇA FILHO, G. C. de. A. A metodologia da residência social e a aprendizagem em comunidade de prática. **NAU - Revista Eletrônica da Residência Social do CIAGS/UFBA**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 203-226, jun./nov. 2010.

SHIRKY, C. The political power of social media. **Foreign Affairs**, New York, v. 90, n. 1, p. 28-41, 2011.

SILVA, F. C. D. Habermas e a esfera pública: reconstruindo a história de uma ideia. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 35, p. 117-138, abr. 2001.

SILVA, F. G.; MACHADO, R. A. M.; MELO, R. A esfera pública e as proteções legais anti-racismo no Brasil. **Cadernos de Filosofia Alemã**, São Paulo, v. 16, n. 9, p. 95-116, dez. 2010.

SILVA, J. P. A quem fala a teoria crítica?: reflexões sobre o destinatário de um discurso. In: WAIZBORT, L. (Org.). **A ousadia crítica**: ensaios para Gabriel Cohn. 2. ed. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008. v. 1, p. 163-180.

SIQUEIRA, M. P. S.; FERREIRA, G. L. O lugar da opinião: a cidade e os espaços de produção social da opinião pública. **Cadernos Metr pole**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 33, p. 225-242, 2015.

SOMERS, M. R. What's political or cultural about political culture and the public sphere?: toward an historical sociology of concept formation. **Sociological Theory**, Washington, v. 13, n. 2, p. 113-144, 1995.

SOMMERFELDT, E. J. The civility of social capital: public relations in the public sphere, civil society, and democracy. **Public Relations Review**, New York, v. 39, n. 4, p. 280-289, 2013.

SOUZA, J. Habermas e o Brasil: alguns malentendidos. In: WAIZBORT, L. (Org.). **A ousadia crítica**: ensaios para Gabriel Cohn. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008. p. 181-200.

STEWART, B. Writing a literature review. **The British Journal of Occupational Therapy**, London, v. 67, n. 11, p. 495-500, 2004.

SUSEN, S. Critical notes on Habermas's theory of the public sphere. **Sociological Analysis**, Tirana, v. 5, n. 1, p. 37-62, 2011.

TAVARES, F. M. M. Em busca da deliberação: mecanismos de inserção das vozes subalternas no espaço público. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 9, p. 39-70, dez. 2012.

TAYLOR, D.; PROCTER, M. **The literature review**: a few tips on conducting it. Disponível em: <<http://www.writing.utoronto.ca/advice/specific-types-of-writing/literature-review>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

TELLES, V. S. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. **Tempo Social**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 23-48, 1990.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 7-23, 1998.

TENÓRIO, F. G. (Re)visitando o conceito de gestão social. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, ano. 3, n. 5, p. 101-124, jan./jun. 2005.

TENORIO, F. G. Tem razão a administração? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 5-9, 1990.

TENÓRIO, F. G.; BRULON, V.; ZARCONI, L. Por uma superação da relação falaciosa entre turismo e desenvolvimento local: uma análise do turismo em comunidades à luz da gestão social. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 19, n. 62, p. 100-122, jan./jun. 2013.

TEODÓSIO, A. S. S. **Parcerias tri-setoriais na esfera pública**: perspectivas, impasses e armadilhas para a modernização da gestão social no Brasil. 2008. 266 p. Tese (Doutorado em Administração) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.

THOMPSON, J. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação em massa. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 432 p.

THYNNE, I. Ownership as an instrument of policy and understanding in the public sphere: trends and research agenda. **Policy Studies**, Denver, v. 32, n. 3, p. 183-197, 2011.

VANDENBERGHE, F. Gestão social: uma disciplina em busca de teoria. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 8., 2014, Cachoeira. **Anais...** Cachoeira: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2014. 1 CD-ROM.

VILLELA, L. E.; COSTA, E. G.; CANÇADO, A. C. Perspectivas da agropecuária do município de Itaguaí face a megaprojetos em implementação no local. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 16, n. 2, p. 208-219, maio/jun. 2014.

VILLELA, L. E.; VIDAL, M. O.; MACEDO, L. F. A. Percepção dos conselheiros municipais e representantes da sociedade civil atuantes na 5ª Conferência Estadual das Cidades do Estado do Rio de Janeiro-participar nas decisões públicas é possível? **Cadernos Gestão Social**, Salvador, v. 5, n. 1, p. 149-162, 2014.

VOIROL, O. A esfera pública e as lutas por reconhecimento: de Habermas a Honneth. **Cadernos de Filosofia Alemã**, São Paulo, v. 11, p. 33-56, jan./jun. 2008.

VOIROL, O. Teoria crítica e pesquisa social: da dialética à reconstrução. **Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 93, p. 81-99, 2012.

WAKEMAN, F. The civil society and public sphere debate: western reflections on Chinese political culture. **Modern China**, Beijing, v. 19, n. 2, p. 108-138, 1993.

WALTON, D. Revitalizing the public sphere: the current system of discourse and the need for the participative design of social action. **Systemic Practice and Action Research**, Oxford, v. 20, n. 5, p. 369-386, 2007.

WARNER, M. Publics and counterpublics. **Public Culture**, New York, v. 14, n. 1, p. 49-90, 2002.

WERLE, D. L. Razão e democracia: uso público da razão e política deliberativa em Habermas. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 36, p. 149-176, 2013. Edição especial.

WHITE, S. K.; FARR, E. R. "No-Saying" in Habermas. **Political Theory**, Oxford, v. 40, n. 1, p. 32-57, Feb. 2011.

WIRTS, A. M. A defense of the lifeworld: the source of normativity in a democracy. **Philosophy & Social Criticism**, London, v. 40, n. 2, p. 215-223, Jan. 2014.

WITESMAN, E.; WALTERS, L. Public service values: a new approach to the study of motivation in the public sphere. **Public Administration**, London, v. 92, n. 2, p. 375-405, 2014.

WRIGHT, S. A virtual European public sphere?: the futurum discussion forum. **Journal of European Public Policy**, Oxford, v. 14, n. 8, p. 1167-1185, 2007.

ZWICK, E. **A gestão pública danificada: uma análise pelo pensamento organizacional crítico à luz da dialética negativa**. 2015. 371 p. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2015.

ZWICK, E.; PEREIRA, J. R. Interfaces teórico-conceituais entre gestão pública, gestão social e gestão de cooperativas: reflexões sobre o interesse público e a democracia. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 36., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2012. p. 1-16.